

REVISTA TRIMENSAL

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

RIHGS

17

vol. XII

ANOS XXVI — XXVII

(1941 — 1942)

N. 17 — VOLUME XII

DIRETOR RESPONSÁVEL LICENCIADO PELO D. I. P.
EPIFÂNIO DA FONSECA DORIA

≡ ≡ ≡ III ≡ ≡ ≡

ARACAJU
LIVRARIA REGINA
— 1943 —

REVISTA TRIMENSAL

DO

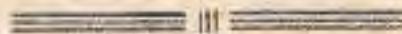
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

ANOS XXVI — XXVII

(1941 — 1942)

N. 17 — VOLUME XII

DIRETOR RESPONSÁVEL LICENCIADO PELO D. I. P.
EPIFÂNIO DA FONSECA DORIA



ARACAJÚ
LIVRARIA REGINA
— 1943 —

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES DO BIENIO DE 1941 — 1943

PRESIDENTE — Professor José Augusto da Rocha Lima
1º VICE - PRESIDENTE — Desembargador Humberto Santa'lor Cardoso
2º VICE - PRESIDENTE — Dr. Francisco Leite Neto
SECRETARIO GERAL — Dr. José Calasans Brandão da Silva
1º SECRETARIO — Epifanio da Fonseca Doria
2º SECRETARIO — Jornalista Anfiloquio Vale
ORADOR — Dr. Luiz Garcia
TESOUREIRO — Major João Nunes de Melo

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO

Coronel Francisco de Souza Porto, Major Onesimo de Araujo Pinto e Irineu Marques de Oliveira

COMISSÃO DE HISTORIA

Professor Artur Fortes e Drs. Mario de Araujo Cabral e João de Araujo Monteiro

COMISSÃO DE GEOGRAFIA

Drs. Felte Bezerra, Manuel Ferreira da Silva Neto e José Rolemberg Leite.

COMISSÃO DE MANUSCRITOS E AUTOGRAFOS

Dr. Ernani de Mesquita Prata, Jornalistas Zozimo Lima e Armando Barreto.

COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SOCIOS

Major Nicanor Ribeiro Nunes, Dr. Lauro Dantas Hora e Antonio Bragança de Azevedo

COMISSÃO DE REVISTA

Drs. João Dantas M. dos Reis, Gonçalo Rolemberg Leite e Carlos Garcia; sendo responsável Epifanio da Fonseca Doria

O SENTIDO NACIONALISTA DO SETE DE ABRIL.

José Calasans

O nacionalismo foi o principal agente do Sete de Abril. O movimento que forçou Pedro I a abdicar — antes de ter sido uma manifestação do espírito liberal — importou no deflagrar do sentimento nacionalista que se sentia diminuído, amesquinhado mesmo, pela política que o Imperador irrefletidamente adotara. Não quero, de forma alguma, negar o papel importante que o liberalismo exerceu no desenrolar dos acontecimentos de 1831. Parece-me, porém, necessário e justo focalizar que a grande causa de incompatibilidade entre o Brasil e o Imperador era a nacionalidade do Príncipe e, principalmente, a sua inadaptação à nova Pátria. O arguto Armitage compreendeu melhor do que qualquer outro historiador o aspecto nacional da questão. Na verdade, escreveu êle, nem o progresso da Instrução, nem os esforços sediciosos do jornalismo, nem as irregularidades da vida privada de D. Pedro eram a causa da sua impopularidade em todo o Império. Outra causa militava além da má administração do Gabinete, causa de que nunca se fez menção, mas que todavia se fazia geralmente sentir: era nunca ter êle sabido ser o — *Homem do seu Povo* — nunca ter se constituído inteira e verdadeiramente brasileiro. (1) Justiniano José da Rocha, em *Ação, Reação, Transação*, mostra-se também favorável à supremacia do nacional sobre o liberal, na luta de que resultou a Abdicação: "o espírito democratico não apparecia em primeira linha; em primeira linha estavam os ciúmes nacionais". (2) D. Pedro I, aliás, percebeu, em parte, o motivo real de sua impopularidade. *Não me querem para governar porque sou português. Meu filho tem uma vantagem sobre mim: é brasileiro*, disse, no momento da abdicação, ao encarregado de negocios da França, Eduardo Pontois. (3) Inclino-me a crêr que cabia ao Imperador uma grande responsabilidade no "caso" que a sua situação de *adotivo* fez surgir. Pedro I jamais se integrára verdadeiramente no Brasil. Homem de impulsos, aderira à causa brasileira em 1822 por entusiasmo. Seduzira-lhe o papel de criador de um Império. Empolgára-lhe a possibilidade de estabelecer no Novo Mundo um Reino liberal. Seu entusiasmo era sincero. Não era dissimulação. Sentia-o, verdadeiramente. O entusiasmo, porém, durou pouco. Os laços de família e, sobretudo, a ambição de reinar num cenário maior destruíram, pouco a pouco, o deslumbramento inicial do Príncipe. Começou a pensar na Pátria, na corôa lusitana, da qual êle era o herdeiro legítimo. Ouvia, do outro lado do Atlantico, a voz paterna: "depois de minha morte, que não está longe, façam o que quizerem, mas deixem-me morrer sem levar o coração trans-

passado pela separação em minha vida". (4) O nosso primeiro Imperador, de certo, havia de se comover. Ficava-lhe bem, como português, se preocupar com os destinos de sua Pátria. Havia porém o reverso da medalha. Para o Brasil daquela época, Portugal era o inimigo, o anti-nacional. Contemporizar com a antiga Metrópole significava prejudicar os interesses supremos do Imperio nascente. D. Pedro fechou os olhos á grande realidade e deixou assim que o País marchasse para a Revolução. A infrutífera embaixada Rio Maior, o Tratado da Independencia, o prestígio de Chalça e outros portugueses, a distribuição de altos cargos com os nascidos em Portugal fôram motivos para que desaparecesse a confiança publica depositada no Imperador. A morte de D. João VI agravou seriamente a delicada questão. Antes de abdicar na pessoa de sua filha D. Maria da Glória, Pedro I exerceu por alguns dias o governo de sua terra. (4) Concedeu anistia aos presos políticos, confirmou a Regência que D. João VI nomeára, outorgou nova carta Constitucional aos portugueses. (5) Por que não teria abdicado immediatamente, antes de qualquer ato de Governo? Porque o seu grande desejo era conservar os dois reinos. Ouviu até o Concelho de Estado sobre os "meios de preservação, se possível, das duas corôas". Foi uma sessão tumultuosa. Paranaguá, sempre nullo, julgava possível a solução que o Imperador desejava. Barbacena, porém, era de opinião contraria. Venceu o segundo. Parece que a Marquiza de Santos influiu bastante na vitória do ponto de vista sustentado por Barbacena. E' o que informa Mareschal em carta a Metternich. (6) D. Pedro abdicou contristado. Confessou ao agente austriaco "que com a renuncia se veria abandonado pelos portugueses que tinham até então acompanhado sua fortuna na esperança de vê-lo um dia cingir a corôa dos seus maiores". (7) Causava-lhe um profundo desgosto ser "abandonado pelos portugueses". Evidentemente, continuava português...

* * *

Abdicou a 1.^o de maio de 1826. A carta régia impunha duas condições: casamento de D. Maria da Gloria com D. Miguel a aceitação da Carta por parte do Principe consorte. D. Miguel, pouco depois, desobedeceu ás clausulas estabelecidas. Uma séria luta entre absolutistas e liberais se travou em Portugal. Pedro I, fiel ao seu espirito português e no intuito de defender os interesses da filha, tomou parte abertamente na campanha. O Rio de Janeiro se tornou o quartel general dos liberais portugueses que defendiam a causa da Rainha D. Maria II. Uma onda de lusitanismo invadiu o Brasil. Aumentou o prestígio dos portugueses junto ao Paço. O espirito nacional se julgou, então ameaçado. Começaram os inevitaveis conflitos entre "marotas" e "crioulos". Os brasileiros accusavam o Imperador de estar prejudicando os interesses nacionais para melhor atender á situação portuguesa. Era uma verdade. Em carta a Barbacena, por ocasião da luta que o Brasil sustentou contra a Cisplatina, D. Pedro afirmou o seu desejo de não transigir com o perjuro e ingrato irmão D. Miguel, acrescentando "ter sacrificado melhores condições no tratado com Buenos Aires para se ver fol-

gado nos meios de combater o usurpador". (8) Era diminuir demais o decoro nacional. Toda gente sentia que a grande preocupação de D. Pedro era Portugal. Pelas colunas da "Aurora Fluminense", Eravisto da Veiga dizia a respeito da revolução que derrubara Carlos X de França, em 1830: *uma circunstancia havia para que a colera do povo brasileiro fosse mais forte, mais profunda contra o poder do que a que mostravam os francezes depois das celebres ordenanças, a respeito de Carlos X e sua familia... o amor proprio nacional tem sido no Brasil pisado aos pés pelos homens de privança, pelo partido que goza e tem gozado da especial confiança de quem governa... as suas ações, os seus movimentos, as suas menores palavras (de quem governa...) tudo é anti-nacional, tudo revela o desprezo, a aversão por esta terra que se revelou.* (9) O anti-nacionalismo do Príncipe e de sua grei era a nota constante. D. Pedro como que se sentia "envergonhado" de presidir os destinos do Brasil. Era o que sustentava o grande publicista da época: *nada mais insuportavel do que o jugo estrangeiro e é estrangeiro todo aquele governo que tem horror à nação a cujos destinos preside, que se envergonha de pertencer-lhe.* (10) Barbacena, em documento famoso, poucos meses antes do Sete de Abril, advertiu, batendo na mesma tecla: *identifique-se com os brasileiros; separe de junto de sua pessoa e de sua casa essa quadrilha de portuguezes que o tornam inimigo da nação.* (11) Em vez de ser citado como reacionario, D. Pedro era sempre apontado como anti-nacional. Ele nunca foi, em verdade, um absolutista. Era mesmo um temperamento liberal. Um liberal a seu modo, convem esclarecer. Seu liberalismo era mais de sentimentos do que de idéas, como disse Otavio Tarquinio. (12) Sua biografia registra varios episodios autenticamente liberais. O que faltou ao Bragança foi a inteligencia precisa para contornar uma situação originariamente difficil de ser mantida. O grande e delicado problema consistia em ter sido o Brasil um país que se tornou independente tendo como libertador e seu primeiro chefe de governo o Príncipe-Herdeiro da antiga Metropole. A presença de D. Pedro à frente dos destinos brasileiros significava que não estavam definitivamente cortados os laços que ligavam a monarquia brasileira à Casa Bragantina. Quem fica é Portugal, diria depois o anti-lusitano Manuel Bomfim. (13) Afirmação verdadeira. Verdadeira também é a afirmação de que sómente o Príncipe teria podido conservar a unidade brasileira. Daí ter sido o Sete de Setembro uma transação, como afirmou Otavio Tarquinio de Souza, um dos mais interessantes historiadores políticos do Brasil. Transação na qual estava contido o Sete de Abril, *"a menos que por um estranho fenomeno, não se tivesse verificado no Brasil differenciação nacional, ficando o país sem fisionomia e espirito proprios.* (14) Para Tarquinio de Souza, portanto, o Sete de Abril era fatal. Certo, todavia, que o Sete de Abril não teria sido uma fatalidade se, porventura, tivesse D. Pedro qualidades de verdadeiro estadista, isto é, se tivesse sabido habilmente se identificar com a Nação. O combate ao Imperador não vinha do fato de êle ser "português", mas porque nunca quiz ser "inteira e verdadeiramente brasileiro". Não quiz fazer uma política brasileira. Foi, portanto, a incapacidade de adaptação de Pedro I o maior fator da inevitabili-

dade da luta entre o Brasil e o seu primeiro Imperador. Absolutamente impossível seria permanecer o País na situação criada e mantida pela política portuguesa de D. Pedro. O movimento que solucionou o "impasse" era inevitável diante dos erros acumulados. A nação fez revolucionariamente aquilo que o Imperador poderia, talvez, ter feito pacificamente. Não podia, pois, o Sete de Abril "ser uma dessas revoluções economisadas com imensa vantagem, se em certos temperamentos as loucuras da mocidade não fossem necessarias para mais elevada direção da vida", no conceito erroneo de Nabuco. (15) Ao em vez de ter sido uma loucura, uma precipitação, Sete de Abril é uma revolução que tardou. Os homens de responsabilidade de então, Evaristo inclusive, primaram pela moderação e só na última hora, perdidas todas as esperanças de *abrasileirar* o herói do Ipiranga e de fazê-lo voltar ao grupo liberal, decidiram levar para o Campo de Sant'Ana, transformado em Campo de Honra, a manifestação da revolta nacional.

BIBLIOGRAFIA

- 1) — Armitage — (J.) História do Brasil — pag. 205 — S. Paulo — 1914.
- 2) — Leal (A.A.) — O ato adicional in Rev. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro — Tomo especial dedicado ao Primeiro Congresso de História Nacional — Parte III — pag. 133.
- 3) — Souza (O.T.) — Bernardo Pereira de Vasconcelos — pag. 111 — José Olímpio Editora Rio — 1937.
- 4) — Valadão (A.) — Da Aclamação à Maioridade — pag. 22 — Comp. Editora Nacional — 1939.
- 5) — Galanti (R.M.) — História do Brasil — Tomo IV — pag. 259 — Duprat & Comp. — S. Paulo — 1913.
- 6) — Valadão (A.) — op. cit. — pag. 27.
- 7) — Valadão (A.) — op. cit. — pag. 27.
- 8) — Valadão (A.) — op. cit. — pag. 29.
- 9) — Souza (O.T.) — Evaristo da Veiga — pag 141 — Comp. Editora Nacional — 1939.
- 10) — Cabral (V.) — História do Brasil — pag. 195 — 11 ed. — Livraria Jacinto — Rio — 1936.
- 11) — Leal (A.A.) — Ato adicional in Rev. cit. — pag. 134.
- 12) — Souza (O.T.) — História de Dois Golpes de Estado — pag. 56 — José Olímpio Editora — Rio — 1939.
- 13) — Bomfim (M.) — O Brasil na História — pag. 510 — Livraria Francisco Alves — Rio — 1930.
- 14) — Souza (O.T.) — Bernardo Pereira de Vasconcelos — pag. 11.
- 15) — Nabuco (J.) — Um Estadista do Imperio — Tomo I — pag. 24 — Comp. Editora Nacional — 1935.

REVOLTA FAUSTO CARDOSO

Sob o título acima publica esta Revista, nas páginas que se seguem um interessante trabalho devido á pena do Dr. José Cupertino Dantas.

O seu autor, á despeito da modestia com que se apresenta, é um dos nossos valores morais, mentais e culturais. Modesto, em extremo, foge sempre da evidencia que é o vinho capitoso dos que cortejam a fama.

Formou-se em direito na Faculdade do Recife, em 1877, fazendo parte da turma de môços illustres, em que figuraram, entre muitos outros, Antonio Pedro da Silva Marques, Menezes Jurumenha, os irmãos Rosa e Silva, Joaquim Inacio Tosta, José Joaquim Seabra, Diegues Junior e Leão Veloso Filho, o ardoroso redator do Correio da Manhã e durante repetidas legislaturas deputado pela Baía.

Contando atualmente 88 anos de idade, dá um raro exemplo, entre nós, de resistência física, moral e intelectual, escrevendo com elegancia, clareza e imparcialidade ocorrencias de projeção politico-social verificadas na sua epoca.

Aliás REVOLTA FAUSTO CARDOSO foi escrita em 1907, pouco depois dos acontecimentos descritos.

O autor agora apenas repassou o trabalho de ha 35 anos, nada lhe alterando, a não ser a ortografia que atualizou esmeradamente.

Com paciencia beneditina copiou todo o trabalho, com letra nitida, uniforme e muito legivel, capaz de causar inveja ao talhe de letra dos que se gabam de tê-lo bem.

REVOLTA FAUSTO CARDOSO

Dr. José Cupertino Dantas

Assim chamavam o movimento político do qual resultou a morte do Dr. Fausto Cardoso e de Monsenhor Olímpio Campos.

* * *

Esta crônica foi escrita poucos meses depois dos acontecimentos, que nela são narrados.

Nos traços gerais e principais dos fatos e sucessos de que ela se ocupa, procurei cingir-me áquillo que geralmente se considerava verídico, qual também, por diversos meios ao meu alcance, me foi dado apreender. Jamais aninhei vaidades e pretensões imbecis, de escrever para ser lido com deleite ou mesmo pouco fastio; nunca me esqueci da sabia advertência do *nosce te ipsum*, para de mim presumir o que não mereço.

Por isso, tímido e acanhado que sempre fui, sem destinar esta crônica á imprensa, a escrevi unicamente para em todo tempo avivar a minha memória e a dos amigos a quem me animasse a mostra-la, sobre fatos de suma importancia, de um notavel periodo da nossa vida politica, — relatados com a veracidade de que me posso jactar, — não só pelo que pessoalmente vi e observei, como por informações apanhadas na pureza de narrações espontaneas, tanto da parte de pessoas dedicadas ao Monsenhor Olímpio Campos, como da parte de amigos do Dr. Fausto Cardoso, uns e outros que em tudo tomaram parte muito ativa, quer também da parte de pessoas estranhas ás duas facções e aos seus manejos. Como afirmação e garantia da minha sinceridade em narrar sem deturpar, segundo o que me parece ser a verdade, devo acrescentar, que procurando reviver fatos daquele periodo histórico tão movimentado, tenho em mente fazer sobressair, destacar, os personagens que nele figuraram, para que sejam considerados como merecem, e para que o julgamento dos fatos politicos da época, possa ser proferido com probabilidade de acerto. Esse julgamento cada qual o pronuncie á luz da sua consciência, segundo o alegado e sabido; o meu, deduzido em parte do que se val lér nesta crônica, fica no meu intimo, inabalavel e inexoravel, e só em caso extremo se externará inteiro; em qualquer hipótese é e será sincero, porque o julgo acertado. Um ideal de justiça me anima em todos os atos da minha vida, me incita sempre a pronunciar-me desassombradamente quando é preciso, ás vezes mesmo sem ser chamado, mesmo na plena certeza de que a minha palavra morrerá no indiferentismo, se não

no desprezo do grande numero. Eis tudo.

Finalizo referindo o seguinte: pouco depois da morte de Fausto Cardoso, seu dedicado primo João Machado de Faro Rolemberg, lamentando aquella morte tragica, disse-me que aquilo tinha sido providencial; que seu primo morrera valorosa e gloriosamente, e a não se ter dado aquella desgraça, ele acabaria louco, não só pelo insucesso da sua acção politica, como principalmente, conforme ele mesmo já tinha amargamente reconhecido, pela frouxidão e certo afastamento dos que mais o incitaram áquella campanha e em quem ele mais confiára.

I

A OPOSIÇÃO EM SERGIPE

As facções politicas que em todos os municípios do Estado se congregaram contra a chapa governista no pleito eleitoral de 1906, grangearam notavel prestigio, após a vitória dos seus candidatos, — tendo um obtido esplendida votação para deputado, entrando o outro áfinal para o Senado, pela depuração do diplomado.

Começaram daí os primeiros passos para a formação de um partido, que desejavam coêso e de bem definida orientação, como aconselhava a perspectiva de lutas, que necessariamente se travariam na primeira oportunidade.

Animados os seus arautos pelas multiplas demonstrações de favoritismo que o governo da União facilmente dispensava á incipiente agremiação, não se descuidavam da constante e enfatica ostentação do seu valor, e, reneas soltas ao irrefreavel entusiasmo, sempre revigorado pelos ardentés incitamentos que lhes vinham do Rio, asseguravam com os melhores augurios, que operar-se-ia em breve uma radical e profunda mudança na alta politica do Estado.

Era por isso, que no meado daquelle anno, os boatos de surpreendentes acontecimentos prenunciados para epoca indeterminada, mas proxima, pelos ativos adversarios da situação, tanto preocupavam os sergipanos, — uns, empolgados por um otimismo, que já lhes parecia ir transformando os sonhos em realidades, a que só faltava lançar a mão sofraga; outros, amigos do governo, ou interessados na sua permanencia, acreditando naquilo que os ta's propalavam, receiosos, apreensivos pelos males, contrariedades e prejuizos, que anteviam chegar a si ou aos seus. Fora dessas duas correntes eram raros os que, perdida a esperanza de verem normalizada a situação politica do Estado, se retraiam no mais triste desalento, indifferentes aos movimentos contra o actual estado de coisas, sofrendo assim, com ingente esforço de alheamento e despreocupação, sentimentos que se não pôdem facilmente sopitar, quando se considera o desenrolar dos negocios publicos, que a todos iniludivel e patrioticamente interessam.

Levando-se em conta a predileção dos brasileiros pelas agitações politicas, bem como a acção constante e quasi sempre effiz dos que sabem se

arvorar em chefes de grupos, ou em agitadores da opinião pública, facilmente se compreenderá, que atuando essas razões, tenham surgido incentivos suficientes para que a opinião geral se levantasse no sentido desejado.

O elemento feminino, que em certos momentos históricos, influenciado por uma psicologia de difícil penetração, exerce às vezes ação preponderante sobre a marcha dos acontecimentos e sobre a determinante de atos com os mesmos relacionados, mostrava-se na capital excitado desmedidamente por aqueles boatos, propalava-os com desassombro e vivacidade, e devido negativamente a esse importante concurso, as adesões á opposição iam surgindo com facilidade, cada vez mais entusiasticas, mormente da parte daqueles que, por delicadeza ou condescendencia, se comprazem em aplaudir o belo sexo nos seus ajvorosos tão espontaneos e innocentes; ou da parte dos que, na falta de mais distinta novidade, á essa se apegavam com risos francos e olhos fechados. Alguns governistas, cuidando diminuir a importancia e o valor dessa cooperação, de que os opposicionistas advertidamente se aproveitavam, diziam, chasqueando, que aquilo era influencia da moda, que até de motivos politicos se prevalece para exhibir alguma das suas inumeras feições. Como quer que seja, o que se viu, o que a chronica da bulçosa e irrequieta Aracajú hade em todo tempo despertar á nossa reminiscencia, foi que, naquele tempo, se emparelhando aos próceres da opposição que se desencadeiava vigorosa, o elemento feminino, por influencias occasionais, sem duvida, sem poder se esquivar ao afan natural de sobressair, auxiliava com ostentação o nascente e vigoroso movimento politico contra o governo estadual, sem se inquietar com a extravagancia da moda, suggestionado como estava pelos prenuncios de extraordinarios acontecimentos, e que trazia agitada a sociedade sergipana na capital e no interior.

II

A BÔA NOVA

A casa do velho João Madureira, empregado aposentado, foi invadida pelas irrequieta meninas Lemos, — uma perpetua juventude na imutavel escala dos 30 a 40 — que com alacridade chamavam pela amiguinha Zizi, filha unica do Madureira, para lhe comunicarem que o Antonio Mota havia ha poucos instantes recebido telegrama do Rio — e já tardava — dizendo que o Doutor Fausto Cardoso havia embarcado para cá.

Falando todas ao mesmo tempo, cada uma coñtando uma minudencia sobre a noticia que, davam aturdiam D. Genoveva e a filha quasi sufocada pelos repetidos e apertados abraços.

D. Genoveva, receiando que aquella exaltação enlouquecesse as amigas, interrompeu-as, contendo a algazarra que faziam: "mas o que é isto, quem foi que embarcou?"

A' essa pergunta, responderam todos: "foi o Dr. Fausto Cardoso.
* Viva a liberdade, viva Sergipe".

E lá se foram, rua acima, rindo, falando alto, a todo mundo transmi-

tindo a boa nova, que para muita gente já não era novidade, tão velozmente correu a notícia telegráfica.

III

DESABAFO OPOSICIONISTA

Dai a instantes o noivo de Zizi, o jovem Marcelo, entretelado em agastado colarinho da moda, que contrafazia-lhe a posição do pescoço e trazia-lhe as orelhas em fogo, entrava radiante na casa do futuro sogro. D. Genoveva o abraçou pela primeira vez.

Após naturais expansões concluiu ele: "agora sim, realizarei os meus sonhos doirados. Quanto for nomeado Inspetor da Alfandega, ou promovido a 1.º escriptorário da Delegacia Fiscal, me hei de rir na cara desse infimo sobaina nulo, ingrato de marca maior".

Quasi ao mesmo tempo entrava o Madureira; trazia à família a novi que corria de boca em boca, e que a quasi todos arrebatava em transportes de indefinível alegria. Ele mesmo, conhecido como Olimpista da gema, foi abraçado muitas vezes por velhos amigos e até por gente com quem nunca teve tantos afagos, dizia depois. Era uma estatua a receber abraços a contragosto; e por fim ia se tornando visivelmente agastado, e apossava-se no caminho da casa, para se livrar daquele aborrecimento.

Entrando sem ser visto, ouviu as ultimas palavras do moço. Ultimamente eles vinham tendo ligeira discussões sobre a politica do Estado; mas dai nunca resultou azedume, que sem a certeza da vinda do grande homem, pensava o rapaz, era prudente ser comedido.

O velho não se conteve: "ora, meu caro senhor, não se leve pelo fugaz entusiasmo em que por aí andam homens e mulheres, nem julgue que o Dr. Fausto, apesar do seu talento e do prestigio que tem perante o governo geral, possa arranjar-lhe a nomeação que o senhor espera; uma, porque o senhor não tem concurso de fazenda, não é do quadro; outra, porque é muito menino e portanto não pôde ser nomeado para qualquer dos cargos, que acaba de indicar". "O senhor ha de ver; não imagina que homem é aquele; não é o nulo do vigário.

No Rio vi as coisas de perto, e me não mandaria para aqui espera-lo, se não tivesse força para fazer tudo o que deseja". "Queira me dizer porque chama ao Monsenhor de nulo, ingrato e não sei mais o que, replicou o Madureira com ligeiro tremor na voz e nos labios, sentando-se, sem tirar o chapéu, atravessando o guarda-chuva sobre as pernas".

E o moço enfrentando-o, respondeu-lhe ao pé da letra: "nulo, porque nada obtem para Sergipe, pois não é prestigiado pelo centro, nem pelo bloco; ingrato, porque tendo eu mandado uns artigos para a "Polha", em louvor à sua politica, (ainda hoje me arrependo"), não permitiu que fossem publicados. E que emprego prometia-me? O de reles amanuense, quando houvesse vaga, e lá para as calendas é que eu teria uma promoção, quando devia ter logo me nomeado official maior da secretaria, afim de me promover

a secretário geral no governo do irmão, eis tudo”.

O senhor João Madureira, por ser a calma personificada, pôde conter a revolta que lhe assomava na alma ao ouvir as desarrazoadas e injustas recriminações do futuro genro. A mulher e a filha, que liam na fisionomia do velho os seus íntimos pensamentos, não podiam occultar a inquietação que sentiam ante a divergencia radical do pensar dos dois.

Zizi, em viva afflicção fazia com olhar suplice, sinais ao noivo, para não prosseguir naquella desandadeira. D. Genoveva interveio com o que julgava ser um derivativo, e que entretanto a arrogancia do futuro genro tornou um desastre. “A proposito, dirigindo-se ao marido, ontem á noite, em casa da prima Santinha, o nosso compradre Serafim Moreira, que é um dos deputados mais dedicados ao Monsenhor, garantiu-me que na proxima reunião da Assembléa passará uma lei revisora das aposentadorias, e que pelo projeto já elaborado a tua será sensivelmente melhorada, afiançando-me que o projeto só foi lembrado em consideração a ti e a outros amigos leais, pois bem sabes que o teu chefe não se esquece nunca dos bons companheiros de lutas”. “Vão se fiando nestas labias, replicou o Marcelo em cima das buchas; como sabe que o Dr. Fausto aí vem e que a oligarquia, desprestigiada, ha de ruir, fulminada pelo seu verbo ardente, procura agarrar-se a qualquer taboa de salvação, e toca e engabelar os amigos ludibriados, a tentar ressurgir esperanças de melhores dias no animo dos oprimidos e desprezados, para vêr se desta fórma consegue despertar simpatias e firmar-se na chefia absoluta. Está enganado, que aí vem o nosso libertador, para enxotar do governo os nossos opressores, estes déspotas. Venha, que o coração dos serginapons se abrirá para recebê-lo na mais exuberante expansão dos seus leais sentimentos”.

Parou, tomando folego. Zizi mostrava-se tímida, mas intimamente estava radiante; a velha indefinivel, e o Madureira de pé, rubro, gaguejando de raiva mal contida, respondeu de modo brusco e desdenhoso: “não incomodam os sonhos e desvarios de ninguem; bem podia sem ofender os brios dos homens dignos, festejar o seu herói de ocasião, entoar os seus melhores canticos ao sol brilhante, que julgam vir clarear os seus torvos horizontes politicos.

Acho melhor que mudemos de conversa; dê licença que me vá pôr á fresca”. E saiu da sala aos encontrões nos moveis, resolvido a não mais perder tempo em discurtir com aquelle exaltado.

D. Genoveva parecendo com um gesto sem intenção, indicar a porta da rua ao futuro genro, disse-lhe baixinho, ligeiro compondo um ar de bondade materna: “compreendo e aplaudo os seus sentimentos; mas, deante de meu marido contenha-se um pouco; sim, scudiu Zizi, seja mais moderado, que por fim, quem sabe? papae poderá modificar as suas opiniões”. “Sim, contemporisarei, e... deem licença”.

Ele estava ansioso por se reunir á súa dos rapazes da sua roda, esperanças-do futuro, allicerces, — se jaetavam — sobre os quais erguer-se-ia a grandeza do torrão natal, e mais ansioso mesmo por trocar duas palavras com o fogoso Antonio Nota, agora tão procurado, e que pelas columnas do

Jornal vinha despedindo raios contra o governo estadual, e entoando hinos, em antecipada saudação, á alvorada que ia sair nos horizontes politicos de Sergipe.

Ele que vinha se tornando por isso a alma do movimento, via nos ultimos dias a sua força e importancia pessoal se afirmarem numa evidencia de ensuberecer.

IV

EXPANSÕES OPOSIONISTAS

Reinava na cidade uma efervescencia indescritivel. Por toda a parte era recebida com alegria, que tocava ás raias do delirio, a alviçareira noticia trazida pelo telegrama da manhã.

O Antonio Mota, numa atividade inegalavel, expedia aviso aos correligionarios, comunicando-a e lembrando o recolhimento do produto das subscrições para as festas do programa e onus posteriores da hospedagem. Em poucos momentos o fio electrico cingiu todo o Estado no mesmo delirio, pela vinda anciosamente esperada daquele que, na afirmativa dos inumeros pregoeiros, so cogitava de nos assegurar o bem estar, de nos restituir a liberdade perdida.

No interior crescia o entusiasmo e ia se avolumando o numero dos seus parentes e amigos da infancia. No Riachão o padre Fonseca, depois de enxugar o rosto banhado em agua Florida, para amaciar a cutis, e de perfumar os cabelos de ebano com o predileto Barboza, dava passadas de quilometros, ora na sala, ora na calçada, pouco comunicativo, afagando pensamentos de predominio na terra dos aristocratas, os quais havia de sepultar no estracismo *per omnia secula reculorum*.

O coronel José Sebrão desceu á toda da Itabaiana, tão apressado que quasi se esquecia de arrumar no portamento um cascudo requieirão, que lhe mandaram das catingas, e que seria o seu valioso cifrão da testa da lista a seu cargo. Seu pôvo viria atraz.

Fazia o maior empenho em deixar na bagagem o prestigioso coronel Ferreira, e portanto convinha estar com antecedencia no Aracajú, para ir preparando o terreno. Do Rosario partiam dois pretendentes á chefia local; um com a lista de candidatos a empregos locais, incompleta á falta de tempo, a se entender em Propriá com o primo, farmaceutico Serapião, numa oportuna solidariedade da familia; o outro em direção á Serra-Negra, para se apadrinhar com o Dr. Leandro Maciel (que pelos serviços politicos era entre os seus chamados o "conselheiro") levando como archo de valor as cunhas de que dispunha.

Nas Dores o padre Justiniano, um pouquinho desconfiado do padre Dantas, com quem tivera um atritosinho a proposito da ultima eleição, concertava planos com o Vicente Porto. O padre Dantas em Maroim, apresentando aos que o rodeavam, cartas sempre dobradas do Presidente da Repu-

híica, dos ministro e dos chefes proeminentes do bloco, expunha sem rebucos nem ambages, com exuberancia de inconveniencias, o fim principal da vinda do Dr. Fausto: — a deposição do presidente — cabendo-lhe de direito, — batia nos peitos — a curul presidencial, pois a si e só a si, devia a opposição ter conseguido um representante na Camara e outro no Senado. "O Olimpio, concluiu enfaticamente, já bafeja a defunto, e o general de palha goze muito quietinho o resto do seu mandato, que em Sergipe (pausando cada palavra) nunca mais será coisa alguma".

Remoçava o velho doutor só com a certeza — eram favas contadas — da derrota, do aniquilamento do Olimpio. O Olegario foi encarregado dos arranjos da casa á rua de Pacatuba, convertida pela boa vontade de todos em palacete, onde se hospedaria o Dr. Fausto. As listas não chegaram tão gordas quanto se esperava. Para adiante tudo se arrumaria de melhor fórma, dizia o Antonio Mota, sempre rubro, suado e expansivo.

V

OS AMIGOS DO MONSENHOR

Que tristeza, que desolação entre os amigos do Monsenhor!

No palacio do governo parecia que até o acetileno entrava em defecção, pois negava-se a dar luz.

Tambem, para que! lá já não apercibia ninguem!

Encerrado o expediente, o feio casarão ficava mergulhado num isolamento, numa solidão de morte.

Monsenhor notou que naqueles ultimos dias, pouco a pouco ia diminuindo o corninboque da porta da rua, bem frequentado outr'ora, mesmo na ausencia do dono da casa, e que o mano presidente dizia agora, que eram preferiveis as delicias singelas da Cápua ás glorias que cercam os governos.

Ele já não cochilava; nem por isso tinha a lingua mais solta, e ás vezes, como que movido por secretas contrariedades, tornava-se rispido e descortez por coisas de nonada.

O Herculano Samango, que ao velho habito daquela prosa nunca faltou, observava muito sisudo: "está tudo desencadernado".

VI

PROGNOSTICOS INQUIETADORES

Apreensiva interrogação, traduzindo terrivel duvida, assaltava o animo daqueles que não se deixam arrastar pelo torvelinho estonteante de interesses partidarios e que por isso vivem afastados do movimentado e contraditorio cenario politico. Entre si perguntavam temerosos o que resultará da visita do Dr. Fausto aos seus eleitores?

Anunciados *urbi et orbe* todos os intuitos da sua vinda, aquela interrogação um tanto ingenua, tão simples na sua naturalidade, significava na

ampla subjetividade da sua compreensão, um mundo de duvidas, de incertezas, de convulsões e perigos de toda ordem, lóbrigados nas brumas de um futuro incerto e tenebroso, conhecido como era o temperamento do fogoso deputado, que no meio excitado dos seus amigos, vinha encontrar motivos para impetos e impulsos, que nem sempre, nem a todos é facil refrear.

Ele, en vaidado pela vitoria das urnas, sonhando, sem duvida, em mui legitima aspiração, altas posições e renome; afagando, porventura, sentimentos de vindicta contra a situação politica, que o excluira da legislatura anterior e o guerreára na penultima eleição; prestando ouvidos aos planos grandiosos da triade Mota, Dantas, Olegario, que não cessava de chama-lo a Sergipe, onde seria glorificado, compenetrou-se de que podia conquistar o Estado com arroubos de eloquencia, eficazmente fortalecido pelo amparo moral, e até, se a tanto fosse preciso recorrer, pelo braço potente do Presidente da Republica.

Desatendendo os conselhos cautelosos do Senador aliado, embarcou com o fim de depor o Presidente do Estado, — dizia abertamente o padre Dantas, devendo tambem, acrescentavam, presidir á organização de um partido de regeneração e progresso. Entrava nos calculos desses grandes influentes, aproveitar os elementos heterogenos, que por aí vivem desordenados, dispersos, abandonados dos seus chefes, massa facilmente maleavel nos primeiros momentos de uma organização.

Antecediam-se nos planos e combinações, contando que o chefe da futura agremiação politica, não se esquivaria ao bom alvitre de se conformar em tudo com as sugestões dos seus amigos incondicionais.

Ah! não contariam demais com a cega aquiescencia do amigo, que certamente não abdicaria a calma previsão, a simples prudencia de chefe do partido, para se deixar levar, apesar da muita e sincera gratidão, que aos seus manifestava, para se deixar levar por manejos irrefletidos, por apressadas combinações de campanario?

VII

CHEGADA DOS AMIGOS

Começaram a chegar os correligionários, que vinham á recepção do chefe. Os laranjeirenses, sobresaíndo sempre, faziam a sua entrada triunfal com avultado numero de cavaleiros radiantes, empertigados em árdigos ginctes, fazendo curvetas, percorrendo as ruas principais, para firmarem a primazia politica, que de direito deviam ter, por ter sido a sua cidade o berço da democracia sergipana, diziam com orgulho. Muitos que vinham tomar o vaporzinho em Maroim, aboletados no hotel da Maria Machado, tão aspivitados estavam, entretidos nas discussões que entre eles iam surgindo, que, nem todos, soado o ultimo apito, se lembraram de regatear as contas da boa prêta, propositalmente puxadinhas. A Capital regorgitava de adventicios alegres, com fisionomia e modos de vencedores. Por generosidade alguns contavam pelos dedos os dias de vida do governo, que certamente não seria preciso depor, pois cairia por si, estigmatizado e podre.

VIII

ESPÍRITO DE OPOSIÇÃO

Os partidistas amestrados, que se prezam de conhecer os recursos mais reconditos da politicagem e que por isso escolhem com segurança os seus meios de ação, procurando interessar grande massa de povo nos seus movimentos políticos, (sem entretanto cogitarem de esclarecimentos sobre os problemas nesses movimentos envolvidos) com o fim de angariar faceis adesões, — o que é meio caminho andado, — costumam desenvolver a atuação dos seus intentos em uma ensenação entremelada de retumbantes imprevistos, promissora de festas e alegrias, sabendo assegurado o exito da empreza, pela experiência e observação, que de longe vêem amadurecidas e que lhes são familiares.

As novidades, as esperadas surpresas agradaveis, que daí podem e devem surgir, revelam uma das faces da psicologia do momento nesses casos.

Quando habilmente dirigidas, aproveitando todos os elementos de vida, de successo, as oposições despertam entusiasmo, proselitismo, que crescem e se expandem na razão direta da capacidade dos arautos; mas, quantas vezes se observa que enfraquecem ou desaparecem ao primeiro contra-choque da falsa fortuna!

Qual a idéa que movia na capital toda essa multidão alvoroçada e que vibrava nas fibras dos que, não podendo vir á recepção, ficaram se regosijando entre os penates, uns e outros antegosando, num platonismo que mais parecia uma obsessão, as delicias, o desafogo, o bem estar da era que aí vinha? O sopro de revolta, de repulsa, de animadiversão, habil e tenazmente insuflado no animo do povo, em arroubos eletrizantes e comovedores, pelos adversarios do governo, pelos que se diziam oprimidos e clamavam pelo imperio da lei e da justiça, se expandindo com violencia numa atmosfera pesada, saturada pelo próprio governo de atos de força e prepotência, de quem se julgava superior ás leis e forte bastante para dominar as veleidades de independência e liberdade de pensar, que esporadicamente irrompiam; aquelle sopro de revolta prenunciava uma tempestade, um cataclismo cujas consequências os influentes asseguravam com o vigor da certeza, seriam rasgarem-se nóvos, brilhantes e livres horizontes no nosso meio social e politico.

E isto bastava para a todos inflamar e superexcitar, faceis descontentes que somos, na esperança de melhores dias.

IX

ENTRA O PAQUETE

A atalaia deu sinal de vapor ao sul.

Os inumeraveis olhos que desde cedo se estiravam na direção da barra, avistando o sinal, deram aviso aos guardas dos rojões, que atacaram girândolas e mais girândolas, annunciando que se aproximava a hora anciosamente

esperada, do desembarque do festejado patriota. A cidade foi sacudida por irreprimível emoção, que mais tarde tocava ás raias do delirio. Moças corriam ás casas visinhas, pedindo alviças, que não eram pagas, porque todos tinham ouvido o espoucar anunciador; outras iam combinar com as amigas para saírem juntas; e até uma foi vista, nesse divagar estonteado, já de pente na mão para desembaraçar o cabelo.

Era uma loucura generalizada, era a hem caracterizada desencadeação do Herculano.

No enorme bulício em que a cidade se agitava, as mulheres, não tanto pelo numero como pela vivacidade, tinham indiscutível preeminencia, seguidas de perto, acompanhadas nas expansões pelos políticos mais esquentados e pelos ativos e incansaveis cavadores de negocios e empregos.

Alguns negociantes, na duvida de mudança da situação, conservavam-se em expectativa simpatica, receiosos de agravação de impostos, ou que lhes continuasse a ser facilitado lançar o véu bemfazejo da condescendência governamental sobre os olhos perquiridores do fisco; construíam *in mente* uma ponte para a salvadora travessa da hora decisiva, e assim garantidos no presente e para o futuro, seria naquele momento extempornea qualquer manifestação. Os empregados publicos e os que vivem das graças do governo, retraíam-se, procuravam o desvio de uma posição, em que não se aventurassem ao desagrado, se não ao castigo, e que nem lhes barrasse o caminho, que de futuro se abrisse em outra direção. Restavam para ostensivamente acompanhar os chefes mais salientes e o seu farracho feminino, além da turba chegada do interior, os que de todo perderam a esperanza de serem aproveitados pela politica dominante. — os vaidosos e ambiciosos, que se pavoneavam de merecimentos que lhes escasseiam e bradam porque não são escolhidos para as mais rendosas e distintas colocações, — os despeitados, que se insinuando com ares de fingida solidariedade, foram repellidos pelos que conheciam-lhes as artimanhas, engrossado o grupo com uns descontentes por qualquer motivo, que ninguem sabia, nem talvez eles proprios.

Era o lastro comum ás chamadas reivindicações politicas. As girândolas não cessavam de mandar aos espaços azues do céu sergipano, as mensagens propicias da redenção, que a todos sorria com o raiar do astro fulgurante — o Dr. Fausto Cordoso. Em notas de harmonias nunca ouvidas, traduziam as charangas os anhelos de um povo sequioso de liberdade, bem estar e paz e o Dr. Fausto trazia tudo isto. Zizi queria, ao menos de longe, assistir o desembarque, em companhia de alguma amiga, — uma calsa tão simples, exclamou a velha. Mas o Madureira se opôz, considerando isso uma perfeita manifestação contraria ao seu chefe e amigo — "Cada qual nos seus arrabais", disse firme e saiu para a casa do chefe. Como se estivessem combinados, outros amigos compareceram ali á prosa fria, desanimada, enquanto fóra tudo eram festas ruidosas, nunca vistas em Sergipe. Nenhum puxou a cadeira para a calçada; ficaram mesmo na sala e no corredor.

A APOTEOSE

A bordo foi o Dr. Fausto atracado por abraços, que parecia não teriam fim. Ah! excitado, na ponte esperavam-no com mais ardentes expansões, empavezados chefes locais, alguns deles para mostrarem antigas intimidades ou parentesco, o suspendendo em impulsos extra expressivos. O Antonio Mota e o Olegario impacientes, foram a poder de cotoveladas abrindo passagem na enorme massa compacta. O padre Dantas se adiantara, fazendo espirito e contando anedotas às moças desenvoltas e aos meninotes futeis que o cercavam. Vibrava o povo em delirio. Muita gente rouca de dar vivas e úrras. Moças pelas janelas e em filas duplas pelas calçadas, lançavam confeti e petalas de rosas sobre o cortejo, dando vivas, batendo palmas. Pareciam crianças loucas, soltas, na desenvoltura da innocencia, empenhadas em fantastica batalha de flores e risos. Os homens, mesmo os mais graves, mesmo os mais acanhados tabaréus, saíram do sério; e mais tarde, no chalet se comentava com espanto, que o velho conselheiro abraçou a uns e correspondeu a alguns cortejos. Pouco adiante do Hotel Brasil veio, palido de emoção, ao encontro do colega, o seu companheiro de república no Recife, o Dr. Bessa, recebido com aclamações, pois era adversario do Monsenhor, o que na ocasião o tornava sumamente saliente e querido.

O encontro dos dois amigos, que se estreitaram em demorado amplexo, se beijando, deteve por momentos o enorme cortejo, provocando ruidosas aclamações; os confetis choviam sobre eles, enquanto as charangas tocavam o hino sergipano por ordem do Antonio Mota, que gritava: Tóca, tóca, que aqui não temos musica do governo; é nossa. Foi um momento indescritivel.

Lenços que ha pouco acenavam sos ares, agora ensopavam-se de lagrimas jubilosas, que corriam por faces suarentas e rosadas.

E o cortejo, acrescido á cada passo, chegava, imponente, ao palacete da rua de Pacatuba!

XI

INTUITOS DA OPOSIÇÃO

Após o necessário descanso, um moço nervoso e pouco senhor de si, leu de corrida uma ligeira saudação ao "abnegado patricio, que vinha salvar o querido Sergipe! Da sala ao jardim e á rua reinava enorme sussurro, que não havia psius que os fizessem cessar; o orador não podendo mesmo ouvir bem o que dizia, fez ponto, antes de tempo.

Tomando ares de gravidade, ofereceu uma linda cesta de flores ao Dr. Fausto, que o abraçou com muitos elogios.

Toda a sala bradou exigente: "fale o Dr. Fausto, fale o Dr. Fausto; até houve um que se lembrou de dar-lhe a palavra.

O Mota e o Olegario qualificaram aquilo de imprudencia e incivildade,

e que servido o jantar, como fôra anunciado, não se devia massar daquela forma a quem havia feito uma viagem, na qual muito enjoou. As moças, desatendendo os pedidos e afrontando a rispidez do Antonio Mota, gritavam como desesperadas: "fale o Dr. Fausto, fale o salvador da nossa terra".

Impossível, disse ele, deixar de satisfazer naquele momento os desejos dos amados patricios e das gentis patricias, que ali se premião para aplaudí-lo; impolitico seria esquivar-se áqueles anhelos, que considerava como delicadas ordens; a recusa desgostaria desastrosamente aos que vitoriavam-no com tanto entusiasmo.

Apezar da impropriedade da ocasião, — sentia-se devéras indisposto — resolutu, subiu ao sofá sendo saudado por vivas prolongados e salvas de palmas. A centelha do genio, que sempre iluminou-lhe o cerebro, parecia naquele instante brilhar com mais vivo fulgor. Era um orador completo, de vasta erudição, com que enriquecia os pensamentos, imaginação fogosa, numa digão que enfeitava, com uma expressão fisionomica, que atraia e empolgava quem mais de uma vêz o tinha ouvido, dizia convicto, que ele nunca estivera tão eloquente, tão fascinante, tão sublime.

Aplaudido delirantemente, como que era arrebatado numa torrente vertiginosa, que não podia dominar, transfigurado, infundindo mesmo um terror indefinivel. Num surto de irrefreavel arremesso patriótico, terminou a maravilhosa oração, concitando os sergipanos, que "ha longos anos sofriam o jugo humilhante de setrapas ignorantes e brutalmente despoticos a unirem-se em libertadora revolta contra a prepotencia traculenta, que envilecia os nossos brios; concitando-os ainda a se utilisarem das suas energias indomáveis, dos seus braços invenciveis, encaminhando-se com sigo ao palacio, onde um governo inepto degradava o amado torrão natal, a terra que guardava, como reliquias sagradas, os restos saudosos dos nossos antepassados, para, em honra a Sergipe, expulsarem do governo o detentor que nos envergonhava e infelicitava. Marchemos, marchemos, bradou".

Bravos estrepitosos resoavam de todos os lados.

Saltando do sofá, decidido, deu uns passos em direção á porta da rua, ainda bradando: "marchemos". Ninguem se moveu. Alguns estavam tolhidos, frios, não lhes tendo entrado nos calculos aquela precipitada resolução; outros enfiavam o olhar em direção ao refeitório, manifestando com esse mudo sinal expressivo, que eram de parecer que se devia deixar a jornada para melhor ocasião, e que ali não se achavam para tanto.

"E ainda me censuram por eu francamente declarar qual o intuito que o trazia a Sergipe", observou o padre Dantas em um grupo de marceneiros. "E' muito precipitado", disse o chefe do Buquim ao ouvido do compadre, candidato á Exatoria.

XII

O BANQUETE

Cochichando o Antonio Mota e o padre Dantas, este se adiantou, atirando pilhéculas para todos os lados, e dando o braço ao Dr. Fausto, que estava

imóvel, pela surpresa daquele retraimento após calorosíssimos aplausos, segredou-lhe risonho: "esta gente é do *primo vivere*, e o foi conduzindo ao refeitório.

Concluindo ligeiro colloquio com o velho conselheiro, a cujo lado se sentára, disse-lhe o Dr. Fausto, que se naquele lance tivesse encontrado meia dúzia de rapazes, como os do Rio, que sabem com firmeza e coragem sustentar as suas convicções, teria imediatamente deposto o presidente. "Não passou do tempo", observou o conselheiro. Muita gente educada que ali se achava, não podia disfarçar o aborrecimento que lhe causava o desembaraçado assalto ás cadeiras que ladeavam a mesa do banquete, e aquilo mais estranha e desagradável impressão devia produzir em quem estava habituado á uma sociedade cerimoniosa e distinta. As moças, sempre gentis, que se ofereceram para servir o banquete, não podiam se mover desembaraçadamente no espontaneo e agradável afazer, tal a aglomeração no refeitório, a maior parte dos presentes á espreita que se desocupasse uma cadeira; os rapazes em animado *flirt*, dirigiam amabilidades e cortezias ás serventes, e por gracejo lhes arrebatavam os pratos, servindo-se mesmo de pé, e até alguns dispensando o garfo, sem que entretanto tivessem previamente indagado se havia dispensa da mais rudimentar etiqueta.

As outras moças que ali estavam por curiosidade, achavam em tudo muito chiste e iam fazendo engraçadas observações aos grandes nadas que as entretinham; a alegria e o riso reinavam francamente em todo o chalet e a alacridade do rumor era ouvida até á varanda, até á rua.

Com alguma dificuldade se pôde conter o padre Fonsêca, que dava botes para falar, afinal acomodou-se, e na oportunidade da pragmática, levantou-se para em nome do povo sergipano, de quem se declarou interpetre ímerito, saudar ao eminente parlamentar, ao grande patriota, etc. etc., e por aí afóra em louvaminhas mui batidas. Extranho movimento se propagou entre os que, esperando que se servisse a retardada segunda mesa, se achavam na varanda trocando impressões, esboçando esperanças. Um dedicado, qual pregoeiro de boa nova, gritou daí para um grupo que estava no portão: "o Dr. Fausto vai falar". Os mais retraídos entraram nessa ocasião.

Agradecendo ele a saudação dos sergipanos, pelo orgão do seu distintíssimo representante, a todos agradecendo a brilhante e cativante recepção que lhe fizeram, os obsequios e carinhos com que o cercavam, declarou ser aquele o dia mais feliz da sua atividade politica; que tinha a ventura, chegando á terra amada, de encontrar amigos extremos, prontos como ele ao sacrificio pela prosperidade do idolatrado Sergipe, por cuja libertação da negregada opressão, que o jugulava, empenhava todas as véras de sua alma, todas as audacias do seu patriotismo, oferecendo em holocausto ao seu ideal a sua propria vida, se preciso fosse. Disse, terminando, que teve a suprema satisfação de encontrar, não somente amigos, mas também irmãos, a quem estava unido por laços que abraçavam um passado de convivencias intimas no seio da sociedade e na esfera da intelligencia, irmãos pelo coração, pelo mesmo modo de sentir e pensar o Dr. Bessa e o padre Dantas, — que naquele momento enfrentando o vulto respeitavel do conselheiro Leandro, cuja coragem e

entusiasmo, próprios de um moço sonhador, tanto lhe haviam animado na luta encarniçada em que vinha se empenhando desde a campanha eleitoral; enfrentando-o, nele revia, nele encarnava a memória sagrada e querida de seu pae, de quem o Dr. Leandro foi amigo fraternal. Falou por entre aplausos estrepitosos e vivas extemporaneos, que o interrompiam e lhe cortavam as palavras. Até para isto já tinham mui depressa perdido a cerimonia. Alguns, satisfeito o *primo vivere*, atendendo aos expressivos acenos dos impacientes, iam lhes cedendo as cadeiras.

O padre Dantas por jovialidade comendo doces como um desesperado, foi dos ultimos a se levantar.

XIII

PASSOS POLITICOS

Até alta noite estrugiam foguetes, movimentada a cidade pelos grupos que se expandiam por toda a parte, em inebriante alegria.

Nos dias seguintes começou para o palacete da redenção (era uma honra que tributavam ao chalet) um vái-vem, uma romaria, que á noite tomava maior vulto. Ali, por entre risos de mofa e comentarios de critica, se entrou a notar, que certos politicos, esses que sabem tomar o ar e a pose de gente séria, discretamente rendendo bandeiras á opposição, que viam em caminho do triumpho, apareciam á noite, levando ao Dr. Fausto protestos de solidariedade politica, ou de mera simpatia pessoal. A luz meridiana acatavam o governo paternal do Monsenhor; de uma e de outra fórma marombavam de geito, que se tornasse facil e seguro, sem compromissos, o salto final para qualquer lado. Os politicos novatos mais salientes, sonhando com o goso de posições officiais, que lhes dariam ilimitada importancia lá pelos seus burgos, voltavam cheios de si, levando aos correligionarios as gratas novidades anunciadas pelo chefe incomparavel.

A todo proposito se inculcando o grande eleitor do Dr. Fausto e do senador aliado, o padre Dantas... nem se fala... cada projêto!...

XIV

A POLITICA OLIMPISTA

Os pródrornos de bom exito da opposição traziam os olimpistas no mais profundo desanimo.

Todas as apparencias indicavam que o partido governalista ia entrar em irremediavel esfacelamento.

Eram já conhecidas algumas defeções, que para se tornarem insuspeitas aos novos arraiais, ali se exaltavam em indignadas exprobações ao politica autocrata.

De certo, devia ser uma politica tirana detestavel - do Monsenhor, para dessa fórma atrair sobre si a indignação pública e especial reputação dos seus correligionarios.

Por ser de ha muito conhecido, é excusado acentuar o mal crônico da política provinciana, que se apressa em atribuir merecimentos excepcionais áquele que empunha as redeas do governo.

Daí resulta o menospreço, a inobservancia das leis sociologicas, concentrando-se fatalmente a direção geral do Estado, mesmo nas esferas entre si autonomas, na pessoa do detentor do governo, guindado por força da investidura do cargo, a chefe supremo do partido, e que por modestia se disfarça ás vezes no mando, manejando os incondicionais de um directorio sem significação. Cerca de oito anos que Monsenhor Olimpio era o homem de Sergipe, na laudatoria expressão dos seus correligionarios extremados.

Uma politica que não conhecia peias no favoritismo, quer aos correligionarios mais chegados á pessoa do chefe, quer aos mais passivos na obediencia, se desviando na distribuição da justiça e chegando á perseguição aos adversarios mais tenazes, se tinha abertamente acentuado durante esse periodo.

Daí a razão de ser tão odiado, ao mesmo tempo que levantava dedicações incontestaveis.

Uma disparidade bem sensível parece resultará das considerações, que fizemos em torno desse periodo inolvidavel, dessa fase notavel da politica estadual e que, por muito repetidas, passaram á ordem das coisas corriqueiras, pois, consoante o ponto de vista em que nos coloquemos, reconheceremos: — ou que o Monsenhor jamais se desviou das normas usuais dos governos na Republica, procedendo justamente da mesma forma que os seus antecessores, seguindo-lhes o exemplo, como um preceito de que nenhum administrador deve fugir, variando apenas as circunstancias e os efeitos, segundo a especialidade de cada occorrença e a diversidade de cada epoca; ou, se não sairmos de esfera onde imperam os principios democraticos, não deixaremos de estigmatizar os seus processos politicos, porque como os seus antecessores, o seu governo e o dos que obedeciam á sua orientação ostensiva, deixavam que as preoccupações, que inelutavelmente deviam ter pela boa administração, pelo bem publico, pela observancia e applicação dos principios do justo e do honesto, fossem desviadas, deturpadas pela influencia de corrilhos, pelos exclusivos interesses da sua grei, pelas sugestões do mandonismo. Questão de moral politica.

Infelizmente parece que os governos, cegos pela restrição do ponto de vista a que se circunscrevem, se alguma vez procuram agir no campo feccundo da boa e sã politica, ficam a tatear, não podem atinar com a diretriz que os deve levar, como depositarios que são, ou devem ser, da confiança geral, como defensores constitucionais dos interesses coletivos, ao desempenho dos seus inludiveis deveres, com elevação de vistas, imparcialidade e justiça.

Se o observador imparcial, circunscrevendo a sua visão á situação olimpista, nota que alguns atos sobreposeram as boas normas da administração ás exigencias partidarias ou singulares, não acha, entretanto, materia sufficiente, para de tão louvaveis exceções formar, por um processo que se poderia chamar de depuração logica, uma regra que tivesse sido sempre se-

guida. Agora, ressentimentos particulares, que quasi sempre se pavoneando de elevados intuitos, sabem se arvorar em ressentimento publico; o gosto, o veso pelas oposições, (que em certos casos é uma revelação de pureza e inquebrantabilidade de carater) foram explorados com geito e constancia; e eis inflamado o rastilho que ia acender o entusiasmo oposicionista e fazer explodir terriveis iras populares.

O espirito de opposição ia infiltrando insensivelmente o estilete da duvida no animo dos que não se abalam aos primeiros toques, fazendo destarte se avolumar a torrente, que no pensar dos entusiastas, lavaria o terreno infetado, do qual surgiam, em vicejar exuberante, a liberdade e a prosperidade de Sergipe.

Por uma preocupação obsidente, se continuava na intimidade a perquerir, em tom, que só fosse ouvido naquela roda, que altos e superiores motivos arrancaram o Dr. Fausto do seu brilhante posto de defesa ao governo federal, na Camara e na imprensa, trazendo-o a Sergipe com os intuitos belicosos, expressos nos boatos espalhados pelos seus amigos, nos discursos do dia da sua chegada e á cada passo da sua conversação?

Com o criterio de uma observação imparcial, tudo se explica facilmente, á luz de fatos incontestaveis.

Colimando esse resultado, deixemos que as moças se divirtam no seu incansavel bulicio de casa em casa e em caminho do palacio da redenção, cada qual fazendo sobressair as preferencias de simpatia que lhe manifestava o querido salvador; não perturbemos os politicos, engolfados nos seus desejos ambiciosos de dominio sem limites; deixemos os próceres da opposição, em animadas conferencias concertarem planos patrioticos; e apreciemos alguns fatos de um passado bém proximo, enxergando através de um véu ainda tenue, passado que palpita aos nossos olhos perscrutadores, e que por isso pôde facilmente ser exmerilhado nos seus acontecimentos gerais. Aproveitemos o tempo, enquanto se espera pelo dia da solene reunião, na qual devem ser essentadas as bases para a fundação do futuro partido, que já denominaram progressista.

XV

A POLITICA DOS VELHOS CHEFES

Nos primeiros anos da Republica o antigo partido conservador, — que havia franca e patrioticamente adotado o novo regime, — teve honrando as suas tradições de disciplina e coesão, de enfrentar, e sempre o fez galhardamente, as situações dificeis em que os solertes detentores das posições officiais, mais de uma vez collocaram-no.

Não traindo nunca o seu passado, nem fugindo ás suas responsabilidades politicas, os seus velhos chefes, experimentados e respeitados, iam se retraindo e entregando a primazia da direção do partido, ao bom companheiro Monsenhor Olimpio Campos, talvez por ser o mais adaptavel aos moldes do regime e por isso podendo mais facilmente se pôr em contacto com as

altas esferas governamentais e políticas da União. Em consequencia, era ouvida com o acatamento merecido, a sua palavra autorizada, procurada com solicitude nos dias das lutas tremendas, que nobremente sustentaram contra a onipotencia dominante no Estado, implantada do Rio pela espada do marechal de ferro.

A vitoria, depois de alguns anos, corôou tantos esforços. Todo o partido, os velhos chefes á frente, lhe exalçavam os meritos, aclamavam-no herói, por ter ele, para chegar ao fim por todos almejado, tido a astucia na manobra e a complacencia para a entente que o levou ao poder.

No governo procurou consolidar a posição do partido, que em peso não cessava de proclamá-lo benemerito, o fautor da posição, lisongeira em que todos se achavam, satisfeitos, se não orgulhosos, da direção vigorosa que ele imprimia aos negocios publicos e aos interesses partidarios, sem se descuidar de libertar-se de um liame, que o prendia ao seu antecessor, e que a cambiante moral politica, na sua logica de tergiversações, julgava fragilimo.

Satisfazendo os desejos do Presidente da Republica e de acôrdo com os velhos amigos, elegeu o Dr. Fausto Cardoso deputado federal.

Intervindo o Monsenhor para que o Dr. Fausto cessasse os ataques violentos que dirigia na Camara ao ministro da fazenda, foi desatendido, daí se originando frieza das relações entre os dois e que os levou a completo afastamento. Mas, apesar disto, o ministro se malquistou com o presidente, a quem julgava com força para conter o amigo rebelde.

O Dr. Fausto não foi reeleito para a seguinte legislatura. Mais acceso tornou-se o ressentimento, o odio contra aquele a quem chamava o perfido amigo da vespera; mas ele, como distinto sociologo, não devia estranhar, que surgissem divergencias profundas entre adeptos de escolas antagonicas, ligadas por quebradiços interesses de occasião.

Mas... (e um "mas" insidioso ia surgindo no seio da politica dominante) por outro lado os velhos chefes, — não vem ao caso perscrutar os motivos, — empunhando os valorosos bastões de marechais, dirigiam-se áquelle a quem os votos do partido, os seus votos decisivos, haviam elevado á culminancia em que se achava, apelando para a disciplina partidaria, afim de solucionar-se uma grave situação no seio do proprio partido.

O presidente dominado já pelas idéas exclusivistas de mando e prepotencia, que constituem os intuitos que mais merecem o zelo dos governos estaduais, nelas enxergando a sua emancipação de uma solidariedade, que no seu orgulho — parecia-lhe uma tutela, de que devia se libertar naquella tão adequada oportunidade, repeliu duramente os amigos que de boa mente contribuíram para que ele se salientasse na politica geral.

Daí a luta, a cisão, sempre ele vitorioso com a sua idéa de *carvão de pedra*, motivo aparente do rompimento. Nisto passaram-se três anos.

Ia se proder á eleição para o novo periodo presidencial. Não mais dispostos os velhos chefes á uma luta improficua, (pois já tinham a dura experiencia, que luta contra o governo, é dar murros em faca de ponta) sem duvida ponderavam, que se até com o céu ha *des accommodents*, quanto mais com os homens, frageis no pensar e naturalmente acomodaticios, deste in-

constante mundo de transações... E assim, certos de que pensavam acertadamente, descarregaram espontaneamente a votação no candidato do Monsenhor, e seu proprio irmão, que no governo talvez não fosse insensível á essa generosidade, e quem sabe se mais tarde... quem sabe se os sugestivos exemplos ocorridos em outros Estados não viriam justificar plenamente as esperanças envoltas na cortezia?...

Mas o presidente eleito continuou a orientação politica do seu chefe, indifferente aos presenteadores.

Para estes a aliança com o Dr. Fausto Cardoso, que voltava com rara actividade e prestigio á arena politica, surgiu como um caso natural, explicavel, pois não se ignora que do cáus em que desordenadamente se agitam as fações politicas, vão surgindo as agremiações partidarias sem ideal, mais tarde partindo-se e bi-partindo-se pela influencia de principios instaveis, e com frequencia se vê no maravilhoso campo em que a proteiforme politica se exhibe, transformarem-se os aliados de um dia, em adversarios do dia seguinte ao de um interesse melindrado, adversarios ás vezes cordatos, que em momento favoravel podem ainda tornar ás antigas bandeiras. O Dr. Fausto estava nas graças do Presidente da Republica; tudo conseguia do governo, e esse favoritismo grangeou-lhe aurea extraordinaria.

Foi por força desse prestigio aclamado chefe da opposição e do partido que se ia constituir.

O Jornal do ativo e incansavel Antonio Mota, muito naturalmente orgão do partido *inferi*, registava á moda reclame, as nomeações e magnificos arranjos conseguidos para os nossos patricios, exclusivamente pelo chefe prestigioso, amante da sua terra.

Era o chamariz das adesões.

XVI

O PARTIDO PROGRESSISTA

Para se conhecer bem a justa expressão da situação politica do Estado, não é necessario que voltemos a esse passado, que acabamos de perlustrar pela rama, que o esmiucemos nos seus recantos mais velados, onde os nossos olhos não julgaram oportuno ir para observá-lo, receiosos de depararem com incongruências, que não deixaria de ser verberadas, e que poderiam desviar a narração da sua calma trajectoria, sem entretanto trazer-lhe indispensaveis esclarecimentos.

Dirijamo-nos ao chalet-palacete, ao palacio ou quartel general, como por ultimo era chamado, que vái se encher de politicos convocados para a grande reunião em que se organizará o partido progressista.

Já vemos cruzando as calçadas os mal amanhados chefes, locais, de ar arrogante, inchados por se verem metidos em tantas fôfas. Tambem, coitados, não esquentavam lugar; mal chegavam da recepção foram chamados á grande assembléa; e quantas vezes ainda haviam de andar de dêo em dêo!

Precaços das chefias, para embargar o passo ao pretendente ás mes-

mas honorarias, e por isso suportados com paciência e prazer.

Recolhidos no quarto do conselheiro o Dr. Fausto, o primo farmacêutico, o padre Dantas, o Olegario e o Antonio Mota, davam os ultimos retoques no grandioso plano politico, que os preocupava.

O padre dirigiu-se ao Dr. Fausto: "Você será o chefe se não opinar que se escolha alguém de cá, que esteja mais em contacto com os municipios e que...".

"Bem, — atalhou prontamente o Dr. Fausto, penetrando o pensamento do padre, percebendo para onde eram puxadas as brazas, — bem, o chefe supremo será o senador, eu serei delegado do partido no Rio, e organizar-se-á um directorio com os vultos mais proeminentes sob a sua presidencia", dirigindo-se ao padre. "Muito acertado", disse o conselheiro erguendo-se da rede, sempre altivo e desprendido, e com ele todos saíram para a sessão.

O Dr. Fausto assumindo a presidencia da grande assembléa, expôs o fim da reunião, fez as indicações assentadas, que foram aprovadas por aclamação.

Telegrafou ao Senador no Rio.

Dizia-se, talvez para emprestar maior força e realce ao novo partido, que o Senador respondera o telegrama agradecendo a sua escolha.

A auspiciosa reunião trouxe extraordinaria affluencia ao chalet, todos satisfeitissimos com a sábia organização de um partido vigoroso, que asfixiaria qualquer agremiação que tivesse a veleidade de a ele se antepor. Que satisfação se lia no semblante dos chefes locais! quantos castelos se levantavam naqueles cerebros!

Nóvos correligionarios chegaram do interior em visita ao grande chefe; da capital mesmo novas e novas visitas, vindo algumas das conhecidas fileiras olimpistas. No dia da reunião até o João Menezes, empregado publico da situação, mas tido e havido como o mais genuino expoente da politica do general deputado, fazendo corpo mole, como sarcasticamente se comentava no chalet, tambem ali esteve. E' certo que fóra do recinto da reunião.

Na varanda em uma roda onde eram maioria os mais chegados ao general, censurava ele, com cara de enjôo, o disparate do Coronel Pedro Freire, de Simão Dias, de aparta-se dos companheiros, não querendo se manifestar enquanto o general não lhe falasse em termos peremptorios.

Desanuviou-se-lhe um pouco a fisionomia, á certeza de que fazia parte do directorio o prestigioso Dr. Gonçalo Roemberg, um dos mais dedicados ao general, embora, pelo seu absoluto afastamento desse movimento politico, fosse a indicação do seu nome feita á sua revelia. O João Menezes voltando em outra ocasião, quasi não acertava com a porta da rua, que o padre e o Antonio Mota, dirigindo-lhe remoques bem frizantes, diziam não se precisar da cooperação do general da palha, sem prestigio, um defunto, nem queriam ver ali espiões e traidores.

O João nunca mais voltou ao chalet e sobre o incidente passou longo telegrama ao general, que ainda se conservava reservado, esfingetico, em prudente observação, não achando conveniente ampliar a liberdade concedida aos correligionarios.

XVII

PREPARA-SE A DEPOSIÇÃO

Ciente Monsenhor Olimpio pelo que ouvia a alguns frequentadores do chalet e pelos boatos que á boca pequena circulavam de que tramava-se um golpe decisivo contra o governo, aconselhou o reforço da guarda do palacio, maximé á noite, pondo-se á mão alguns cunbetes de munições no gabinete do secretario geral. Não era crível, dizia um tanto cético, que um deputado geral se aventurasse á estouvada empreitada que se propalava seria naqueles dias tentada, e por isso não tomava maiores precauções, e mesmo, para tudo dizer, se considerava inexpugnável.

Julgando-se superior a todos do seu partido no modo de encarar os acontecimentos presentes e prognosticar os futuros, arrogava a prepotencia de so se executar o que ele determinava. Ordenava, não entrava em combinações; raramente a sua vontade deixava de ser lei. Isto foi a causa principal do seu desprestigio, da sua perda.

Os elogios, os aplausos reboando a todo momento aos ouvidos do Dr. Fausto, cada vez mais incitavam-no a prosseguir confiadamente na sua actividade politica, entontecendo-o e cegando, a ponto de declarar, num desses momentos em que a sofreguidão, na ansia de alcançar o que se deseja, estimula os menos calmos á pratica de desvarios, que havia de ir sosinho, ao palacio, arrastar de escadas á baixo o presidente, se ele não quizer sair aceitando-lhe o braço; e debuchava com roseas cores o futuro da situação que es ia iniciar, falando com tanta veemencia, que um amigo precatado, no vago receio de possível desastre, ponderou-lhe: "não facilite, não idealise; você conta de mais com o Presidente da Republica"? A' esta duvida retrucou com vivacidade e segurança de convicto, terminando: "pois não veem que eu não viria executar o que projetamos, se não estivesse garantido pelo meu grande amigo? Depois do caso de Mato Grosso, em que exuberantemente o defendi, agentando logo uma saída para os acontecimentos que premeditavamos, ele não me animaria, — digo em reserva e por ora, (olhando para os lados, a vêr se o padre andava por ali) e por ora não passem adiante, — a vir e a fazer o que fosse preciso para depor o governo prometendo mandar um interventor, que será o general comandante da policia, nosso patricio mui distinto, meu dedicado e inimigo do Olimpio. Não se coaduna com o meu carater impingir invencionices; se não tivesse tido as seguranças que tive, aqui não estaria, que me exporia ao ridiculo e os sacrificaria inutilmente —".

O capitão Gtirana, que já tinha pertencido ao corpo de policia, á noite, em vestes femininas, se aproximava do quartel, e sem levantar suspeitas, nem despertar atenções, do que só as mulheres moças e bonitas se gloriam, podia disfarçadamente falar aos antigos camaradas. Inferiores e officiais á paizana, burlando a prontidão, vinham á noite a conferencias no chalet; duas companhias estavam ás ordens dos progressistas, e pelo interior muitos aliciadores só esperavam o aviso. O golpe seria eficaz, estava se ven-

do. O Dr. Fausto iria primeiro á Divina Pastora em piedosa visita aos tumulos dos seus progenitores. Tambem alguns amigos precisavam ir á casa. Sobre quem assumiria o governo enquanto se procurasse normalisar a situação, se o conselheiro, se outro; se uma junta, resolver-se-ia depois, que isto não era motivo pra intempestivas preocupações.

Com despedidas animadas do mais ardente entusiasmo, se separaram até o dia combinado.

XVIII

REVOLTA DA POLICIA

O governo, a par de novas minudencias da revolta tramada, providenciava para frustrar-lhe o plano, e com esse intuito reforçou a guarda do palacio, ordenou rigorosa prontidão no quartel, e por fim a prisão dos inferiores apontados como cabeças de motim.

Essa ultima ordem precipitou os acontecimentos.

Minado por desenfreada indisciplina e pelo espirito de revolta que irradiava das eletrisantes palavras do Dr. Fausto, repercutidas prodigiosamente por toda a parte, empolgando as vontades, se infiltrando nas consciencias, o corpo de policia rebelou-se, arvorando officiaes subalternos em comandantes de piquetes e em comandante geral um alferes reformado, e dirigiu-se á praça de palacio.

Estendida a linha de atiradores marginando o cáis, começou o tiroteio contra o velho casarão, que o Dr. Fausto apelidára a Bastilha. Praças affinal, pouco a pouco iam chegando do quartel, crescendo a linha, ativando o tiroteio. Ouvindo o estrugir da fuzilaria, correu o Monsenhor a palacio, para sustentar o moral do irmão presidente a quem não cessava de chamar fracalhão, comparecendo ao mesmo tempo o vice-presidente Dr. Felino Nobre e alguns amigos dedicados. A guarda respondia com tibieza; e esgotadas as munições, o comandante abriu o gabinete do secretario geral, para tetirar os cunhetes.

Mas, oh decepção! haviam desaparecido.

Impossivel a resistencia. No mastro do palacio tremulou a bandeira branca, pedindo paz.

Convidando a vir ao palacio o capitão do porto, comandante Amintas Jorge, entrou ele em negociações com o comandante revoltoso, ficando combinado que o presidente abandonaria o governo, e que se aguardasse a chegada do Dr. Fausto, para ultteriores deliberações.

Deixando o palacio entraram na estação telegrafica, ali na praça, o presidente e o Monsenhor e comunicaram o ocorrido ao Presidente da Republica e ás duas casas do congresso. Igual comunicação fez o capitão do porto ao ministro da marinha.

Receiosos de se recolherem aos seus lares, procuraram seguro asilo na Capitania, onde permaneceram por muitos dias.

XIX

LEVANTE NOS MUNICIPIOS

No engenho Barreiros, de um parente, o Sr. José de Barros, onde se preparava para a visita aos tumulos dos seus progenitores, foi o Dr. Fausto avisado do que se passára na capital. Que surpresa!

E não somente surpresa, — a contrariedade, pressupondo os embaraços que daí necessariamente adviriam. Agora... tocar para deante.

Os chefes locais receberam ordens terminantes para a deposição das intendencias e occupação dos quartéis.

Na intimidade muitos progressista rejubilavam-se por ter a maquina explodido antes do dia aprasado; estavam livres de possiveis complicações.

Mas, aparentemente, ou com sinceridade, os dos primeiros dias, como os da ultima hora, deliravam de contentamento, e na carencia de expressões bastante significativas para affirmarem a confiança ilimitada na genial orientação do idolatrado chefe, contentavam-se em lhe obedecer cegamente, o tratando por "divino Fausto".

A mente transviada só podia lhes despertar desvarios sem conta, nem medida, que eram açodadamente cometidos, celebrando o feito.

Pelo interior hostes de invictos guerreiros, munidos de armas de todos os feitios e qualidades, investiam contra os quartéis, cujas guardas fugiam abandonando o armamento, ao avistarem a poeira que levantava o tropel dos patriotas, ou assim que ouviam a algazarra que vinham fazendo na investida.

No geral encontravam abertas as portas das intendencias, como igualmente abertas as arcas vacias das respectivas tesourarias. Para mais relevante affirmação do regime de liberdade, que despontava com a deposição do negregado governo, atiravam contra os soldados, que haviam feito pé no seu posto, cumprindo disciplinarmente o dever militar. Na Capela foram cruéis, matando a quem não fez nenhum disparo.

Em Maroim foram recebidos á bala, e com bala, os que não recuaram em vergonhosa debandada, fizeram retribuição na mesma moeda, deixando um soldado sem vida. No dia seguinte occuparam a Intendencia, e na occasião presenciou-se uma cena vandalica: — do salão arrancaram o quadro que emoldurava a effigie de Horacio Martins, que merecia aquelle logar de honra ao lado de outros igualmente dignos, arrancaram, espatifaram o caixilho, não sendo completa a inutilisação da tela, por ter sido ás pressas recolhida por um dos presentes, revoltado contra tanta indignidade e covardia.

Correu que aquilo foi para agradarem ao padre Dantas, inimigo de Horacio, a cuja memoria não perdoava — os seus amigos sabiam disto — a sombra que lhe havia feito na politica.

Muita gente se impacientava com o retardamento dos annunciados acontecimentos; os exageros e violencias cometidas em toda parte, grandemente concorriam, — é triste dizê-lo — para mais transbordante expansão de alegrias.

XX

A RENUNCIA

Do engenho do parente vocou o Dr. Fausto ao Aracajú, onde chegou á tardinha, numa desfilada em que poucos cavaleiros poderam acompanhar-lo.

Vinha tão superexcitado, sem duvida pela precipitação um tanto arriscada com que executavam os seus planos, que após apertado abraço e afogueada informação do ultra-expansivo Antonio Mota, dirigiu-se, ainda de botas, á capitania do porto.

Sem duvida, no correr da viagem, ou naquele momento, lhe foi surgindo nitida, real, a responsabilidade tremenda, que recaía sobre a sua pessoa, por tudo quanto se havia feito e pelo que de futuro acontecesse. Impunha-se ao seu espirito esclarecido a exata compreensão do seu papel no cenario politico, para onde convergiria a atenção de todo o país.

A sua posição de repente tornava-se melindrossissima, de uma gravidade em cuja extensão até então talvez não tivesse cogitado demoradamente.

Por força das circunstancias era arbitro da situação; enfeixando nas suas mãos vigorosas, porém ainda um tanto inexperientes, tão grande soma de poder; abrangendo de relance o vasto e acidentado campo de ação que á sua frente se distendia em realidades flagrantes, em miragens perigosas, procurava por isso, com esforço ingente de seu espirito superior, antepor, e calma á excitação em que encontrava a cidade, em que encontrava os seus amigos mais chegados, e que a si mesmo de alguma forma dominava. Ali estavam os refugiados, tristonhos, contrangidos naquela situação, que não deixava de ser um tanto humilhante; perante eles era um vencedor no aplomb, nas maneiras e nos primeiros gestos; mas, mesmo assim, soube com delicadeza adoçar a posição miseranda e penosa que os acabrunhava, dirigindo-lhes meigas palavras, lhes explicando de modo geitoso aquella solução, sem entrar em minudencia sobre o que dizia ser consequencia fatal da historia politica dos ultimos tempos, uma resultante de leis sociologicas absolutas, que se exercitam harmonicamente no espaço, por um processo logico bem definido.

Passára por transformação rapida, que os mais sagazes notaram. Terminou apresentando aos depositos uma folha de papel, com a declaração coletiva que resignavam os respectivos cargos.

Os resignatarios lhe pediram garantias de vida; e ele, com sinceridade de que deu provas até os ultimos momentos, com aquele ar que sabia tomar nas ocasiões solenes, respondeu em um tom, que retumbou do salão até á rua, apinhada de povo, — que deles só se distanciava sob o aspecto politico; que a vida de todos eles lhe era tão preciosa quanto a sua, e que se alguém tentasse agredir a qualquer dos três, o mandaria fuzilar na praça publica.

Podem sair, concluiu, a minha vida garante a dos senhores, e o meu colega, — enfrentando o presidente resignatario — se exigir ter-me-á com muito prazer como seu guarda”.

Chegando á janela e notando a multidão á frente da casa, dirigiu-lhe a

palavra ferosa e deslumbrante, pautando os seus arroubos e entusiasmos por uma prudencia, que revelava a notavel mudanca que ia se operando no seu espirito, devido por certo á comprehensão, que pouco a pouco mais inludivelmente lhe vinha das graves responsabilidades assumidas com a deposição; e em vez (não seria muito estranhavel, segundo os precedentes) de tripudiar sobre os destroços dos vencidos, como alguns exaltados esperavam, para mais realce do arrojo grandioso, quasi que não se referiu ao passado, os olhos fitos no futuro, em frases de predestinado. Concluiu convidando os presentes ao juramento cuja formula proclamava e o povo repetiu.

Os depostos, porém, não conformados com aquella doutrina scientifica, que ulgavam extemporanea, nem confiados nas garantias da eloquencia, sempre voadoras e mutaveis, não accederam em deixar a capitania.

O Antonio Mota, não se sabe se com intenção, lembrou ao Dr. Fausto, que devia voltar ao chalet para descalçar as botas e lá se foram.

XXI

CASO CONSTITUCIONAL

O quartel general, — antigo chalet — regorgitava de chefes e curiosos. Tratou-se sem demora de um caso urgente, do qual dependia a iniciação do governo.

A assembléa não se tendo reunido ainda para verificação dos poderes, foi convidado a assumir o governo o presidente da Relação, o desembargador José Sotero, que, escrupuloso e sensato, esquivou-se, passando o exercicio ao seu substituto. Este, o desembargador Tavares, resentido por ter sido ha poucos dias um tanto violentado, pelo inexplicavel chamado ao palacio por suspeito de entrar nas combinações contra o governo, prontamente aceitou a prebenda.

No mesmo dia em que assumia o governo, chegava aos seus ouvidos, que o projecto Dr. João Ferreira, cujo fino e competencia tem sido postas em prova em mais de um momento critico da politica do Estado, arguia-o, firmado em principios constitucionais, de incompetente, pois em principio logar devia ser convidado o presidente da Assembléa passada, enquanto a nova não se reunisse.

O Dr. Tavares tanto mais se impressionou com essa opinião, quanto era certo que o seu prolator devia ser suspeito á situação decaída e tinha bons amigos entre os préceres progressistas. Perplexo deante da duvida que inopinadamente surgia sobre a legitimidade da sua investidura, dirigiu-se ao gabinete onde o Dr. Fausto e os mangangás do partido (como a verve popular os alcunhava) estavam dando os ultimos retoques e adendos na architectação do plano geral da larga politica em vista. A sua chegada foi providencial, pois com a mudanca do assunto da confabulação, atalharam-se divergencias, que devagarinho iam surgindo naquella reunião e que poderiam se tornar comprometedoras.

O adiamento ás vezes é uma solução oportuna, por ser a unica para o caso.

"Mas o presidente de que Assembléa, atalharam aborrecidos, impacientes, se uma terminou o mandato, se a eleita ainda não se reuniu?"

"Lembremo-nos, obtemperou o padre, que estamos no paiz dos fatos consumados".

"Atendam. Alega-se que os poderes decorrentes da soberania e que se concretisam, conforme a organização constitucional de cada País, nos órgãos independentes do legislativo, executivo e judiciario, para terem expressão harmonica, verdadeira e não ficta, devem ser vivos, existentes, palpaveis, se assim se pôde dizer a todo momento, sem hiato, *si et nunc*, pois visando um principio de ordem, uma intuição de continuidade, o direito não considera vazio o espaço que medeia da transmissão de poder ou jurisdição de um detentor a outro. Que, partindo deste principio, a Assembléa, que é um dos órgãos por onde o Estado revela que é autonomo, que não sofre nenhuma colapso na circulação normal da sua seiva, hade estar pronta para a sua função soberana, em qualquer momento em que lôr necessaria a sua co-
operação.

A função pelo prazo constitucional, significa que dentro desse periodo a Assembléa funcionará nas epochas regulares ou extraordinarias, conforme os casos competentemente reconhecidos; portanto, só no fim do bienio, só quando começam as sessões preparatorias para o novo bienio, o presidente da Assembléa deixaria o governo, que passaria ao presidente da Relação, até que fosse eleito o da nova Assembléa.

"O Olegario, iniciado na advocacia, não podia ficar silencioso e replicou: não tem razão, nem fundamento no senso comum; só quem nunca abriu um livro de direito. Historias... O nosso caso está solidamente firmado; as opiniões tendenciosas não conseguirão alui-lo ou sequer lhe diminuir o prestigio".

O Dr. Fausto absorto em meditação, com o espirito a vagar em uma atmosfera que começava a se carregar de contrariedades, assaltado por um ligeiro temor de insucesso, pois como jurista bem aquilatava o valor do argumento, embora não dêsse a perceber o seu pensar, levantou-se para sair e assim pôr termo áquella conversa que se acalorava e podia afinal abalar as convicções ou arrefecer o entusiasmo dos seus partidarios. Compreendendo ser agora impossivel deter o rolar da pedra no temeroso declive, disse ao Dr. Tavares: " V. Excia. está tão firme como o mais legal dos governos; mesmo que lhe afetasse qualquer defeito de origem, eu lhe asseguro, (e a vóz tremula tomava entonação solene) que com a garantia que me dá o Presidente da Republica, seria, apesar de tudo, mantido e inteiramente respeitado. Contudo, vou ouvir ao luminar da ciencia juridica".

Ao douto colega, em cuja companhia encontrou no quartel general, além de outros, o velho conselheiro, chegado havia poucos instantes, expôz o caso.

Foi lembrada a discussão, quando convocado o congresso para discutir o convenio de Taubaté.

“Desde que deu-se o primeiro passo, que nos facilitou triunfo esplendido, não convém retroceder; havemos de encontrar uma solução jurídica, observou o Dr. Fausto”.

“Temos remédio á mão, atalhou o conselheiro: — convoque-se a Assembléa extraordinariamente e o seu presidente assumirá o governo”. Aproveitaria o alvitre se a eleição fosse nessa, opoz o Olegario”.

Foi lembrado que os fícios das mezas eleitorais deviam estar na secretaria; abortos, utilisar-se-iam do serviço feito, substituindo o miolo, como em casos nalogos se tem feito. “Bem, exclamou o Dr. Fausto, vou mandar buscar a pepelada e aqui dar-se-á a ultima de mão á obra”. E o Dr. Bessa, lembrou o Antonio Mota, como entende que em tudo andamos corretamente, lance um artigo sustentando o nosso bom direito, que o publicarei e farei correr mundo.

O Jornal do dia seguinte estampou o artigo.

Na intrega foi passado para o Rio, na esperança que a argumentação bem desenvolvida e a autoridade de quem o subscrevia, haviam de pesar na opinião dos dirigentes da politica nacional.

XXII

ARREGANHOS DA OPOSIÇÃO

Os hinos entoados á situação inaugurada com a renuncia, (quem se arriscava a falar em deposição?) iam despertando manifestações, que estavam prudentemente retardadas. Respeitaveis matronas, até então duvidosas de que aquilo pudesse dar coisa com coisa, diziam horrores do celerado de batina, crendo facil o arranjo de bons empregos para os filhos, quando não para toda a familia; noivos contavam alcançar dentro de poucos dias a colocação prometida, o que lhes abreviaria o casamento; moças recordavam com ingenua alegria, (doce ilusão de almas candidas) com o alvoroço proprio de quem não se contém na ancia de um desejo que julga prestes a realizar-se, a promessa que a todas fizera o Dr. Fausto de arranjar-lhes noivos; os casamentos realisar-se-iam na certa, que o que ele prometia, cumpria.

Zizi não se mostrava tão esperançada, pois as amigas que frequentavam o quartel general lhe diziam que o Marcelo andava arrastando a aza á filha do coronel Lucas, ainda parente do Dr. Fausto, ha dias chegado do interior com a familia.

Não deixou a deposição, apesar de esperada, de surpreender, pelo imprevisto da occasião; por isso mesmo foi motivo de maior exaltação de muitos progressistas, que da extemporaneidade do acontecimentti tiravam deduições em favôr de uma determinação da Providencia, auxiliando so divino Fausto.

Ao Monsenhor e aos seus partidarios eram abertamente atirados esconjuros e recriminações, que provocaram constantes e propositais disputas com os olimpistas ainda firmes, que, quando possivel, iam prudentemente

cortando-as, receiosos de desaguisados com aquela gente descenfreada e confiada. Alguns olimpistas, que ainda se diziam amigos do dia 9, se maldiziam do tempo perdido em acompanhar o famigerado chefe, inimigo de Se-gipe e que queria levar todos a relho.

Assim se exprimiam para captarem a amizade dos progressistas, procurando se mostrarem, mais do que estes, implacáveis adversários do Mon-senhor.

As Lemos então, viviam alvoroçadas de casa em casa, e tamanha algazarra fizeram na sala de D. Genoveva, (que se mostrava muito inclinada para os progressistas) que afinal o pacato e muito contristado senhor Madureira não teve outro alvitre senão intervir, dizendo que as injurias atiradas ao carater ilibado do seu infeliz chefe e amigo, a serem reproduzidas na sua presença, as consideraria como a si próprio dirigidas, o que não esperava se dêsse da parte de pessoas da sua amizade.

Sairam com máus modos, para irem fazer o seu alvoroço em outras casas e sempre bem acolhidas.

XXIII

CONTEMPORISANDO

Sentada á mezinha da máquina, Zizi costurava, errando á cada ponto, com a atenção manhosamente aplicada á conversa dos velhos.

O Madureira, depois de curto silencio, enquanto se dissipava o aborrecimento que as Lemos lhe causaram, continuou á meia vóz, para que a filha nada precebesse, o colloquio em que estava com a esposa. Faziam elles apprehensivas conjecturas sobre as prolongadas ausencias do Marcelo, quando, como quasi sempre acontece quando se fala do máu, o rapaz foi entrando, a todos comprimentando amavelmente.

Sentou-se ao lado da noiva. Sem outro assunto para conversa e talvez desejando mesmo evitar outro assunto, mas com uma delicadeza e continencia de linguagem, que estivaram o velho rispido.

"E' um profeta; o que predisse aconteceu, o seu grandioso plano hade vingar, sem odios, nem ressentimentos, que ele só anhela o bem dos patri-cios. O senhor sem renegar as suas crencas e amizades, devia, como outros tem feito, ouvi-lo um momento, para ser mais justo. Iremos juntos".

Nas minhas convicções sou pé de boi, respondeu o Madureira, mas sei fazer justiça a quem a merece.

A certos respeitoos reconheço-lhe as boas intenções, lamentando que ele esteja cercado de certa gente; não, não irei, mas se me resolver a ir, irei sosinho".

Alegando precisar dar umas voltas, o Marcelo se retirou com amabilissimas despedidas, levando a convicção de que o velho invulneravel estava minado.

Se, conforme ele via a miudo nos ultimos dias, eram essas as excusas certas dos que cambaleiam nas suas opiniões.

D. Genoveva e a filha estavam radiantes e na ausência do Marcelo, lhe secundaram calorosamente a idéa oportuna e razoavel.

O velho num impeto, que lhes causou assombro, decidiu-se a ir á tarde visitar o grande homem, pois andava de si para si, sem achar uma razão plausivel para se tornar uma das raras exceções entre os olimpistas, que embora fieis ao seu partido, não se esquivavam ás homenagens devidas ao grande sergipano, imbuído de generosos idéais, e o Marcelo ha pouco lhe dissera, que ele não alimentava ressentimentos nem odios. Alguns amigos lhe increpavam brandamente a falta dessa visita, ao que ele ensalava as desculpas que lhe vinham á boca, umas coizas sem pé nem cabeça.

A mulher lhe compoz a gravata, a filha trouxe pressurosa o chapéu de sol novo, e o sisudo Madureira mais sério do que nunca, lá se foi rua abaixo.

As duas mulheres que o acompanharam satisfeitas até á porta, logo que ele dobrou a esquina da rua de Pacatuba se recolheram para melhor conversarem sobre a ajuizada deliberação do velho e sobre o futuro brilhante que sorria ao Marcelo, o *enfant gaté* do Dr. Fausto, como ele mesmo se gabava.

Defrente do quartel general o velho viu conhecidos na calçada e no jardim; na varanda estava muita gente, que não reconheceu, tão perturbado foi ficando.

Por pouco parava; uma poderosa mola atirou-o para deante, e o homem, com o passo desconcertado, dobrou a esquina em busca da brisa fresca da rua da Aurora.

Descançou na ponte, reforçou a disposição, e mais senhor de si, voltou em direção ao quartel general.

Na esquina parou e olhou naquela direção.

Cresceram os grupos que ha pouco havia notado; até na calçada fronteira havia gente; ficou corado, como baêta, fez um gesto, como que respondendo a invisivel interlocutor, e com ares de apatetado, tocou para casa, apressado, dando topadas, sem atender a uns estridentes psios. D. Genoveva e a filha, impacientes por saberem que impressão o velho trazia da visita a que tinha ido, netaram aflitas, que ele não vinha com boa cara. Interrogaram-no.

Debaixo de terrivel emoção tudo lhes referiu, concluindo: "não comprehendendo as chamadas conveniências que a sociedade atual invoca, para justificativa de certos atos, para mascarar a falta de brio desses cinicos que por si pululam; felizmente a minha consciencia despertou em tempo, advertindo-me da ação indigna que ia cometendo, para contemporisar com aquela cabeça leve e com vocês. Se o Dr. Fausto, apesar de ser quem é, não tivesse vindo com o intuito de arasar a nossa situação, para acomodar tanta gente faminta, malandra, até ignorantes, que só podem viver á expensas do erario publico, se não estivesse gosando a efemera importancia politica que lhe dá o governo federal, teria tido a recepção que teve, seria festejado e visitado como tem sido? Vocês me animariam ao passo erradissimo que ia dando? Pois eu que censuro os desbriados que vão ex-

plorá-lo correndo pressurosos do chalet até ao palacio, até á capitania para o Monsenhor julgar que são amigos leais, eu podia enfrentar esses caras-duras? Com que cara me apresentaria na sociedade, que me conhece pobre, mas de brio e honrado, posso dizer á bôca cheia? Imitar a certos politicos proueminentes que vão lá mendigar uma fatia e tornam ao seio dos nossos para darem opiniões e de futuro exigirem o premio de elevadas posições? Nunca, nunca. Já foi uma fraqueza o que pratiquei e se em certos casos arrependimento valesse...". E o senhor Madureira, com o rosto apoplectico, entrou para o quarto, seguido da mulher consternada e depois de mudar o fato, descançou por algum tempo no leito. As bôas mulheres perderam inteiramente as esperanças que alimentavam; á Zizi aquilo parecia máu agoiro.

XXIV

PRIMEIROS ATOS

Sem exagero se pôde dizer, que a capital estava numa efervescência nunca vista.

Por agua e por terra chegavam progressistas historicos: (Já os havia) e agregados da ultima hora, na frase sarcastica dos que no hotel de D. Adelaide se referiam aos seus oponentes nos municipios.

Do palacio para o quartel general e vice-versa, havia um rebolicio, um formigamento de causar prazer ao mulhero apreciador desses movimentos, e que não saia da janela, para de tudo se inteirar e poder informar.

Começou-se a montar a maquina administrativa.

E' verdade que isso não deu grande trabalho ao Dr. Tavares, pois alguns serventuarios abandonaram os cargos, uns por lealdade á situação decida, outros por motivos reservados; e ao demais, os chefes progressistas davam ordens, preferindo formalidades burocraticas, aliviando o serviço do presidente.

Ele apenas tinha a massada de molhar a pena e assinar — novo Lyra — os papeis que improvisados secretarios, sem ligar a mecor consideração ao official de gabinete lhe apresentavam; e para maior comodidade da derrubada, ou por estontecamento, surgiu uma pratica, que se recomendava por ser sumamente simplificadorá: — nomeava-se um funcionario, sem a previa demissão do serventuario.

Era a logica por exclusão, fresca lembrança dos apressados, com o fim de embargar o passo aos pretendentes ao mesmo cargo, candidatos igualmente amigos da situação, dedicados ao novo partido.

Dizia o Dr. Tavares aos amigos mais do peito, que dessa fórma alhejava de si certas responsabilidades; o maior numero dos que rodeavam-no, considerava, porém, tal passividade, uma prova negativa da sua enérgia para governar.

Em diversas localidades surgiam chefes contra chefes, pretensões contra pretensões, reuendiam-se queixas e melindres meio esquecidos, anunciavam-se reivindicções de toda ordem, e tudo isto, como vagas impetuosas,

que arastam o enxurro, as impurezas, que bóiam na superficie revolta deste *mare magnum*, que é a sociedade, tudo isto ia cruelmente esbater-se sobre aquelle que já se podia considerar um sacrificado, que se propunha seguir, sem menosprezar os interesses legitimos do seu partido, a trajetória de uma politica de largos horizontes, procurando nessa hora critica, contrabalançar, e mesmo fazer esquecer, quaisquer asperezas do inicio da sua ação politica. Mas, muitos dos seus amigos, desordenando a administração, tornando o governo um verdadeiro e deploravel simulacro de ordem, elevavam os seus máus propositos a altissimo gráu, como questão de honra ou de principios. Controversias, atritos entre adeptos do novo partido vinham á decisão do Dr. Fausto, que inteirado de tanta coisa mesquinha, de tanta ambição desmarcada, vendo companheiros irreconciliaveis, por questões pessoais de somenos importancia ou pela ambição de ridicula posição de mando, já não era o homem de outr'ora, de tudo se enfatiando.

Via-se agora o radiante, o expansivo dos dias anteriores, abatido em certos momentos por acabrunhadora melancolia, que mais o martirisava, por ser preciso conter no peito magnanimo e generoso, os impetos contra esses motivos de desgosto. Para alivio do seu espirito atribulado, para um necessario repouso moral, resolveu ir só com o filho á Divina-Pastora, em cumprimento dos piedosos votos, e mesmo com o fim de passar fóra daquelle lóco de intrigas e fadigas, uns bons dias de isolamento e descanso.

Partiu, dando aviso a poucos; não sejamos importunos perturbando o repouso do grande, ou mais apropriadamente, do pobre homem.

XXV

INFORMAÇÕES AO CONGRESSO

Visitados espaçadamente por alguns amigos leais, tinham tempo os asilados na Capitania, no remanso do isolamento em que se achavam, de planejar, com a mente calma e serena, um golpe decisivo na improvisada situação, no governiço, como chamavam, tão mal iniciado, mostrando desde os primeiros atos, grave desarranjo no funcionamento.

Depois do telegrama de 10, em que comunicavam aos poderes federais o levante e o ataque da força policial e consequente deposição, foram, como se viu, compelidos á nova comunicação de espontanea renuncia.

Mas o vice-presidente, despertado por amigo sincero, telgrafou depois no seu nome individual, que coagidos haviam renunciado, por essa fórmula evitou que ficassem aguilhoados á uma situação critica, de inevitaveis más consequencias.

Os despachos do capitão do porto, não discordavam na substancia, da narrativa dos depostos.

Emaranhado na discordancia entre as noticias vindas desse lado e directamente do Dr. Fausto, o presidente da Republica, vacilante a principio depois ladeando o compromisso solene, que o Dr. Fausto assegurava ter ele assumido, levou o caso ao conhecimento do Congresso.

Pasma-se deante da facilidade com que um estadista da maior responsabilidade, Presidente da Republica, num momento irrefletido, baixando da serenidade e isenção com que, em qualquer circumstancia devia se manter, tivesse tão impoliticamente dado azas aos sentimentos particulares de gratidão ao seu esforçado defensor.

Da ativa colonia sergipana no Rio, dedicada ao Dr. Fausto, recebia-se noticias desanimadoras, prenuncio de desfecho desagradavel, constando que se fosse decretada a intervenção, o general da policia não aceitaria o cargo de interventor.

Os governadores dos Estados recomendavam ás respectivas bancadas, que não deixassem passar o precedente, que seria uma perpetua ameaça á estabilidade de qualquer governo.

O golpe de graça foi desfechado pelo telegrama em que o Monsenhor passou ao Congresso a integra do artigo em que o Antonio Mota, historian-do os antecedentes da vinda do Dr. Fausto, acentuava que ele viera para depor o governo, o que havia conseguido, e minuciosamente descrevia os manejos para aliciação do corpo de policia, de que modo realisára-se a deposição, acentuando igualmente, em frases acrimoniosas, que os depositos, tomados de horrivel panico, assinaram a renuncia na Capitania; e exultando de júbilo por terem os planos surtido tão bons resultados, e impando de vaidade por ter sido o inspirador da revolta inclemente, chasqueava dos vencidos.

A opposição ficava irremediavelmente desarmada pela informação do seu proprio orgão.

O exito facil das primeiras ousadias, havia tresloucado o fogoso Antonio Mota, o levando a fazer aquella publicação, sem a consulta ao chefe ausente.

Correu o boato, logo confirmado com segurança da vinda do 26 de linha, estacionado na Bahia.

Os progressistas, com rarissimas exceções, obsecados pela miragem politica que os cegava, espalhavam que o batalhão vinha a padido do Dr. Fausto, para dar-lhe mão forte. A absoluta confiança no prestigio do chefe, lhes injetava o balsamo, que lhes miúgava a decepçãozinha da consulta ao congresso e reanimava-lhes o animo, que ia fugazmente se abatendo.

O Dr. Fausto foi chamado com urgencia para se inteirar das ultimas e graves noticias e para receber o batalhão.

Teve tempo desta vez de fazer apressada visita aos tumulos queridos, não podendo, porém, pela precipitação do regresso, aceitar ainda desta vez, o banquete que lhe oferecia um parente dedicado, o Barros dos Barreiros, que abateu inutilmente segunda novilha gorda; nem tambem poude passar por Maroim, para receber as festas preparadas pelo padre Dantas, com a cotisação dos correligionarios do lugar.

Receiando maior fiasco, o padre no dia seguinte tocou para Santo Amaro, deixando ordem, (dizia o mestre Brasiliano piscando o olho) para nas suas costas se desmanchar o palanque.

O DESEMBARQUE DO BATALHÃO

O comandante do 26, de acordo com as ordens que trazia, deixou o batalhão a bordo e foi à capitania do porto conferenciar com os depositos, lhes declarando então, que mesmo no caso de reposição, não se comprometia a lhes fornecer guardas e patrulhas, pois trazia poucas praças.

Os progressistas se inculcando conhecedores das minudencias da conferencia, propalavam-nas ao sabor do que desejavam. Daí o pensar geral que o comandante dera aquele passo *pro formula*, — que o batalhão vinha apoiar o Dr. Fausto, e nesse dia o seu nome foi tão aclamado, como no da sua chegada. O seu prestigio se afirmava assim de modo categorico, pensavam os seus.

Efetuuou-se depois o desembarque por entre demonstrações de irrefreado contentamento; o cães e as ruas por onde o batalhão devia passar, reorgitavam de curiosos, de esperançados pretendentes e de gentis mocinhas, a quem uma farda curta deslumbra e atráe.

Por sobre o batalhão esvoaçavam sonhos politicos, doidejavam irisadas borbuletas em vôos estonteantes.

Pelo general comandante do distrito, na Bahia e pelo presidente de posto, foi transmitido ao governo federal o resultado da conferencia.

Ao mesmo tempo que ao Rio chegavam esses informes, eram apresentadas nas duas casas do Congresso, pareceres favoraveis á reposição.

Mas os progressistas, confiados cegamente no Dr. Fausto, capaz para eles de lances impossiveis a qualquer outro politico, readquiriam a satisfação dos primeiros dias, talvez mais capacitados do bom exito da deposição.

Os intimos e mais traquejados companheiros do Dr. Fausto, compartilhariam da mesma tranquillidade, da mesma confiança?

Notava-se nos modos, na fisionomia, nas frases inacabadas, no visivel desanimo, que sobrevinham ás vezes á inexplicavel excitação, na persistencia com que se fitavam, como que procurando penetrar os pensamentos mais secretos uns dos outros, se notava, se reconhecia por tudo isso, que nenhum julgava seguro o novo estado politico e muito contribuia para esse latente desassocego, as noticias incompletas, dubias, que vinham do Rio com relação á repercussão ali dos graves e complicados acontecimentos dos ultimos dias. Ninguem se animava a soltar uma palavra de duvida, que muitas vezes é sinal de prudencia e sabedoria, com receio de melindrar o chefe amado, que por seu turno se retráia, temendo deixar transparecer o seu deprimido estado psicologico. Ninguem tinha o espirito sossegado, e os mais cautelosos acharam sem dificuldade, um derivativo para irem se afastando de uma situação, que pelos indicios, parecia que tornar-se-ia devéras comprometedora.

Mas a massa dos adeptos de olhos fechados, contava com a derrota definitiva do olimpismo.

XXVII

OS PROGRESSISTAS DESANIMAM

Os asilados na capitania foram avisados, que uns progressistas impacientes premeditavam contra a vida do presidente e do Monsenhor, para assim apressarem a solução do caso oriundo da deposição, no sentido sempre assegurado pelos chefes.

Julgando-se mal garantidos ali, pela impossibilidade em que estava o capitão do porto, de preservá-los com a guarda conveniente, pediram asilo ao 26, que os acolheu. Isto foi comunicado ao governo federal e ao congresso; concorreu para apressar e decidir o voto pela reposição e ao mesmo tempo levar o governo á uma ação energica, ordenando que viesse ás aguas do Cotinguiba a torpedeira Gustavo Sampaio e o novo rebocador propositalmente armado de canhão de pequeno calibre. Conhecidas estas ultimas providencias, o estado de duvida, de insegurança, já manifestado por alguns próceres do partido, tornou-se em desolador abatimento do animo de quasi todos.

O Dr. Fausto vendo que daí viria a derrocada dos seus projetos e a defeção dos companheiros, fazia esforços sobrehumanos, exgotava as forças do seu talento, para levantar-lhes o moral, e ia já perdendo a calma e a serenidade ha poucos dias manifestadas na capitania. A principio, pelas medidas tomadas (de acordo com o Dr. Fausto, asseguravam os que se gabavam de bem informados) parecia-lhes que o governo os auxiliaria francamente; mas depois dos pareceres do Congresso, depois dos ultimos acontecimentos, o que podiam esperar da votação?

E alguns que não tinham lá grandes simpatias ao Antonio Mota, embora fizessem justiça á sua atividades e ao seu talento e perspicacia de jornalista, se referiam amargamente ao intempestivo artigo do Jornal (e á parte um exclamou: só de encomenda) lembrando que o Dr. Fausto quando o leu disse, num abatimento muito significativo: "que desastre!".

O governo ilegal, como o chamava o Dr. João Ferreira, para ostentar força, carregava a mão sobre os adversarios, e o Dr. Fausto, para que se acreditasse na predição da final solução favoravel, mostrou telegramas reais, não fantasticos (muitos andavam escarmentados com os telegramas do padre Dantas) do presidente da Republica e dos Ministros, lhe satisfazendo pedidos feitos ha poucas horas; um homem assim prestigiado, — ponderavam os seus adeptos, — deputado de valor, de quem o presidente da Republica precisava na Camara, não pôde ser vencido pelo nulo Monsenhor.

Dentro em pouco corria a noticia, espalhada pelo João Menezes, que o general telegrafára, dando como insustentavel a nova situação; certamente devido a esse aviso tanto se perturbaram muitos dos seus amigos, que nunca mais acertaram com o caminho do chalet. "Maldito general, gritou o padre Dantas; hei de dar-lhe uma lição.

Fausto a mim deve a eleição e portanto não se opará ao que na presidencia eu determinar... "e por aí além, com efusiva aprovação do seu cir-

culo de rapazes, apreciadores das suas pilherias.

O Dr. Fausto conversava á parte, mas ouviu aquele destampatorio; nervoso, mordia a ponta do bigode.

A' noite, esquivando-se a prosas massantes, dirigiu-se á relojoaria do seu velho amigo de Laranjeiras, abrindo-lhe o peito na confiança da amizade.

Referindo-lhe com amargura a conversa naquela tarde percebida, concluiu: "impossivel dar-lhe a presidencia; tudo quer para si, blasonando força e importancia, inventando cartas e telegramas do Pinheiro e outros; agora é que estou o conhecendo melhor... a ele e a outros. Você bem me dizia... Não, presidente, nunca.

XXVIII

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉA

No dia seguinte reuniu-se o escol do partido para deliberar sobre a organização da mēsa da Assembléa.

Antes, encheram a lista dos deputados pela do padre Dantas, com grande numero de tonsurados; o Dr. Fausto, gracejando que assim a Assembléa pareceria um retiro eclesiastico ou seminario, geitosamente fez uns córtes razoaveis. Ao meio dia a solene reunião democratica deu começo aos trabalhos, presidida pelo Dr. Fausto. Exposto o fim da reunião, o presidente, para abreviar a tarefa e atalhar pretensões manifestadas á meia voz, apresentou para presidente da futura Assembléa Legislativa (e portanto presidente do Estado enquanto não se elegeisse outro em substituição ao resignatario) o seu primo farmaceutico Serapião Machado, que na occasião vinha mesmo a calhar, não sendo neofito no jogo politico, pois no Amazonas terçára galhardamente as suas primeiras armas na celebre renuncia Fileto Pires.

O Antonio Mota esperando que lhe levassem na devida conta as suas innumeraveis passadas, seu ingente trabalho para o advento da situação progressista, pretendia a presidencia da Assembléa, que tinha umas contas a ajustar... Ele, que por ironia da sorte, era o secretario da reunião, atirou o lapis sobre a mēsa, protestando veementemente contra aquele procedimento autocratico, que dispensava a manifestação do partido sobre o assunto da convocação, e saiu vociferando contra todos.

Declarou-se retirado do partido e pelo fio tudo comunicou ao chefe senador.

Constou no mesmo dia, que mandára ao Monsenhor o recado, que não seria conivente no que se passasse daquelle dia em deante. Retirou-se para o interior increpando, por onde passava, o proceder do Dr. Fausto, que não podia mais censurar ao padre, porquanto o seu escolhido distinguia-se por duas qualidades de negativa recommendação: — ser seu parente a dinheiroso.

O Dr. Fausto inquestionavelmente animado das melhores intenções, não desejava o padre na presidencia do Estado, e o Mota se lograsse o que ansiava, indubitavelmente o elegeria. Era a explicação muito reservada.

XXIX

ABERTURA DA ASSEMBLÉA

A salvação da nova situação dependia do pronto funcionamento da improvisada Assembléa.

No dia imediato ao da escolha dos seus membros, foi instalada com as formalidades do estilo e celebrou umas tantas sessões preparatorias, penetrados os seus membros mais salientes da seriedade do mandato. Os tonsurados, então, graves, sisudos, magestosos, quando prestaram o compromisso, sem dúvida em suas mentes sobre os santos evangelhos, quasi que eram ovacionado pelas galerias, eletrisadas pela irrefragavel amostra de patriotismo e compostura dos ministros de Cristo, que abandonaram os seus rebanhos, para patrioticamente acudirerem ao apelo aflito da alma sergipana.

Havia préssa de se tomar conhecimento das renunciias, de legalisar o governo, afim de antepô-lo á decisão do congresso, caso fosse favoravel á reposição.

Absurdo, diziam os pensantes do partido, seria tentar a reposição daqueles cujas renunciias haviam sido constitucionalmente aceitas pelo legislativo estadual, unico poder competente para delas conhecer.

Não mais delongas. Por confiarem pouco nesse plano do chefe, ou por terem fé sómentes nos argumentos *tranchants*, alguns progressistas mais esquentados, lembrando-se que muitas vezes ouviram proclamar, como um acerto de sabedoria, — que cessando a causa, cessa o efeito, aconselhavam uma liquidação, — era a giria entre os tais — nos asilados do 26; mas estes souberam do ressurgimento do projeto sinistro, solicitaram asilo á Gustavo Sampaio e acompanhados por oficiais de terra e mar, se transferiram para bórdo da torpedeira, fundesda defrente do palácio.

XXX

A' PROCURA DE AUXILIO

A inquietação e desassocego que se notava no Dr. Fausto, indicavam que ele lobrigava nos ultimos aspectos da crise politica, que inopinadamente surgia dos seus atos, o triste malogro dos seus sonhos; e sob o imperio de tão anormais impressões, as exigencias descabidas, as intrigas e futilidades dos correligionarios, de tal fórma concorreram para mais superexcitá-lo, que chegou ao extremo de telegrafar ao presidente da Republica e ao congresso, que a reposição traria a guerra civil, com o seu cortejo de horrores e que só consigo poderia haver paz em Sergipe.

No palácio e no quartel general havia como nunca, uma atividade ansiosa, cortada por momentos de desolção; o telegrafo não descansava e o senador, o chefe supremo não respondia nenhum telgrama.

Lamentava-se agora o procedimento aspero e impolitico que tiveram com o representante do general, tão amigo do chefe do bloco; um que tinha

relações estreitas com o João Menezes aventurou-se a acenar-lhe com promessas encantadoras, afim dele conseguir do general o amparo á causa progressista; outro contando que o general o traiára muito amavelmente por ocasião de um almoço em que estiveram para as bandas da Capela, foi logo encarregado de telegrafar-lhe pedindo a intercessão favoravel; outros alvitram um telegrama assinado por centenas de senhoras, o que seria de efeito encantador perante o presidente da Republica e congressistas, e mal foram expedidos alguns desses telegramas desastrados, um visionario telegrafára do Rio, que em poucos momentos dar-se-ia a votação, negando a reposição.

Com o fim de reanimar os desanimados, que já se haviam retirado para o interior, foi a nova auspiciosa transmitida a todos as localidades, mais tarde confirmada por telegrama da mesma procedencia, no qual até se dava o numero de votos contra e a favor.

Pelas ruas dava-se larga publicidade á salvadora noticia.

Mas, oh decepção! facilmente acreditamos naquilo que mais desejamos!

Verificou-se que com os olhos dos desejos leram o despacho, realmente um tanto confuso.

Leitura repetida com cuidado revelou a realidade bem deslindada dai a pouco por outros despachos em que se referia haver o senador votado pela reposição. Como sair dessa complicação, a todo momento mais intrincada?

XXXI

RESOLUÇÕES EXTREMAS

A desastrosa noticia da votação do congresso, de uma certeza esmagadora, caiu sobre os progressistas, como um choque subito e violento, descoroçoando a uns, desorientando e tresloucando a muitos.

Os adesistas da ultima hora, mais do que os apressados, só faltavam arrancar os cabelos, sem saberem como poderiam recompor a antiga cara de olimpistas.

O Dr. Fausto reuniu imediatamente o directorio, que funcionou incompleto, pois o Antonio Mota ha dias se retirára desgostoso e o padre Dantas, desde que os horisontes foram se nublando, saiu a remo e á vela para Maroim, via Sto. Amaro, a mais curta, *acudindo a serviços paroquiais urgentes*, e outros membros ainda se conservavam nas encolhas, desde o dia da eleição. Depois de breve discussão, lembraram o recurso ultra-revolucionario de se desencadear a conflagração no Estado, se solicitando em seguida a intervenção federal, que forçosamente seria concedida, não só pelo compromisso pessoal do presidente da Republica, como por ser a providencia constitucional applicavel ao caso.

Era naquele momento critico a ação mais lata e decisiva do plano ha dias esboçado entre os próceres, caso se verificasse a hipotese absurda da reposição.

O corpo de policia deixaria a capital, se dirigindo para Laranjeiras e um pelotão para Maroim, ficando apenas a força indispensavel á guarda do palacio, da cadeia e do quartel. Das localidades as legiões patrioticas, que os respectivos chefes deviam reunir, viriam incorporar-se ás forças regulares; dar-se-ia o saque geral, estendido a certas propriedades rurais; seriam detidos os olimpistas mais prestigiosos, e depois retrocederiam as forças á capital, para arrancarem do presidente e do vice, uma renuncia formal, sob pena de verem eles exterminados os seus amigos presos, e eles proprios apeados do poder, se antes não lhes coubesse a mesma sorte do inditoso presidente de Mato-Grosso.

A' noite o Dr. Fausto formou a soldadesca no quartel, dirigindo-lhe arrebatadora proclamação, salientando "que naquela conjuntura que ameaçava invalidar a vitoria para a qual tão eficaz cooperação lhe havia prestado o abnegado corpo de policia, corria a todos os bravos defensores de Sergipe, o dever patriotico de não consentir que a terra querida retornasse ás garras dos abutres, que a escravizavam e amesquinhavam".

A arrecadação foi esgotada das munições e fardamento, e alta madrugada partia a tropa para os pontos combinados, ficando quarenta e cinco praças no quartel.

Estas, quando se viram sosinhas, quando á luz do dia, despertada a atenção por uma curiosidade que não sabiam explicar, enxergaram que eram reluzentes os canhões do rebocador, ancorado bem defronte do quartel, considerando-se desamparadas, fugiram á noite para diferentes pontos do interior e nos limites da cidade se desafogavam das armas, munições e fardas, que eram encontradas á tôa pela catimba.

XXXII

LEGIÕES LIBERTADORAS EM MAROIM

Em Maroim o padre Dantas assumia o papel de *primus inter pares*, que de direito lhe competia, e o Olegario o de general em chefe.

O improvisado general, acompanhado de luzido estado maior, passava a galope revista á sua tropa e percorria a cidade dando providencias.

Aos soldados e a muita gente parecia que aquilo era o começo de ações de guerra muito sérias augurando muito bom exito. O efeito parecia animador aos intuitos militares da empreza e o padre num circulo de amigos embasbacados ante a perspectiva de prodigios que ele futurava, apimentava a conversa com pilherias de gosto, e contava com inocente candura, em que havia quem enxergasse fina malicia, bravuras de D. Quixote, sem de leve fazer alusões.

Os dois maiorais, entendendo de bom alvitre dar mostra edificante de energia, ordenaram a prisão de alguns adversários; estavam convencidos que daí decorreria, a vantagem, além de outras, de se tomar o pulso á situação

contraria; porém os adversarios, certos de que as reviravoltas politicas, quando os seus cabecilhas estão estomagados pelo rancor, ou irritados pelos fiascos imprevistos, assim é que abrem a marcha triumphal, já haviam desaparecido em direções desconhecidas. Um retardatario, talvez o mais odiado por sua altivez e insubmissão ao padre Dantas, o coronel Sabino Ribeiro foi agarrado, e só não foi recolhido á enxovia, a pedido de um progressista, chefe da estação telegrafica, o Idalino Dantas, ficando preso nessas repartições. Quando nas casas que arrombavam não encontravam a quem tão sollicitamente procuravam, reduziam a cacos os trastes e o mais de algum valor que nelas havia. Numa dessas buscas vergonhosas, para saciarem a maldade que os tormentava, mataram nas gaiolas os inocentes passarinhos, esquecidos de que os mimosos alados, pela voz de um camarada, no bom tempo em que tinham o dom da fala, trinavam, resignados e suplices, que antes gaiola que um tiro, antes penar que morrer. Consumados as primeiras bravuras, proseguiram em marcha gloriosa, desembaraçada no caminho das violências e iniquidades; as casas comerciais dos adversarios, como as de alguns que tinham a ousadia de se dizerem neutros, tiveram, sob a cominação de teríveis ameaças, de pagar contribuições de guerra de dois a cinco contos de réis, afóra contribuições de generos de estiva, accumuladas ás primeiras, contra os mais antipatisados.

Pegados de surpresa os operarios que ha poucos anos trabalharam em obras municipiaes, quando intendente o coronel Sabino, foram coagidos a demolir-las gratuitamente, tendo escapado a arborisação da cidade, por intervenção de progressista prestigioso, horrorizado de tanta selvageria, praticada em obediencia a caprichos subalternos. Maxima reprovação despertou a vandalica destruição até ás bases, da linda capela do novo cemitério municipal, procurando o padre justificar-se dessa inominavel violencia com a falta de benção do ritual, falta que todos sabiam ser devida unicamente á sua opposição.

Precipitados num declive em meio do qual não podiam ainda se deter, a cada passo mais alucinados, cobraram os impostos estaduais relativos ao exercicio a entrar em Janeiro e dando rapido balanço na repartição fiscal, o saldo que entenderam estar apurado, foi o detido coronel Sabino, fiador do chefe da repartição, obrigado a lhes entregar.

A esse tempo chegava a numerosa legião Dorense, comandada pelo Visconde Porto, a qual reunida aos pelotões agremiados aqui e ali, constituiu um efetivo de mais de quatrocentos homens, não contando a policia; em vinte e quatro horas foram miscelaneamente fardados pelos negociantes e alfaiates adeptos á politica adversa, trabalhando os pobres artistas dia e noite, fiscalizados pelo Chico Tiro e outros emissarios do chefe do Estado Maior, o coronel Góitirana. Arrecadadas as armas expostas á venda, ordenou-se uma busca minuciosa na cidade e na circunvisinhança, afim de que a brava gente bem se equipasse, em ordem a assegurar o melhor proveito ao impulso decisivo que se ia dar á patriótica empresa, em prol da justiça e da liberdade.

XXXIII

CASTELOS DESMORONADOS

A votação do congresso autorizando a intervenção federal para a repositição, desmoronou os castelos festivamente arquitetados pelos progressistas, ao mesmo tempo lhes clareando os olhos, ainda um tanto deslumbrados pelo fulgor das primeiras escaramuças, em que alcançaram facéis vitórias.

Foderam então enxergar, bem assinalada, a triste perspectiva da aventureira e mal pensada carreira, em que se precipitavam por um abismo que fatalmente os submergiria. Cairam em si do tresloucamento dos seus sonhos políticos; era a ocasião azada, pensavam alguns do partido, para se retirarem de uma luta improficua, evitando igualmente romper com o presidente da Republica, e concentrarem os seus melhores elementos num ostracismo oportuno, onde revigorariam as suas energias e consolidariam as suas dispersas amizades e simpatias, para com mais segurança se empenharem em futuras lutas.

Mas esse pensar prudente foi repellido pelo Dr. Fausto e pelos mais pertinazes a todas as sugestões da loucura, esperando colher um miraculoso proveito, um successo imprevisto, do turbilhão de desatinos em que loucamente iam prosseguir, sem duvida que mais desordenadamente. Por mal de culpas que a ambição politica gera prolificamente, se lhes contava, viam mesmo, que dos seus acampamentos partia uma corrente congratulatoria, aumentada de hora em hora, em direção á Gustavo Sampaio.

Esses e alguns governistas por prudencia retraidos, agora visitavam os amigos mais do peito do Monsenhor, exalçavam-lhe em toda parte os talentos em tanger os páusinhos tão magistralmente que via tudo surtir na medida das suas previsões; celebravam-lhe nos termos mais encomiasticos, a serenidade e o tino de estadista, que menospresando os bafejos leves e efemerios da inconstante popularidade, ou de ocasional valor politico, sabia esperar sem impaciencias, que os fatos se definissem com a sua logica infismavel.

Já se ouvia á meia vóz ligeiros apodos ao endeusado de ontem, mui depressa chamado por alguns de desastrado sonhador. Na verdade ha dias vinha ele caindo no desagrado de alguns dos seus amigos mais fogosos. Desfechado o decisivo golpe politico da deposição, cometido esse erro em cujo bojo fermentavam perniciosissimas consequencia, procurou o Dr. Fausto desprender-se das pièguices da politicagem em que o seu partido se debatia e que de alguma fórma envolviam a sua inicitiva pessoal, lhe tolhendo a ação.

Os impulsos do seu espirito referto de doutrinas filosoficas e sociologicas adiantadas, inspiravam-lhe praticas governamentais, que nem todos os companheiros compreendiam, e que alguns contrariavam.

Numa persistencia de sectario, ofuscado pelo lampejos do seus talento, divagava ele esterilmente num idealismo que lhe não deixava entrever a terrível realidade que se avisinhava. Acompanhando-se o desenvolvimento da sua ação politica, desde os seus primordios, desde os primeiros dias da

sua chegada, como que nela se divisa a revelação de estranha e inconcebível duplicidade: — e principio ardente, impaciente por alcançar um fim determinado, e quando ia tocando a meta desejada, reconhecia as sérias dificuldades da jornada e se retraia um tanto, para que não ficasse irremediavelmente enleado no labirinto que de todos os lados o assediava, sempre, como era natural, preocupadissimo com a consecução dos seus desejos na politica do Estado.

Era por isso que não se mostravam muito satisfeitos, os que o desejavam prosseguindo nas ardencias e irreflexões dos primeiros momentos; agora que o malogro das suas concepções o arrastava aos atos e aos planos extremos, muitos o abandonavam descontentes, achando que ele se tornava por demais exagerado.

Em casos iguais ou semelhantes a esse, nota-se uma manifestação psicologica, que sob aspectos diversos influencia simultaneamente duas correntes distintas: — a dos facilmente suggestionaveis, que se dedicam a um chefe ou á idéa que ele simbolisa, levados pelos surtos de um entusiasmo de facil irrupção e que em tudo encontra ractivos para explodir a se expandir; — a daqueles que encarando o desenrolar dos acontecimentos e as suas resultantes á luz da sua videncia, medem e balanceiam os seus interesses soto-postos á quaisquer considerações e depois se enfileiram ao lado dos que entendem que seguem a trajetoria acertada.

Quando em um e outro caso e resultado contraria o previsto, retrocedem aos antigos arraiais, os primeiros nem sempre com indignidade, pelo caminho trilhado pelos impulsivos e irrefletidos; — os segundos pelas lobregas veredas do dilatado campo das tergiversações, onde o carater se rebaixa e a moralidade se infeciona. Completamente danificados pela conflagração os fios e postes telegraficos, se viu o capitão do porto na contingencia de mandar o rebocador a Penedo, levando para o governo federal, pelo submarino no Recife, telegramas minuciosos sobre as ultimas occorrencias. Rídicula farça, exclamava o presidente da Republica perante os ministros, planejada e levada a efeito pelo proprio governo, que socilita a intervenção, dizendo-se impotente para manter a ordem contitucional.

Foi um desastre. A conflagração teve efeito contraproducente; levou o governo a sparelhar-se mais energicamente para a reposição, ordenando a vinda do comandante do distrito, acompanhado de contingentes dos batalhões estacionados na Baía..

XXXIV

A PRATICA DO PADRE DANTAS

Ecoando em Maroim a noticia dessas ultimas providencias, resolveu-se que a força estacionada ali e em Laranjeiras, se concentrasse em Divina Pastora, que pela especial posição topografica facilitaria a derrota das tropas que busassem o ataque e seria magnifico ponto de apoio á uma ação decidida contra a capital, onde entrariam por fim, para gosarem com segurança a

triunfo da revolta. O desusado aparato da força em Maroim, as correrias a que ella se entregava com estardalhaço, atuando sobre o espirito já sobressaltado de sua população, produziram um panico indescritivel depois que o padre Dantas em uma pratica extemporanea e inconsiderada, ao terminar a missa, aparentando um ar de compunção e santidade, numa entonação que os ouvintes entendiam revelar a inquietação e abalo do seu animo, ante desgraças ao longe vislumbradas, lhes disse que o governo exercido por politicos trefegos e ambiciosos, ordenára a vinda de hostes de bandidos para trucidarem o povo na via publica, no recesso do lar e talvez até na casa do Senhor.

Aconselhou que fugissem, sem perda de tempo, deixando a cidade maldita, antro de maçons, que os vandalos nada respeitam. "Contra mim, concluiu, accumula-se todo o furor desses sicarios; e como não sei me entender com o inimigo senão de frente, quer seja inimigo espiritual, quer temporal, como não sei recuar, levanto o acampamento para variar de tática; mas pôde ser que seja esta a ultima vez que vos dirija palavra, amados fiéis e que só na eternidade nos encontremos. Retiremo-nos todos sem perda de tempo; deixemos aos invasores, sedentos de vingança e de sangue, uma cidade erma; adeus, um eterno adeus".

Cenas indescriviveis desenrolavam-se no interior do sombrio templo. Os fiéis afflittissimos choravam, do peito arrancando fundos suspiros e pungentes lamentações.

Por aquellas cabeças perturbadas, por aquellas almas atribuladas, as palavras do vigario passavam como um tufão de suplicios e morte; as suas ultimas frases, pronunciadas com veemencia misturada de comoção, vibrando fortemente naquelles cerebros alvoroçados, mais concorreram para desconcertá-los e lhes deprimir o animo.

Foram ouvidas por todos em movimento, sem poderem se conter em silencio. O derradeiro adeus arrancou das pobres mulheres, gritos de pavor, saindo da igreja ás carreiras, e pensamento desvairadamente occupados com a fuga que deviam fazer. A noticia da estranha pratica, espalhou-se célere pela cidade, reproduzida por milhares de bôcas, que bordaram-na das mais extravagantes fantazias. O panico foi indescritivel e tomou mais angustiosas proporções quando se viu á porta do Vigario e do general Olegario, carros recebendo as respectivas familias, e outros carros, acompanhados de escolta, recebendo nos armazens os generos confiscados. Fugia-se durante o dia, durante a noite, sem se cogitar para onde, onde procurar um abrigo ficando a maior parte dos fugitivos extenuada nas caspoeiras, por entre o matagal, num friorento mês de Agosto.

Fugiam até doentes de purga; miseræ mães que ainda não tinham tirado o algodão dos ouvidos, com os recém-nascidos expostos ás intemperies; velhos estropiados, ás quedas.

Uns levavam alguma provisão para matar a fome; outros entregues a Deus e á ventura. Quasi todos deixavam as casas mal trancadas e alguns as portas abertas, que o visinho mais animoso trancava.

A CAMINHO DE DIVINA PASTORA

Ao meio dia a tropa tomava o caminho de Divina Pastora, levando preso o coronel Sabino Ribeiro.

Pedidos de progressistas de destaque, rogos da esposa aflitissima, debulhada em lagrimas ante o general Olegario, não abrandaram a dureza daquelle coração.

A' sua vitima o general só podia dirigir uma increpação: — o coronel Sabino não acompanhava a grei do padre Dantas; ao seu mando nunca se submeteu, e quando chefe do executivo municipal, tinha dado a nota do homem publico operoso e honesto e que com estas credenciais conquistou a estima publica, o que quasi sempre contraria aos vaidosos, que se julgam unicos nas condições de figurarem na politica, e que de qualquer fórma, por qualquer meio procuram se perpetuar no mandonismo. Intimamente conformado pelo consolo de ser acompanhado por um amigo contra o qual os dois mandões não podiam se levantar, — o coronel Francisco Vieira, lá ia ele naquella via dolorosa, num abatimento de causar dó, o espirito preso a tremendas apreensões e á desoluição em que deixava a familia, receioso de que não lhe estivessem contando os ultimos momentos de vida.

Por segurança os fugitivos evitavam as estradas, corriam pelas caçoeiras, pelas roças e canaviaes, ficando com as rcupas em tiras, contendo os gemidos que os arranhões e estrepadas provocavam, com receio de serem descobertos. Os poucos que fugiram para aquellas bandas mais espavoridos ficavam, mais se internavam nos matos, assim que avistavam qualquer pessoa, pensando talvez que fosse algum perseguidor.

Uma infeliz mulher, ao contrario, corria intemente pela estrada, voltando a Maroim, levando nos braços uma creança. Reconhecendo o cura a ele se dirigiu, desgrenhada, rôta, suada, sem chale: "senhor vigario, vossa mercê encontrou uma mulher com um menino como este?" "Não, e porque pergunta?" "Ai, meu Deus, pela pressa com que saí carreguei esta creança, que não é a minha; o meu filhinho a outra deve ter levado". E correu como doido; a tôa, receiosa de voltar á cidade, sem saber por onde procurar a outra. O padre, parado na estrada, quasi soltava uma pilheria. Conteve-se. Pela consciencia passou-lho de repente um ligeiro fremito, advertindo-o da tremenda responsabilidade, consequente á imprudente pratica da manhã e ás fantasias com que alarmára aquella pobre gente.

No dia seguinte os fugitivos foram recebendo noticias animadoras: — que podiam voltar sem receio, pois os tetricos augurios do vigario eram puras invencionices.

Foram chegando com cautela, abatidos, doentes e sempre medrosos de algum máu imprevisto.

XXXVI

CONCENTRAÇÃO DAS FORÇAS LIBERTADORAS

Divina Pastora, assente em uma chapada de grande elevação, acessível por estradas de extensas ladeiras escarpadas e íngremes, rodeada de escarpas, que só podem ser galgadas com esforços extraordinários, era por isso um ponto bem escolhido para a concentração das legiões que o padre Dantas prometia organizar nos municípios de que se dizia chefe.

Ali ficavam preservados de maiores incomodos pela força do exercito, que certamente viria em sua perseguição, inflingindo-lhe na certa um desastre irremediavel.

Dessa fórma, firmando incontestavel dominio no interior, entrariam vitoriosos na capital, onde o Dr. Fausto, garantido pelas suas imunidades os esperava para a realização do plano geral de conflagração.

De Laranjeiras veiu o grosso do batalhão policial incorporar-se ás legiões libertadoras. Foi um regalo para os habitantes da velha e sossegada vila, vêr a tropa entrar ao compasso de harmoniosa banda de musica.

Que gosto para quem estava habituado a só ouvir musica de barbeiro, exclamava o padre, em picardia á filarmónica local!

O estado maior organisando o plano das proximas operações militares e determinando a imposição de novas coletas, trabalhava sob os melhores auspícios, pois tinha á frente um ministro de Cristo, com o medalhão do coração de Jesus ao peito sobre a sotaina, invocando-lhe fervorosamente o patrocínio á sua pessoa e a sua causa. Por tão poderoso adjutorio e por mais outras coisas, que o padre sabia contar e que o Olegario ampliava com cachimonia, estavam todos seguros do éxito; e como ha prazeres que parece nunca fartarem, não havia um momento em que os chefes e os outros, em animadas prosas, não prelibassem os gosos da vitoria. Os recrutas, fóra das horas do doce ocio em que se resfolegavam nas camas e redes encontradas nas casas invadidas, faziam exercicio ao mando do ex-capitão Gitirana, arvorado em coronel, que se esbofava nas ordens de direita volver e sentido. Houve-se um alegrão quando a atenção geral foi despertada pelo abóio de improvisados vaqueiros, que tangiam vinte bois gordos, arrebatados por ordem do general Olegario do engenho do Dr. João Ferreira, castigado assim pela ousadia de profligar desmandos e abusos, contra os quais o seu genio altaneiro sempre se rebelou. O aprovisionamento da tropa ficava assás garantido com esse reforço e com as requisições efetuadas. "E' isto mesmo, está muito direito, esbravejava o padre, sem a menor consideração aos proprietarios seus correligionarios, ali presentes; senhor de engenho se recal-citrar ás nossas ordens, ou se fôr adversario, hade dar bois aos soldados e canaviais ás chamas". Passava-se á tripa fórra; a noticia do bom passadio atraía dedicados ás fileiras.

Três dias depois souberam que chegára á capital o general comandante do distrito, acompanhado de contingentes da guarnição da Baía.

Não era sem inquietação que os chefes notavam o modo apreensivo

por que a sua gente procurava se inteirar do que se passava em Aracajú e Maroim; prevendo que a ultima noticia podia deprimir o moral da tropa, lançaram entusiasticas proclamações, vaticinando o mais brilhante exito da conflagração.

Com o intuito de se mostrarem fortes e firmes nas posições occupadas, ordenaram atos de força e violencia para a extorsão de dinheiro no Rosario e em outros logares, que se dividiria em rateio final, acrescentavam muito intensionalmente. Por felicidade das pessoas visidas pelo anatema dos chefes, não houve tempo para essas ultimas projetadas violencias.

Por cautela, os chefes e alguns officiais, ouvindo as prudentes palavras do coronel Gítrana, que aconselhava — olho no padre, olho na missa, — punham-se em ordem, para não serem surpreendidos por qualquer eventualidade desagradavel.

XXXVII

EMBARAÇOS A REPOSIÇÃO

O general comandante do distrito de posse da ordem para a reposição do governo legal, dirigiu-se para bordo da torpedeira, a conferenciar com os depostos, que achando suficientes as garantias oferecidas, prontificaram-se a aceitar a reposição.

Da torpedeira se encaminhou á casa do Dr. Fausto, (dizia que em observancia á recommendação do governo) affirm de com ele se entender, em ordem a não surgir embaraços ao cumprimento da decisão do congresso.

Pode-se assegurar que todo Aracajú acompanhava os passos do general, numa curiosidade em que, para muitos, se refletiam as ancias e mudas afflições, que os dominavam; o mulherio, então, numa notavel avidéz de ficar a par do que estava para acontecer.

Notou-se que ao assomar o general ao portaló para desembarcar, içava-se no mastro grande do navio a bandeira nacional, sinal de Presidente a bordo.

O pavilhão nacional desfraldado naquele momento, era o emblema muito significativo da lei pairando sobre a anarquia, que ela começava a esmagar; era ao mesmo tempo, para os que lhe compreendiam a significação, de um lado o cruel desespero, do outro o sorrir de novas illusões.

O Dr. Fausto arrebatado, exaltado levantou tenazes objecções á ordem do governo, concitando o proprio general á desobediencia, pois tratava-se de um caso perfeitamente juridico, dizia, em que o congresso se afastára da constituição, pois a renuncia havia sido aceita pelo poder competente, e portanto era descabida qualquer argumentação em torno da hipotese da deposição, não devendo ser acatado um congresso que saltava sobre o fato escandaloso de Mato Grosso, para dar erronea solução ao caso simples de Sergipe. A discussão revestia gravidade e imponencia, subjugando, abatendo o animo dos assistentes, certissimos todos, que o Dr. Fausto, apezar das argucias da sua argumentação, pleiteava uma causa irremediavelmente perdida.

O general esforçava-se por dissuadi-lo do proposito errado em que eie estava, apelando para a sua consciencia de legislador e jurista, para os seus sentimentos de patriota, lembrando-lhe que aquella irredutibilidade muito contrariaria ao seu grande amigo, o presidente da Republica, declarando-lhes sempre peremptoriamente, que faria a reposição.

Por fim reconhecendo o Dr. Fausto a inutilidade daquela opposição, concordou que o seu parente, ha dois dias na presidencia do Estado, mandasse retirar a guarda do palacio, substitutindo-a pela força do 26, e entregar ao porteiro a chave do gabinete.

Pensava em uma solução legal, mais demorada.

XXXVIII

O PALACIO INVADIDO

Momentos depois os garotos viaavam um improvisado official da policia que desageitado dentro da farda alheia, ia para casa, apressado em restituir o fardamento e a espada que lhe emprestaram, pensando pelo caminho que tinha carradas de razão o velho Herculano Samango, quando lhe advertiu, que nomeação de bôca é coisa bocoria, que de bôca se desfaz.

Um partidista do Dr. Fausto correu a contar-lhe o fato com muitas tintas de exagero, frizando, que apesar de não se ter efetuado ainda a reposição, já os seus amigos e dedicados eram maltratados em publico.

Nada mais era preciso para avivar as chamas contidas naquele cerebro, desequilibrado pelo medonho e retumbante fiasco da sua aventura.

Possesso, alucinado, deu os primeiros passos para sair á rua, bradando, numa voz estridente, que lhe saía sincera do peito, como derradeiro arranco de um'alma em desespero: — "quem não tiver medo da morte me acompanhe". Era o brado da consciencia, sacrificando-se pelos amigos envolvidos no movimento.

O seu bom amigo Dr. Bessa tentou dessuadi-lo daquela loucura; de balde. Em lagrimas suplicou-lhe em nome da esposa e da filha; de balde. Outros amigos quizeram empregar violencia, para contê-lo; recuaram deante da repulsa energia. Livre de qualquer obice saiu, agitando o chapéu freneticamente, incitando á pugna o troço de rapazes, que acompanharam-no victoriando o nome com eles subindo as escadas do palacio. Tolhidos, alguns amigos ficaram no chalet acabrunhados, silenciosos, sem duvida abatidos por cruel arrependimento.

XXXIX

SACRIFICIO HEROICO

Encaminhava-se o general á estação telegrafica, quasi .o lado do palacio, quando ouviu o estrepito e alarido que fazia o grupo em palacio, arrebatando moveis, vidros e louças. Surpreendido por aquele extremo desatino,

após o acordo ha pouco celebrado, ordenou a vinda acelerada do 25, ordenando ao mesmo tempo ao seu ajudante de ordens, que á frente da guarda do telegrafo, (que previamente verificou estar municiaada) fizesse evacuar o palacio, não deixando lá nem um gato, frizou. Assim que os soldados galgaram as escadas, ouviram-se detonações. De que lado partira o primeiro tiro? Quasi todos do grupo fugiram pelo portão do fundo, alguns feridos, ficando o Dr. Fausto ferido no punho esquerdo, acompanhado do filho e de poucos dedicados, teimando em não abandonar o palacio, que pertencia aos sergipanos — gritava como doido — verberando o procedimento da força, que qualificava de brutal e acúsando o presidente da Republica de traidor.

Pelas imediações e na frente do palacio a massa popular, onde se via muitos progressistas salientes, ouvia apática, acovardada, cabisbaixa, o tropel dos que desciam tangidas pelas coronhaças e pontapés dos soldados iracundos, vindo aos tranbolhões, preso ao braço vigoroso do alferes ajudante, o Dr. Fausto, até ha bem pouco idolo daquele pôvo, que pela sua pessoa protestara dedicação, levada ao sacrificio, se fosse preciso.

Naquele turbilhão de desvarios e sangue, vinha aos baldões, mortalmente ferido, se esgotando em sangue, o fanatisado e valente marítimo Nicoláu, que se tinha oferecido ás balas e ás baionetas, para com o seu corpo poupar o seu idolo. Caiu morto no saguão o digno laranjeirense.

A torpedeira percebendo os movimentos de terra, ativou os fógos, guardneceu os canhões.

Na calçada o alferes largou a sua preza e ordenou a formação em linha. A aglomeração crescera e o Dr. Fausto continuava a concitar o pôvo á occupação do palacio, corresse sangue embora, contanto que se o tomasse que pertencia aos sergipanos.

Abrindo o colete, dirigiu-se destemido aos soldados, numa apostrofe veemente: "miseraveis, exercito de bandidos, covardes, atirem, matem um representante da Nação.

As suas ultimas palavras foram abafadas pelo sinistro estampido de um disparo, partido da fila dos soldados; varado no ventre por bala cambaleou, caindo nos braços do filho, que com o auxilio de amigos, o conduziu para o chalet, onde expirou.

Em caminho pediu agua; sorveu-a e proferiu estas palavras que ficaram saudosas, indefiniveis, gravadas na memoria dos sergipanos: "bebo a alma de Sergipe"; — e para sempre cerraram-se aqueles labios que tantos sietos, adesões, idolatrias despertaram na curta vida, e pouco depois fecharam-se aqueles olhos, que com fulgor genial iluminavam a faixa do horizonte, que o seu longo descortino alcançava. No momento em que ele falava aos soldados e que estes punham as armas em attitude ameaçadora, ouviu-se uma vóz que ordenava: — não atirem.

O soldado não teria ouvido? Dizem tambem que ao mesmo tempo outra vóz mais proxima ordenava: — fogo; dizia-se que a ordem partira do alferes, outros diziam que de um olimpista ali perto. Estava consumada a horrivel tragedia, em um desfecho imprevisto, monstruosamente torpe.

XI

AS VERSÕES

Ao influxo da profunda indignação que a todo mundo causou aquele tragico desenlace e da irreprimivel efervescencia em que ficaram os animos, foram surgindo versões e comentarios sobre se foi proposital ou casual o disparo homicida, cada qual externando o seu juizo, movido por conceitos divergentes, e que na maioria se sintetizavam na afirmação, que o assassino se prestára a instrumento vil de cruel vingança. A razão conturbada ante o horrivel e covarde atentado, se desvairava em prescrutar-lhe o moel, ligando-o a coisas as mais disparatadas, procurando um responsavel para a negragada ação do soldado; e de desvario em desvario, iam as razões mais dispares encontrando guarida no espirito de muitos que querem passar por atilados e desassombrados e na cabeça versatil e impressionavel das mulheres, que falavam alto e bom som, expondo as conjeturas que lhes vinham á mente. Pessoas prudentes e que para esclarecimento de casos dessa ordem aconselhariam argumentos suasorios e meios brandos, culpavam o general pelas ordens que precipitadamente dera ao seu ajudante, se podendo, mesmo com violencia fisica, concluïam, ter conseguido a evacuação do palacio, sem efusão de sangue.

Demais, segundo a afirmação unisona dos que acompanharam o Dr. Fausto, os ataques á bala e arma branca, partiram da força comandada pelo alferes e que devia coibir aquelas tropelias e fazer evacuar o palacio.

Replicavam os amotinados, áqueles ataques brutais, afrontando balas e baionetas, com a afirmação de dedicação ao chefe querido, solidarios com as apostrofe indignadas que do peito dele saïam.

E isto ainda mais enfurecia aos emissarios do general.

Quem não atinava com um motivo plausivel para áquele unico disparo, conjeturava, por isso, que só podia ter sido proposital, e ponderava: "pois naquêle troço de soldados destacava-se esse tão melindroso, tão suscetivel, de sentimentos tão delicados, que sem ordem anterior ou atual, se vingava por si e pela classe das injurias de um desvairado, levado ao extremo desespero, pela horrivel violencia que estava sofrendo?!

Houve quem afirmasse que a ordem de fogo partira de um paisano, que no tumulto e confusão se aproveitára para repastar a sua perversidade.

Tambem se declarava ou inventava, que o soldado assassino era o mesmo que fôra visto mais de uma vez, saindo da residencia de um dos chefes olimpistas.

Que motivo especial, que rancor pessoal podia ter áquele soldado, extranho ao nosso meio, aquí chegado apenas ha três dias, para, contra a disciplina militar, dar áquele disparo, obedecendo embora á ordem, que parece só a ele ter sido dada, como que esperando-a?

A fama do bom nome do Dr. Fausto captava simpatias, mesmo entre áqueles que diretamente não se tinham rendido á sua fascinação pessoal.

Quem o visse, quem o ouvisse, ficava empolgado pela sua bondade,

simplicidade e altruísmo, em contraste com os processos exagerados do início da sua ação política, como gerou-se em poucos dias tanto ódio no peito desse assassino. Até no batalhão, logo após a formatura na frente do palácio, se via soldado e oficiais consternados, muitos mal contendo as lágrimas.

Aventura-se um juízo, que logo se acha sem firmeza, sem razoabilidade; muda-se de pensar, mas não se nos depara um fio, que leve á uma ilação segura.

Torturante mistério !

XLI

A REPOSIÇÃO

Um emissario do general foi a bórdo, para vir acompanhando os depostos. Monsenhor Olimpio tomado de acabrunhadora contrariedade pelo ocorrido, declarou que por tal preço nunca propugnaria pela reposição. Todos tristes, abatidos, sem culpa na desgraça que acabava de acontecer, sentiam entretanto cair sobre si o peso da ignominia daquele nefando assassinato; não pareciam vencedores.

Galgando a calçada do palácio, toram seus olhos deslumbrados pela visão fantastica, que surgia daquela poça de sangue, talvez ainda tepido, entontecendo-os, lhes vacilando os passos, opresso o coração pela horrerosa realidade do que viam, pela formidavel accusação, que anteviam se lhes irrogaria.

Pela escadaria, no soalho, por toda a parte manchas de sangue, como estigmas vivos, indeleveis, ali estavam, lhes bradando numa linguagem inexprimivel, — cujo éco apavorante se lhes duplicava e intensificava na consciencia, — que no campo das lutas inglorias da politicagem, ha vitórias que de bom grado se deveria renunciar, ha ascensões, que firmadas em cadaveres, mesmo a contragosto, perturbam a quietação e serenidade do espirito, ainda que a consciencia nos isente de culpa.

XLII

A DEBANDADA EM DIVINA PASTORA

Como derradeira e expressiva consagração postuma dos bons intuitos do destemido sacrificado, a sua assinatura, uma ordem sua escrita na manhã desse dia fatidico, ainda á tarde, depois do seu trespassse, amparava generosamente uma causa, justa, restituindo a liberdade ao coronel Sabino Ribeiro.

Grasas á diligencia e sigilo de um seu empregado, ciente do ocorrido em Aracajú, cumpriu-se a ordem antes de se ter noticia em Divina Pastora, das horriveis ocorrencias da capital. Mal acabava de se cumprir a ordem superior, chegou ao acampamento a triste noticia, arrefecendo, como se fôra colossal ducha de gelo, aqueles animos em braza. Os generais aprovados, abatidos, iam aconselhando baixinho aos officiais que primeiro viam, que escapulissem o mais depressa possivel. Eles deram o exemplo.

Foi uma precipitada debandada geral; tão céleres como os cabeças, fugiram os soldados, uns e outros desorientados por escusos, quasi apagados caminhos, pelos matos, pelos tabocáis, muitos completamente alheios áquella zona, sem saberem por onde andavam.

O general Olegario saindo a pé, encontrou no beco, á porta do Joaquim da Costa, um animal do qual poudo conseguir um chouto regular, que o levou sem muita demora á Usina Vassoura.

O padre Dantas, elevando os olhos ao Céu em ação de graças pela inspiração angelica de não tirar a sela ao burriculo, no quintal desde a vespera, conhecedor daquellas veredas e desvios, fugiu se aventurando em descidas tão íngremes, em barreiros tão fundos, que admirou ter por aí passado, desaparecendo no ôco do mundo, no dizer galhofeiro de um dos seus ajudantes de campo aos soldados que o procuravam.

Ardou tudo com tal precipitação, que não houve o cuidado de se observar, se ele levava ao peito a inseparavel estampa do Coração de Jesus.

Os officiais largavam espadas e fardas á tôa e á paisana fugiam para o centro; alguns soldados beocicos, em grupos, em desespero, procuravam os chefes para receberem o soldo atrasado e desapareciam sem encontrá-los, lamentando o tempo perdido e rogando pragas aos que os haviam ludibriado.

Em poucas horas a vila tornou-se um deserto, visitado pelos urubús, que vinham se regalar nas rezes esfoladas na praça e que começavam a ser carneadas pelos magarefes da tropa, esquecidos rapidamente das funções do estomago, para só se lembrarem de que tinham bôas pernas e que ellas haviam de lhes valer na ocasião. No mesmo dia o pai do general Olegario mandou levar ao engenho do Dr. João Ferreira, os bois que restavam.

XLIII

APOTEOSE AO SACRIFICADO

O covarde assassinio do Dr. Fausto levantou o coração dos sergipanos, num protesto unisono de pezar, indignação e repulsa. A sua fronte genial e altiva circundou-se de uma aureola que resplandecia nos olhos encantados dos seus fanaticos, como daqueles que abstraindo de idéas politicas, cultivavam as suas relações particulares, daqueles mesmo, que conquanto afastados do seu convivio, lhe reconheciam os meritos e se inteiravam, sem prevenções, dos seus intuitos. Ninguem pôde em absoluto se contrapor a um dos aspectos (talvez o que melhor exprime a relatividade e precariedade das ações humanas) da teoria radical e revolucionaria, — que os fins justificam os meios, — mas em todo caso se analise os fins e depois se ouça a vóz da consciencia.

Haveriam excepções á proverbial brandura de sentimentos dos sergipanos? Dizia-se tanta coisa discordante!... Mas a maldade repelida do circulo mais ou menos dilatado da nossa sociedade, deixará algum dia, mesmo do seu recesso, deixará de vir se insinuar no meio social mais predisposto ao bem?

O saímento funebre revestiu-se de pungente solenidade, lembrando em doloroso contraste, a opoteóse do desembarque; com exceção de alguns dos seus correligionarios, de cuja ausencia não se cuidou de indagar a causa, dos governistas, que não se relacionaram com o extinto glorificado e dos poucos a quem nenhum acontecimento demove da apatia em que vivem, quasi todo o Aracajú acompanhou ao derradeiro desconço, o corpo do herói sacrificado. As moças, oh as moças, a quem ele tratava com requintes de delicadeza, que o inspiravam e fascinavam, corajosamente, num despendimento de heroínas, de loucas, não faltaram á última e sincera homenagem ao ente idolatrado, desgrenhadas, num doloroso abandono de si mesmas, transidas de dôr, de indignação, de horror. Elas, com a característica facilidade de tagarelar ainda que dominadas por sentimentos da mais forte emoção, ao encontrarem aquelas que sabiam ser ligadas á pessôas do partido dominante, lhes iam atirando sotaques mordazes; e pouco a pouco, por toda parte, insinuavam com a coragem que os homens não tinham ainda revelado, que o Monsenhor Olimpio fôra o mandante do assassinato do Dr. Fausto, por isso e por aquilo, — coisas as mais disparatadas e que juravam saber com toda certeza, como era certo que uma senhora da alta sociedade, dedicadissima ao Monsenhor, se regosijar, ostensivamente com a morte do Dr. Fausto, cuja memoria cobria de baldões.

A sociedade aracajuana respirava uma atmosfera saturadissima de prevenções, intrigas e ódios, ameaçando explosões, que seriam terriveis, mantido o insuportavel ambiente pelo espirito facil e incansavel das mulheres, a muita gente persuadindo.

Elas, inocentemente exageradas e levianas, se excediam nos comentarios, corporificando puras fantasias.

XLIV

O PAVOR DOS PROGRESSISTAS

Depois dos lutuozos sucessos de 28 de Agosto, indescritivel tristeza caiu sobre a capital, que se debatia num estado de duvidas e incertezas, de insegurança e aflições receiosos os progressistas e até os neutrais mais desconfiados, de perseguições que já surgiam, apreensivos, uns e outros, mesmo os que apesar de não serem partidistas da politica dominante, não eram progressistas, apreensivos pela hora tremenda, que se annunciava do apuramento das responsabilidades.

Não podia deixar de dilacerar cruelmente os corações bem formados, saber que a par de progressistas, que com pezar sincero choravam a morte do amigo dedicado, outros levados pelos vis sentimentos de ingratição e do cego amôr proprio, lamentavam, talvez só e unicamente, o baque dos imaginados castelos, o esvair-se de esperanças, que contavam estar prestes a se traduzirem em duradoiras realidades.

Passado o primeiro choque, sobreveiu ridicula crise de medo a todos que se mostraram mais exaltados pela causa progressista, cada qual se julgando

suspeito, se não culpado. E o pavor irradiando da capital alastrou-se facilmente pelos municípios, impellido por uma dinamica, que em cada um dos seus impulsos redobrava de expansão, arastando até familias em doída dispersão.

Os medrosos (se diziam cautelosos) não deixavam de ter alguma razão; temiam as vinditas, as justificadas represalias, se não pelas perseguições e ameaças de ha pouco, certamente por outras feridas que ainda sangravam". Da capital espalhavam por todo o Estado noticias aterroradoras sobre a attitude da força do exercito, principalmente dos contingentes vindos com o general, que viviam a provocar e a insultar. Tantos e tantos casos e cenas de picardias e perseguições se contava, de conivencia com a policia,, com assentimento do governo, — sem ação deante dos seus sustentaculos, impassivel ás tropelias por eles cometidas, — que os progressistas, por isso ou por esperarem o irromper de legitimo desforço, iam se ocultando, incutindo, comunicando o pavor a todos os correligionarios.

O general Olegario sem detença pôs-se ao fresco, embarcando em Penedo para o Rio, levando ás suas expensas o seu prestimoso ajudante de ordens; o padre Dantas, correndo de Herodes a Pilatos, sem de todo perder a sua presença de espirito; voltou afinal á paroquia, depois de obter as garantias que mandára solicitar ao Monsenhor. Os partidistas mais salientes foram aparecendo, ainda meio espantados, alguns procurando terceiros responsaveis entre os seus, se inocentando, dirigindo piedosos penitês ao governo restabelecido. O altivo vigario de Japarutuba, padre Caio Tavares convidando companheiros de habito, para na sua matriz celebrarem solenes exequias por alma do eminente sergipano, quasi não realisava o seu piedoso desejo, pois alguns se esquivavam com vis subterfugios, temendo despertar melindres da parte do Monsenhor, com quem já se haviam reconciliado depois da reposição. E o vigario Caio não era dos mais extremados pelo partido progressista.

XLV

INQUERITO IMPROFICUO

As pessoas imparciais e de esclarecida intelligencia, que costumam primeiro estudar a gênese, o desenvolvimento e o fim logico dos fatos mais salientes da vida social, para então se pronunciarem a respeito, a principio se contendo em prudente silencio, indecisas, temendo externar um juizo que poderiam considerar precipitado, depois que viram os dias se escoando por entre a indiferença da superior autoridade militar, ante as meias medidas e a fricza do inquerito maquiavelico e cinicamente desviado do seu objetivo, que não podia ser senão descobrir o responsavel pela grande desgraça, chegaram á ilação, que tinham como verdade esmagadora, que o Dr. Fausto foi assassinado propositalmente, de acordo com um plano delineado com firmeza e segurança.

Era inconcebivel a improficuidade do inquerito para esclarecimento de um fato que irrompeu e se consumou com supina velocidade á luz me-

ridiana, na praça publica, deante de enorme aglomeração de gente, á vista, ao pé das autoridades militares, que no logar se achavam dando ordens: — o general e o seu ajudante. Parece que queriam aquelles a cuja discreção, — que era a lei para o caso — foi confiada a descoberta da verdade, transformar a tragedia em ridicula farça, ludibriando os sentimentos de imparcialidade e justiça em nome dos quaes devia agir, ludibriando o sagrado respeito, que todos iniludivelmente devemos tributar ás leis divinas e humanas, que nos mandam acatar a vida do nosso semelhante. O crime do autor do disparo estava perfeitamente individualizado; não foi um crime coletivo; só houve, ás claras, debaixo dos olhos das pessoas que estavam proximas á fila dos soldados, pessoas essas que apontavam o assassino, o qual agiu á face dos seus superiores; e entretanto esse crime monstruoso ficou impune.

Da sua impunidade que tristes consequencias (era de prever) iam surgindo nos dias que se seguiram! que deploraveis consequencias lhe guardava o futuro, invocando o principio de legitima vindita, de cuja razoabilidade uma intelligencia perturbada não póde cogitar! Surgia da opinião publica, eram as vozes da consciencia de todos, que foi aquelle o meio decisivo e rapido de que se lembrou o general, depois de invasão do palacio, para facilitar e abreviar o desempenho de sua missão, e lembravam que ele havia sensurado abertamente o comandante do 26, por não ter feito a reposição; assim que desembarcou o batalhão.

Terão razão aquelles displicentes, que irrogam á classe militar a acrensa de se tornar insensivel aos juizes da classe civil?

XLVI

MOÇÃO CONGRATULATORIA

Reunida a Assembléa olimpista, votou pressurosa uma moção de congratulações ao general comandante do distrito, pelo bom desempenho das providencias tendentes á reposição.

A opposição ajuizando que interpetrava a moção no seu sentido genuino; que por detraz das suas palavras expressas enxergava a intenção nella disfarçada, as substituiu: — por ter mandado assassinar o Dr. Fausto, afim de arredar obices presentes e futuros á perpetuação da oligarquia olimpista, com a qual o general prontamente se identificára. Não se ignora o que valem a independencia e autonomia dos corpos legislativos nos Estados; desmoralisa-os a mesquinha politicagem, que refere ao redor do chefe do governo, o qual por seu turno a regula nos seus detalhes. Nenhum dos seus membros, a não ser algum que de quando em quando se destaque pela altivez e comprehensão da sua posição politica e social e por isso mesmo repe-lindo condescendencias indesculpaveis e em consequencia disto mal visto por quem tudo póde, que o conserva á distancia como elemento perturbador da disciplina partidaria, nenhum se aventura ao exercicio autonomo das suas prerrogativas, sem primeiro se abrir com o chefe do partido, quer dizer com o chefe do executivo, experimentando se lhe consegue o *placet*. O Monsenhor

não admitia contraste aos seus poderes discricionarios de chefe; seria possível terem apresentado a insensata moção á sua revelia? Se consentiu, para não suscetibilisar o general, que diziam vivamente interessado por ela, escolheu a mais perigosa ponta do dilema, devendo antever, pela clarividencia do seu espirito desenvolvido no jogo politico, os perigos e males que seguir-se-iam a esse lance imprudente, disparatado em que os seus amigos, os da sua confiança politica, o metiam.

Eles dessa fórma, inconcientes ou desleais, faziam secar sobre a cabeça do amigo a culpa da desgraça acontecida.

O integro desembargador José Sotero desassombradamente ponderava, que em todos esses tristes episodios, ocorridos depois do tragico desenlace, se devia reconhecer u'a ação providencial, descarregando o merecido e duro castigo sobre o politico que aspirava reinar autocraticamente, cercandose de subservientes na assembléa, jogando com o pusilanimidade dos seus designados, uns se salientando pela ignorancia, outros emporcalhando diplomas scientificos, que o brio, o pudor, a honra aconselham que se preserve, como outorga sagrada e nobilitante que são. A votação da moção era o aplauso retumbante á impunidade do conhecido assassino; e para insinuação da culpabilidade do Monsenhor, aí estava mais um argumento bem afiado nas mãos dos seus implacaveis adversarios, que desse argumento avidamente se aproveitaram ao bel-prazer das paixões do momento, embora, pela obscuridade que em tudo ainda reinava e pela excitação ainda dominante, não tivessem em consciencia certeza da sua responsabilidade pessoal. Mas a politica não tem entranhas! Era preciso a todo transe, por qualquer meio eliminar o Monsenhor, se começando por prejudicá-lo moralmente, para depois arrancar-lhe a vida, que (diziam os inimigos) a morte de um ente assim, de um celerado, não despertaria comiserção, e o abalo momentaneo que causasse não teria repercussão. Alcançado esse desiderato, conquistariam o poder sem maiores obstaculos, pois o presidente do Estado, o Dr. Guilherme Campos, sem o socorro do irmão, correria espavorido, abandonando-lhes as redeas da governança. A ambição do poder continuava a torturar aqueles espiritos trefegos, alimentando esperanças, que os recentes acontecimentos politicos não justificavam. E por isso, e com esse fim, o mote glosado por todas as fórmas, em todos os tons, na imprensa, nos comicios, nos colloquios, na ativíssima correspondencia epistolar, por todos os meios de insinuação e sugestão, foi que Monsenhor Olimpio mandára assassinar o Dr. Fausto e que, portanto, aos filhos deste se impunha o dever de vingar-lhe a morte.

Agora sim; desde que se cometeu o erro, que redundou em lamentavel desastre, de não se aproveitar os dias de desordem, que se seguiram ao levante da policia, para se liquidar aquella corja, diziam os progressistas, vancinha arraigar bem fundo no animo dos filhos, ainda super-excitados, ainda estonteados com o choque tremendo, sem lhes dar descanso para reflexão, que o Monsenhor fôra o mandante do assassinio do Dr. Fausto, e que só com a propria vida poderia remir essa culpa nefanda.

Foi uma decidida propoganda, sem treguas, para que da insidiosa trama pudesse surtir o resultado desejado.

De nada lhe valeu ter telegrafado ao congresso, quando da apresentação do projeto de anistia aos revoltosos de Mato Grosso e Sergipe, que para Sergipe era desnecessária a anistia, não só porque, sob qualquer pretexto, não perseguiria aos que tentaram contra a ordem publica, como porque os casos eram dispares no seu começo e no seu desenvolvimento, com o que da tribuna do senado se declarou de accordo um dos chefes do bloco, fazendo em seguida comentários em desfavor da revolta sergipana.

XLVII

A PENA DE TALIÃO

Todas essas tramas e incitamentos caíram no dominio publico, chegaram ao conhecimento do Monseñhor e de amigos de fóra do Estado. Do Rio, da Baía e aqui instavam para que ele deixasse correr a sessão, sem ir ocupar a sua cadeira no senado; não atendeu a avisos e conselhos, dizendo que estando innocente da caluniosa imputação que lhe faziam, nada temia, não se coadunando com o seu caracter viver sob o tormento dessa ameaça.

Os vari nantes do partido progressista, animados de louca esperança, ainda devaneando em levantar castelos fantasticos, onde agasalhavam sonhos doirados de dominio, não podendo se conter em absoluta reserva deixaram ingenuamente transparecer a ansia em que estavam, pela auspiciosa noticia da morte do Monseñhor.

Diziam, antigando a satisfação, que depois de alguns dias, os negocios politicos tomariam nova feição, pondo-se, porém, alguns em segurança, em direção ao sul do Estado, para de longe, de lugar de facil acesso ao vizinho Estado, receberem a divulgação do desfecho do temerario ataque, que do Rio mandavam assegurar estar bem delineado, e para se alhearem a responsabilidades, que porventura se procurasse definir. O plano diabólico consumou-se fria e atrozmente no antigo largo do Paço, luz meridional do dia 9 de Novembro, decaindo os seus executores da altivez e sobranceira, que poderiam se arrogar, (e que sem muita dificuldade se lhes attribuiria, na pratica de um ato, que sob um aspecto especial e psicologico não deixaria de ser defensavel) pois por um requinte de maldade, collocaram na mão do cadaver, para se dizerem agredidos a pistola de que se serviram. Se a mente calma lhes permitisse a reflexão, reconheceriam a identidade de intuitos a afinalidade que ligava os dois factos mais salientes, constituintes e relacionados com a ação politica do pai, nessa ultima e agitada fase da sua vida: — um patentando a falange, que de modo fascinante, cativante lisongeava-lhe até o ultimo instante, o merecimento politico, favorecendo-lhe os sonhos de preeminencia no Estado, arrastando-o desse jeito aos erros cometidos -- o outro apontando, sempre com os mesmos intuitos egotisticos, essa falange já depurada pelo processo das inconstancias e defecções, cada vez mais esmerada no cadinho da ambição de governar, lhes explorando, por ultima cartada, o amor filial, os levando áquele deplorabilissimo ato de desespero e vingança. Eles, inexperientes, acreditando em insidiosas contrariedades, pela

precipitação própria da idade, cruelmente agravada pelo doloroso acontecimento, não estavam em condições psicológicas de refletir, que esses incitamentos revelavam os nefandos e trefegos propositos da baixa politica, na vibrante indignação de um destemido sergipano, João Barreto, cultura desenvolvida ao lado do influxo poderoso do seu grande e malogrado amigo, e que, pelo Jornal do Comercio, como em hino á bondade e á grandeza incomparaveis do extinto, verberára o desenlace do Largo do Paço, devendo-se, concluiu, poupar os dois jovens ardentes, herdeiros dignos de altivos e nobres sentimentos, de se macularem no sangue de um inocente.

XLVIII

REVIRAVOLTA DA OPINIÃO

A noticia do assassinato do Monsenhor recebida pelos esperançados progressistas com alegria comedida, foi seguida de certo resfriamento nas manifestações jubilosas, e por causa das duvidas foram adiadas algumas expansões do programa, as que podiam dar mais nas vistas.

O presidente, contra o que esperavam, não se apavorou, não abandonou o governo; dizia-se que um irmão, clinico em S. Paulo, genioso e de máus bofes, o havia concitado a se manter no cargo, e que o esperasse, que estava arrumando as malas, para vir se vingar dos que daqui incitaram o assassinato do irmão querido.

Os progressistas achavam a noticia verosimil e... novas cautelas, e... novas adesões (um tanto frias, é verdade) ao governo que nos felicitava.

As senhoras conversando aqui, acolá, mostravam-se sentidissimas, lembrando o tempo em que o Monsenhor foi vigario da freguezia, abnegado, desprendido de interesse pessoal, verdadeiro apostolo da caridade e do bem.

As moças lamentando a morte do inocente, ouviam interessadas as conversas das senhoras sem distinção e iam comunicando as suas impressões umas ás outras, cada uma querendo ser a primeira nas manifestações de pezar, alardeando inexperadas solidariedades com a familia e amigos intimos do Monsenhor, comprarecendo sentidas e respeitosas ao lado do Madureira e dos mais conhecidos olimpistas inabalaveis, á chegada e a inumação na Matriz, do corpo embalsamado do sacrificado á cega furia de atroz vingança. As Lemos davam parabens a Zizi por se ter livrado do Marcelo, taboquado pela filha do coronel Lucas e atirado ás tontas pelo interior, á procura do Antonio Mota, que ninguem sabia por onde andava.

E o carro ovante do Bemquisto da Sorte, vai deslizando sereno, por entre alas de interesseiras aclamações na trilha do ramerrão por onde e arrastado o infeliz Sergipe.

Mercês, Março de 1907.

José Cupertino Dantas

Juizes de Direito - Privativos e Especiais
Juizes Municipais e de Paz - E o Ministério
Público nos seus Desdobramentos

JUIZES DE DIREITO — PRIVATIVOS E ESPECIAIS — JUIZES MUNICIPAIS E DE PAZ — E O MINISTÉRIO PÚBLICO NOS SEUS DESDOBRAMENTOS

Traços históricos da Organização Judiciária de Sergipe Província e Estado

POR J. DANTAS MARTINS DOS REIS

Proclamada a Independência do Brasil, a Justiça Colonial, da qual eram órgãos judicantes *Corregedores, Ouvidores Gerais, Juizes de Fóra, Juizes Ordinários, Juizes de Orfãos, Provedores* e outras autoridades, em as quais as funções judiciárias vezes se confundiam com as verdadeiramente policiais, surgiu a Carta Constitucional de 1824, que esboçou as linhas mestras da Organização da Justiça do Império.

A partir dessa época, daremos em rápidos e sucintos traços, a notícia da criação dos Juizes de Direito, tendo mais em mira as leis que lhes deram função *privativa e especial*, na Província e no Estado.

Trataremos ainda da criação dos Juizes Municipais e dos de Paz, em face da organização judiciária estabelecida, e também do Ministério Público, em seus desdobramentos, ao lado do Poder Judiciário, desde a sua organização,

Juizes de Direito

A Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de Março de 1824, tratando da organização do Poder Judiciário, estabeleceu que o mesmo se comporia de Juizes e jurados; estes "julgariam sobre o fato", enquanto os primeiros applicariam a lei (artigos 151 e 152). Criados os Juizes de Direito, determinou seriam "perpétuos" e "amovíveis", só podendo perder o cargo por sentença (arts. 153 e 155) — Extintas as Ouvidorias pelo Código do Processo Criminal de 1832, foram criadas as primeiras comarcas da Província, pelo Presidente em Consêlho e nomeados os primeiros Juizes de Direito de Sergipe (1833). Substituíram os Ouvidores e Corregedores Gerais, cujas atribuições, na maioria, lhes tocou. — As leis judiciárias do Império e da República têm traçado, com precisão, as funções do cargo de acôrdo com as necessidades do desenvolvimento do País.

Atualmente gosam das garantias da *vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos*.

Têm suas atribuições definidas no Código Judiciário do Estado, que baixou com o Decreto-Lei n. 76, de 3 de Setembro de 1931.

Juíz dos Feitos da Fazenda

A Fazenda Pública, entre nós, desde os "tempos coloniais aos imperiais, dos imperiais aos republicanos, atravessando, no dizer de RUI BARBOSA, os três regimes" — sempre teve privilégio para os seus negócios. — O Alvará de 7 de Março de 1609, — "pedra angular sôbre o qual assenta o grandioso edificio da nossa justiça", — no afirmar de Gabriel Viana, criando o primeiro Tribunal da Relação do Brasil, já mandava contar os dez Desembargadores, que o compunham, um Juíz dos Feitos da Corôa, Fazenda e Fisco e um Procurador dos Feitos da Corôa, Fazenda e Fisco, traçando as suas competências. Suprimida dita Relação pelo Alvará de 5 de Abril de 1626, foi, depois, restabelecida pela Lei de 12 de Setembro de 1652. Mais tarde, criou-se a de São Sebastião do Rio de Janeiro, por Alvará de 13 de Outubro de 1751. Todas elas tiveram regimentos que, com pequenas modificações, era o mesmo baixado pelo Alvará de 1609.

No Regime Imperial a Lei n. 242 de 20 de Novembro de 1841, criou na Côrte um Juízo Privativo dos Feitos da Fazenda, para julgar e processar, em primeira instancia, as causas em que a mesma fôsse parte. Várias provincias tomaram igual deliberação.

Sergipe criou o seu Juízo dos Feitos Fazenda, pela Resolução Provincial n. 26, de 7 de Março de 1839, o qual ora tinha competência única, ora era extinto, ora era exercido cumulativamente pelo juiz de direito do cível da Capital. O privilégio do Juízo Privativo, na República, tem sido combatido por alguns juristas de nomeada. Atualmente o Juízo da 2.^a Vara da Capital exerce as funções de Juíz dos Feitos da Fazenda do Estado e dos Municípios, com jurisdição em todo o Estado, exclusive, apenas, os executivos fiscaes, intentados fóra do térmo da Capital, que devem ser processados e julgados pelos Juizes de Direito das respectivas Comarcas. (*) O Juízo dos Feitos tem como escrivão o primeiro tabelião do público judicial e notas, ao qual fôra anexado pela Lei n. 488, de 28 de Outubro de 1905 e um official de Justiça, tambem designado pelo Juiz, com funções privativas. (Portaria de 22 de Julho de 1929).

Juizes de casamentos

Surgiu o Juízo dos Casamentos com a promulgação do decreto n. 181, de 24 de Janeiro de 1890, que estabeleceu o casamento civil no Brasil. Enquanto não fôsse criado o cargo, as suas funções deviam ser exercidas, quanto á presidência do ato, pelo 1.^o Juíz de Paz e quanto ao conhecimento dos impedimentos pelo Juíz de Direito da Comarca respectiva (art. 110 do cit. dec.) Em 29 de Agosto de 1891, foi criado cargo de Juíz Privativo dos Casamentos e para êle nomeado o Bacharel Gumersindo Bessa que, depois de empossado, poucos

(*) Exerce as funções de Procurador da Fazenda, na capital, desde o regime decaído, perante o Juízo dos Feitos, o Procurador Fiscal e seus ajudantes, os Promotores Públicos, nas Comarcas, êstes, criados, na República pela Lei n. 542, de 22 de Outubro de 1908, arts. 4 e 5, e mantidos posteriormente.

dias esteve em exercício por ter sido nomeado Desembargador. No mesmo ano o decreto n. 8, de 29 de Outubro, que dispôs sobre assunto de organização judiciária, deu competência ao Juiz de Paz para "celebrar casamentos" (art. 30 § 5º). No ano seguinte, o decreto n. 45-A, de 15 de Fevereiro de 1892, que regulou a lei judiciária n. 38, de 28 de Setembro a que se refere a de n. 39, de 16 de Dezembro, ambos do aludido ano, ainda determinou, que aos Juizes de Paz cabia — "celebrar o ato do casamento civil, receber e opôr impedimentos e dispensar proclamas, na forma das Leis Federais" (art. 15 § 2º. n. 2º).

Essa competência foi mantida pelas leis judiciárias posteriores até que o Código de Organização Judiciária de 25 de Outubro de 1913 (Lei n. 648), passou para os Juizes de Direito a referida competência "para processar e julgar as habilitações para casamento civil e celebrá-los nas sédes das Comarcas" (art. 326 § 4º, letra c); para os Juizes Municipais, nos termos (art. 330 § 2º, letra h); para os Juizes Suplentes onde não houver êstes (art. 331 § 2º.); e para os Juizes de Paz onde o fôro civil estiver extinto (art. 333 § 2º letra a).

Na Capital a competencia foi deferida privativamente, ao Juiz de Direito da 2ª Vara, então criada (Lei n. 648 cit., de 25 de Outubro de 1913, art. 46). O Cód. de Org. Judic. que baixou com a lei n. 896, de 19-11-1924, nos seus arts. 126, VI; 127 § 2º VII; 129, VIII e 131, manteve as competências estabelecidas na lei anterior.

Anos depois voltou a competência de processar e julgar as habilitações para o casamento civil e de celebrá-los aos Juizes de Paz (Lei n. 918, de 3 de Novembro de 1925).

Em 1926, dita competencia, ainda uma vez, passou, privativamente, na Capital, ao Juiz de Direito da 2ª Vara, cabendo-lhe tambem julgar as habilitações processadas nos distritos compreendidos na Comarca (Lei n. 948, de 11 de Outubro de 1926, art. 5º).

Semente com a promulgação do Decreto Lei n. 76, de 3 de Setembro de 1931, (Código de Org. Judic.), foi que se restaurou o direito anterior, voltando a competência para julgar as habilitações para casamento e celebrá-los aos Juizes de Direito, nas sédes, e aos Juizes Municipais nos termos (arts. 286, letra o 285, II letra c;) aos Juizes Municipais Suplentes e aos de Paz somente a celebração com exclusão do julgamento da habilitação, que ficou com os Juizes de direito (arts. 288, II e 290). Mais tarde, dividida a Capital em duas zonas, a competencia para habilitar e celebrar casamentos ficou a cargo dos Juizes de Direito das 1.ª e 2.ª Varas, tendo aquêlê jurisdição na primeira e este na segunda (Decreto-Lei n. 196, de 20 de Dezembro de 1933, art. 6º). É esta a situação actual do Juizo dos Casamentos em Sergipe.

Juiz de menores

A idéa dos Juizes e Tribunais especiais para menores que, de ha longos anos, teve ingresso no Brasil, só em 20 de Dezembro de 1923, tornou-se efetiva depois de autorização especial conferida ao Executivo para criar no Distrito Federal um juizo de Menores, "para assistência, proteção, defêsa, processo e julgamento dos mesmos abandonados e delinquentes". A Sergipe coube a primazia de se antepôr, na criação do Juizo de Menores, à própria Federação. Antes de as-

sinado o Dec. Fed. de 20 de Dezembro de 1923, já o Presidente GRACO CARDOSO sancionára a Lei n. 855, de 30 de Outubro de 1923, criando o Juízo Privativo de Menores no Estado. Foi um gesto a mais do espirito inovador e criador daquêlê Presidente, homem politico de larga visão nos departamentos da pública administração. Justiça se lhe deve fazer neste particular. (De um artigo do autor no *Sergipe Journal* de 2-9-1931).

O Juízo de Menores é, actualmente, da competencia privativa do Juiz do Direito da 3ª Vara da Capital (Dec. n. 76, de 3 de Setembro de 1931, art. 280).

O Juiz teve como escrivão do crime (Paragrafo unico do art. 17 da cit. Lei n. 855), até que foi criado o officio privativo pelo Dec. n. 860, de 18 de Janeiro de 1924, de conformidade com o estatuido no art. 33 das disposições gerais da Lei n. 858, de 1º de Novembro de 1923.

Foi primeiro titular do cargo de Juiz, no Estado, o Dr. Otávio Gomes Cardoso, que mais tarde passou a ter funções cumulativas no cível (Dec. n. 896, de 19 de Novembro de 1924), como ainda hoje continua.

Juiz de accidentes no trabalho

As causas de accidentes no trabalho com o advento do Decreto Legislativo de n. 3.724, de 15 de Janeiro de 1919, eram procesadas perante a justiça comum, por distribuição, de acordo com a organização judiciária do Estado (art. 23).

O Decreto-Lei n. 76, de 3 de Setembro de 1931 criou o Juízo Privativo, quando passou a competencia de "processar e julgar todas as causas cíveis e criminaes decorrentes da lei de accidentes no trabalho" para o Juiz de direito da 3ª vara. O Juiz tem escrivão privativo que é o do 4º officio (Dec. cit. art. 71 d).

Juiz do trabalho

Antes da Constituição de 16 de Julho de 1934 competia ao juiz da 3ª vara, privativamente, conhecer de "todas as causas de direitos operários, concernente a contrato do trabalho, industriais ou coletivos, na agricultura, ou na industria, (Decreto-Lei n. 76, de 3 de Setembro de 1931, art. 280, letras p e q).

Pende de sanção um projeto criando a Justiça propriamente do trabalho, em moldes amplos.

Ha um escrivão privativo para os negócios referentes ás contendas operárias, que é o 9º officio. — (Dec. cit. art. 71 — i)

Juiz do crime na capital

Neste Estado, até certa época, as comarcas eram providas de um juiz de direito, que exercia cumulativamente as funções civis e criminaes. Com a criação de uma segunda vara, na capital (Lei n. 648, de 25 de Outubro de 1913, art. 16, letra b), a matéria crime passou a ser distribuida entre elas, cabendo a presidência do juri — aos dois juizes, alternadamente, assim como a revisão

e sorteio dos juizes de fato (art. 47 da citada lei). Com a promulgação da Lei n. 896 de 19 de Novembro de 1924 (Cod. de Org. Judiciária), a atribuição no crime passou a ser da competência privativa do juiz de direito da 1.^a vara (art. 118 e seus números, da Lei referida). Mais tarde, essa competência especial foi devolvida ao Juizo de Direito da 3.^a vara anteriormente criada pelo § 3.^o, n. 1 do art. 2.^o da Lei n. 1.019, de 8 de Outubro de 1928. Estavam nesse pé as coisas, quando o Decreto-Lei n. 76, de 3 de Setembro de 1931, que deu novo Código de organização judiciária ao Estado, determinou, caberia, privativamente, por distribuição, aos juizes da primeira e segunda varas, os casos de matéria crime, que não estivessem atribuídos a outra competência privativa, ou especial (artigos 277, II e 278, II). Em 1935 criou-se pelo Decreto-Lei n. 297, de 26 de Março, a quarta vara na capital, com atribuição privativa no crime, atendendo-se à necessidade, diz o decreto criador, de "especializar as funções do Juizo Criminal", objetivo que alcançado ficaria de par com a doutrina que manda — "entregar a aplicação das leis penais, somente aos que se dedicam aos estudos criminologicos", por estarmos, no dizer de RIBAS CARNEIRO, na "época dos valores técnicos", "época de especialistas".

A princípio, o serviço criminal era distribuído pelos escrivães do civil. Logo depois a lei n. 753 de 7 de Setembro de 1918, desmembrou do 1.^o officio do termo da Capital a serventoria do juri e execuções criminaes, para ser exercida por um escrivão privativo (vide tambem o art. 252 da lei n. 896 de 19 de Novembro de 1924), e o artigo 12 da Lei n. 948, de 11 de Outubro de 1926, anexou ao cargo de escrivão do juri e execuções criminaes, o serviço do crime atribuído aos 1.^o, 2.^o e 3.^o cartórios da Capital — Daí por diante, o crime, juri e execuções criminaes tiveram escrivão privativo.

Juizes municipais

Da sua criação até os nossos dias

Extintas as Ouvidorias, os juizes de fóra e os juizes ordinários, foram criados os juizes municipais e conservados os juizes de orfãos nos moldes advindos da legislação colonial. (1) (Cod. do Proc. Crim. de 1832: Disposições Provisórias de 5 de Dezembro do mesmo ano, Const. do Império, art. 151 e 152). Pelas determinações da lei que os criou, os juizes municipais eram nomeados pelo Presidente da Província, mediante proposta das Camaras Municipais, em listas de três candidatos, organizada de três em três anos, tirados dentre os seus habitantes formados em direito, ou advogados habéis, ou dentre pessoas bem conceituadas, e nas faltas repentinas a Camara nomearia um que servisse interinamente (Cod. Cit. art. 33). Em 1847 a lei de 1.^o de Fevereiro autorizou o Presidente da Província a nomear juizes municipais para os municipios da

(1) Surgiram os juizes de orfãos da Ord. L. 1.^o, tit 88 § 22 e seguintes. O alvará de 23 de Outubro de 1813 tirou o cargo dos leigos. A lei de 3 de Dezembro de 1841, arts. 117 e 118, e o Reg. n. 121 de 31 de Janeiro de 1842 e o Reg. n. 143 de 15 de Março de 1842 traçaram melhores linhas á sua função.

mesma, independente de proposta das Camaras, que perderam tal autorização. Com a refôrma do aludido Código do Processo, pela lei n. 261, de 3 de Dezembro de 1841, a attribuição de nomeá-los passou para o Imperador. E logo foram criados os primeiros termos judiciários em Sergipe para ficarem, na expressão da lei, — “debaixo da jurisdição de um juiz municipal e de orfãos”, — escolhido dentre os bachareis formados em direito, que tivessem pelo menos um ano de pratica do fôro, adquirida depois de sua formatura (Dec. n. 319 de 25 de Agosto de 1843, Cod. cit. art. 13). Serviam por quatro anos e podiam ser reconduzidos. Assim começou o Poder a enfeixar nas mãos dos juizes municipais o cargo de juiz de orfãos e da Provedoria e dos Resíduos, principalmente nas comarcas de pouco movimento forense, preferênciã esta adotada por lei. (Lei n. 261 de 3 de Dezembro de 1841; Reg. n. 120 de 31 de Janeiro de 1842; Reg. n. 143, de 15 de Março de 1842, art. 2º ns. 2 e 7). Passaram portanto os juizes municipais a ser tambem juizes de orfãos e da Provedoria (2). Ao Governo cabia marcar ordenado a esses juizes, o qual não devia exceder de 400\$000 por ano. (Art. 15 da lei n. 261 cit.) Aos nomeados para os tẽrmos criados em Sergipe fixou-se ordenado de 300\$000 anuais.

Em 1851, Lei de 11 de Setembro, o Governo foi autorizado a aumentar os ordenados dos juizes municipais até 1:000\$000, segundo as circumstancias de cada logar.

Posteriormente, a lei, de 28 de Junho de 1870, fixou os ordenados em 600\$000 anuais, e onde pelas respectivas lotações tivessem de vencimentos quantia inferior a 1:800\$000, percebiam mais, a titulo de gratificação, a diferença entre a lotação e esta quantia. Em o mesmo ano, a lei n. 1.764 de 28 de Janeiro já havia autorizado o Govêrno a arbitrar a ajuda de custo aos juizes municipais, para transporte e estabelecimento, não superior a um conto de réis, mediante tabela a ser formulada.

Proclamada a República a primeira Organização Judiciária de Sergipe (Lei n. 3 de 19 de Setembro de 1891), não cogitou dos cargos de juizes municipais, suprimindo-os. Tornada sem efeito pelo Contra Golpe de Estado, que pôs fim à ditadura militar, a Lei n. 28 de 26 de Setembro de 1892, estribada na Constituição do mesmo ano, criou juizes municipais e determinou que perceberiam vencimentos de 2:000\$000.

Atualmente os juizes municipais em Sergipe percebem 8:400\$000 por ano, vinte e tantas vezes mais do que percebiam em 1843 os primeiros nomeados

Os suplentes de juiz municipal, foram criados pelo Dec. n. 261 de 3 de Setembro de 1841, para substituirem os titulares do cargo em casos de impedimentos. Eram nomeados pelo Presidente da Provincia, por quatro anos, seis cidadãos notaveis do logar, pela sua fortuna, intelligencia e bõa conduta (art. 19).

O Dec. n. 4.824 de 22 de Novembro de 1871, art. 6, de acôrdo com a Lei n. 2.033, de 20 de Setembro de 1871, art. 1º § 3º, reduziu para três o numero dos

(2) A Providencia anteriormente, tinha sido extinta e unida aos juizes de orfãos pela lei de 3 de Novembro de 1830.

suplentes, que continuaram a servir por quatro anos, durante os quais só podiam ser demitidos a seu pedido, salvo nos casos previstos.

Dos juizes suplentes, sempre mal disseram os Presidentes da Provincia. Em sua "FALA" de 1 de Março de 1850, escreveu o Presidente AMANCIO JOÃO PEREIRA DE ANDRADE.

"E' uma verdadeira calamidade nesta Provincia a administração da justiça, quando tem de ser exercida por homnes leigos. Por melhores que sejam as suas intenções nunca pôdem tais juizes proceder em regra". E depois de se referir aos assessores políticos inclinados aos partidos a que pertencem, conclue :

"Longe, pois, de nós senhores, todos estes juizes que não sabendo inspirar o respeito devido a sua posição, considerão a autoridade de que a lei os reveste para o bem público, como um instrumento de vinganças e ambições".

No Relatório de 8 de Março com que deixou a administração, expendeu ainda, queixas iguais.

Os presidentes drs. INÁCIO BARBOSA e JOAQUIM TIBÚRCIO FERREIRA GOMES, em Relatórios de 17 de Novembro de 1853, e 1 de Junho de 1861 tambem aludiram ao mesmo mal.

Em 4 de Março de 1863, disse o Presidente JOAQUIM JACINTO DE MENDONÇA — "está por conseguinte a administração da justiça em vossa provincia quasi que completamente entregue a juizes leigos, e o que é mais, a homnes eivados de paixões, e que não deviam sacrificar a justiça ás conveniencias do partido. E' mau um tal estado". (Relatório).

Em 1864 acrescentava o comendador ANTONIO DIAS COELHO E MÉLO, como segundo vice-presidente em exercicio :

"A administração da justiça (sinto dizer-vos) não vai bem na Provincia.

A excepção do juiz de direito da comarca da Capital que se acha interinamente encarregado da Policia, e dos das Comarcas de Itabaiana, Laranjeiras e Vilanova, todos os mais acham-se fóra do exercicio, e seus logares entregues a juizes Interinos.

De quatorze logares de juizes municipais letrados só nove estão preenchidos, e destes quatro unicamente existem exercidos por juizes efetivos, os demais ou estão no gozo de licença, ou substituindo os juizes de direito.

Este quadro, sem mais comentários, basta para justificar a proposição que acabo, de avançar, isto é : não vai bem na Provincia a administração da justiça. ("Relatório de 3 de Maio").

"A causa da justiça, informa o dr. JOAQUIM BENTO DE OLIVEIRA JUNIOR, corre sempre perigo, confiada ás mãos dos intrusos da ciência".

EVARISTO FERREIRA DA VEIGA, quando na presidência, advertiu á Assembléa, condoído da vida de privações dos juizes municipais, relatando fato que consterna a todos que o leem.

"Devo chamar a vossa atenção para a facilidade com que nesta Provincia são criados os termos, do que resulta perceberem os juizes municipais tão pequenos ordenados que admira como podem eles subsistir; e no entanto é força confessar que, apesar desta difficil contingencia, distinguem-se aqueles que aqui occupam esses cargos, pela honestidade e probidade que os levam a sofrer

privações, sem contudo, mercadejarem com a justiça. E' assim que eu vi deixar as praias do Cotinguiba o ex-juiz municipal de Maracá, que após longos anos de bons serviços ali prestados, viu-se sem meios de transportar-se e a sua família, para a sua Província natal. Este triste espectáculo comoveu-me e a todos que conheciam o espirito justo, a probidade e o carácter distinto do dr. Joaquim Teotônio Soares de Avelar". (Relatório apresentado à Assembléa de Sergipe em 1 de Maio de 1869) Também se referia aos juizes pobres que sabem resistir ás seduções, preferindo as cotriedades e as privações de uma pobreza honrada a mercadejar com a justiça, — o dr. JOAQUIM BENTO DA SILVA. (Relatório cit. de 5 de Setembro de 1872, com que deixou a administração).

Mas apesar dos reclamos na que que dizia com os juizes e com as licenças repetidas dos juizes de direito, quasi todos os Presidentes referiam-se "à indole pacífica dos sergipanos".

Observa-se que a tendencia era prover todos os termos de juizes togados o que para muitos ainda é o ideal de disseminação de justiça.

Uma vez que ao tratarmos da criação dos *juizes municipais e juizes ordinários* e dos de *fóra* curioso e interessante é referirmos qual a sua missão, no período anterior à Independencia. Para isso nos limitaremos a transcrever a síttese feita por Gabriel Viana, das suas atribuições.

— "OS JUIZES ORDINÁRIOS — que eram eleitos annualmente pelo povo e usavam uma vara vermelha, quando andavam pela vila, sob pena de pagarem 500 réis de multa, as vezes que fossem encontrados sem ela.

Eram tirados dentre os homens bons do logar e tinham o regimento da cidade ou vila, e eram sempre escolhidos para vereadores da Camara.

Substituíam, em suas faltas, os juizes de orfãos processavam os feitos que recaissem sobre bens de raiz de qualquer quantia que fosse e sobre bens moveis cujo valôr não excedesse de 1\$000.

Davam audiéncia, dois dias na semana; na sua ausência ou impedimento eram obrigados a comunicar aos vereadores, para serem substituidos pelo mais velho deles. Tinham jurisdicção, nos logares que passavam de 200 vizinhos, até a quantia de 1\$000, nos bens moveis. De 200 vizinhos e daí para baixo nos bens moveis até \$600, e até \$400 em bens de raiz. Não podiam cobrar dinheiro ás partes e, si o fizessem, eram obrigados a pagar 9 meses de cadeia, a metade para os que accusassem e a outra metade á pessoa de quem houvessem tomado".

— "OS JUIZES DE FÓRA — eram nomeados pelo Rei, sendo exigido pelo cargo, que fossem letrados e obrigados a usar vara branca, não podendo ausentar-se da séde de seu cargo nem cobrar dinheiro ás partes.

Tinham jurisdicção sobre os Alcaides, a quem obrigavam a servir e guardar a cidade ou vila, de noite e de dia, com os officiais indicados pela Camara e a fazer o serviço de policia e segurança e a forçar os Almotacés ao cumprimento de seus officios.

Competia-lhes a fiscalização dos estalajadeiros e estalagens, impondo taxas, fixando preços ás casas, ás camas e mantimentos. Procediam a inqueritos sobre mortes, forças de mulheres por parte daqueles que com ellas dormiam;

incêndios, fuga de presos, quebramento de cadeias, moeda falsa, resistência, cárcere privado, e furto de valia de marco de prata.

Conheciam dos processos de injúrias verbais, e abriam devassa acerca dos juizes que antes haviam servido.

A sua alçada era até 4\$000, nos bens de raiz, e até 5\$000, nos moveis e nas penas que impunham até a quantia de 1\$000, de cujas decisões não havia apelação, nem agravo.

Não tomavam conhecimento de crime algum, mas podiam prender os malfeitores que fossem encontrados em prática de malefícios, na aldeia e seus limites".

Juizes de Paz

A Constituição do Império (1824) instituiu a Justiça de Paz, quando dispôs nos seus artigos: —

161. Sem se fazer constar que se tem intentado um meio da reconciliação, não se começará processo algum;

162. Para este fim haverá Juizes de Paz, os quais serão efetivos pelo mesmo tempo e maneira por que se elegem os vereadores das Camaras. Suas atribuições e distritos serão regulados por lei. A lei de 15 de Outubro de 1827 creou Juizes de Paz com jurisdição nas "Freguezias e Capélas filiais curadas", enquanto não fossem estabelecidos os distritos. Como tais eram entendidas todas as Capélas destinadas á administração dos Sacramentos do Povo de um certo distrito, (art. 2 da lei de 11 de Setembro de 1830). Só com a promulgação do Cod. do Proc. Crim. de 1832 é que foram criados os distritos, ficando determinado a maneira de se constituirem (arts. 2 e 4). Em 1833, por execução do aludido Código, fez-se a primeira divisão distrital de Sergipe. Mais tarde, o ato adicional (Lei de 12 de Agosto de 1834), passou ás Assembléas a competência para legislarem sobre a divisão civil, judiciária e eclesiástica da respectiva provincia. Daí a de Sergipe ter, por lei de 27 de Fevereiro de 1836, autorizado o Governô a reduzir distritos de paz, anteriormente criados.

No ano seguinte a lei de 25 de Fevereiro, no seu artigo 1º, estabeleceu que ficariam sendo distrito de paz, a capital da provincia, as vilas e freguezias, suprimidos os demais distritos.

Os juizes de paz deviam ser escolhidos dentre os "homens probos e honrados, de bom entendimento", na frase do legislador de 1828 (art. 25 do Dec. de 1 de Dezembro). E por serem assim seleccionados é que, como disse CARVALHO DE MENDONÇA, (J. K.) prestaram relevantes serviços ao Brasil de 1830 a 1831, na "época critica porque passou o Império" (Tratado Teórico e Prático das Justicas de Paz).

Eram pois tirados dentre os cidadãos mais distintos das localidades, enquanto hoje, depois do divirtuamento da sua missão, apesar de ainda lhes cumprir estabelecer a "paz e concórdia" entre os homens são preferidos, na maioria dos casos os mais capazes de satisfazerem interesses politicos dos chefes locais. — Aos juizes de paz deu-se um escrivão, que devia ser nomeado e juramentado pela Camara. Servia de escrivão de notas no seu distrito, só-

mente para fazer e aprovar testamentos (art. 6 da cit. Lei de 1827). Em 1830, o art. 1º da Lei de 30 de Outubro, deu-lhe mais as funções de tabelião de notas e de oficial do protesto de letras e outros títulos, no seu distrito, cumulativamente com o tabelião do termo, independente de distribuição.

A Constituição de 16 de Julho de 1934, permitiu a manutenção da Justiça de Paz "eletiva" com ressalva de recurso das suas decisões para a justiça comum (art. 104 § 4º) e a de 10 de Novembro de 1937, manteve esta faculdade. O nosso código judiciário em vigor estabelece, entretanto, que os juizes de paz serão nomeados, por biênio, pelo Governador do Estado e podem ser reconduzidos, provando haver bem servido no cargo. (Decreto-Lei, n. 76 de 3 de Setembro de 1931, artigos 27 e 28) o que constitue uma inovação singular, de vez que a investidura sempre foi por eleição.

Promotores públicos

Da sua criação até nossos dias

O cargo de promotor público foi criado pelo Cod. do Proc. Crim. de 1832 (artigo 36).

Os Promotores eram escolhidos entre os jurados, preferidos dentre estes os que mais fossem instruídos nas leis, e nomeados pelo Governo na Corte, e pelos Presidentes das Províncias, por tempo de 3 anos, sob proposta tríplice das Camaras Municipais.

A lei n. 261, de 3 de Dezembro de 1841 deu preferência aos bachareis formados, idôneos, os quais serviam pelo tempo que conviesse á sua conservação. Em cada comarca haveria um, ao qual cumpria acompanhar o juiz de direito. Este na falta ou impedimento nomeava interinos.

Tinham ordenado que lhes era arbitrado por decreto, afóra as quotas por oferecimento de libelo, sustentação no juri, e arrazoados escritos (1\$600, 3\$200 e 2\$400, respectivamente).

O Dec. do Governo Geral n. 197 de 14 de Julho de 1842, assim determinou:

"Haverá um promotor público em cada uma das Comarcas da Capital, Laranjeiras e Estancia, um para os termos de Vilanova, Propriá e Pôrto da Folha e um para o termo da Capela.

O da Capital vencerá 500\$000; o das Laranjeiras 300\$000; o dos termos de Vilanova e Pôrto da Folha 400\$000 e do termo da Capela 300\$000.

No ano seguinte, 1843, um outro Dec. de n. 298 de 20 de Maio, determinou que haveria um promotor publico em cada uma das quatro Comarcas de Sergipe, com ordenado anual de quinhentos mil réis, revogando o anterior.

A lei n. 2.033 de 20 de Setembro de 1871 dispôs que os promotores publicos seriam substituídos pelos respectivos ajudantes, devendo haver um em cada termo, proposto pelo juiz de direito da respectiva comarca e aprovado pelo Presidente da Província. O Dec. 4.824, de 22 de Dezembro do mesmo ano que regulamentou esta lei os chamou de adjuntos.

Em 1.873 a lei de 25 de Agosto, estabeleceu que o da capital teria

1:600\$00, sendo metade de ordenado e a outra metade de gratificação.

Os das outras comarcas teriam 800\$000 de ordenado, variando a gratificação de 400\$000, 600\$000 e 800\$000 conforme as circunstancias do logar. Proclamada a República passaram a perceber 2:000\$000 divididos em três partes, duas constituindo o ordenado e uma a gratificação. (Lei n. 3, de 19 de Setembro de 1891). Ficando sem efeito dita Lei, em consequência do contra Golpe de Estado, que pôs fim á ditadura militar. Promulgada nova Constituição em 1892, a Lei n. 38 de 26 de Setembro do mesmo ano fixou os vencimentos dos promotores públicos em 1:800\$000.

Atualmente os promotores da Capital recebem de ordenado anual . . . 12:000\$000 e os das outras comarcas — 7:800\$000, vinte e tantas vezes mais do que recebiam em 1842, os primeiros nomeados.

Curadores de orfãos

Não ha noticia e não existe lei alguma que criasse o cargo de Curador Geral de Orfãos. O officio nasceu e foi criado pelo costume com a nomeação do primeiro titular Joaquim José Suzano a quem foi dado em propriedade, segundo refere MACÊDO SOARES, — por uma dessas graças notadas no tempo da Monarquia Portugueza, quando todos os poderes residiam no Rei. (Manuel do Curador Geral; T. FREITAS, Consolidação das Leis Civis).

Passou mais tarde, diz o citado autor, durante o reinado de D. Pedro I, a ser nomeado por provisão e depois por Decreto, até que, finalmente, a resolução de consulta do Consêlho de Estado de 25 de Abril de 1855 e principalmente o Decreto n. 9.420 de 28 de Abril de 1885, deram autonomia legal ao cargo, regularam melhor o seu provimento e as suas attribuições. E assim era o dito cargo, nas Províncias, enfeixado nas mãos dos promotres públicos, preferencia esta já admittida, dentre outros, pelos avisos ns. 115, de 27 de Abril de 1855, — 674, de 3 de Outubro de 1878, e Dec. n. 4.824, de 22 de Novembro de 1871, principalmente nas Comarcas de pouco movimento forense.

Promotores de residuos

Cumpria aos promotores de Capêla e Residuos, no começo do primeiro Império, obrigarem, no juizo competente, os testamenteiros a dar contas e satisfazer os demais encargos referentes aos testamentos (Lei de 3 de Novembro de 1830).

Eram nomeados pelo govêrno na Côrte e pelos presidentes nas Províncias e interinamente pelos juizes provedores (Dec. de 19 de Outubro de 1833; Dec. n. 9.420, de 28 de Abril de 1885, art. 95 e §§).

Esse cargo, foi, mais tarde, enfeixado nas mãos dos promotores públicos, pela legislação posterior.

No actual regime desapareceu a função referente a Capêla, dada a separação da Igreja do Estado.

Promotor público e curador de menores abandonados e delinquentes

O Ministério no Juízo Privativo de Menores é representado pelo 2º promotor público da Capital (Lei do Estado n. 855 de 21 de Outubro de 1923, art. 17, Dec. Fed. n. 16.223 de 20 de Dezembro de 1923, Dec. n. 76 de 3 de Setembro de 1931, art. 317, letra c).

A lei que instituiu o Juiz de Menores traçou as funções do Ministério Público nesse Juízo.

Promotor público de acidentes no trabalho

Ao Ministério Público, pelo 2º promotor público da Comarca de Aracajú incumbe prestar assistência judiciária às vítimas de acidentes no trabalho (Dec. Lei n. 76 de 3 de Setembro, de 1931, art. 317, letra c.)

Promotor público do trabalho

Compete ao 2º promotor público da Comarca oficial em tudo que disser respeito a direitos operários (Dec. Lei n. 76, cit. 317 letra c).

Assim ficam aviventados os marcos da organização da Justiça em Sergipe.

Aracajú, Julho de 1938

**INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE
SERGIPE**

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Resumo do discurso proferido pelo engenheiro Lauro Borba, por ocasião de sua posse, como sócio correspondente.

É o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, um órgão representativo da cultura deste Estado. Como acontece com frequência em nosso país, por defeito de educação, não temos conduzido a planos altos a nossa cultura, mas por aqui, como em outras regiões, encontramos os pontos culminantes da cultura, a despertar a admiração geral.

Este Instituto além desse efeito relevante de congregar uma elite da cultura do seu Estado, projeta no continente a influência dessa congregação. E não foi por outro motivo que o Congresso Americano de Bibliografia, reunido em Buenos Aires no ano de 1916 lhe reconheceu oficialmente essa utilidade continental.

É pois e sem dúvida alguma, grande honra fazer parte de uma agremiação como esta, de onde o valor decorre unicamente, das cogitações de cultura.

Quanto a mim é honra excessiva para os méritos de um modesto estudante de geografia, que o é por força do officio profissional de engenheiro, dedicado à hidráulica e por isto sempre às voltas com as cogitações dos rios e sua influência sobre o homem e a sua economia. O meu ingresso aqui foi o fruto de um bondoso julgamento.

A circunstância deu-me porém mais intimidade e maior admiração por um povo que já era da minha estima e que mais se quer quanto mais de perto se conhece. O sergipano é um símbolo dessa fortaleza de ânimo despertada na personalidade do nordestino, pelos óbicos que a Natureza lhe opõe para viver. É esse obstáculo mesmo um dos fatores da sua admirável resistência, traduzida na força de vontade com que persevera sempre. É uma grande honraria ser um dos vossos, que assim me considero neste convívio. E já que aqui cheguei hei de procurar imitar-vos os exemplos de perseverança continuando a estudar geografia e a cogitar da sorte dos homens, na parte que dessa ciência depender.

Um problema de hidrografia

Decorre dessa atitude mental que a minha inclusão neste Instituto estimula e revigora, a curiosidade com que ando interrogando e tentando in-

investigar um problema de hidrografia, tão diretamente ligado ao bem estar do homem do interior sergipano, numa larga faixa que vai de Aracajú às margens fertilíssimas do baixo S. Francisco.

Desejo investigar e descobrir os óbices opostos à resolução de um problema que se apresenta sedutor e digno da aplicação da força de vontade dos homens de Sergipe, no estabelecer uma ligação fluvial, na direção de sul para norte, que aparentemente contrária a sua pendência natural, de uma só vertente para o Atlântico. Mas a hidrografia da região apontada, comporta a solução e o seu exame já tem sido feito e o problema abordado, um pouco a mêdo ainda. Do exame resulta isto: Um pouco a juzante de Villa Nova sobe-se o rio Betume num percurso de 7400 metros até Santa Isabel. Atinge-se o seu afluente Golaba e daí a Japarutuba distam 15.855 metros. Dêste último ponto até Aracajú, já existe o canal de Pomonga com 5285 metros, alimentado pelos rios perenes que são o *Japarutuba* de um lado e o *Cotimbuça* do outro. Como vos digo, é um problema sedutor e que desafia a pertinácia dos homens de ação que pensam sinceramente no futuro de Sergipe.

Será uma obra pública de grande vulto e também de grande alcance. Mas que se precisa realizar com tenacidade, porque não há povo que possa progredir tentando só as mediocres realizações.

O Brasil também já saiu do âmbito das pequenas cogitações. Já falamos sem receio em sanear o Amazonas e captar as energias hidráulicas do S. Francisco. Já temos direlto a sair dos planos mediocres de efeitos imediatos, para cuidar de um futuro que só a outras gerações aproveitará, mas que as atuais devem começar, para não serem mal julgadas pelas que hão de vir.

A Geografia

Ao abordar e até solucionar problemas como êste que vos aponto, ainda estamos no âmbito da Geografia, dos seus estudos, das suas indagações superiores. Por intermédio dessa ciência moderna, pervagamos por não sei quantos ramos de todos os outros domínios científicos.

Em vez da menção à tóa dos nomes de mares e oceanos; a Paleografia. Em lugar de uma discriminação dos rios da terra por sua nomenclatura decorada; a Potamografia. E subimos a indagar dos fenômenos meteóricos, para firmar as bases da Climatologia. Depois fazemos a topografia e a geodésia na indagação exata das formas terrestres. E por fim através da Biografia e da Fitogeografia, chegamos até à Geografia Humana que de vez descobre e sistematiza as relações do Homem com o meio, forma transcendente das indagações do que somos e para que servimos.

Estudar geografia é como se vê mergulhar em um mundo vasto e ignoto de interrogações formuladas, de segredos a desvendar. Seria encargo de mais para um só investigador. Por isto andamos tateantes ainda procurando seguir o rumo apontado pelos gênios privilegiados dos fundadores dessa ciencia sempre nova. Refiro-me às lições deixadas por Frederico Ratzel, o

criador da antropogeografia. Ao impulso continuado nos estudos da Geografia como ciência, devidos ao sábio Carlos Ritter desde o meiado do século 19. Finalmente ao valor da obra de Humbold com quem aprendemos o emprego do barômetro; o traçado das linhas isotérmicas do globo; a resolução de vários problemas da física do mar; uma doutrina para o vulcanismo; e até as explicações sobre o magnetismo terrestre. O famoso "Cosmos" que se ocupa por excelência de geografia, é a sua obra imortal, sobre todas.

A luta pelos Rios

É de todos os tempos a luta travada entre os homens pela posse dos rios, os direitos de sua utilização. Por isto mesmo, sábios e famosos códigos foram já escritos por muitos povos, para regularizar de uma vez, as relações entre os homens, em face dessa luta que desperta a influência dos rios, nas relações econômicas.

Desde os tempos mais primitivos, é sabido quanto benefício pode oferecer um rio, alimentando os homens, os animais e as plantas. E o homem moderno que aprendeu a captar, transformando em corrente elétrica, a soma fabulosa das energias que a força viva das águas oferece, este sabe bem a influência decisiva que um rio pode exercer, na existência de uma população que a ele se abrigue.

Começamos também por aqui, a compreender o valor dos rios, na vida dos povos.

Já ousamos abordar os problemas econômicos ligados à hidrografia, sem nos arrecearmos do seu vulto. São exemplos bem recentes as proposições do nosso governo acerca do vastíssimo problema do saneamento do vale do Amazonas, no que mais de perto toca à vida econômica daquelas populações, que até agora estiveram mais ou menos entregues à própria sorte.

Mais concreto e mais próximo de nós é, porém o caso recente do rio Doce, cuja riqueza está servindo de base para a organização de uma vasta empresa de valorização econômica dos bens ali existentes e sob a forma moderna de sociedade anônima. É esta uma forma nova de enfrentar os nossos problemas de aproveitamento econômico dos rios, que vamos experimentar, com a interferência direta do governo como subscritor de ações. Toma assim o serviço público um caráter de administração privada que de certo lhe será favorável, por influir no rendimento econômico.

O Rio S. Francisco

Por fim vale bem a pena de nos ocuparmos aqui do caso recente do rio S. Francisco. Quero referir-me ao aproveitamento das energias de uma das grandes cachoeiras desse rio, que vai ser iniciado em breve, pelo Ministério da Agricultura. O próprio titular dessa pasta, o engenheiro agrônomo Apolônio Sales lá esteve pessoalmente há poucos dias, afim de tomar conhecimento mais direto do problema que vai ser atacado ali sob sua orientação superior.

É sem dúvida alguma, um problema tentador porém diante do qual, não poucos foram aqueles que se intibiaram. Vamos agora ter a prova de que já não se atemorizam os nossos dirigentes, ante as dificuldades para alcançar as soluções que vizem a riqueza e o engrandecimento do país.

A solução do problema ali na zona encachoeirada do rio, está naturalmente indicada pela captação do que foi possível no enorme potencial de suas quedas d'água. De posse da energia transformada, o homem das terras sêcas do nordeste obterá esse elemento precioso que tanta falta lhe faz: a água perene para as suas atividades prediletas, agro-pastoris. A indústria de certo também se despertará, acompanhando esse primeiro passo que agora se vai ensaiar definitivamente.

Restará ainda em tôrno dêsse grande rio brasileiro, uma outra questão maior ainda e que mais de perto, interessará à economia de Sergipe. É a questão das águas superabundantes do baixo S. Francisco. Quando tivermos convenientemente disciplinado as águas que transbordam em todos os afluentes nessa imensa pleneplanície do baixo curso do rio e com isto protegido a sua lavoura, teremos conquistado um inenso celeiro. Para tanto é preciso pensarmos primeiro em que não deveremos estar contentes aqui com o que já possuímos, porém ambicionarmos muito mais ainda.

As águas do S. Francisco sejam aquelas que vamos agora erguer do seu leito nas zonas sêcas ou aquelas que vamos no futuro disciplinar em seus excessos, nos provarão que é com elas que havemos de dar um combate mais rápido e mais eficiente, aos efeitos das nossas sêcas periódicas. Não será apenas acumulando águas em grandes volumes e com enormes dispêndios que solucionaremos essa questão já tão antiga e tão mal conduzida até aqui, de fixarmos o homem do nordeste no seu meio natural próprio, ao qual tem êle tanto apêgo.

UM HISTORIADOR A MODERNA

José Amado Nascimento

Conversando, há dias, na cidade de Estância, ocorreu-me perguntar por que um de seus filhos não escrevia a história daquele município. Tinha em mão, no momento, o registro de sócios de uma irmandade local, cujo termo de abertura datava de 1.833, mais de um século portanto. Tinha em mente, porém, o exemplo de José Calasans que, ultimamente, trouxe, com o seu "Aracajú", forte "contribuição à história da Capital de Sergipe".

Exemplo desse jovem historiador merece continuadores. Não somente Estância, mas também outros municípios. E quando não uma história completa, ao menos indicações. Ou apresentação de documentos que possam interessar aos estudiosos. Laranjeiras encontrou no Padre Filadelfo Jônatas de Oliveira um entusiasta de seu passado. Restam as demais cidades.

Faz-se mister esse trabalho. José Calasans mesmo acha que é importante essa história dos municípios, para que se possa escrever a de Sergipe, e até elucidar alguns pontos na do Brasil. Se houvesse escrito prefácio ao seu livro -- o prefácio não é apenas uma praxe antiga, mas uma necessidade, momentânea neste caso pelo insólito do livro -- José Calasans teria feito a explanação de tal ponto de vista.

Grande defeito na historiografia brasileira era exatamente o critério bem restrito sob que se estudava o nosso passado. A política (e esta considerada apenas em as lutas de partido e nas sucessões de governadores) e as guerras internas ou externas -- eis o ponto de atração irresistível que impedia os historiadores patricios de observarem outros aspectos de nossa vida de povo.

Não era esse apenas um critério de simplificação adotado em livrinhos didáticos para o curso primário. Também os grandes compêndios e mesmo as obras em mais de 2 volumes incidiam no mesmo unilateralismo. Era mais uma mentalidade que um recurso pedagógico. Era mais um clima de época do que o processo especial de um ou outro escritor.

Esqueciam-se completamente a vida literária, a vida econômica, a vida religiosa do Brasil ou então se lhes dava importância muito, aquém de seu valor. A primeira tentativa, que conheço, em livro didático, de visão total do nosso passado, vem na História do Brasil do Sr. Jônatas Serrano. Mas os tempos, felizmente, mudaram.

Gilberto Freyre, Pedro Calmon e estudiosos outros revolucionaram os métodos da historiografia no Brasil. A história da economia e da arte, os costumes e as idéias foram convidados a depor também. Uma nova disciplina

surgiu: a história social, muito mais científica, muito mais interessante, muito mais útil.

O "Aracajú", de José Calasans, é tipicamente um livro dessa nova fase. O livro de um historiador à moderna.

José Calasans é um estudioso e professor de história. Note-se a colocação dos termos: estudioso antes de professor.

Nele, não foi o professor que fez o estudioso. Isto é: não foi o incidente de ocupar uma cadeira de história que o levou, já não digo a interessar-se pela história ou mesmo a estudar apenas a lição que teria de ministrar aos alunos, mas a fazer aflorar uma possível vocação retardada.

Deu-se justamente o contrário. Pelo fato de se ter revelado, de cedo, um apaixonado por esses estudos e por se ter dedicado à sua vocação, é que José Calasans veio a ensinar história nos cursos normal e secundário de Aracajú.

Integrado naquela corrente de historiadores a que acima me referi, tem ele um pendor especial para interrogar a história à luz da sociologia.

Dai, o interesse que demonstra pelos monumentos de arquitetura do nosso passado, pelos quadros que fixam aspectos regionais, pelas anedotas, pelo folclore e por conhecimentos outros aparentemente sem ligação com a história. Chegou mesmo a fundar uma sociedade para a exploração dos elementos folclóricos de Sergipe.

Os artigos que publicou em sua seção "Temas de Ontem e de Hoje", no "Correio de Aracajú", revelam, não somente o conhecedor de Sergipe, mas principalmente o pesquisador, o homem que investiga, que colhe material virgem para seus estudos, que traz contribuições novas. Esse é, sem dúvida o melhor de suas atividades em tal setor.

Por isso mesmo, para fazer história, José Calasans não se atém aos compêndios dos mestres. Vai aos arquivos oficiais em busca de documentos autênticos, recolhe depoimentos dos entendidos e das pessoas antigas, folheia os jornais da época em estudo e se serve também dos anúncios de jornais — "material valiosíssimo ao estudo de certos aspectos sociais, como já demonstrou Gilberto Freyre".

Tem um estilo muito seu e muito simples. Estilo enxuto, tocado as vezes de lirismo. Períodos amenos, sem a dureza dos choques consonantais, ou a monotonia dos écos, ou a deselegância da homofonia. Períodos sem retardamentos de orações nem vocábulos desconhecidos e difíceis.

Há, neste livro, frequentes citações no texto. Para alguns é defeito. Note-se, todavia, que se trata de ensaio de história. Reclama-se, portanto, documentação a vista. Muitas vezes, o assunto discutido exige a intercalação da prova documental, textualmente.

Ao envez do tom monocórdico do resumo feito pelo autor, a inclusão das palavras das personagens, ou de trechos de cartas, dá um aspecto de variedade que não é para desprezar-se. Aliás, este "Aracajú" não me parece pecar por excesso de transcrições, primeiro porque as transcrições aí se faziam

necessárias, segundo porque se collocaram no lugar devido, não impedindo que se acompanhe o pensamento do autor.

Mas, vamos diretamente ao livro. E comecemos pelo fim, isto é: pelas "Conclusões". O trabalho, como explica o autor, é uma "tese para concurso à cadeira de história do Brasil e de Sergipe da Escola Normal "Rui Barbosa".

Que pretende a tese? Provar que Inácio Joaquim Barbosa, com a Resolução n. 413, de 17 de Março de 1855, tomou "uma medida acertada". Para tanto, José Calasans estuda os fatores externos e internos que levaram aquele homem público a mudar a capital de Sergipe.

Os internos foram mais fortes: o econômico e o geográfico. No primeiro considera-se a zona da Cotinguiba, a maior produtora do açúcar de nosso Estado, a que se ligava também a zona do Japarutuba. Os órgãos políticos precisavam estar mais em contacto com a fonte quasi única de riqueza sergipana e das rendas públicas. No segundo tem-se em vista a questão do porto, sendo a barra do Aracajú melhor localizada para o acesso de navios, além de estar situada em terras da zona açucareira.

De modo que o autor subordina, em última análise, a mudança a um imperativo de ordem econômica. Fica-nos isso bem claro da leitura do capítulo "Política Açucareira" e da parte final de "As Causas da Mudança". Mesmo o fator geográfico vem servir ao econômico.

Três foram as causas gerais da mudança.

Em primeiro lugar a época em que se operou, que era de paz e de progresso: paz e conciliação entre os espíritos, com o gabinete Paraná; progresso e realizações, com o barão de Mauá. A era de progresso induzia a mudança para melhor; a era de pacificação possibilitava o entendimento, o acôrdo na mudança.

Em segundo lugar a descida das cidades, dos morros para as planícies, do "hinterland" para as praias. Cessado o motivo (defesa) de suas construções em lugares altos ou longe do mar, cumpria descer e avançar para atender ao comércio e ficar mais em contacto com a civilização que vinha no bojo das naves.

Em terceiro lugar vem a valorização mesma das cidades. Se, nos primeiros séculos, a vida brasileira se processou especialmente na zona rural, ultimamente vinha se acentuando a intensificação da vida citadina, e, conseqüentemente, a necessidade do desenvolvimento dos centros urbanos e de sua reforma com o urbanismo.

Acréscente-se, a tudo isso, os exemplos de Piauí e Alagoas, Províncias que mudaram as Capitais, uma em 1839 e outra em 1852. Os bons resultados dessas duas mudanças animaram também o Presidente Barbosa.

Causas essas de ordem nacional, aduzidas por José Calasans e como contribuição estritamente sua. Constituem uma tentativa de inserção da vida provincial no ritmo da vida do país. Um estudo de acontecimentos de Sergipe em consonância com os acontecimentos do Brasil. Reflexos e influências do que se passava lá fóra.

Através da leitura do livro de José Calasans vai se esboçando, perante o leitor, um retrato simpático do homem público que foi Inácio Joaquim Barbosa.

"Nomeado a sete de outubro de 1853, empossou-se a 17 de novembro do mesmo ano" (pag. 16), governou até 10 de setembro de 1855 e morreu a 6 de outubro do mesmo ano, na cidade de Estância.

Podemos dividir a sua atuação no governo de Sergipe em três aspectos: a política da conciliação, a política do açúcar e a política da nova Capital. Foi dos maiores Presidentes que aqui já estiveram. "Homem talentoso, administrativo, de tino e bons desejos" (pag. 16), segundo a observação de um contemporâneo. Sabia cinco línguas além do português e já ocupara a função de Secretário da Província do Ceará (pag. 16).

Vejam as suas políticas.

Primeiramente a do açúcar. Oito dias após a posse do novo Presidente, o Barão de Maroim declarava que Inácio Barbosa "há-de fazer muito bôa administração", "porque muito bôas intenções traz a respeito dos melhoramentos de que tanto precisa esta Província" (pag. 16). Efetivamente, olhou, de logo, para o açúcar. E, como afirma e prova José Calasans, "Sergipe era o açúcar" (pag. 20).

Procurou estudar o problema e se dispôs a resolvê-lo. Tomou, então, uma série de providências beneficiadoras da indústria. Reduziu de 1% o imposto sobre esse produto. Propôs à Assembléa Provincial a aquisição de aparelhos modernos para fabricação do açúcar, com o fim de melhorá-lo e pô-lo em condições de enfrentar a concorrência. "Estabeleceu a pesada e a fiscalização do açúcar nos Trapiches da Província" (pag. 24), com vantagens para os produtores e para os cofres públicos, evitando-se as fraudes na Baía. Por fim, conseguiu a organização de uma companhia para tratar do melhoramento da barra do Aracajú. Arranjou subvenções imperial e provincial.

Para realizar tudo isso, fazia-se necessário congregar os interessados e interessar os políticos que os partidos separavam. Era mistér uma política de conciliação. Ele a fez. Veio, aliás, para fazê-la: que era esse o programa do Ministério organizado a 6 de setembro de 1853.

Tambem os espíritos como que ansiavam por essa política. E' o próprio Presidente quem afirma haver encontrado os homens da opposição "um tanto prevenidos em meu favor" (pag. 16). Em face das críticas posteriores do jornal dos liberais, o Presidente se mantém firme. Demonstra, até, um senso público admiravel quando diz: — "E' preciso que o homem se sacrifique ao administrador" (pag. 17). Conseguiu, de fato, pacificar a Província e, até, diminuir o número de crimes, principalmente de mortes. Conseguiu apóio no caso da organização da Companhia do Reboque a Vapor e maioria absoluta da Assembléa no ato da mudança da Capital. Entra aí, porém, outra política.

A da nova Capital.

Inácio Barbosa agiu com discernimento, prudência e energia. Apesar de contar com aqueles fatores todos a que nos referimos e que José Calasans tão bem estuda e expõe, não se precipitou. Tomou medidas preliminares. Por exemplo. Transferiu, do Porto das Redes para a Barra dos Coqueiros, a Mesa

de Rendas. Mudou-a para o Aracajú, logo que arranhou mudar também a Alfândega. Criou, empós, uma Agência do Correio, a que se seguiu um distrito de sub-delegacia. E tudo no período de 6 de novembro de 54 a 26 de janeiro de 55.

Só então enfrenta diretamente a mudança. Convoca a Assembléia para reunir-se no Aracajú, afim de evitar desinteligências em São Cristóvão (pag. 59).

Realizada a transferência, deixando na velha Capital o Chefe de Polícia, por precaução (pag. 62), e usando o "Correio Sergipense" de linguagem apaziguadora (pag. 62), dedicou-se, todo, o Presidente, à nova cidade.

Manda traçar o plano urbanístico, concede auxílios a funcionários públicos para a construção de suas casas, providencia o atêrro de pântanos e roçagem do mato, contrata boticário para fornecimento de remédios aos soldados e montagem de farmácia para atender ao povo (pags. 70, 72, 74). Percorre, a passeio frequente, a cidade menina (pag. 69) e é todo atividades até que a moléstia o envia para Estância em busca de "ares".

Viuvo, com duas filhas que não vieram em sua companhia, veio acabar seus dias em Sergipe, depois de haver realizado uma política econômica de larga visão, tendo como recompensa a odiosidade dos sancristovenses de seu tempo e a consagração da posteridade.

José Calasans, fazendo obra de ciência, fez também obra de justiça histórica e de simpatia humana. Que êle possuía essa capacidade de amar os vultos de nossa história, já o sabemos. Aí estão seus trabalhos sôbre Fausto Cardoso, Barão de Maroim e Pedro de Calasans. Eram, porém, tentativas. Agora, a obra veio plena de maturidade. Aguardemos o prosseguimento: a história social de Sergipe.

Ajú, 3-10-1942

FRONTEIRAS

FRONTEIRAS

Felto Bezerra

Catedrático de Geografia no
Colégio Estadual de Sergipe

A expansão do homem no globo, condicionada por uma série de circunstâncias e para atender a exigências de várias ordens, verifica-se mercê de duas razões fundamentais: a multiplicação da espécie e a liberdade de movimentos.

A área a ser acrescida a um território e a rapidez com que se dá a sua ocupação, estão na dependência não só do número de habitantes, como do seu desenvolvimento cultural, da mesma maneira que da natureza das terras a serem conquistadas, solo, cobertura vegetal, fertilidade; por fim, da maior ou menor acessibilidade da região e sua relativa distância do ponto de partida.

Primitivamente, os acidentes geográficos naturais, como as elevadas montanhas, os rios caudalosos, ou as extensas florestas, constituíam entrave absoluto à migração dos grupos nômadas, de modo que cada civilização, que em épocas recuadas adqueria grau de desenvolvimento relativamente notável, permanecia totalmente insulada do contacto com outros povos. A história nos fornece fartos exemplos, com as civilizações antigas, circunscritas aos vales dos rios (Yang-Tsé, Tigre e Eufrates, na Ásia; Nilo na África), ou a regiões férteis (Mesopotâmia, planaltos persas, etc.).

Tais civilizações, em sua expansão territorial, estacavam diante de um daqueles obstáculos, grandes acidentes geográficos. Jamais as civilizações pré-colombianas da América, os Incas na A. do Sul e os astecas na A. do Norte, tiveram conhecimento uma da outra. Tão somente povos adiantados da antiguidade se entregavam à navegação para, em costas longínquas, fundarem colônias. Assim aconteceu à Grécia, onde as montanhas terciárias que a envolvem eram não só intransponíveis, como até inatingíveis para os helenos, cujos deuses habitavam os montes do Pindo e da Tessália; a Roma, onde os Alpes serviam de barreiras, só posteriormente transpostas; e mais antigamente aos fenícios, apertados entre as cadeias do Líbano e a costa mediterrânea, o que condicionou seu espírito de navegadores.

Quando a densidade de população no globo era bem inferior, e os grupos humanos viviam insulados, a noção de fronteira continha em si a noção de obstáculo, de separação. Tal idéa conservou-se até bem pouco tempo, pois em nossos dias ainda vemos exemplos de países pequenos ou fracos, tais certos países balcânicos, que se acobertam nos limites oferecidos por grandes acidentes geográficos, embora estes não sejam, hoje, um empecilho ao avanço, por ventura, dos povos vizinhos.

O espírito de defesa, portanto, guiou o aproveitamento dos grandes acidentes geográficos como separação entre estados, quando estes se viram mais aproximados uns dos outros, pela expansão da humanidade no globo, e isso criou a noção de *fronteiras naturais*, em oposição às quais vieram as *fronteiras artificiais*, quando traçadas a esmo.

A concepção de fronteira natural, que implica a idéa de separação ou insulamento entre dois povos vizinhos, não pôde, todavia, subsistir hoje. Sob o ponto de vista histórico-geográfico, as fronteiras evoluíram de *fronteiras-zonas* para *fronteiras-faixas* e destas para *fronteiras-linhas*. A ocupação crescente dos territórios, isto é, o avanço constante do ecúmeno, a par com o domínio franco do homem sobre a Terra, condicionado pela civilização, fez com que os rios perdessem a significação de obstáculos para servirem de ligação entre povos; as montanhas não mais constituíssem impedimento à expansão humana; as florestas se tornassem vulneráveis e os pântanos e charcos se extinguissem pela drenagem.

Rios de importância econômica do Reno, Danúbio, Paraná e Paraguai, Amur, Tigre e Eufrates são hoje objetivos de grandes ou adiantados países. As montanhas já não evitam a distensão da expansibilidade humana. Populações asiáticas efetuam a transhumância através das elevadas montanhas ao sistema centro-oriental da Ásia, o que também se verifica no Cáucaso. Populações européas transitam livremente na região dos Carpatos e Pirâmios, isto sem falar nas estradas de ferro que riscam os Alpes em todas as direções. É a promiscuidade de indivíduos que pertencem a vários Estados. Não mais o insulamento nem a separação, porém o entrelaçamento cada vez maior entre estados vizinhos.

Os mapas antigos não nos mostram com exatidão o traçado das fronteiras da Pérsia ou do Egito, uma vez que a fronteira-zona era representada por espaço desocupado e quasi sempre desconhecido, apenas perturbado, vezes por outras, por grupos nômadas. Cresceu a população do globo e surgiu o conhecimento, entre povos vizinhos, da existência de cada um deles. Não se relacionavam, porém, e a fronteira-faixa conservava a idéa de separação, reforçada cada vez mais pela situação de animosidade que viesse a existir, ou pelo receio que tinham os povos sedentários, do ataque de vizinhos nômadas, estes sempre de estágio cultural inferior ao daqueles. Dêste modo, os acidentes geográficos naturais eram aproveitados como garantia, chegando-se mesmo à concretização de fronteiras de defesa, conforme usaram os chineses contra as incursões dos tártaros, ao construírem sua célebre *grande muralha*, para proteção aos campos de lavoura. Também os romanos, na Escóssia, procuraram abrigo contra as invasões dos povos do Norte, ao levantarem os famosos *Vallum Adriani* e *Vallum Antonini*.

Prosseguindo na ampliação do ecúmeno, as populações, sempre mais densas, acabaram, como se observa nos tempos atuais, por crearem as "pressões de contiguidade", em virtude da exiguidade de espaço. Reduzidas a simples linhas, as fronteiras perderam o caráter de separação e hoje são méros limites convenencionados, onde não existe solução de continuidade entre os habitantes dos estados vizinhos.

Já Frederico Ratzel tivera a concepção da *fronteira orgânica*, resultante dos limites até onde o organismo vivo, povo ou grupo étnico, logrou desenvolver-se. Desta maneira, as fronteiras não têm linhas definidas, apenas exprimem os movimentos dos povos, variando extraordinariamente no tempo e no espaço. Com este ponto de vista, a noção de fronteira corresponderá aos limites de alcance, aos extremos da atividade dum povo, sem as noções de confins ou de contiguidade com outros povos. Cairmos, assim, na concepção da *fronteira social* ou de civilização, como um desenvolvimento ou ampliação das idéas ratzelianas sobre fronteira orgânica. Senão vejamos.

Supam distingue as fronteiras em *físicas* e *políticas*. As primeiras se relacionam com a estrutura material ou a própria natureza do Estado. As segundas têm correlação com os limites do movimento dos povos. O propósito do Estado ao estabelecer suas fronteiras, diz Supam, é tríplice: 1.º estabelecer uma separação efetiva; 2.º obter proteção contra hostilidades; 3.º permitir faceis intercomunicações com vizinhos. Com efeito, é rarissimo encontrar-se uma fronteira que não satisfaça pelo menos uma das três condições acima, embora também seja difícil atender aos três objetivos ao mesmo tempo. Os antropogeógrafos discutem qual deles o preferível. Holdich achava que as fronteiras de insulamento e defesa seriam as de mais vantagem, atitude de espírito inglês, possivelmente pelo caráter insular de seu país. Lyde, ao estudar os tipos de fronteiras da Europa, preconizava a fronteira favorável ao trânsito, ponto de vista que reflete o expansionismo germânico.

Sob aspecto bem diverso do de Supam, o prof. R. Kaindl encara o assunto. Para ele o problema é de *fronteira cultural*, e chega mesmo a estabelecer a fronteira cultural entre as civilizações da Europa Central e Oriental, tomando como fundamento a questão de línguas, religiões, costumes, calendários, tipos de habitação, etc. Mas os partidários de tais fronteiras se detêm com grave dificuldade a resolver. Si a base é o critério etnográfico, o problema será o que se deve entender por raça, quantas e quais são elas, e a questão por esse lado é insolúvel. Idênticas objeções serão feitas para o critério linguístico, religioso, ou mesmo jurídico.

Em princípio, certo que existiram estados isolados totalmente dos territórios adjacentes: diferenciação de clima, civilização, idioma, economia; posteriormente, no entanto, tais motivos desapareceram, porque, se alguns povos conservaram estabilidade através do tempo, outros sofreram extremas variações. Nos Alpes Orientais, por exemplo, verifica-se a promiscuidade de raças e povos e tipos de habitação, havendo apenas grupos solitários de alemães, ao oeste e ao sul da grande massa germânica. Esta observação é ainda melhor apreciável nas costas orientais do mar Adriático. Lavradores e pastores descem das montanhas Dináricas e se acham, às vezes, quanto a número e qualidade, em posição mais vantajosa do que os próprios habitantes sedentários da costa, embora estes exerçam sobre aqueles sua influência cultural. Por seu lado, os habitantes das costas, eles próprios, vieram das terras interiores e se adaptaram ao novo ambiente. Os pastores albaneses, por exemplo, localizados nas elevações, foram pouco a pouco baixando para as depressões sedentárias. Da mesma sorte, causas geográficas levaram os búlgaros e sérvios a pe-

netrarem na Macedônia. Dêste modo, como estabeleceram-se limites definidos entre tais povos? Compreendê-se agora porque são eles reunidos sob a denominação de slavos do Sul, constituindo o reino de após guerra, a Iugoslávia, cuja população é formada de sérvios, montenegrinos, bósnios, croatas, slovenos.

R. Sieger já nos fala de *fronteiras segundo a natureza*, quando correspondem a grandes obstáculos às comunicações e ao estabelecimento de grupos humanos (cristas de montanhas, pântanos, desertos, etc.). *Fronteiras tomadas à natureza*, quando se aproveita uma linha natural, facilmente distinguível, que não seja um estôrvo: um rio ou lagôa, um bosque, etc. Finalmente, ele também nos fala de *fronteiras orgânicas*, entendendo como tal as resultantes de convenção entre países limítrofes, que as consideram como as mais úteis, embora não baseadas precisamente em acidentes naturais. Nestas circunstâncias, comenta Krebs, as primeiras vão perdendo a importância, à medida que aumenta a população; a regularização e internacionalização dos rios e a abertura de novas estradas restringem o valôr das segundas; enquanto a expansão dos povos e as permutas na distribuição das populações rompem o equilíbrio que dantes mantinha uma fronteira do terceiro tipo. Estas causas atuam de tal modo que eliminam, muitas vezes, por inteiro, o valor dos tratados, e passam a significar marcos antiquados, pois que, com o tempo, as conversações não logram deter a marcha dos movimentos naturais.

Dentro nas fronteiras sociais, ainda poderíamos estabelecer, como quiseram alguns, as *fronteiras econômicas*. Possuirá tais fronteiras um estado cujo território tenha capacidade para atender às exigências de seus habitantes. A permuta e o intercâmbio de produtos que caracterizam as relações econômicas entre países, não nos deixa exemplo de um estado em tal situação. Admitindo-se, porém, que um estado se bastasse a si mesmo sob o ponto de vista de sua economia, é evidente que as associações humanas não possuem exclusivamente uma vida material, e sim, mais amplamente, uma vida cultural, e a teoria não pôde subsistir.

Por fim, vêm as fronteiras políticas. Alguns dão a elas a feição exclusivamente estratégica, representando-as como limites fixados por tratados e convenções, com o intuito da defesa do país, pela separação nítida e permanente entre estados. No entanto, tais fronteiras políticas deveriam se basear no Direito Público, na justiça, na equidade; mas muitas usurpações e abusos de fortes sobre fracos são mascarados com esta rotulagem; é o que nos dá o exame através da geopolítica. Mas o prisma da antropogeografia propriamente dita nos leva a definir a fronteira política como o término da expansão de um agrupamento humano, em função da capacidade da população de um estado, até onde este organismo se pôde desenvolver. Tal fronteira será condicionada pelo poder expansionista de um povo; será, na expressão de Delgado de Carvalho, o limite da sua força política. Em verdade, conforme doutrina Artur Dix, toda fronteira é criação do Estado, a cujo poder se ajustam os sucessivos avanços e recuos, como fenômenos históricos.

Norberto Krebs observa que os elementos antropogeográficos mostram, em sua área de distribuição, pontos de saliência que crescem e pontos de

retrocesso. Digamos melhor, regiões nucleares e territórios marginais. Com efeito, é interessante observarmos que as confederações até pouco tempo existentes, como a da Alemanha do Norte ou a que originou os Estados Unidos, do mesmo modo que as federações, resultaram da reunião de territórios em torno de um território-núcleo, que serviu de *pivot* à organização política. As agregações ou anexações que se vão dando, visam sempre ao fortalecimento do poder central, o núcleo, em volta do qual giram os interesses da comunidade política. Até mesmo em países cujas fronteiras se acham fixadas encontramos diferenças entre as regiões periféricas e os núcleos. A's vezes o poliglotismo, a falta de unidade nacional em parte da população, os tipos diversos ou mistos de habitações caracterizam os territórios de transição.

Camille Vallaux, procurando classificar da melhor maneira os tipos de fronteiras, ao levar em consideração tudo quanto acabamos de apreciar, divide as fronteiras em esboçadas ou coloniais, vivas ou de tensão, mortas ou fossilizadas.

Fronteiras esboçadas são as delimitadas naturalmente, sem a participação de país vizinho, que pacificamente assiste ao seu traçado, e resultam do avanço de desbravadores ou colonizadores, quando estes, apossados de uma região deshabitada ou possuidora de civilização inferior, conseguem impôr domínio e o estendem cada vez mais, enquanto houver espaço desocupado. Tais fronteiras resultaram do avanço de povos em países que já foram colônias, ou em territórios não povoados. É o caso das fronteiras entre os países sul-americanos e das colônias européas na África, por exemplo. As delimitações são feitas quer aproveitando-se as coordenadas geográficas, e serão *astronômicas*; quer com o traçado de retas imaginárias unindo pontos, e serão *geométricas*; quer tomando-se acidentes como referência, e neste caso serão de *referência*. Estas fronteiras sofrem grandes alterações, quando se verifica o encontro das populações de dois territórios vizinhos, ou quando colônias se tornam países independentes.

Fronteiras vivas, também denominadas de tensão ou de acumulação, quando demarcadas não arbitrariamente, em espaços vazios, porém se constituem de pontos de contacto entre Estados, que convencionaram tal linha de fronteira como resultado do equilíbrio das forças dos dois países. Politicamente, surgiram após guerras e lutas ou acórdos, e em sua demarcação se mantêm os povos, em stitudo de expectativa, observação e defesa. Economicamente, não havendo espaços desocupados entre dois povos vizinhos, permite-se a íntima comunicação entre ambos, para o intercâmbio comercial e intelectual. Sob o ponto de vista da geografia humana propriamente dita, põe em relação os dois povos, que muitas vezes possuem centros de população ligados, cidades duplas, separadas convencionalmente por ruas e praças, que representam a linha de fronteira, ou as águas de um rio, onde o trânsito é livre e frequente. No primeiro caso estão nossas fronteiras com o Uruguai; no segundo caso estão as da França e Alemanha, às margens do Reno.

Fronteiras mortas ou fossilizadas são aquelas que já perderam o cunho de fronteiras, ou porque não servam mais de limites entre países, caso a zona onde passam pertença a um Estado único, ou porque separam antigos estados,

hoje unificados em um só país. São fronteiras tranquilas ou, por assim dizer, fossilizadas, tais as das antigas confederações alemã e americana, a grande muralha chinesa, as dos antigos estados italianos, etc. Perderam o valor e são apenas fronteiras históricas, atualmente desaparecidas.

De tudo quanto ficou exposto, ser-nos-á mui fácil encontrar, nas fronteiras do Brasil, os três tipos da classificação de Camille Vallaux.

Si recuarmos até a era dos descobrimentos, veremos que o célebre tratado de Tordezillas nos fornece o tipo de fronteiras mortas, e mais modernamente os antigos limites que tínhamos com a Bolívia e o Perú. No primeiro caso, a intrepidez dos nossos bandeirantes não reconheceu a existência da linha imaginária que, de norte a sul, cortava muitas das atuais terras brasileiras; no segundo caso, acontecimentos políticos e diplomáticos, que alteraram nossas fronteiras com os citados vizinhos, tornaram fossilizadas as antigas lindes que com elles possuíamos.

Nossos limites, desde a Guiana Francesa até a Argentina, podem ser enquadrados no grupo das fronteiras coloniais, e representam o testemunho de uma das mais brilhantes fases da história nacional. O encontro dos nossos desbravadores com os dos países limítrofes esboçou as fronteiras, depois assentados por acórdos.

Como fronteiras de tensão, já citamos atrás, se acham as que mantemos com o Uruguai, que oferecem além de um intercâmbio cultural intenso, a íntima ligação das populações de ambas as nações.

Seria imperdoável finalizar o assunto sem uma menção especial ao grande vulto brasileiro, um dos maiores nomes nacionais, a quem cabe o mérito de haver traçado os limites definitivos do Brasil, após uma série de brilhantes vitórias diplomáticas, que deram ao nosso país quasi tudo quanto legitimamente lhe pertencia, pelo processo suasório do bom entendimento e da arbitragem. Realmente, o Barão do Rio Branco, que, com Caxias, ambos fizeram a unidade do Brasil, foi a figura máxima que elevou bem alto o conceito do país no estrangeiro, com os veementes atestados da inclinação pacifista da nação brasileira, bem como do subido grau de cultura em que já nos achavamos no começo d'este século, culminando, por fim, com a iniciativa de dar à República Uruguaia o condomínio do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim, fato de intensa repercussão lá fóra.

Como exceção única de tantas vitórias, ficou no entanto, o caso de limites com a Guiana Inglesa, em que o julgamento do rei Vitor Emanuel II desprezou a magnífica argumentação de Joaquim Nabuco, para dividir o território em litígio, em duas partes desiguais, ficando a menor delas para o Brasil.

AS BÔDAS DE OURO DA INSTALAÇÃO DEFINITIVA DO EGREGIO TRIBUNAL DE APELAÇÃO DE SERGIPE

TRANSCORREU A 29 DE DEZEMBRO DO ANO PRÓXIMO
PASSADO ESSA FESTIVA DATA

Desembargador Hunald Cardoso

Transcorreu a 29 de Dezembro do ano próximo passado a festiva data do meio século da instalação definitiva do egregio Tribunal de Apelação do Estado, feito esse occorrido na administração do exmo. sr. general José Calasans, em 29 de Dezembro de 1892.

Para comemorar as bôdas de ouro de sua existência funcional, o Tribunal de Apelação de Sergipe realizou uma sessão solene e extraordinária, com a presença do mundo official e pessoas gradas, na qual se fizeram ouvir todos os seus cinco ilustrados membros e bem assim o dr. Gonçalo Rolenberg Leite, esclarecido chefe do Ministério Público local, sendo, nessa ocasião apôsto no salão de suas sessões, como especial homenagem, o retrato do exmo. sr. general José Calasans, em cuja administração occorreu a instalação dessa Casa de Justiça.

Sobre essa homenagem, em particular, discursaram os srs. desembargadores Luiz Loureiro Tavares e José Joaquim da Fonsêca.

O illustre homenageado tambem usou da palavra, para agradecer a demonstração de apreço de que era alvo.

Ao abrir a sessão, o presidente do Tribunal, desembargador Gervásio de Carvalho Prata, fez o histórico do areopago local, tendo, por sua vez, o desembargador Hunald Cardoso proferido a seguinte oração:

"Não necessitaria de *mot d'ordre* dos companheiros de trabalho, cojuizes no Tribunal de Apelação, para que, traduzindo os meus, na modestia que os caracteriza, lhes interpretasse, a um só tempo, os elevados sentimentos de classe, nesta sessão extraordinária, com a qual e em significativa cerimonia, estamos a comemorar, na efemeride de hoje, as bôdas de ouro da instalação definitiva deste superior collegio judiciário, nesta unidade federada, em consequência da proclamação da República e da organização autonômica do Estado.

Deveis haver notado que me hei utilizado da expressão — instalação definitiva, de caso pensado, em vista da fundação do superior Tribunal de Justiça do Estado datar, efetivamente, de 16 de Novembro de 1891 e não de 29 de Dezembro de 1892.

Quero dizer: antes do Tribunal que se instalou, no Estado, no regimen republicano, no dia de hoje, no Governo do exmo. sr. general José Calasans, já outro tivera existência, entre nós, e foi ele o creado e pôsto a executar a

sua importante tarefa, na administração do coronel Vicente de Oliveira Ribeiro, a quem já homenageamos, por esse motivo, e cujos membros, com exceção apenas de um só, aproveitado no subsequente, na ordem cronológica, tiveram todos os seus direitos e imunidades garantidos, pelo egregio Supremo Tribunal Federal.

Entendo, assim, que a presente reunião visa festejar os dez lustros, que hoje se completam, de funcionamento ininterrupto do segundo Tribunal de Justiça instituído em nossa terra, sendo, pois, a esse fato, por amor da verdade histórica e da coisa soberanamente julgada, a que me hei de cingir.

Assim pensando, não pretendo discordar do justo tributo, ora prestado por esta Casa, ao exmo. sr. general José Calasans, a quem sinceramente admiro, por suas virtudes públicas e privadas. A aposição do seu retrato, em a sala dos nossos trabalhos, era, pois, gesto que se impunha, como galardão ao merito.

Duas foram as constituições que, na orbita estadual, tivemos logo no inicio da fase republicana — a de 8 de Junho de 1891 e a de 18 de Maio de 1892, e daí o aparecimento, no cenário político-administrativo local, de dous organs superiores do Poder Judicial, um após outro, como resultantes das competições partidarias, que se feriram então.

Associado, entretanto, ao louvavel proposito que tivera em mira levar a termo esta solenidade, dentro na finalidade exposta, aqui estou, pois, a fazer parte dela, em virtude de constituir lidima demonstração de fé e de confiança nos eternos principios da Justiça, na sua força inquebrantavel e avassaladora e no sacrosanto anhelô, eminentemente subjetivista, do *constans et perpetua voluntas ius suum cuique tribuendi*, esculpido, graças a Ulpiano, nas paginas impereciveis das INSTITUTAS.

Mas não sendo iniciado nos misteres da roçagante e miraculosa arte da palavra oral e desdenhando, como todas as pessoas de senso comum, o máo discurso, estropiado e sem horizontes, bem como a alocução terra à terra, vasia de sentido, sem alvo perceptivel, pobre de estilo, visto considerá-los o peor flagelo que se possa inflingir a ouvidos humanos, sobretudo quando estes são de apurada sensibilidade, como os de quantos se acham presentes neste recinto, ora transformado em tabernaculo *ad hoc*, para a propiciação de uma fervorosa oblata à Magistratura Republicana de Sergipe, não quiz, contudo, abster-me de uma externação pública, embora, como é facil de concluir-se, estivesse plenamente capacitado das dificuldades inherentes e, sobretudo, como estava muito aquem dos requisitos e atributos indispensaveis a assumir, por conta própria, tão desembaraçada iniciativa.

Imitando, porém, neste transe crítico, em que, cordeal e voluntariamente, me colloquei, ao insobrepujavel DEMOSTENES, o imortal genio da tribuna helenica, no exordio da modelar e substanciosa oração PRO CORONA, hei-de dar inicio às minhas espontaneas palavras, isto é, ao meu desataviado "sermão não encomendado", exortando aos deuses que vos inspire em meu favor, toda a benevolencia que se aninha no escriptorio dos vossos bondosos corações, e no recesso dos vossos esclarecidos espiritos.

Dela, em vos confesso, tenho absoluta necessidade e espero que não má haveis de recusar, pois a nobre intenção que me inspirou e demoveu, só por si, a isso vos compeliará, qualquer que seja o estado que vos possa causar a minha spagada e pauperrima loquela.

Falar-vos-ei, entretanto, fitando-vos *facie ad facem* e de coração aberto, para dizer-vos, em voz alta, aquilo que à puridade sentis e qualquer um dentre vós, desde que oficial do mesmo officio, poderia expressar muito melhor do que eu, em linguagem atraente e pomposa, como o exigem a transcendência e a magnitude do assunto.

Depois de haver formulado tão singela como sincera supplica, e, de par com ela, descerrado à vossa acuidade os refolhos de minha alma, seja-me permitido, agora, passar a relembrar-vos uma verdade histórica de todos vós sabida, em virtude de ser notoria e se achar, de há muito, registrada nos foraes de nossa vida política e estavel e consistente em que, nos cincoenta anos de serviços e vigílias, de sacrificios reiterados e gestos de devoção ao dever, de honrada pobreza e de independência de caráter, de lealdade às instituições vigentes e de acatamento não subserviente aos demais poderes da Republica, com que dignifica e engrandece o seu glorioso passado, o mais alto tribunal de Justiça de Sergipe, ha sempre contribuído, no exercício escrupuloso de suas atribuições especificas, para o desenvolvimento das verdades jurídico-filosoficas e para o equilibrio dos direitos e só houve por bem brandir a espada simbolica de TEMIS, para travar o bom combate da soberania da lei, não com o auxilio da força material, mas com o da razão, posta em fiel balança, e só se deixou inspirar pelos sadios principios do seu apostolado, pondo, sobretudo, em relêvo que, ainda nos momentos em que o sol da liberdade entrou em ocaso, no ambito de sua jurisdição, por convulsões passageiras, já-mais afastou de suas cogitações, como alvos prediletos, a divisa de ALFREDO DE COURCY — *amica lex, sed magis amica iustitia* ou a de acentuado sabor soocratico — *amicus Plato, sed magis amica veritas*.

Em todo o longo interregno de sua existência funcional, não lhe traduzam os arestos o poder arbitrario do *sic volo, sic iubeo*, nem espelham eles, a nefasta maquinação de transformar, ob e subrepticamente, o de alho *nigrum* et de *nigro* *caerum*.

Na sua *ars* forense, rão divorciada da bõa linguagem, refletem-se, ao contrario disso, as propriedades do direito objetivo, e de suas regras latentes, o espirito das leis vigentes, a doutrina dos mais consumados publicistas, a *communis opinio* dos oraculos das ciências jurídicas, ao lado da incessante preocupação de acertar e emendar os próprios erros, quando tornados palpaveis e evidentes.

A par disso, conteve-se ele, invariavelmente, dentro nos seus limites próprios, sem provocar conflitos de autoridade ou pretender invadir alheia seara.

Esta a sua imponente personalidade moral e intelectual, "como obra que na historia se cumpre" e não foi e não há de ser subestimada por aqueles a quem toca, na hora presente, o encargo de não desmerecê-la, no sentido de transmiti-la intacta às gerações que hão de vir e, sobretudo, para que

o nosso pequenino Sergipe, em marcha ascensional em demanda do amanhã, singre sempre, do ponto de vista mental, a rutilante estrada dos astros.

Na atualidade — posso dizê-lo — o seu maior empenho, neste sentido, é o de demonstrar que a força do hábito não o escraviza e, no seu seio, não se nutrem antipatias pelas leis novas, em face do trabalho a que obrigam, para que sejam interpretadas e fixadas as regras necessárias à sua aplicação e, como interprete moderno, não reconhece direitos individuais contra direitos sociaes.

Quanto aos antigos textos, sabe que eles podem progredir, completando-se e enriquecendo-se e dando lugar à formação de novas noções e de novos princípios, que lhes alteram por vezes, a fisionomia anterior.

E' de rigor, por isso, em vista dessa brilhante e sugestiva fé de officio, tributar-se-lhe singular reverencia e calido acatamento e não recusar-lhe a especial consideração a que aludia CALISTRATO, em que a estima é a resultante de uma perfeita dignidade, sancionada pela lei e pelos costumes — *dignitatis illaese, legibus ac moribus comprobatus*.

Se a maior e melhor recompensa a uma boa ação, é o contentamento de have-la praticado e o fruto de um serviço, o serviço, em si mesmo, desnecessario se torna envidar quaesquer esforços, para coroá-lo de louros, pois o aurifulgente diadema do seu merecimento decorre do valor intrinseco das suas atitudes, dos seus gestos, da elevação e beleza da sua obra, intensiva e extensivamente considerada, de honrosa fama, gloriosamente conquistada, sem outros incentivos e estímulos que não os da mais fervorosa fidelidade ao exato cumprimento do dever.

E se não vos afigure que, em assim me manifestando, esteja a querer lisongear-me a mim próprio, ou a imitar a falsa postura do ingenuo soldado que, sendo um dos ultimos chegados ao combate, pretendesse haver, sozinho decidido da vitória, por me haver reservado o destino, "esse timoneiro, eterno do barco da vida", no profundo conceito de FAUSTO CARDOSO, pelas mãos amigas do coronel AUGUSTO MAYNARD GOMES, a honra de, em 1934, lhe ter ingressado os cancelos, para assentar-me, no lugar de destaque assinalado ao chefe do ministério publico, e em 1935, uma de suas sédes judicantes, indicado em lista triplíce, e associar-me, com a minha pequena bagagem cultural e os meus princípios morais, à grandiosa missão que lhe é destinada, como instituição precípua, em a esfera regional, na engrenagem da nossa organização politico-constitucional.

Bem vêdes que isso seria improprio da minha formação jurídica e que o meu intento colima o impessoal e aliloquente objetivo de ser o eco dos seus esplendidos triunfos e de fazer justiça, ao egrégio e magestoso templo institucional, a quem a *legis legum* em o nosso imenso e opulento país, deputou a traça de disciplinar as relações morais, psicologicas, económicas, jurídicas e sociaes, neste formoso e abençoado angulo, parte integrante do Brasil, o nosso querido Sergipe, de índole predominantemente pacifista e operosa, e, ao mesmo tempo irrequieta, perquiridora e patriótica.

As vestes talares que desvanecidamente entrajo, como parcela do seu *quorum* judicante, não me impedem, por conseguinte, de dar viva expansão

aos meus sentimentos de apreço, em relação à sua finalidade e à sua atuação, para acentuar o inabarcável papel que a benemerita instituição coube desempenhar, entre nós, no regimen republicano, sob cuja égide foi criada, e apreciá-la mais como cidadão do que como juiz.

Refiro-me, portanto, a esse meritíssimo pretório, como emanção da lei, e seu mais graduado interprete no Estado, na hierarquia judicial e, fazendo-o, não posso silenciar sobre as figuras masculas e respeitaveis, de grande illustração e notavel saber, que lhe deram vida e se foram fazendo substituir, na sucessão dos tempos, e, exalçando-lhe o conceito, exalçaram-se a si mesmas, desde o momento em que começou a jurisdizer, muitas das quais já se abismaram no impenetravel misterio da morte e outras, encanecidas e veneradas, aquil estão presentes agora, neste ajuste de contas de meio século com a opinião pública, a rainha do mundo, segundo DE MAISTRE, como se tivessem sido convocadas, para receber o premio dos seus esforços, da sua dedicação, da sua imparcialidade, de seus hábitos de austeridade e de temperança e do seu acendrado amor à Justiça e à República.

Em referindo-me aos illustrados e impolutos colegas que já baixaram ao tumulo, sem exceção de um só, com o propósito especial de preiteijar-lhes à honrada memória e traduzir com sinceridade quanto as venero e cultuo, antome possuido daquela mesma elevação emocional com que o verbo creador e excelso de RUI BARBOSA, em causa celebre, e inflamado pela paixão do jurista eximio e pela chama do génio, de precava, perante o colendo Supremo Tribunal Federal, envolto em crepe, pela vacancia de uma de suas cadeiras, dizendo-lhe, com sublime entonação e em vivido lampejar:

"Mas essa desaparição subitanea de um julgador dentre os julgadores, na hora do julgamento, nos embebe dos sentimentos da egualdade pelo sentimento da morte, mostrando-nos a rapidez com que, por obra de um minuto no infinito do tempo, os juizes, da magestade do pretorio, onde julgavam, são transportados ao seio da obscura multidão inumeravel, que aguarda a sua sentença no último plenário, à barra do supremo tribunal, o verdadeiro, aquele que não erra. Vosso nome é um nome de emprestimo, um reflexo dessa magistratura invisivel, cujos primeiros elos os crentes puzeram no céu, os estoicos na consciência, o instinto humano na opinião dos sobreviventes sobre os mortos, dos governados sobre os governantes, dos sentenciados sobre os sentenciadores. Instancia passageira na hierarquia desta função soberana, que em vós tem o seu organ por exceiência na terra, julgaes hoje sem recursos, para amanhã sêrdes julgados, sem indulgência. E agora, que exerceis essa autoridade envolvida em luto, estaes mais perto que nunca da sua expressão mais sublime.

Eu não conheço duas grandezas tão visinhas pela sua altitude, tão semelhantes pelas suas lições, tão paralelas na sua eternidade, como estas: a justiça e a morte. Ambas tristes e necessárias; ambas amargas e salvadoras; ambas suaves e terriveis, são como dous cimos de nevoa e de luz, que se contemp'am nas alturas imaculadas do horizonte. Em vão se agitará derredor dessas duas fatalidades inevitaveis, tudo o que é mesquinho e efemero no homem e na aglomeração social; as miserias da baixaza, da ambição e da cru-

eldade, os apetites dos partidos, os cálculos, as irresponsabilidades, e os triunfos dos despotas, as fraquezas, os interesses e as traições dos intérpretes da lei, sacerdotes infieis do seu culto, que a renegaram nas crises de provação. Quando muito, lucraram adiar a hora da conta para a hora de desaparecimento, entrar para a expiação pela porta da posteridade. Mas uma incerteza indefinível envolve a região destas probabilidades formidáveis; e o tirano que oprime, não sabe a quantos passos está da terra, que sepulta; o demagogo que pede a iniquidade não mede quantas inalações do ar, que ele empasta o separam da corrupção que há de decompô-lo; o juiz, que deixa cair na urna inapelavel uma esfera impia não pressente quantas palpitações do coração o distanciam da reparação infalível. Muitos duvidam que essa justiça se consume numa vida futura; mas, ao menos, ela há de vir necessariamente nesta e as testemunhas das suas decisões irreformaveis têm de sêr os restos mais sensíveis da nossa alma, as partes mais vivas de nossa vida, nossos filhos, nossas viúvas, os que usaram o nosso nome e perpetuarem o nosso sangue”.

Na realidade, assim é, e muito embora todos igualmente o sintam somente poucos poderiam, como RUI, exprimí-lo, com absoluta precisão.

A nós, os que estamos ainda em atividade, corria o indeclinavel dever de homenageá-los por essa forma, na propicia ocasião que ora se nos desbarrou, ciosos de lhes havermos sido os continuadores, e, por isso mesmo, os discipulos, pois que, de contínuo, estamos a nos aproveitar das lições do seu saber e da sua experiência, atravez dos julgados que proferiram, pondo termo a litigios e assegurando com eles a tranquillidade da coexistência social e o seu livre e normal desenvolvimento.

Como acertadamente dizia FONTENELE, não é senão subindo sobre as espadas dos outros que conseguimos vér um pouco lonje.

Se a taes vultos exponenciaes me reporto, para prestar-lhes o respeitoso tributo de que são credores, é por que a opinião publica já realizou o seu apuramento sumario, sobre todos eles e proferiu o seu juizo intuitivo, sagrando-os como escrupulosos sacerdotes da lei.

Desse veredito, são eles merecedores, porque, para assegurar a paz social, como delegados da soberania nacional, empenharam-se, como nós outros o estamos fazendo ainda, em intensa luta, em um verdadeiro duelo com a *dúvida*, consumindo-se em pesquisas, contradizendo, discutindo e dialogando, no afan de entender — *intelligere*, que a tanto importa alcançar a verdade material atravez das formulas processuaes e aplicar-lhes o direito substantivo e se poderem dirigir aos jurisdicionados, como organs de julgamento e fiscalização da regularidade formal deste, admoestando-os *narro mihi factum, dico tibi ius*.

E nem todos têm o invejavel condão de BEETHOVEN, que conseguiu o privilegio de ouvir a verdade ou o de NEWTON, que a tocava com a ponta dos dedos.

E “conhecer é, com efeito, engendrar e todo o conhecimento vivo supõe a penetração, a fusão das entranhas do espirito que conhece e da coisa conhecida”.

No sentido de realizar tão exaustivo cometimento, tiveram de sêr ilustrados e, sobretudo, fortes, pois a virilidade de espírito é uma das primeiras condições do magistrado, para poder sobrejugar à dúvida e afirmar ou negar e, portanto, convencer.

Dai o haver dito BOURDEAUX que a discussão do ponto de direito é um apêlo à ciência do julgador e BOURNIER que o juiz pode e deve, ainda diversamente das partes contendoras, definir, de conformidade com as leis, o caráter jurídico da relação proposta e, por certo, determinou a GUMERCINDO BESSA, que foi um dos nossos e o primeiro presidente eleito deste Tribunal, com a argúcia que lhe era inata, a estabelecer as seguintes regras, verdadeira sumula exegetica, pela irrecusabilidade dos princípios que sufraga e justifica o conceito de que, apenas saído da FACULDADE DE RECIFE, com a sua laurea de bacharel, podia ensinar direito, em qualquer escola do mundo.

"Toda a minha hermenentica jurídica pende deste axioma: A maior de todas as autoridades é a autoridade do legislador". Donde promanam estes axiomas:

1.º — Quando o texto é claro, apego-me a êle sem inclinar-me diante de autoridade nenhuma: quando o legislador mostra inequivocamente a sua vontade, ao interprete só resta obdecer.

2.º — Quando o texto é duvidoso, explico-o pela tradição e pelos motivos, isto é, pela história da instituição e pelas razões que serviram para fundá-la.

3.º — E' mister criticar a autoridade, antes de aceitar a sua opinião.

Assim, como em física há uma dioptrica, que expõe as leis dos desvios da luz, quando atravessa meios diferentes, da mesma sorte a hermenentica jurídica deve ter os seus meios de apreciar os fenomenos da refração da luz da lei creada atravez das inteligências dos interpretes.

O raio do espírito do legislador que penetra a minha intelligência, depois de ter passado pela intelligência da autoridade, decompoz-se, desviou-se, alterou-se, assumiu cambiantes e côres que não tinha em seu fóco inicial.

A intelligência do interprete, com a sua estrutura especifica e os seus interesses e paixões, desnaturam inconcientemente o lídimo sentido da lei".

A ciência do magistrado há-de ter, por isso, consciência, para que não seja ruína da alma, na fraze de RABELAIS, ou na de MONTAIGNE dev'rá sêr ciência com julgamento, afim de que não redunde em derrocada do espírito.

Não quer isto significar que a atividade judiciária se limite exclusivamente à subsunção do fato à norma de direito, a um automotismo despersonalisante.

E' -lhe permitido utilizar-se das noções acumuladas pela experiencia dos séculos, dos elementos extra-judiciais que o patrimônio cultural da humanidade cabedalisou e são aceitos como verdades pela observação ou foram elevados à categoria de princípios autonomos.

Estudando os textos em todas as suas faces, pode proceder a investigações profundas e, por meio de poderosas combinações, descobrir sólidas teorias, formando, assim, o direito, cientificamente.

Para fugir a enganos e evitar o erro, tiveram de ser os nossos antecessores versados na arte de comparar, confrontar e equiparar, no sentido de poderem conferir, sabido como é que os homens, na sua maioria, comparam, confrontam e equiparam, como assinala EMILE FAGUET, isto, é, "discutem para ter razão e vencer na discussão, e não para ter, em verdade, razão, levados pelo prazer da contensão, como se se tratasse de luta a punhadar ou a estocadas. Dai os gritos, as injurias, as chufas, as ironias, os sofismas, a abundancia de palavras e a eloquencia. Quando chegam ao fim, nada conseguiram persuadir e não fizeram sinão irritar, mas isto não é ainda o mais grave; o mais grave de tudo é que eles próprios nada descobriram e mais obscureceram que esclareceram a idéia, talvez justa, que os animava e, se estavam em erro, mais afundado neles ficou o falso conceito que não deixaram afluir."

Nas discussões entre magistrados, não é possível resar pelos preceitos dessa cartilha, por que a serenidade, o sangue frio, e a polidez, indissociáveis da toga, obrigam a receber e a assimilar a objeção, até onde ela possa ser perfilhada, total ou parcialmente.

Foi assim que o debate entre eles se tornou fecundo e util e ensanchou valiosa contribuição à elaboração do direito, no seu incessante evoluir, porque não lhes servia de mobil nem a vaidade, nem o amor próprio, nem a cupidez.

Do seu lado, não lhes retirou a compassividade, usada com moderação, as características de entes humanos e, apesar dos imperativos do *dura lex, sed lex*, incluíam-se pelo criterio mais benigno do texto, quando passível de gradações, ressalvadas as hipóteses do *summum ius*.

A luta maior, por isso que interior e imperceptível, que tiveram de travar com o próprio eu, luta de todos os dias, consistiu em conter as emoções e refreiar os entusiasmos, sem, contudo, emperdeni-lo.

Sem duvida alguma, tiveram, às vezes, de chorar, ante o alheio infortunio, exposto ao seu conhecimento em detalhes, mas o seu coração, como uma muralha granítica, houve de permanecer imutavel e incorruptível, segundo o mavioso cantar de VERGILIO, na ENEIDA:

Mens immota manet, lacrymas voluntur inanes.

Bem hajam, portanto, os que, renunciando ao exercicio de outras profissões mais lucrativas, preferiram servir, graças aos pendores de sua vocação, nos quadros da justiça local, sob o regimen republicano, com possibilidades menores dos que a ela pertenceram no tempo do Império, em que a unidade do conselho judicial era norma constitucional e permitia, com as promoções e transferências, a atuação em maiores centros e com elas as legítimas aspirações de carreira, condensadas na esperança de um futuro melhor.

Bem hajam os que, investidos nas imunidades e prerrogativas da sua segunda instancia, foram modelos e exemplos do sacerdocio judicial e o dignificaram, com as luzes de sua intelligencia e a firmeza do seu caráter e se de-

dicaram aos arduos misteres profissionais, com idealismo e fé insuperáveis, nos gloriosos destinos da Pátria, no seu progresso sempre crescente e no aperfeiçoamento de sua civilização.

Só a Justiça pode governar o mundo e sem ela, até os povos mais fortes e ricos perecerão.

A trágica e horrenda pugna que hoje se trava em todos os continentes do globo terraqueo não visa senão afirma-la, como disciplina inelutável nas relações internacionais, sobrepondo-se à vesania dos preparalíticos progressivos, possuídos de complexos messiânicos que, por meio do regimen do terror, conseguiram empolgar o poder, em seus respectivos países e arrastarem os seus povos, para a tirania e, depois, para o furacão da loucura, da iniquidade e da destruição.

São profundas as raízes que prendem no espírito universal esse belo sentimento do homem — a Justiça, o mais nobre de todos, esse sopro divino, que tem o seu sacrário no mais íntimo e indevassável da nossa individualidade — a consciência e é capaz de produzir verdadeiros milagres de improvisação e de deprendimento, de denodo e de bravura e repelir pela força — *vim vi repellere* às arremetidas da barbaria e da ambição e permitir a reconstrução do mundo moderno, ora convulsionado e em chama, sob bases equalitárias, equidotas e profundamente cristãs.

Entoemos, portanto, um hino à Justiça, esse alacandorado fanal dos indivíduos e dos povos, na preservação dos direitos e na solução dos problemas sociais, no momento em que, neste recanto do continente sul-americano, uma de suas instituições atinge a meio século de existencia funcional, como a reafirmar aos que nela crêem e nela confiam a sua imperecível condição e o seu desafio aos tempos dos tempos sem fim, visto como, se os homens, que a ministram, são mortaes, como indivíduos, ela é soberana e eterna, como a própria imagem de Deus".

BRIGADEIRO PEDRO VIEIRA DE MELO

Coronel Laurenio Lago.

Pedro Vieira de Melo, natural da comarca de Sergipe d'El-Rei da Capitania da Baía, nasceu a 21 de Dezembro de 1751.

Era filho legítimo de Manuel Zuzarte de Siqueira e de D. Antonia Maria de Melo.

Foi batizado pelo padre Gonçalo de Sá a 25 de Janeiro de 1752 no Oratório do engenho do Campo Grande, e teve por padrinhos o desembargador ouvidor Domingos João Viegas e d. Ana do Prado.

Pedro Vieira de Melo assentou praça do posto de alferes do 1.º Regimento de Cavalaria Auxiliar da Cidade de Sergipe d'El-Rei, mais tarde denominado Regimento de Cavalaria Miliciana da mesma cidade, a 16 de Março de 1775 por patente do governador e capitão general da Capitania da Baía Manuel da Cunha e Menezes.

Passou ao posto de coronel agregado ao dito regimento em 30 de Maio de 1780 por patente do governador e Capitão general Marquês de Valença e ao posto de coronel efetivo em 23 de setembro de 1784 por patente do governador e capitão general D. Rodrigo José de Menezes.

Fernando José de Portugal, no exercício de governador e capitão-general da referida capitania, regulando os corpos da Capitania, nomeou Pedro Vieira de Melo no mesmo posto por patente de comissão interina de 4 de Agosto de 1790.

Essa nomeação foi confirmada pelo príncipe regente D. João em patente de 4 de Setembro de 1800 e despacho do Conselho Ultramarino de 19 de Agosto do citado ano.

Alegando avançada idade e mais de 41 anos de serviço, solicitou reforma no posto de brigadeiro, sua petição informada pelo inspetor geral dos corpos da Baía Felisberto Caldeiro Brant Pontes em 28 de Abril de 1818 foi enviada ao Conde de Palma, então governador e capitão-general da Capitania, e por este transmitida ao ministro da Guerra Tomaz Antonio de Vilanova Portugal.

D. João VI resolveu deferir o pedido de Pedro Vieira de Melo concedendo-lhe em decreto de 4 de Julho de 1818 reforma no posto de brigadeiro.

Era cavalheiro professo na Ordem de Cristo.

Assumiu por duas vezes o governo da cidade de São Cristóvão de Sergipe d'El-Rei e sua comarca.

A primeira vez por ordem do governador tenente-coronel Manuel Inácio de Moraes Dá Mesquita Pimentel, datada de 15 de Julho de 1812 e a se-

gunda vez por determinação do Coronel governador Luiz Antonio da Fonseca Machado datada de 7 de Outubro de 1815.

Exerceu o cargo de governador de Sergipe subordinado à Baía e nomeado pelo Governo da Baía em 6 de Fevereiro de 1821, tomando posse a 30 de Março seguinte.

Pedro Vieira de Melo prestou relevantes serviços à Sergipe, com honra, dignidade e patriotismo.

Sua vida pública pode ser julgada pelos seguintes atestados que transcrevo na integra :

Do tenente-coronel de cavalaria Manuel Inácio de Moraes Dá Mesquita Pimentel, capitão-mór governador da Capitania de Sergipe d'El-Rei, datado de 18 de Março de 1810 :

“Atesto que na mesma Capitania achei Pedro Vieira de Melo, em Coronel do primeiro regimento de cavalaria miliciana exercendo o seu emprego com muita honra, limpeza de mãos, e pronto no Real serviço, em todas ocasiões a que é chamado, e tem muita atividade, e dirige a regularidade do seu regimento, pois achando seu regimento desorganizado, o tem arranjado no estado em que presentemente se acha; é da principal família desta Capitania, abastado de bens, manso e pacífico e porisso benquisto dos povos, e por ser esta a verdade lhe passei esta de minha letra e sinal selada com o sêlo das minhas armas”.

Do coronel de infantaria e governador da Capitania de Sergipe d'El-Rei Luiz Antonio da Fonseca Machado, datado de 5 de Outubro de 1815 :

“Atesto que, quando tomei posse deste Governo, achei a Pedro Vieira de Melo, Coronel do regimento de cavalaria desta Cidade, governando-a interinamente, tendo este exercício por tempo de dois anos, dois meses e quatorze dias e até o presente não me consta vexasse aos povos desta Capitania, e aos indivíduos do regimento de seu comando, em cujas obrigações por mim encarregadas, tem sido sempre prontissimo nas suas execuções, e por me ser esta pedida a mandei passar, e fui por mim assinada e selada com o sêlo de minhas armas”.

Do juiz ordinario, presidente, e mais officiaes da Camara da Cidade de São Cristóvão, capitania de Sergipe d'El-Rei, datado de 25 de Janeiro de 1810 :

“Atestamos sob juramento, que Pedro Vieira de Melo, coronel do primeiro Regimento de Cavalaria de Milicias desta Capitania, é muito exato em cumprir os seus deveres, tem civilizado e disciplinado o dito regimento, que não era fardado, e ele o fez fardar e armar, sendo muito pronto em fazer as revistas na forma do novo regulamento, nesta dita cidade e vilas respectivas.

Ele por duas vezes tem servido de Capitão-mór governador desta Capitania, interinamente e desempenhou as funções do dito Governo,

com aplauso geral, sendo benquisto, e estimado dos povos, dos quaes é desejado: e sendo capitão-mór de Ordenanças desta cidade Feliciano Cardoso Pereira de Figueirêdo, o dito coronel voluntariamente conduziu trinta e quatro soldados recrutas, para as tropas da cidade da Baía, em distancia de oitenta leguas, com desvelo e detrimento de sua pessoa e despêsas próprias.

Ele, no tempo de desembargador ouvidor geral José Antonio Alvarenga Barros Freire, foi condutor de avultada soma do dinheiro do Real subsidio voluntário e literário desta Capitania para a Casa da Real Fazenda da Cidade da Baía, d'onde apresentou conhecimento em fórma, e fez a condução a sua própria despêsa.

Ele serviu de juiz ordinario desta Cidade e de provedor da Casa da Santa Misericordia da mesm e em tudo se tem comportado bem e louvavelmente.

E por nos ser esta requerida, e do dito coronel bem merecida, lh'a mandamos passar sob nossos sinais, e selo deste Consêlho".

O brigadeiro Pedro Vieira de Melo faleceu a 30 de Março de 1833.

Rio, Abril de 1843.

IVO DO PRADO

Discurso pronunciado per ocasião do lançamento da pedra angular do monumento ao grande sergipano em 25-4-934.

Excmo. Sr. Interventor Major Augusto Maynard;
Meus patricios:

Des anos, exactamente, faz hoje, que nasceu na manhã de 25 de Abril de 1924, á rua Minas n.º 58 da cidade do Rio de Janeiro, aquella que teve o nome de Ivo do Prado Montes Pires da Franca, nascido na sítio "Vigia", suburbio da cidade de São Cristovão, no aivorecer tambem do dia 20 de Maio de 1860.

Durante 74 anos, quanto viveu, banhou-se nessa luz descida dos espaços a individualidade do nosso patricio. E tão felizes as energias da natureza rotaram sobre aquella organização, dotando-a de tecidos bem formados, que bem aproveitada na carreira do seu destino, veio a tornar-se, ao fim da sua vida, um paradigma de cidadão do seu país e historiador notavel da sua terra, um nome prestigioso, um nome simbolo, "um verdadeiro deus da nossa igreja sentimental" — na peroração exaltativa de Gilberto Amado, fazendo do morto o seu necrologio da Camara dos Deputados.

Quisessemos exprimir, em figuração maior, as proporções em que se elevavam as linhas desse perfil superior de homem e seria preciso traçar toda o quadrado de uma successão de cimos, emergindo dos rastos do chão até ás azas do céu. Cada qual desses cimos evocando um grande patricio, e num diaes e de mais altimetria havíamos de divisor a silhueta eminente de Ivo do Prado.

Elo foi, para nós, um grande na extensão capital da palavra.

Foi o patrono sem igual da defesa territorial do nosso querido Sergipe.

E aí que ele se distende na estrutura de um gigante.

Aí é que se o surpreende em todas as dimensões do seu vulto.

Contam-nos aqueles que foram seus colegas de curso que Ivo do Prado, já ao tempo da sua formação militar, tinha por preocupação constante o estudo da nossa questão de limites.

Era já um predeslinado que se lançava nas vias das pesquisa histórica, uma revelação que se teria de consagrar mais tarde.

Foi ele que, mergulhado nas trevas do passado, acendeu o facho de luz que nos deixou vêr, com as claridades de sol, os vivos relevos da antiga Capitania de Sergipe d'El Rei, desenterrando marcos escondidos, mostrando rios

esquecidos, avivando rumos apagados, restaurando vestígios sumidos, com a bússola da cartografia e a consulta aos historiadores, pertinaz como um explorador e como um decifrador paciente, para nos poder dizer, em suma, com a fé dos documentos e a lógica das provas, que o direito sergipano vai ao alto São Francisco, muito além do Salitre, e não somente até à linha imaginária que une as vertentes do Real ao Xingó, como dantes se fazia acreditar.

Tudo isso, toda essa tese com exaustiva demonstração, fruto de uma existência consumida na meditação e no estudo de uma causa, — no-lo transmitiu ele num livro soberbo — **A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias** — obra que vale para nós os créditos de uma Bíblia.

A esse patricio assim exaltado da nossa consciência, é que se vem erguer, em nome da gratidão sergipana, a primeira pedra do monumento à sua memória.

Para isto se escolheu este lugar: um pedaço insignificante da terra que ele tanto fez grande.

Neste lugar, precisamente, é que se vai substituir a figura do homem mortal, que desapareceu, pelo homem imortal, que o bronze ressoa à gerações do futuro.

É este, sergipanos, o lugar próprio, o local escolhido para o monumento de Ivo do Prado.

Aqui, na orla de Sergipe, por onde passam todos os dias, careçadas na correnteza das águas, as terras sergipanas que ele muito amou, onde se ouvem, a todo instante, os murulhos das vagas que ele sentia com emoção, a cantarem os poemas mudos de sua terra. Aqui, no litoral, onde ele mediu a remedia tantas vezes as cincoentas leguas da Capitania Sergipana, para que não houvesse um palmo de prejuizo na justa contagem da sua costa. Aqui, de frente do sol e das águas, dos nossos coqueiros sussurrantes e das brisas que sopram do Atlântico, imprecando os milagres da luz e da gleba estremecida, Aqui, a descoberto, como ballaça plantada nesse pequeno pedaço de mundo, olhando as estradas do mar e do céu, por onde entram e saem os que pisam este nosso sólo. Aqui, no barborinho da nossa vida, em contacto connosco, como se presente fosse, com o seu ardor e o exemplo seu. Aqui, no nosso seio e da nossa gente, a nossa sorte comunhando, a sorte do nosso direito, para que ele não pareça por inercia ou por fraqueza nossa não se venha consumir em definitivo a nosso espolio. Aqui, aos nossos olhos e sob a guarda dos nossos desvelos, como o Messias da nossa causa, nos guiando e abraçando no fogo sagrado que temos por missão sustentá-lo, com a sua mesma tenacidade, o seu saber, a sua coragem, o seu sacrificio, a sua fé deixada no triunfo inevitavel da verdade.

Mais do que o simples lugar de um monumento. É o proprio de um culto da fé na realização de um Sergipe integrado.

Não nos acolmem, por isso, de regionalistas aqueles que não experimentaram ainda o esbulho de suas terras. Se eles conhecessem quanto dóe esse sofrimento fariam o que estamos agora fazendo com o nosso amor proprio sublimado na glorificação do nosso herde.

Porque nada na vida é capaz de aproximar tanto os homens e os povos como o sacrificio padecido.

Era natural que habitando na exiguidade de um território, cumprindo o destino de povo de espírito e de trabalho, tivéssemos dentro dele um certo regionalismo, imposto pelas condições de nossa vida e pelo sentimento de rebeldia contra a lesão de que somos vítimas, há mais de dois séculos, delendo as nossas possibilidades e fechando os horizontes do nosso futuro. Seríamos, então, regionalistas, por injustiçados ou espoliados, ao mesmo título que outros ostentam um outro regionalismo provocado por suas riquezas e por seu poderio, ameaçador até da unidade nacional!

Pois bem. Se foram as forças íntimas desse regionalismo trabalhadas no coração e na mente de Ivo do Prado que tornaram possível a restauração da verdade histórica sobre a territorialidade da Sergipe, então bemdito seja esse regionalismo que lançou nas trilhas da história o nosso pátrio, clareando, com ele, ainda mais, o nosso direito e clareando a justiça dos crimes irretrazíveis de que tanto se teme o nosso poderoso antagonista.

Ora, sergipano, é a nossa consciência moral, este raio de infinito e princípio de vida que trazemos no mundo, que nos move, dez anos depois da morte do nosso pátrio, sobre as margens deste rio e as areias de nossa cidade, onde nos reunimos neste momento.

É o coração sergipano, com toda a vida que nele palpita, transfigurando-se em imagens e sentimentos.

É a transcendência de nossas qualidades superiores, transformando a nossa individualidade natural de simples humanos em personalidade ideal de herói e de símbolo.

É o sulco deixado pelo homem onde ele passa com a rapidez de uma vaga que aparece e se desfaz no oceano do tempo.

É a ação de cada ser inserida na vida coletiva da espécie como um átomo no turbilhão do Universo.

É o papel que desempenha o símbolo na conversão do homem ao imaterial e ao infável.

É a visão notada por Aristóteles, de prosseguir o homem, ainda que mortal, a fins imortais.

É a lei inelutável de sermos governados pelos mortos.

É a verdade que a sabedoria popular pôs de sobre aviso a todos os homens e que Pasteur dignificou, com estas palavras pronunciadas no seu jubileu: **É preciso que o homem se aproxime do grande fim em estado de poder dizer — fiz o que pude.**

É todo esse ideal, brilhando como uma estrela na alma sergipana, que justifica este ato de reconhecimento e dever à memória de Ivo do Prado.

Queriam os antigos que os seus grandes personagens não desaparecessem da vida, depois de mortos. Criaram, então, o culto do lar e da Pátria, onde eles continuavam a existir, como numes tutelares da família e do povo. E nessa ante-visão tiveram a vida feliz sonhando que privavam com os seus entes caros e desaparecidos.

Não é mais possível, porém, na mentalidade nossa, essa estranha concepção. Mas podemos supri-la por essa outra mais compreensível e real: a de nos lembrarmos dos nossos mortos, ao invés de por eles chamarmos, a de super-

mos que eles continuam a existir naquilo que nos legaram e de que nos servimos, dando-nos a ilusão de connosco estarem, como se vivos fossem, porque, propriamente, só são verdadeiros mortos os que ficam esquecidos.

E Ivo foi e continúa a ser um princípio de vida espiritual no seio sergipano.

Pedeis, pois, bater, agora, exmo. Interventor, a pedra fundamental do Monumento que pretendemos erigir.

Esta honra ninguém a merece mais do que vós. Porque, no vosso posto, a causa sagrada revivou dias inesquecíveis de esperanças e de angústias. Puzestes, a serviço dela, o vosso espirito de sacrifício, a vossa chama de patriota, fizestes converter em artigos de fé os preceitos do nosso direito histórico, ordenando que por eles se instruisse a mocidade das nossas escolas, os vindouros cidadãos que terão de receber a herança do nosso direito, imprimistes à causa a vitalidade que lhe é própria, nesse período revolucionário da Nação.

Batei, pois, como Governante e autêntico varão sergipano, Sr. Interventor Major Augusto Maynard, a pedra base de onde se levantará, à nossa veneração, como uma lição e um exemplo admiráveis, o defensor excelso do nosso território

CONFRATERNIZAÇÃO DOS EX-ALUNOS COLEGIO MILITAR

Comemorando o 50.^o aniversário do Colégio Militar os ex-alunos — representantes das turmas desde 1889 até 1939 — cerca de 500 ex-alunos, organizaram um Almoço no Automovel Club na dia 14 de Maio de 1939.

Em nome dos ex-alunos foi orador o ex-aluno Carivaldo Lima que pronunciou o seguinte discurso:

"Senhores:

Meus caros colegas.

Aqui estão reunidos numa confraternização simbólica, expressiva e magnífica, varias gerações de alunos do Colégio Militar, a grande e modelar estabelecimento de ensino cujos alcaerces foram colocados pelo saudoso estadista Thomaz Coelho, mas cujas paredes do edificio soberbo e magestoso, foram levantadas pelos professores, officiaes e alunos que por ali passaram. Com alcaerces fortes e argamassa formada com o sangue sagrado de milhares de brasileiros mortos nos campos do Paragauí, o Colégio, pela dedicação dos seus inspiradores, mestres e alunos estava, como nos versos de Castro Alves, "Talhado para as grandezas — Para crescer, crear e subir".

Impossivel seria a tarefa de falar do Colégio Militar sem lembrar a epopéa da guerra contra Lopes, porque se tivemos dias, meses e anos de dores e amarguras, tivemos tambem a sublime ventura de entre as notas de um clarim, dando o tóque de vitória, sair, alem das glorias de uma nacionalidade, o motivo forte e decisivo da criação do nosso querido Colégio, que é, um motivo de orgulho Nacional.

Dentro da Casa de Thomaz Coelho, desde 89 até os nossos dias, tudo o que se faz gira em torno dos grandes anseios da nacionalidade e do zelo pela verdade da historia patria.

Nos últimos anos do século que passou e nos primeiros do actual os nossos jovens patriotas ouviam, pois que os livros didacticos vinham de outras terras, que as conquistas liberais do Brasil, tinham sido conseguidas sem sangue. Enquanto tais balelas dissolventes e perniciosas corriam todos os quadrantes da terra do Cruzeiro do Sul, no Colégio Militar, nas páginas da "Aspiração", em comícios e

reuniões, sabemos que atrás de nós existiam quatro séculos de lutas ingentes e históricas onde a bravura e o patriotismo dos brasileiros já eram proclamados mesmo fóra das nossas fronteiras.

Vejam e observem esta verdade: O Brasil Colonial, com seus portos fechados, sem escolas, sem oficinas, sem indústria, portanto, sem significação económica, já se afirmava como uma forte nacionalidade.

Foram os filhos da Terra de Santa Cruz, que desbarataram os francezes no Maranhão, no Rio do Janeiro, que expulsaram os Holandezes da Baía e de Pernambuco e foram ainda, meus caros colegas, os nossos patrícios os expulsores dos batavos, de Angola, na África, entregando de novo a colónia aos portuguezes. Enquanto os destemidos pernambucanos e os filhos de outros ramos do Nordeste afastavam do solo bendito os invasores estrangeiros, os gloriosos bandeirantes, ao dizer de um escriptor patriótico, construíam com carinhados uma Patria do tamanho de um Continente, dentro de um mundo tão adverso que cada montanha era uma emboscada, cada serra um trampolim da Morte, cada rio um braço líquido a querer agarrar o homem para estrangulá-lo no barço das cachoeiras. Tanta heresia não tentaram nem Ulisses, nem Romulo, nem o proprio Wotan.

Dois episódios sublimes coroa na sua grandezza e na simplicidade a alma espartana do pernambucano Jeronimo Albuquerque e do paulista Fernão Dias Paes Leme.

Ravardiére, em cuja intendencia havia até biscuitos, protesta em carta ao glorioso Jeronimo Albuquerque o tratamento dado aos prisioneiros francezes. O valoroso pernambucano respondendo afirma: o tratamento que dou aos seus soldados é o mesmo que dispenso aos meus; aos mortos dou como túmulo as florestas do Brasil e aos vivos sirvo uma posta de cabra, quando ha. Esse brasileiro no momento de assignar as trevoas a pedido dos francezes, enquanto Ravardiére assina, em nome do Rei de França ele responde, afirmando o grande valor que dá á sua obra: ajunta ao renome dos Albuquerque, a gloria do seu feito pessoal e toma o nome de Maranhão.

O episódio da bandeirante Paes Leme em Liabôa é sublimo na sua singularidade e grandiosa como expressão de brasilidade. Paes Leme chega á capital luxitana levando como presente ao Rei um cacho de bananas de ouro massivo, de tamanho natural e pesando mais de uma arroba. Alvorça-se a Côrte e os salões do palacio real ficam repletos. O soberano recebe o régio presente depois de tocar-lhe e tomar o peso, diz dirigindo-se ao bandeirante: — Podes pedir o que quizeres. Qualquer pedido que faças será immediatamente atendido. O bandeirante fica calado. O salão emudece. O brasileiro sorri. O Rei insiste; ordena e Fernão Paes Leme diante da insistencia diz: Eu, pedir? E apontando o cacho de bananas acrescenta: — Pois se eu vim dar.

Si é magestosa a hidrografia da nossa terra, imensa foi a caudal de sangue que vertemos para sermos livres e republicanos.

O primeiro grito de República dado na América, por Bernardo Vieira de Mello em 1710, o movimento da Inconfidencia, a Revolução de 1817, 24 em Pernambuco, a epopéa de 2 de Julho, a revolução Farrupeira e todos os sangrentos episódios que tiveram como cenário as nossas costas, montanhas, cochilas e

muitas vezes terras estranhas, são atestados vibrantes de que a liberdade do Brasil foi conquistada com sangue, bravura e entropidez, escrevendo nossos patriotas, podemos afirmar, a mais bela página da história do Novo Mundo. Olhando para esse passado cheio de glórias e de sacrifícios, nós dentro dos muros da Casa de Thomaz Coelho enchamos as nossas corações de brasilidade e de amor por este torrão bendito.

A nós, ex-alunos, cabe portanto o dever de uma aproximação cada vez mais forte, para que possamos zelar pelas tradições da terra que nos legaram os nossos antepassados. A efemeride que agora festejamos é um atestado vivo e eloquente de que o Colégio soube cumprir as suas finalidades. Honrando a memória de Caxias, de Thomaz Coelho e dos milhares de brasileiros mortos no Paraguai, temos o sagrado dever de pugnamos para que o Colégio continue onde está, sob a direção do glorioso Exército Brasileiro e debaixo das vistas do Ministério da Guerra. Dentro da magnifica moldura da nossa história patria, permitam, caros colegas, que no dia de hoje, rendamos as mais expressivas homenagens, num preito de saudade e veneração pelos que passaram pelo Colégio e já se foram para a grande jornada.

Na grande Costallat, simboliso o comandante desaparecido, nos saudosos comandantes Savio e Henrique de Noronha, os professores; no velho Lucas, o funcionario; nos bondosos Major Januário Barreto e Capitão Cordeira de Farias, os instrutores; no humilde Pae João, o empregado; no brilhante Felix Pacheco e no bravo e querido Annibal Benevolo, os ex-alunos. Uma figura porem, felizmente ainda no nosso convívio não pode ser esquecida nesta festa de carinho e de saudade. O soldado illustre, cuja historia e pode-se dizer a propria historia do Colégio, foi instrutor, professor, ajudante, comandante e foi mais do que tudo isso, foi um verdadeiro Pai. Quero me referir, já todos advinharam, ao querido e illustre Marechal Esperidião Resas, o disciplinador que conquistou os nossos corações e cujas virtudes cívicas e morais dão-lhe o direito de figurar entre os varões de Plutarcho.

Colegas!

Unamo-nos cada vez mais e nesta hora fraternal e cheia de brasilidade, façamos com os olhos no céu, contemplando o Cruzeiro do Sul, o juramento sagrado de que acima de tudo e de todos deve pairar bem alto o nome do Brasil".

TESTAMENTOS

Testamento com que faleceu o coronel José Rodrigues Dantas, proprietário do engenho de N. S. da Boa Luz Ribeira.

Em nome da Santíssima Trindade Padre Filho Espírito Santo, Três Pessoas Distinctas e hum so Deus verdadeiro:

Salvão quantos este Publico instrumento virem, que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos e trinta e nove, nos cinco dias do mez de Junho do dito anno eu José Rodrigues Dantas, morador e Senhor da metade d'este Engenho Ribeira, estando doente, porém em meu Juizo perfeito, e intendmento verdadeiro, recordando-me da morte que é certa, e querendo por minha alma no verdadeiro conhecimento da salvação, por não saber quando Deus me levará, ordenei e fiz este meo Testamento da maneira e forma seguinte;

Primeiramente encomendo a minha alma a Santíssima Trindade que a criou, e rogo ao Padre Eterno que a queira receber quando meo corpo sair, como recebeu a de seu unigenito filho quando por nos espirou na cruz.

Rogo ao meo Senhor Jesus Christo que ja que nesta vida, me fez mercê e esmola de dar o precioso de sua santissima vida, Pocham, e morte, me queira tambem dar no outro o premio de tudo que he a gloria, pois como verdadeiro Christo protesto morrer, allias protesto viver e morrer na obediencia da Santa Igreja Catholica Romana, crendo como creio tudo o que he e manda a Santa Madre Igreja em cuja fé que professo espero salvar a minha alma só pelos mercimentos de meo Senhor Jesus Christo. Rogo a Virgem Maria Nossa Senhora Mãe de Deus e a todos os Santos da Corte do Céu queirão interceder por mim agora e sempre até a hora da minha morte afim da melhor puder alcançar o perdão de meus pecados de Deus Nosso Senhor, por amor de quem perdoo a todos os que me ofenderão allias, os que me ouverão ofendido, e passo tam bem me perdõem todos a quem tiver ofendido, e por qualquer modo para que Deus me perdoo os meus pecados.

Rogo e peço pelo amor de Deus em primeiro lugar a minha filha Anna Josefa da concepção em segundo lugar á meo mano o Padre Manoel Gomes Rodrigues Dantas, em terceiro lugar a meo Primo o Senhor Tenente Coronel Francisco Moreira Borges, que por serviço de Deus e me fazerem mercê queirão serem meos Testamentarios na serie e ordem em que vão nominados.

O meu Corpo será sepultado na minha Matriz de Nossa Senhora do Socorro, envolto em habito de São Francisco, allias, em habito do meo Patriarcha San Francisco, e encomendado pelo meo Vigário e coadjutores, que me rezarão

o officio de sepultura, mandando o meo Testamenteiro dizer missas de corpo presente e oitavario por todos, por allias todos sacerdotes que houverem nesta Freguezia, e de Laranjeiras.

O meo Testamenteiro mandará dizer as missas seguintes: Huma ao Senhor da Boa Morte, outra as tres pessoas da Santissima Trindade, outra ao Santissimo Sacramento, outra ao Santissimo Coração de Jesus, outra a Nossa Senhora da Luz, outra a Nossa Senhora do Socorro outra a Nossa Senhora do Rosario, outra a Nossa Senhora do Amparo, outra a Santa Anna, outra a San José, outra a San Mathias, outra ao Anjo da minha Guarda, outra ao Senhor do Bonfim.

Declaro que deixo mais seis copellas de missas por minha alma, mais duas por alma de minha mulher, huma por alma de meo sogro, e sogra, outra por alma de meos Pais e Irmãos, outra por alma de minhas Tias, outra por alma de meos captivos fallecidos, outra por alma de todas as pessoas com quem tive negocios, outra pelas almas do Purgatorio.

Declaro que sou natural da Freguezia de Nossa Senhora do Socorro filha legitimo do Major Dionisio Rodrigues Lantias ja fallecido e de Dona Antonia Gomes de Mello e ainda viva.

Declaro que fui casado com Anna Joaquina de San José ja fallecida, de cujo matrimonio tivemos mais filho porém fallecendo alguns se acham tres minha filha Eugenia Maria de San José casada com o Capitão Antonio Agostinho da Silva Dalto, minha filha Dona Thereza de Jesus casada com meo sobrinho e affilhado José Dias Pereira, e minha filha Anna Josefa da Conceição solteira.

Declaro que de minha legua desponho o seguinte: Deixo a meo neto Antonio Agostinho quatrocentos mil reis. Deixo a minha neta Joana, filha de minha filha Thereza de Jesus, quatrocentos mil reis. Declaro que deixo aos meos netos e netas filhas de ambas as filhas Eugenia e Thereza com mil reis a cada uma. Declaro que deixo duzentos mil reis para o meo Testamenteiro repartir com os pobres mais necessitados.

Declaro que deixo tam bem duzentos mil reis para se repartirem com os meus Ailhados com igualdade. Declaro que o escravo Geronimo que a finada minha mulher no seu solemne Testamento me deixou para me servir e eu o deixar fozto pelo meo fallecimento, eu o embarquei para o Rio de Janeiro para ser vendido por não merecer que eu conservasse em minha companhia pelos grandes dezafetos que estava praticando em risco de assustar huma escrava que milagrosamente escapou.

O meo Testamenteiro mandará saber honde elle foi vendido e mandará libertar. Declaro que esta Capella de Nossa Senhora da Luz tem seiscentos mil reis em minha mão que deixou o finado meo sogro para o seu reparo, e porque nunca fiz acerto da despesa que tenho tido com a dita Capella por isso declaro que estão em ser os mesmos seiscentos mil reis que deixou o mesmo finado.

Declaro que ainda se acha a dever este Engenho aos herdeiros de Francisco de Araujo Silva trezentos e quarenta mil reis que por negligencia minha ainda se não satisfaz.

Declaro que tam bem se acha a dever este mesmo Engenho aos herdeiros de Innocencio José da Costa na Bahia quinhentos e quarenta mil reis, meo Testamenteiro coidará logo em pagar por serem estas devidas muito antigas.

Declaro que deixo ao Coronel Antonio Dias Coelho e Mello secenta mil reis de huma restituição que a minha casa deve, declaro que deixo a minha filha Eugenia Maria de Sam José a escrava Llandra em minha terça e a minha filha Thereza de Jesus a escrava Serena tam bem em minha terça.

Declaro que o meo Testamenteiro, aquelle que pegar no meo Testamento deixo cincosenta mil reis em premio do seo trabalho.

Declaro que assigno ao meo Testamenteiro o prazo e tempo de um anno para poder das contas ao cumprimento d'este meo Testamento, cujo tempo dará principio da dia que eu fallecer.

Declaro que para desengargo de minha consciencia deixo a minha mana Dona Joanna Maria de Santa Rosa secentas arrobas de assucar branco e ao Capitam José Bernardino vinte.

Declaro que cumpridos todos os meus legados e disposições é minha ultima vontade deixar todos os remanescentes de minha terça a minha filha Anna Josefa da Conceição. E porque tudo quanto tenho disposto e declarado é muito de meo agrado, e minha ultima vontade Rogo as Justigas o fação executar e cumprir na forma divida havendo por firme e valiozo, pois tudo o que lhe faltar a dou por espregado e declarado para ter o seu inteiro cumprimento, e meo Testamenteiro satisfazer, e para esse fim torno a pedir em primeiro lugar a minha filha Anna Josefa da Conceição em segundo lugar a meo mano o Padre Manoel Games Rodrigues Dantas, em terceiro lugar a meo primo Tenente Coronel Francisco Moreira Borges, queirão acceitarem serem meos Testamenteiros na sorte em que os tenho nomeado, e a cada hum lhes dou todos os poderes necessarios, como se eu proprio face, para que de meos bens possa tomar posse para que fação quanto for necessario pelo inteiro cumprimento e causas Pias. Engenho de Nossa Senhora da Luz Ribeira cinco de Junho de mil oitocentos e trinta e nove. José Rodrigues d'Antas.

Segue-se o seguinte :

Os herdeiros abaixo assignados declararão perante mim que querem que as disposições supra de seu finado pai e scora o Coronel José Rodrigues d'Antas valhão como Testamentaria, embora as feitas de solemnidades, e que seião cumpridas inteiramente como pelo Testador foram dispostas e eu José Gomes Salgado Guimarães Junior o escrevi. Gonçalo Vieira de Mello, Anna Josefa da Conceição e Mello, José Dias Pereira, a rogo da Senhora Dona Thereza de Jesus o Padre Luiz Correia Cadas Lima, Antonio Agostinho da Silva Dalto a rogo da Senhora Engenia Maria de Sam José Pedro Celestino de Souza Gama. Reconheço as firmas in fronte. Machado de Araujo.

Este testamento foi aberto em 1840.

Está no cartorio do escrivão José Euclides de Souza (4 de Abril de 1932) no maço n. 259.

O inventario foi feito amigavelmente tendo inicio em 1840 no Soccorro.

Testamento do Capitão Mor de Geremoabo Francisco Felix de Carvalho, fechado pelo Tabelião João Correa Pimentel, em São Christovão, a 22 de Janeiro de 1825 e aberto por occasião do fallecimento do mesmo Capitão-mór em Geremoabo a 31 de Dezembro de 1827, accetto na mesma data pela viúva inventariante D. Marianna Francisca da Silveira Carvalho:

Em Nome da Santissima Trindade. Eu Francisco Felix de Carvalho, Capitão-mor do Julgado de Jeremoabo, estando com saúde e em meu perfeito juizo, determino o meu Testamento, ultima, e derradeira vontade, na forma, seguinte.

Sou natural do mesmo Julgado, filho legítimo do Sargento mor Antonio Pereira de Carvalho, e D. Anna Pereira da Silva, sua mulher, ambos fallecidos:

Sou casado com D. Marta (1) Francisca da Silveira Carvalho, da qual até ao presente não tenho tido filho algum; assim como não tenho nenhum da minha falecida mulher Dona Clara de Almeida Carvalho, com quem fui esposado em 1.^{as} nupcias. Conseqüentemente nenhum herdeiro ascendente, nem descendente tenho. Nomeio para cumprirem as minhas disposições testamentarias na Ordem, em q. vão nomeados, em 1.^o a minha mulher D. Marianna (2) Francisca da Silveira Carvalho, em 2.^o Logar a meu Sobrinho Antonio Lourenço de Carvalho, filho de meu irmão do mesmo nome, e em 3.^o a meu cunhado o capitão mor Joaquim Martins Fontes; e rogo a cada um persi como lhe tocar haja de cumprir este testamento na forma por elle declarada. Destino a quem cumprir o mesmo Testamento a quantia de cem mil reis, alem da vintena de Ley; e o tempo que for de Direito para dar a conta no Juizo competente.

Sou catholico Apostolico Romano: irmão da Irmandade de Nossa Senhora do Carmo erecta na Igreja respectiva desta Cidade de São Christovão de Sergipe a cuja Irmandade deixo a quantia de vintecinco milreis. Não sou irmão de mais Irmandade alguma.

Se eu falecer aqui será meu Corpo sepultado na dita Igreja do Carmo: se fallecer no Districto do Julgado de Jeremoabo, donde sou domiciliario e Parochiano, será meu Corpo sepultado na Igreja Matriz em a sepultura, que ficou proxima ao Altar de Nossa Senhora do Carmo, cujo retabulo está se fazendo de novo a minha custa, de maneira que venha aitar a mesma sepultura em q. eu for enterrado, deirante do, em que o foi minha falecida mulher.

Meu enterramento será feito a desposição de minha mulher eprimeira testamenteira sem pompa alguma.

No dia do meu fallecimento se celebrarão por minha alma tantas Missas, quantas forem os clerigos, que se podarem reunir; e depois mais seis capelas; aquellas de Corpo presente serão de esmola do costume.

Celebrar-se-hão, alem das seis capelas por minha alma, vinte capellas mais pelas almas de meus Parentes, e Amigos Defuntos, com os quaes tivesse

(1) A assignatura na declaração de accettazione está **Marianna**.

(2) Confirma aqui a assignatura do "accetto". Notas do revisor.

contas. Particularmente se celebrará uma capela por Alma do Capitão mor Lutz de Almeida.

Deixo de esmola para douse donzellas, que se casarem, preferindo as minhas parentas em concorrência com outras, a quantia de seis centos milreis a razão de Cincoenta milreis cada uma. Minha Testamenteira, ou testamenteiro irá entregando as ditas esmólas a quem competir, unavez que por Certidão autentica do Reverendo Parocho, verifique estarem cumpridos os requisitos desta verba.

Deixo a quantia de duzentos mil reis para se repartirem em iguais porções pelos pobres de ambos os sexos, tanto mendicantes, como recolhidos, acompanhando meu Corpo quando for conduzido a Sepultura. Deixo um mil reis a cada um dos meus escravos, que carregarem o meu corpo em direcção a ser sepultado.

Deixo feita a minha escrava Anna Thereza, mistiga pelas boas e lucrativos serviços, que me tem feito.

Esta verba da liberdade, que lhe concedo, servirá de titulo.

Com a condição de me acompanhar, e a minha mulher em quanto viva fôr, fico liberto o meu escravo Lourenço mistigo vaqueiro. A ditta condição se haverá por dissolvida uma vez que o mesmo escravo der a quantia de cento e cincoenta mil reis. Esta verba com o recibo da entrega respectiva, lhe servirão de titulo.

Com as mesmas condições do ditto Lourenço mistigo determino que também seja feito Iosé Mulato.

Os bens que actualmente possui meu casal constão principalmente do seguinte. Hua Fazenda denominado Caritá, onde tenho as Casas da minha residência, Propriedade de Engenho, e mais bemfeliorias. As terras deste Estabelecimento houve por compra feita ao Alferes Francisco de Souza, alias Francisco Machado de Souza, e por escriptura, que existe em meu poder.

Outra fazenda de criar gado, denominada Rosario com terras proprias, as quizes houve por compra que fiz o meu cunhado Gonzallo Telles — consta do Titulo de venda ao pé do Formal de Partilhas, pelo qual ditto meu Cunhado adquiriu a mesma Propriedade. A Escripura, por onde consta da divisão de marcação das terras respectivas acha-se em poder do Sargento mor José Euzébio Pereira. Se occorrer alguma duvida sobre a legitimidade do dominio e posse que tenho nesta Propriedade deverá ser destruida athe a ultima instancia a custa de mais bens, pois estou certo, que sou legitimo Senhor e possuidor da mesma Propriedade de terra.

Outra Fazenda denominada Gerenuis que arrematei estando em hasta publica por execução de Manuel Francisco Serra contra o Tenente Coronel Ignacio Correa e Luiz Telles de Carvalho, que erão seus Donos.

A Carta de arrematação, que me serve de Titulo, existe em meu poder.

A outra Fazenda, denominada Cassimba da Pedra em terras da sobreditta Fazenda Caritá. O Titulo das ditas terras da Fazenda Cassimba esta comprehendido no da Fazenda Caritá, a que perience.

Alem dos sobredittos bens da raiz tenho actualmente no meu Casal quarenta e sette escravos comprehendendo os acima mencionados e as crias.

Somente devo de presente a Joaquim José Teixeira, Negociante da Bahia a quantia de quatro contos e quarenta mil reis.

Esta divida não existirá depois de mim porque a pretendo pagar quanto antes.

Deve-me o Padre José Quintillano, morador nos Cariris por empréstimo a quantia de cincoenta mil reis, de que me passou Credito, que existe entre os Demais papeis, que tenho.

Deve-me José Joaquim, Sobrinho do ditto vinte cinco mil reis, tão bem de empréstimo e por Credito.

Deve-me Dionel Pereira de Alemguer a quantia de quarenta e oito mil reis, que por elle paguei por seu pedido a Joaquim José Teixeira. Estes quarenta e oito milreis deixo para minha filha, filhos do ditto Dionel com sua mulher Dona Maria, minha Sobrinha.

Além das ditas dividas activas e outras que abaixo declarei, existem algumas de menor consideração ao conhecimento de minha mulher e primeira testamenteira.

Declaro que no anno de 1819 por modos simulativos me foi extorquida por Antonio Geraldo de Carvalho, meu Sobrinho, uma obrigação da quantia de oito centos milreis, segundo a minha lembrança, não querendo jamais restituir ma para eu rompê-la por sêr invalida, protestando tê-la perdida. Se o mesmo meu Sobrinho Antonio Geraldo, ou alguém por elle, apresentar, em qualquer tempo a referida obrigação extorquida por dolo, e simulaçoens, não sera accreditada, e se lhe deverá fazer toda a opposição a fim de que não se tire bom fructo da maldade.

Declaro que Joaquim da Silveira Coutinho Azevedo do mesmo modo que o ditto meu Sobrinho, tão bem me extorquiu, mas a título de sêr para uma Procuração apud acta, uma assignatura minha para alias sobre uma folha de Papel. Não consta que tal Procuração se fizesse em algum dos cartorios de Sergippe, onde dizia o ditto Coutinho têr de juncia-la contra para oppôr em meu nome uns Embargos contra Lourenço da Rocha por têr viciado os Autos de Inventario dos bens de meu Casal por falecimento da sobremencionada minha primeira mulher Dona Clara de Almeida, filha do mesmo Lourenço da Rocha. Si, pois, o referido Joaquim da Silveira Coutinho Azevedo apparecer com algum Credito, passado sobre semelhante assignatura, não valha, porque nunca tive com elle conta alguma, pela qual me constituisse seu Devedor, antes o sustentei e beneficiei por espaço de nove mezes em minha Casa, ficando me ahi o presente devedor de quatrocentos mil reis, e de importancia de um cavallo, que sendo por mim remettido ao Advogado Manoel Vicente de Carvalho Aranha, o proprio Joaquim da Silveira Coutinho e Azevedo, longe de fazêr d'elle fiel entrega, consta que o vendêra no Rio Real por setenta mil reis.

Declaro que me he Devedor meu Sobrinho José Antonio de Carvalho da quantia de oisenta mil reis, que por seu pedido paguei a José Barbosa, a quem os devia por importancia de Fazendas, que comprou a Manoel da Rocha, a quem o ditto Barbosa succedêo por casar com a viuva do mesmo Manoel da Rocha.

Deve-me meu Sobrinho Antonio Francisco a quantia de cem milreis, que lhe emprestei por Credito que existe em meu poder.

Deve-me Anselmo José de Carvalho a quantia de setenta e sette milreis, que por seu pedido paguei ao Padre João de Campos.

Devo me meu afilhado Bernabé Francisco a quantia de oitenta milreis resto de Cento ecincoenta milreis q. d'ellas me fez seu Credor o Capitão mor Joaquim Martins Fontes.

Como estas dividas pode sêr que seião pagas em minha vida; todas as declaraçoens a respeito das mesmas ficarão sem effeito em virtude das Quitaçoens que os mencionados meus Devedores apresentarem por mim passadas.

Declaro que pelo amor de criação, que tinha a Jacinta Maria pordinha, filha de Genebra Maria mistiça, filha de Theresa Maria casoula, que foi minha escrava, fiz casar a mesma Jacinta Maria com Manoel Pereira de Jesus, e lhe dei de esmola para seu dote quarenta cabeças de gado, e um casal de escravos.

N'esta mesma occasião vendi ao ditto seu marido uma nequinha de nome Benta, ficando-me elle devendo a quantia de Cincoenta milreis, os quaes deixo a um sua filha, minha afilhada e Baptizana. Deixo mais cem milreis para serem divididos pelos irmãos da mesma minha afilhada em iguaes porçoens.

Declaro que no estado de solteiro tive contacto com a sobreditta Genebra Maria, e no tempo, em que ella concebeo a sobreditta Jacinta Maria; e supposto que eu a não reconheça, não devo reconhecer directamente por minha filha, por isso que a ditta sua Mãe era de fonte e rio, susceptível de admittir accesso a qualquer outra pessoa; todavia n'este estado de incerteza, sempre por descumprimento de minha consciencia, hei por bõa aquella doação, e a ratifico por este meu testamento, além de que a sobreditta Donataria e seu marido seião havidos por Senhores e possuidores das mesmas quarenta cabeças de gado, do Casal de escravos com todos os seus fructos, assim como d'um sítio de terras denominado Alobreiras do meio, que tãõ bem lhe doei e d'isto lhe conferi Titulo por mim assignado; ficando os ditos bens mesmo para se lhe haverem como applicados para alimentos no caso de que possa acontecer que se julgue minha filha a propria Jacinta Maria; visto não herdar na razão da nobreza que gozo, e sempre gosei conforme a Ley.

Este era meu poder um escravo de nome Joaquim milato, que foi declarado no testamento da fallecida minha primeira mulher para me servir em quanto eu fosse vivo; portanto, apesar de se não têr comportado bem, fica livre por meu falecimento.

Deixo livre o meu escravo João Francisco Angola idoso.

Deixo a cada um dos meus Sobrinhas, e Sobrinhas, filhos de meu Irmão Antonio Lourenço a quantia de Cincoenta milreis.

Existe em minha casa uma alampada de prata, pertencente a Matriz de São João Baptista de Jeremoabo.

Deixo de esmola a mesma Matriz seis centos milreis, que serão empregados na relação das obras uteis da mesma Igreja.

Deixo para a Capella nova de Nossa Senhora do Bom Conselho do Boqueirão, filial da ditta Freguezia, duzentos milreis para as obras uteis da mesma Igreja.

Deixo as minhas duas Sobrinhas filhas de minha Irmã D. Elena e seu marido Sargento mor Domingos Machado, ambos fallecidos, a quantia de duzentos milreis, a Cem milreis cada uma. Esta verba não exclue o que lhe competir pela verba, ou verbas antecedentes.

7 Faltas as referidas disposições, e cumpridos exactamente, do remanescente todo constituo por minha unica herdeira a sobreditta minha mulher primeira testamentaria Dona Mariana Francisca da Silveira Carvalho.

E por esta forma hei por findo, e concluido este meu testamento, ultima e derradeira vontade, que quera se Cumpra e guarde, como esta declarado. A meu rogo foi escripto pelo Senhor Antonio Pereira Reboucos, e por mim assignado depois de o reler, e achar conforme em tudo ao que lhe dictei. Cidade de São Christovão (1) de Sergipe de ElRei 22 de Janeiro de 1825. — Francisco Telles de Carvalho. A rogo do Testador, e como Test.^o, que esta escrevy. — Antonio Pereira Reboucos.

Approvação. Saibaõ quantos este publico Instrumento de approvação, ou como em Direito melhor nome e lugar haja, virem que sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de mil oitocentos e vinte e cinco annos quarto da Independencia e do Imperio, aos Vinte e dous dias do mez de Janeiro do dicto anno, nesta Cidade de Sam Christovão, Capital da Provincia de Sergipe d'ElRey e Casas de residencia que estava o Capitão Mor de Jerumabo Francisco Felix de Carvalho donde eu Tabelião ao deante nomeada fui vindo e sendo chi pelo dicto Capitão Mór (que se achava com saude, juizo e estendimento), empresença das testemunhas ao dicante nomeadas e assignadas) da sua parte as minhas mãos me foi entregue este papel dizendo-me que era o seu Solemne Testamento, que o havia mandado Escrever por Antonio Pereira Reboucos, e que depois d'escripto e por elle lido, achava conforme havia dictado, e por isso me requerio lhi approvasse, que elle de sua parte o havia por approvado, e que por este revogava qualquer outro Testamento, Cedula, ou Codicillo, que antes deeste haja feito; porque so quer que este tenha inteira vigor, por ser sua ultima vontade.

O qual papel eu Tabelião recebi, e passando-lhe a vista não achei borrão, nem entrelinhas; e por isso achando ser o Testamento do dicto Capitão Mor Francisco Felix de Carvalho, o numerei e rubriquei com a minha rubrica que diz — Pimentel — e o achei escripto em nove Laudas de papel, que findam donde principia esta minha approvação, e por estar assim nesta Conformidade lhi'o approva, e hey por approvado tanto quanto em Direito posso, e sou obrigado em razão d'officio que occupo, sendo a tudo por testemunhas presentes, o Sargento Mor João Fernandes Chaves, o Padre Francisco Felix Barretto de Menezes, o Ajudante Jose Valentim d'Oliveira Sobral, Antonio Pereira Reboucos, o Brigadeiro Guilherme Jose Nabuco de Araujo, e Coronel Manoel Ignacio da Silvr.^o, e Antonio Ricardo dos Martyres, que todos aqui assignarão com'o dicto Testador e Eu Simião Correa Pimentel Tabelião Escrivão da Camara e mais annexos nomeado que o Escrevi e assignei em publico e raso. Esta o signal publico do escrivão e por baixo. Emit.^o de Verdade Simião Corr.^o Pim.tel. Seguem-se as assignaturas, a saber: Francisco Telles de Carvalho, João Fernandes Chaves, Franco Felix Barretto de Menezes, José Valentim d'Oliveira Sobral, Manoel Ignacio da Silvr.^o, Guilherme José Nabuco de Araujo, Antonio Ricardo dos Martyres.

(1) Está apettas — Christo, suppressa, pois, a ultima syllaba.

Abaixo da ultima assignatura está este termo: Abri este TL.º q. me foi apresentado pr. p.te de D. Mariana pella occas.m o falecím.to de seu marido o Capt. Mor Franco Felix de Carv.º e p.º constar lhe fiz este tr.º e abertura. Jerimaco 31 de Dezbr.º de 1827. Está a rubrica S.º O. Segue-se o aceite da testamenteira e viuva. Aceite o presente Testam.º para cumprir as determinações nelle declaradas. E pr. vesde passei o presente pr. mim tão somente assignada. Jerumb.º 31 de Dezembro de 1827. D. Marianna Franc.ª da Silv.ª Carv.º.

Copiado do original que se acha em poder do Coronel João Dantas dos Reis, em 6 de Março de 1931.

DE RÁBULA A CAPITÃO-MÓR!

Sebrão, sobrinho

Há indivíduos interessantes, cuja capacidade de ascender ao Exito é tão fácil, que elles próprios se estarrecem diante das surpresas felizes que se lhes antolham, qual larga e curta estrada real, atapejada por imenso roseiral, a indicar-lhes o rápido itinerário para os porticos jamais transpostos da Bonança!

São os felizes, os que nasceram com estrela ou, ás mais das vezes, os que sabem baixar-se a tempo, os que sabem sorrir, os conformados e, por tudo isso, não padecem, não soem, sequer, os arremessos malsãos dos legoleios, a diferenciarem-se dos que caem, serenamente, de pé, sorrindo à própria desgraça, beijando à própria lepra, mas conscientes da alívez que lhes aureolam, de espáduas para os que lhes invejam, para os que lhes diminuem, sempre certos de que, da solidão, fulgem, brilham, lustram, qual apoteótica constelação amurada num céu iluso, encaçada no coração da Noite!

"De pato a ganso" foi a carreira do rábula cristovense Inácio Dias de Oliveira, a criatura mais acomodaticia que se nos depara no meio turbulento dos dias de nossa emancipação politica.

Em nossas buscas, viemos a saber que era natural do termo de San-Cristovam, vindo ao mundo, mais ou menos, segundo uma qualificação feita a si em 1841, no ano de 1785, sendo seus pais Amaro de Oliveira Sandes e d. Francisca Vieira de Andrade.

A familia materna-Vieira de Andrade — possua alguma influencia na bagaceirocracia, enquanto a paterna, propriamente alçada ao meio da Capital da Capitania pelo mercantilismo judeu do portuguez azinhavrado, ainda que sério, honesto, se tomara, igualmente açucrocraza.

O cognome Sandes, que elle, aliás, não usava, veio por portas travessas a seus avoengos e interessante é contar-lhe o porquê e isso o fazemos sem constrangimento, da vez que é uma anotação para a genealogia sergipense.

Em inicios do século antepassado, em mil e seicentos e alguns anos, fixara, aqui, residência o portuguez Manuel Rodrigues Sandes, natural da vila de Arco de Nossa Senhora da Piedade, onde deixara quinta de rendimentos para sua fazenda.

Em San-Cristovam, sendo solteiro, expozeram-lhe em casa um recém-nacido, de côr branca, e elle, sem descendência, o criou como a filho, legando-lhe os próprios apelidos e todas seus bens, educando-o conforme o meio ambiente. Chamava-se o exposto António Rodrigues Sandes.

Moço de havares, casou-se Antônio com d. Narcisa de Matos e nela houve quatro filhos, sobrevivendo-lhe, para vir a falecer a 12 de novembro de 1785, em seu engenho Gameleira. Fizera êle testamento em San-Cristovam a 15 de outubro, quase um mês antes do trespassar. Foram seus filhos:

1) Manuel Rodrigues Sandes, que lhe herdou, como filho mais velho, o vínculo ou morgado da Vila de Arias de Nossa Senhora da Piedade, em Portugal;

2) d. Eugênia Rodrigues Sandes, casada com o português tenente-coronel José Luís Coelho e Campos (bisavô do ministro José Luís Coelho e Campos), que lhe herdaram o engenho Gameleira, então no termo da Cidade de Sergipe;

3) Felíz Rodrigues Sandes;

4) D. Ana Rodrigues Sandes, solteira, na época.

De um deles, descendem o padre Antônio Rodrigues, já sacerdote em 1811 e convivendo com os tios, no engenho Gameleira; d. Aquida de Oliveira Sandes, casada com Agostinho Barbosa de Vasconcelos, residentes no sítio Canabrava, Divina-Pastora, onde ela faleceu a 7 de fevereiro de 1829, deixando 2:252\$290 para o espôso e para sete filhas maiores; e, afinal, Amaro de Oliveira Sandes, pai de nosso biografado.

Relativamente a d. Francisca Vieira de Andrade, só sabemos que era parenta dos Andrades Vieira, cujos mais antigos chefes, que conhecemos, foram Francisco de Andrade Vieira, proprietário na Cotinguiba e nos engenhos do Cágado (em agosto de 1739) e Lombada (a 22 de maio de 1797) o qual era irmão do padre João de Andrade Vieira, vigário da Vara, residente em Santo-Amaro, bem como os filhos e netos do coronel João de Andrade Vieira, do engenho Lagoa-Real (Capela), filho do capitão Luis de Andrade Pacheco e d. Maria do Monte do Carmo, do engenho Quití, também de Capela, mas ambos, então, do termo de Santo Amaro.

Não nos sobrou tempo para tornar-lhe correta a genealogia, de nosso biografado.

Sabemos que foi casado duas vezes e, como de seus avós, ignoramos os nomes de seus sogros. Só que a última era da velha família sergipana dos Araújo Maciel.

A primeira consorte foi d. Margarida Clara de Jesus e a segunda, que lhe sobreviveu, foi d. Rosa Luísa de Andrade Maciel.

Era um tipo calmo, acomodaticio, sabendo tirar partido nas distribuições dos favores. Quando era preciso lutar, sabia recolher-se a tempo, despercebido dos que agiam, abelhinhas, que lhe fabricavam o mel.

Advogado habilidoso, não dava ruído às próprias causas, vencendo-as com imaginável chicana, atraído, para elas, a destrutada posição política. Era o que se acocima — um advogado administrativo! Quando sentia a sem razão de seu constituinte em a delonga da questão, era hábil no convencer à parte adversa a acôrdo, naturalmente lhe expônda de que a "pior acomodação era preferível à melhor demanda", e, assim, sem alarde, sem citar a Lobão e querendo juristas fôsseis do tempo, se reputava mestre, envolvendo-se na capa hipócrita de falsa modéstia. Sua alma pisava maciamente nos complexos vitais.

As lutas homéricas dos sergipanos em prol da restauração de sua vida

econômico-política, que a Baía queria continuar a desfrutar de 20 de fevereiro de 1821 avante, desferiam hinos cívicos e cada sergipano era um herói. Mesmo pessoas de outras Capitâneas, como, por exemplo, frei Jerônimo de San-Pedro de Alcântara, guardião do Convento de Recife, o capitão Joaquim Francisco d'Albuquerque Lima (bisavô do coronel Augusto Maynard Gomes), antes residente na freguesia de Pôrto da Folha — Traipu — Alagoas, então, proprietário do engenho San-João, Iaparutaba, e, após, raprador em Penedo), mas sergipano, sogro do comendador capitão João da Silva Maynard (comandante superior reformado da Guarda Nacional do Penedo), pois era filho do tenente Luís Joaquim Mainarte (com te) de Albuquerque Lima e d. Joana Maria de Jesus, proprietários do engenho Poço, Santo Amaro, no rio Sergipe, limite de Bahiaiana, hoje de Divina-Pastora, o luso advogado Francisco Gonsalves Valença, em suma, cariocas, baianos, paraibanos, aqui residentes, tomaram parte na sessão magna da posse do governador Carlos César Burlanágui, todos vibrando a Sergipe liberto.

Menos êle, que lá não foi, pois poderiam complicar-se as coisas e "boa remarka faz quem em sua casa está em paz". Se os sergipanos vencessem, teria lucro com sua influência e, assim, foi de verdade. Essa é a teoria dos aproveitadores.

Vencedor Sergipe, insinuou-se e (foe perspicazmente que a Junta Provisória, em reconhecimento a seus méritos intelectuais, a 23 de abril de 1823, o nomeou, designando-o presidente, para fazer parte dos três membros do Commissariato, cargo, então, instituído, cuja finalidade era auxiliar a Junta de Fazenda na respectiva Administração. Já se vê que os outros dois companheiros eram criaturas espiritualmente obscuras, que tinham de assinar de cruz o que êle quisesse. Um, Nicolau José de Almeida, anônimo, desconhecido; o outro, Jacinto Pereira Leite de Jesus, que trocava o Jesus por **Meneses** e vice-versa, e que só teve um grande mérito, ser pai de José Bolacha (maestro José da Anunciação Pereira Leite), de Neco (Manuel Serapião Pereira Leite), pintor e escultor de imagens. Agradaram ao pobre nardo com a patente de capitão e é possível que a ideia fosse do inteligente e maneirado advogado Inácio Dias de Oliveira, que tinha o Dias para engabelar os oliganos de Itaporanga e o Oliveira para apantantar-se com os Sobrais. Bichão-fino! Quiséramos saber se há, hoje, quem o imite!!!

A 9 de agosto de 1824, quando o Presidente da Província, brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira, se reconciliou com o Comandante das Armas, Manuel da Silva Dalto, perante o Conselho da Província em conferência com os oficiais maiores e autoridades civis e eclesiásticas, abaixo de seus colegas advogados José Marques de Oliveira e Francisco Gonsalves Valença, mas acima do referido Dalto, estava êle desfrutando do ambiente de paz, fazendo-se agradável, necessário.

Nesses instantes, em que nada arriscava, tinha personalidade e se multiplicava nos serviços de ordem pública.

Em 1825, identificou-se de tal sorte com o presidente da Província, Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, que, em sessão do Conselho de Governo de 28 de outubro, o mesmo Conselho o encarregou de redacionar importante parecer acerca de negócios da Província, fazendo parte, como escrivão da Junta da Fazenda, Inácio Antônio Dormund Roxa, e o presidente da Comissão de

Morim, José Pinto de Carvalho, ambos a suas ordens, sendo que êle era o procurador da Coroa!

Não teve dúvida o ilustre causídico em elaborar o trabalho — e com tais exigências o fez que o Conselho, em sessão do dia 2 de novembro, resolveu não aprova-lo e continuarem as coisas como estavam antes.

Não se zangou, concordou com a resolução do Conselho, porquanto não estava para incompatibilizar-se com o poder, o que seria vaidade pueril.

Mais ainda. Na sessão de 4 de dezembro de 1826, o Conselho, acintosamente, escolheu o professor jubilado padre Inácio Antônio Dormund (pai do outro) para organizar a Tábua Estatística da Província e como êsse se escusasse por sua avançada idade, o mesmo Conselho encarregou o serviço a José Pinto de Carvalho, que recusou por falta de competência. Nem assim o Conselho foi procurá-lo e deixou de elaborar o trabalho estatístico!

Zangar-se? por que? Amor próprio, hein? Ora!...

Suplente de conselheiro, dos menos votados, residente na Capital, foi convocado e tomou parte nas sessões extraordinárias de 12 a 20 de dezembro de 1827 e de 7 de janeiro seguinte, como se nada tivesse havido. Ignorava-o!

Sem mais ser preciso sua presença como suplente, pois havia efetivos demais e êle era até um dos menos realçados na votação, estando abaixo, mesmo, do padre-mestre Dormund e do advogado Manuel Vicente de Carvalho Aranha, compareceu às sessões ordinárias de 8, 9 e 10 de janeiro, de 13, 20, 21 e 27 de outubro e de 4, 8 e 15 de novembro (1828)!

No ano seguinte, 1829, tomou parte, como conselheiro efetivo, nas sessões extraordinárias de 21 de janeiro, 20 de junho, 8 de julho, 17 de outubro e 28 de novembro, e nas ordinárias de 22, 23, 24, 25, 27, 28 e... de janeiro:..... 12, 14, 17, 18, 19 e 21 de fevereiro; 5, 6, 12, 13, 18, 20 e 21 de março.

Foi seu ano grande, o que mais concorreu para sua exaltação política, dando-lhe relêvo no cenário social da Província. Além de conselheiro do Governo, foi eleito membro efetivo do Conselho Geral, empossando-se a 30 de novembro.

Não foi só. É dêsse ano seu salto de periquito a papagaio, de rábula loreense, calmo, pacato, incapaz de um gesto denotador de coragem, de brevura, a capitão-mór! Sim, capitão-mor das Ordenanças de San-Cristóvam, da Capital de Sergipe! Que de surpresas há na vida humana! Capitão-mor e da Capital!

Falecera a 26 de setembro (1829) Henrique Luiz de Araújo Maciel capitão-mor efetivo e parente da esposa de nosso biografado (a 2.^a) e, por isso, êsse se achou no direito de abandonar a paz da chicana loreense pela vida agitada da caserna! Deleito, a 14 de outubro, foi nomeado, substituindo ao bravo senhor do Desêrto, mas sem herdar-lhe a coragem inata dos Macieis, passando as pernas no capitão-mor comendador Francisco Xavier Teles da Manesés Sobral, aliás nomeado aguardado a 15 de fevereiro de 1823, mas foi preterido!...

Em o ano seguinte (1830), compareceu às sessões extraordinárias de 10 e de 22 de fevereiro.

Não fôra eleito efetivo no ano anterior, mas, apenas, como dantes, suplente. Na sessão ordinária de 15 de abril, estando em igualdade de votos com o tenente-coronel Antônio Rodrigues Montes e faltando conselheiros efetivos,

foi o escolhido pelo bozó, fazendo parte da mesma, bem como das demais dêsse e do ano seguinte, 1831, como suplente convocado, continuando, assim, em os immediatos — 1832, 1833 e 1834, o último do Conselho (sucedido pela Assembleia Provincial), sempre assíduo, com pontualidade britânica, sem tomar iniciativa de nada, pronto no apoio à maioria.

Ainda fez parte da 1.^a legislatura da Assembleia Provincial, triênio 1835-37.

1836, com as primeiras fraudes eleitorais em duplicatas, que Lagarto introduzira na Paiz, surde o patriotismo político em Sergipe, as opiniões divergem-se, formam-se grupos acideados no sangue da revolução civil de Santo Amaro, repartidos entre **tamendongos** e **legais** ou **rapinas**; **saquaremos** ou **lusias**; **conservadores** ou **liberais**.

Não soube decidir-se o capitão-mor e, por isso, seu nome foi riscado da chapa de deputados à 2.^a legislatura (1838-39). Suas manhas de advogado transpareceram, mostrando-lhe, tão só, o casidico administrativo, egoista, amigo de seu bem estar, e tamanha insinceridade cooperou para seu justo afastamento político, que seria temporário, aliás.

Moto-o a incerteza, a dubiedade de sua atitude de velha raposa: deputado provincial, não sabia como agir, procurando tapiar e o conseguia se não fosse forçado por outra posição a definir-se, a de chefe do executivo, onde seus atos seriam passados no cadinho da opinião pública.

Nomeado por Carta imperial, de 26 de março de 1835, 6.^o vice-presidente da Província, sucedeu, no Governo, a 10 de outubro dêsse ano, ao violento presidente dr. Manuel Ribeiro da Silva Lisboa, promotor da intranquilidade sergipana.

Houve-se de tal sorte que o então tenente-coronel Sebastião Gaspar de Almeida Bôto, 2.^o vice-presidente, nove dias depois, a 19 de outubro, lhe tomou as rédeas da administração.

Retornou, ainda, à curul governamental. Passara-lhe o exercício, a 12 de junho de 1836, o presidente coronel Bento de Melo Pereira (depois Barão de Cotinguiba). A luta era tremenda, havia já cheiro de pólvora no ar, enquanto o capitão-mor procurava agradar a todos para tirar o melhor partido! Não se conformou o comendador Bôto e a 5 de agosto, menos de dois meses de poder, lhe tomou, outra vez, as rédeas da governança!

A sorte procurava-o, o bicho tinha jeito de agradar! Nas sessões da Assembleia de 1837, foi eleito 2.^o secretário e o aceitou, como acellaria tudo mais que lhe dessem. Mas sua tristeza, porque não incluíram seu nome na chapa dos deputados provinciais à segunda legislatura (biênio 1838-39) nas eleições de 1837, o levou ao leito e, julgando-se perto de morrer, fez seu testamento a 4 de agosto de 1838, nomeando seus testamenteiros a sua esposa, d. Rosa Luísa de Andrade Maciel, e a seus amigos Brigadeiro José Antônio das Neves Horta e José de Freitas Brandão.

Não se morre naturalmente quando se quer e ele se levantou, do leito de morte, são, disposto a apoiar a Bôto e o fez tão bem que o chefe legal o elegeu deputado à terceira legislatura da Assembleia Provincial (biênio 1840-41), fazendo parte, naturalmente, dado seu gênio açambarcador, de todas comissões. De uma o sabemos ser, a de Poderes, com o tenente-coronel Domingos José de

Carvalho e Oliveira e o padre, depois cônego, Inácio Antônio da Costa Lobo.

Mais uma vez sua dubiedade lhe preparou franco, decisivo fracasso. Não foi (nem podia ser) incluído na chapa das eleições, procedidas em 1841, para deputados provinciais à quarta legislatura (biênio 1842-43). Ante o desmorramento resultante de sua atitude sagaz de imparcial num ambiente que exigia franqueza absoluta, não tendo mais preocupação no elaborar das últimas vontades, porque já estavam fartamente esclarecidas em o testamento feito em 1838, mal ferido em sua vaidade, vítima de traumatismo moral, procurou, outra vez, a paz no amplo colo da Mãe, — a deusa, consoladora, do silêncio — e ela, maternal, dessa vez lhe fechou as pálpebras marejadas de lágrimas e lhe cerrou os lábios sibundos, a 1.º de dezembro (1841).

Sua última adulação, pelo menos sabida, fôra a 12 de março dêsse último ano para si. Com o major (após tenente-coronel) Francisco Antônio de Carvalho Nobre, tenente-coronel Domingos José de Carvalho e Oliveira, José Manuel Machado e Araújo e major João Simões dos Reis, êle, léxico e sã, foi testemunha numa justificativa forense e, para agradar ao segundo, tenente-coronel Domingos José, seu colega de Assembleia, não trepidou de apor um "José" a seu nome de batismo e se subscreveu — Inácio José Dias de Oliveira!

Duas coisas, para sua inesquecível memória, deixou de seu exílio no marnel terráqueo: um sobrado à Confraria do Santíssimo Sacramento, em San-Cristovam, da qual era irmão, e sua jovem viuva, cheia de haveres e tão moça que, logo, elidiu as lágrimas (se é que as copiou) e, olvidada do hábito de Cavaleiro professor na Ordem de Cristo do defunto, servindo de lauto repasto às traças num cabide de quarto de segunda ordem, resolveu aburguezar-se, casando-se com um homem do povo, José Gonsalves Duarte, que passou a gozar do recheado mealheiro do róbulo administrativo e pacífico capitão-mar do 3.º das Ordenanças de Serapipe del Rei, já que não podia suceder-lhe no rendoso emprego de procurador fiscal da Tesouraria da Fazenda, cargo para o qual o finado fôra nomeado por Decreto imperial de 3 de julho de 1833 e tomara posse a 18 de julho, acumulando-o com o de juiz municipal, (nomeação de 25 de junho, também de 1833).

Quantos evos terá tido nosso biografado após o avatar de cinquenta e seis anos, de sua encarnação de 1785 a 1841?

Naturalmente que se o antigo róbulo capitão-mar Inácio Dias de Oliveira já não desfruta da beatitude, pelo menos, nos mais baixos páramos estelíferos, muito mais purificada, de-certo, estar deve seu plasma espiritual de calceta de Deus.

Que se pronunciem os entendidos, psico-gráficos e médiuns, das coisas do Além — seara de que somos profano, como humilde espirito de quase nenhuma luz, como terrícola atrozada e ignorante do Apóshidrogenada.

Mbarecigü, a 10 de maio, 1943.

ATAS DAS SESSÕES DO CONSELHO DO GOVERNO DA PROVINCIA DE SERGIPE

Sessão ordinaria do dia 28 de Junho de 1831.

CLIX

Lida, e aprovada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice-Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Indicou o Ilustre Conselheiro Montes, que se officie á todas as Camaras d'esta Provincia, para que estas vigiem com mto. cuidado para os Professores de Primeira Letras, obrigando-os a ensinarem em suas Aulas a Lei de 11 de Dezembro de 1823 toda decorada, assim como a Historia do Brazil, obrigadas as mesmas Camaras e darem aos ditos Professores as necessarias Copias.

Indicou mais o mesmo Conselheiro que como há algumas Cadeiras a Concurso a 7, 18 e 26 do mez proximo vindouro, e outros negocios, achava justo se prorogasse a presente Sessão por mais hum mez na forma da Lei o que tudo posto em discussão. Resolvêo unanimemente o Exmo Conselho; quanto a primeira indicação, que achava justa, e que se dessem as providencias, para as referidas Camaras cumprirem com exacção quanto a segunda que fosse prorogada a Sessão na forma da indicação, visto não se terem concluidas todos os negocios, que pelo Exmo. Conselho devem ser decididos.

Do que para constar, se lavrou a presente Acta, que eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secretario interino do Governo, escrevi.

(AA) José Francisco de Menezes Sobral
Manoel Igaco. da Silva.
Ignacio Dias de Oliva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Antonio Roiz. Montes
Joaquim Martins Fontes

Prorrogação da Sessão ordinaria, principiada no dia 2 de Maio do corre.
anno.

C L X

Sessão de 4 de Julho de 1831.

Lida e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice-Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Leo-se hum officio com data de 12 do mez p. p. do ex Comandante Interino das Armas d'esta Providencia José Antonio Neves Horta, dirigido ao Exmo. Vice-Presidente, requestando á vista da representação do Ten. Cel. Comand. Interino do Regimento de Cavallaria n.º 44 de 2.ª La. do Exercito a presença do Exmo. Vice-Presidente e Conselho sendo quatro Clarins pa. o do. Regimento, marcados no Plano mandado observar pr. Decreto de 4 de Novembro de 1824. Foi unanimemente resolvido q. este negocio era da Competencia do Exmo. Vice-Presidente a quem, cumpria providenciar.

Leo-se hum off.º do Juiz de Paz Supplente da Povoação de Sm. Pedro de 16 de Junho ultimo, dirigido ao Exmo. Vice-Presidente queixando-se da respectiva Camara usurpar-lhe o termo devido á aquelle Juizo: assim como de haver ella, depois de ter dado officio para se por em Praça hua casa de prisão cassado o do. officio &.

Deliberou o Exmo. Conselho, que se officiasse á Camara com a copia da da. queixa, para esta dizer sobre o contendo d'ella o que se lhe offerecêr.

Leo-se o officio da Camara Municipal da Va. de Sta. Luzia e Estancia de 27 de Junho pp. do teor seguintes: Illustrissimo e Excellentissimo Senhor. A Camara d'esta Va. de Sta. Luzia e Estancia leva a presença de V. Exa. em Conselho a beneficio do bem estar dos habitantes d'esta Villa, que V. Exa. lhes concedão, a que se faça Cabeça de Districto a exemplos d'outras d'esta mesma Provincia, attendendo os incommodos que há na ida, e vinda dos Elitores para o Collegio Eleitoral d'esta Capital, e ser distante doze legoas. Esperamos q. V. Exa. em Conselho annuo a tão necessario e justa representação com ajustiça acostumada. Estanciar em Camara extraordinaria, 27 de Junho de 1831. Ilmo. Sar.º Vice-Presidente da Provincia José Francisco de Menezes Sobral., Presidente José Correia d'Arcaujo Freire., Antonio Rodrigues Dantas., José Manoel Barbosa da Franca., José Tavares Pereira., Manoel Justino dos Anjos e Passos — Resolvêo unanimemente o Exmo. Conselho, que na forma das Instruções de 26 de Março de 1824, e Decreto de 29 de Julho de 1828 ficasse aquella Villa Cabeça de Districto para as Eleições de Senadores e Deputados a Assembléa Geral Legislativa, e que se officiasse á respectiva Camara para sua intelligencia.

Resolvêo mais o Exmo. Conselho, de accordo com o Exmo. V. Presidente pa. os examinadores do concurso no dia 7 do corrente da Cadeira de Primeiras Letras da Povoação da Divina Pastora, fossem nomeados o professor d'esta Cide. Francisco Mora. da Sa. Maramaque, José Benjamin da Roxa Roxa, e José Domingues de Souza Brandão, q. servirão igualme. pa. o concurso do dia 26 da Cadeira, da Povoação da Estancia, nomeando-se para examinadores do concurso do dia 18 d'este mmo. mez da Cadeira, do Ensino Mutuo d'esta Cide. o Administrador da Fazenda Pca. José Miz-Penna, Domingos Jo.

Juquibá, José Francisco de Sales, e José Benjamin da Roxa Roxa de a todas se fizeram os competentes avisos.

Do que para constar, se lavrou a presente Acta que eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secr.^o inter.^o do Gov.^o, escrevi.

(AA) José Francisco de Menezes Sobral
Manoel Ignc. da Silva.
Ignacio Dias de Oliva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Antonio Roiz. Montes
Joaquim Martins Fontes

Sessão do dia 5 de Julho de 1831.

CLXI

Lida, e approvada a Acta da antecedente foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice-Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Leo-se huma representação do Official d'esta Secretaria Francisco Benicio de Carvalho Aranha e Vasconcelos, que ficou adiada.

Apresentou o Exmo. Vice-Presidente a queixa do Tenente Coronel Comandante interino do Regimento de Cavallaria de 2.^a L.^a N.^o 26 José Manoel Barbosa da Franca, contra o Juiz de Paz da V.^a de Sta. Luzia Padre Pedro da Motta Rabello, com a sua resposta; e pedindo ao Exmo. Conselho o seo parecer foi unanimemente resolvido, q. o mesmo Exmo. Vice Presidente os accommodasse, fazendo entrar cada hum nos limites de sua Jurisdição, para o bom exito da tranquillidade publica, e que se affiasse a ambos para suas intelligencias. Do que para constar se lavrou esta Acta, que eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secretario interino do Governo, escrevi.

(AA) José Francisco de Menezes Sobral
Manoel Ignc. da Silva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Antonio Roiz. Montes
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliva.

Sessão do dia 7 de Julho de 1831.

C L X I I

Lida, e approvada a Acta de antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. V. Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Comparecerão os Examinadores nomeados Francisco Moreira da Silva Marramaque, José Domingues de Sza. Brandão, e José Benjamin da Roxa Roxa, para o exame dos candidatos, que se houverem de oppor a Cadr.^a de Primeiras Letras, da Freguezia da Divina Pastora, hoje á concurso, pela demissão, que pediu Antonio Joaquim Pitanga, como consta da Acta de 7 de Maio ultimo: e prestado o juramento do estilo, assignarão com o Exmo. Vice-Presidente.

José Francisco de Menezes Sobral
Francisco Mo.^a de Sza. Marramaque
José Domingues de Sza. Brandão.
José Benjamin da R.^a Roxa

Leu-se o requerimento de Francisco de Paula Machado, pedindo ser admitido ao presente exame; e como se achasse competente, habilitado foi attendido. Na mesma occasião se oppoz a mencionada Cadeira Francisco de Paula Machado, que foi pelos ditos examinadores legalmente examinado e approvado simplesmente como mostra o competente certificado; e visto não concorrerem mais Candidatos, o Exmo. Vice-Presidente, de accordo com o Exmo. Conselho, o prevêo na d.^a Cadeira, vencendo annual, e interinamente a quantia que percibia seu antecessor; e mandou que se lhe desse seu competente Titulo, para com elle require: Legal Nomeação.

Do que para constar se lavrou esta Acta que eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secretario Interino do Governo, escrevi.

(AA) José Francisco de Menezes Sobral
Manoel Igneo. da Silva.
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliveira
Manoel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Ant.^o Roiz Montes

Sessão ordinaria de 11 de Julho de 1831.

C L X I I I

Lida e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes

o Exmo. Vice Presidente Rdo. José Francisco de Menezes Sobral, e Conselheiros abaixo assignados.

Leo-se dous requerimentos de Francisco Benicio de Carvalho Aranha e Vasconcellos Official da Secretaria do Governo, o primeiro datada em 30 de Julho pp. que ficou adiado na Sessão de 5 da corrente, e o segundo de 6 d'este, em ambos queixando-se do Exmo. Vice Presidente Rdo. José Francisco de Menezes Sobral, o qual immediatamente, se retirou da Sala da Sessão deste Conselho, em quanto se tratava dos objectos das queixas e logo prezidio o lugar de Vice-Presidente desta Sessão o Exmo. Conselheiro de maior numero de votos o Capitão Mór Joaquim Martins Fontes, na forma do Art.º 17 de Carta de Lei de 20 de Outubro de 1823.

Deliberou o Conselho a vista dos ditos requerimentos de queixa que sobre o conteudo delles, fosse ouvido o mesmo Exmo. Vice Presidente para dizer o que se lhe offerecér.

Do que para constar se lavrou esta Acta, que eu José Guilherme Machado de Araujo Official da Secretaria no impedimento do Secretário interino do Governo, escrevi.

(AA) Joaquim Martins Fontes
Manoel Igua. da Silva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Seruim Alvares da Roxa Roxa
Ignacio Dias de Oliveira
Antonio Roiz. Montes

Sessão do dia 12 de Julho de 1831.

C L X I V

Lida e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Leo-se huma representação assignada pr. dezeseis habitantes da Povoação da Estancia da Villa de Sta. Luzia, queixando-se da respectiva Camara estabelecer a Postura de pagar-se por cada huma casa maior, ou menor q. all he erigida, a qta. de 2\$, sem attender ao anus aq. estão obrigados os mmos. habitantes; igualme. pedindo, que visto não ser da attribuição da Camara a indicada Postura, o Exmo. V. Presidente e Conselho a desaprovassem.

Posta a materia em discussão, foi unanimeme. resolvido, q. os Supes. recorrêssim do Conselho Geral da Prova, a qm. compete.

Leo-se igualme. a resposta do Administrador da Fazenda Pca. de 6 de Julho d'este anno sobre a Portaria do Exmo. V. Presidente de 25 de Junho antecedente, relativa a 2.ª parte das sobras das rendas da Provincia, mandada por á disposição do Exmo. Conselho, na conformidade do artigo 25 da Lei de 20 de Abr.º de 1823, em a qual o immo. Administrador faz ver que a Lei de 15 de

Dezembro do ano passado não fixou qta. alguma á disposição do mesmo Exmo. Conselho, no anno financeiro de 1.º de Julho do corre. anno a 30 de Junho de 1832, e não devendo-se fazer despeza, q. não seja comprehendida na da. Lei de 1830, revogado está a qta. artigo 25 da Ley de 1823.

Na da. resposta lembrou tambem o cumprimento do artigo 6.º da referida Lei de 15 de Dezembro de 1830, q. diz nas Provincias, pa. q. na presente Lei não foi fixada despeza com a propagação da Vaccina, os Presidentes em Conselho distribuirão a qta. de 200\$ pelas Camaras, e pr. q. existo em seo poder a Vaccina em pus, e caxa, chegada proximame. da Ba., bom seria propagar-se nesta Cidade, affin de senão perdêr, alem do cumprimento que deve ter aqta. Ley. Qto. o primeiro objecto foi unanimem. resolvido, que se devia ter enviada a Ley citada de 15 de Dezembro de 1830. Qto. ao segundo, q. se remetteste a Camara da Capal. a Vaccina, e a todas as mais, distribuindo-se com ellas a qta. taxada.

Appareço a representação da Camara da Va. de Sto. Antonio e Almas da V.ª da Itabakna, datada de 5 do corre. mez, pedindo q. fosse ella Cabeça de Camara, digo de Distrito para as Eleições de Senadores e Deputados a Assembleia Geral Legislativa, em attenção aos grandes inconvenientes, e incommodos, que scirem os respectivos Eleitores em virem a Capal. o q. posto em discussão, foi unanimem. resolvido, q. em conformidade das Instruções de 26 de Mço. de 1824, e Decreto de 29 de Julho de 1823, ficasse assim considerada aqta. Va., e q. isto mesmo se communicasse a referida Camara pa. sua intelligencia.

Indicou o Conselheiro Fontes, que pêla mesma razão parecia justo que a Va. de Sto. Amaro das Brotas fosse Cabeça de Distrito pa. as das. Eleições, reunindo-se a esse mmo. Collegio Eleitoral as Freguezias da Divina Pastora, e Nossa Senhora da Purificação da Capella: sobre o que foi unanimem. resolvido pelo Exmo. Conselho e de accordo com o Exmo. Vice-Presidente, que em conformidade das Instruções, e Decreto, citados, ficasse a referida Va. Cabeça de Distrito; q. se participasse á aqta. Camara pa. sua intelligencia.

Do que pa. constar se lavrou a presente Acta, q. eu Antonio Joaqm. da Fanca. Neves, Secre.º inter.º do Governo, escrevi.

(AA) José Francisco de Menezes Sobral
Manoel Igaco. da Silva,
Joaquim Marilys Fontes
Ignacio Dias de Oliva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Antonio Roiz. Montes

C L X V

Sessão de 13 de Julho de 1831.

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice-Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Leo-se huma representação do Rdo. Conego Doctoral José Marcelino de Carvalho, Vigario Geral desta Provincia, datada de 11 do corrente, offerecendo hum Plano pa. organização d'huma Casa de Educação nesta Cidade, tudo do theor seguinte — Exmo. e Rmo. Serr. Vice-Presidente em Conselho. Havendo lamentado, em presença d'alguns Senres. Sergipanos a falta de hum Casa publica de Educação nesta Capital, que servisse não só para socorrêr alguns Orfãos, e disvalidos, como proporcionasse commodos para os filhos dos Senres. Proprietarios que se quizessem, vir educar, mediante hum paga razoavel, e captando a annuição dos dos. Senres., que se achavão presentes, lhes instel, para que encarassem este negocio com attenção, que merecia, e que tomassem parte em hum estabelecimto. Vão util, e necessario, e que eu entraria com o meo contingente, alem, diço empregando alem d'isto todas os esforços ao meo alcance, para que apparecesse a realiação; e os mesmos Senres. se comprometendo igualmente com suas prestações, hum d'entre elles organizou o Plano, que levo a Consideração de V. Excia., para que, no caso de merecer a approvação de V. Exa. dignar-se-ha tomar debaixo de sua proteção este negocio, dando mão aos meios indispensaveis para se conseguir o fim, e infundido comspeito, com o que não só faz hum serviço, alem do ordinario a esta Provincia, como ganhará renome, que levado á Posteridade, bendirão a mão bemfazeja, que os tirou da escuridade e mór ignorancia. Deus Guarde a V. Exa. Cidade de Sm. Christovão onze de Julho de 1831. Exmo. e Rmo. Serr. Vice-Presidente da Provincia de Sergipe d'ElRey em Conselho. O Conego Doctoral José Marcelino de Carvalho, Vigario Geral da Provincia. Plano para Organização de huma Casa de Educação, que se pretende erigir nesta Cidade de Sergipe, á subscripção dos Benemeritos Proprietarios. Seo Titulo sera Collegio Patriotico de Sm. Christovão. As Bazes de sua fundação serão — Primeiro. Haverá huma Casa com os commodos precisos pa. dez Orfãos, que serão os de numero, e para os pensionistas que delle se quizerem educar. Segunda. Haverá hum Director vencendo 200\$ annuos, para vigiar os Orfãos e Pensionistas, obrigando a ter em mto. boa guarda tudo quanto for pertencente a Casa, e instruir os Educandos nos sãos principios da Nossa Santa Religião, e Systema jurado; e inspirando-lhes até com exemplos, o mais decedido amor ao Omnipotente, e a Liberdade. Terceiro. Os Colegiaes tratarão conforme o Plano do Collegio, e assim assistirão á todos os Actos da Religião, sendo obrigados, alem dos Dias impostos pela Santa Madre Igreja, á Missa de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Imperio, todos os Sabbados. Quarto. Nos dias sete de Janeiro e Julho de cada anno haverão exames publicos em todas as Aulas para se conhecer o estado do adiantamento dos Colegiaes, e o que mais distincto exame fizer, terá hum premio. Quinto. O Governo da Provincia nomeará seis Membros, os quizes formarão hum Junta, que velará sobre o bem da Casa, e hum d'elles será o Provedor, e Governará o Coife, dando

de tudo conta corrente, e exacta. Sexto. Os Pensionistas pagarão mensalmente 12\$800 rs., e terão, alem do ensino, almoço, jantar, e coiza; e roupa lavada. e serão obrigados aos Estatutos do Co'legio. Setimo. Haverá Aula de Estudo huma só vez no dia, e será das sete as dez da manhã, e de tarde será a de dança, e Muzica. Oitavo. Neste Co'legio ensinarse há Primeiras Letras pelo Methodo de Lancaster. Grammatica Portuguesa, Grammatica Latina, Lingua Franceza. Lingua Ingleza. Muzica. Dança. Sergipe 8 de Julho de 1831. O Conego Doutoral José Marcellino de Carvalho Vigario Geral da Provincia. Posta a materia em discussão, e sufficientemente debatida, o Exmo. Conselho, de accordo com o Exmo. Vice-Presidente, attendendo ser esta requisição tão satisfatoria, e interessante ao bem publico, Resolvêo, que fosse approvada a referida requisição, e Plano; para o que nomeava huma Junta, composta de seis Membros para velar sobre o bem da nma. Caza q. são Rd. Conego Doutoral José Marcellino de Carvalho, Vigario Geral d'esta Provincia, o Rdo. Vigario Geral das Vacantes, Serafim Alv. da Rxa. Rxa., o Capmor. Ignacio Dias d'Oliveira, o Corel. Antonio Manoel de Sza. Bastos, Tene. José da Sa. Tellas, e o Tenente Florencio d'Araujo e Goes; e que de tudo se communicasse ao mmo. Rdo. Conego para sua intelligencia, remettendo-se pr. copia a presente Acta, na parte relativa a este objecto e q. ficaria ella encarregado de fazer aos mais Membros os competentes Avisos.

Leo-se igualmente o requerimento de Francisco Benecio de Carvalho Aranha e Vasconcelos, Official d'esta Secretaria, do teor seguinte. Ilmo e Exmo. Senr. Diz Francisco Benecio de Carvalho Aranha de Vasconcelos, que tendo dirigido a este Exmo. Conselho duas representações em 20 de Junho, e 6 do corrente, requer a V. Exa. as mande entregar ao Supe., visto que d. esta não quer tratar. Pede a V. Exa. deferimento. E receberá Mercê. Cidade de Sm. Christovão de Sergipe, 13 de Julho de 1831. Francisco Benecio de Carvalho Aranha e Vasconcelos. E sendo á tal respeito, ouvido o Exmo. Vice-Presidente, disse, que nenhuma duvida tinha em annuir a Suplica do do. Aranha. por estar persuadido, que nenhuma injustiça he havia feito pelos motivos nellas apontados, sobre o Emprego de Official maior d'esta mesma Secretaria, q. pr. justiça conferido a Antonio Joaquim, da Fonseca, Neves, e juntamente sobre o pagamento, do ordenado q. mandou satisfazer a este, depois de ter informado o respectivo Administrador da Fazenda Publica, o que por á Deliberação do Exmo. Conselho, o qual unanimemente Resolvêo, conformando-se com o que expendeo o mmo. Exmo. Vice-Presidente, que fossem entregue as representações, pedidas, passando o Supe. recibo em forma. Do que para constar, se lavrou esta Acta, que eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secretario Interino do Governo, escrevi.

(AA) José Francisco de Menezes Sobral
Serafim Alvares da Boxa Roxa
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias do Oliva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Mancel Ignco. da Silva.
Antonio Roiz. Montes

Sessão da dia 18 de Julho de 1831.

CLXVI

Lida, e approvada a Acta da Antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice-Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Comparecerão os Examinadores nomeados José Martins Penna, Domingos José Juquitibá, e José Benjamin da Rosa Roxa., faltando com causa como participou José Francisco de Salles, pa. o exame dos Candidatos, q. se houverem de oppor á Cadeira de Ensino Mutuo d'esta Capital, vaga pelo abandono de Antonio José Peixoto Valadares, a q. hoje se acha a concurso, como consta da Acta de 18 de Maio ultimo, e como o Exmo. Vice Presidente, de accordo com o Exmo. Conselho jusgasse sufficiente o numero dos trez, prestando estes o juramento do estilo, com o nmo. Exmo. Vice-Presidente assignarão.

(AA) José Francisco de Menezes Sobral
José Martins Penna
Domingos J. Juquitibá
José Benjamin da Ra. Ra.

Leo-se o requerimento de José Joaquim da Mello, q. já estava deferido pelo Governo d'esta Prova. em 17 de Maio ultimo, pa. ser admittido a concurso mostrando-se competenteme. habilitado, e como estivesse, oppoz-se a referida Cadeira; e igualmente Francisco Moreira da Silva Marramaque, que se achava regendo annua. Cadeira interinamente pela razão acima declarada, em virtude na nomeação da Camara respectiva, e approvação de Exmo. Vice-Presidente em Conselho: e sendo ambos pelos dtos Examinadores legalmente examinados, e approvados este plenamente, e aquelle simpliciter, como consta da competente certificado. Resolvêo o Exmo. Conselho de accordo com o Exmo. Vice-Presidente prover o mencionado Marramaque na Cadeira de Ensino Mutuo d'esta Capital, como mais digno, vencendo annual, e interinamente o Ordenado de trezentos mil reis, que percebia seu antecessor, devendo solicitar o competente Titulo, para com elle impetrar legal Nomeação. Do que para constar se lavrou esta Acta, que eu Antonio Joaquim da Fousêca Neves, Secretario intro. do Governo, escrevi.

(AA) José Francisco de Menezes Sobral
Manoel Igneo. da Silva.
Joaquim Martins Pontes
Ignacio Dias de Oliva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Serafim Alvares da Rosa Roxa
Antonio Roiz Montes

Sessão de 19 de Julho de 1831.

C L X V I I

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice-Presidente, e Conselheiros abaixo assignados.

Aprezentou o Exmo. Vice-Presidente ao Exmo. Conselho para este dar seu parecer, humia representação assignada pelo Capm. Marcelino José Ferreira Pulquerio, José Cardoso da Roxa, José Rodrigues Costa Doria, e João Leal dos Reis e Mello, pr. si, e em nome dos Habitantes da Villa de Propiá, queixando-se do respectivo Vigário Antonio José da Sa. Capella achar-se munto de gente armada em sua propria casa, atacação aos mesmos habitantes, e fazendo os insultos q. quer, pr. isso pedião promptas providencias a tal respeito, afim de se restabelecer a Ordem presentemente alterada na da. Va. Igualmente apresentou o mesmo Exmo. Vice-Presidente outra representação do Tene. Comandante do Destacamento da sobre da. Va. José da Silva, e Andrade, sobre o mesmo objecto, acompanhando hum Off.º do Offal. de Quartelão Francisco José das Chagas, em 9 do corrente, com a copia da Acta da Camara Municipal da da. Villa, em Sessão extraordinaria de 14 d'este mez, acrescentando, que os habitantes tambem se amaráo em defeza, procurando estacionarem-se no Quartel do Destacamento., até q. o amo. Vigário retire aqle. adjunto. E sendo ouvido o Conselho, Deliberou o Exmo. Vice-Presidente, q. se remetta tudo pr. copia ao Rão. Conego Doutorai José Marcellino de Carvalho, Vigário Geral d'esta Prova, pa. este dar promptas providencias relativame. a mencionado Parocho, como urge. Qto. ao mais q. se conforma com as providencias, que já foram dadas. Do que para constar se lavrou esta Acta. q. eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secretaria interino de Governo, escrevi.

(AA) José Francisco de Menezes Sobral
Manoel Igneo da Silva.
Serafim Alvares da Roxa Roxa
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliva.
Antonio Roiz Montes
Manoel da Cunha de Mesquita

Sessão de.....de Julho de 1831.

C L X V I I I

Lida, e approvada a Acta da Antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Vice-Presidente, e Conselheiros abaixo firmados.

Indicou o Ilustre Conselheiro Fontes que visto na Acta de 12 do corrente não se ter dividido a quantia de duzentos mil rs, com as Camaras para a pro-

pagação da Vacina, como determina o Art. 6.º da Lei de 15 de Dezembro de 1830; e q. sendo da competência do Exmo. Conselho fazer esta divisão, offerecia a Deliberação do mmo. Conselho a sua indicação. E pondo o Exmo. Vice-Presidente em discussão, unanimemente se resolveo, q. fosse a da. qta. dividida pela forma seguinte. Para a Camara d'esta Capital 40\$000 rs.; para a da Villa de Sta. Luzia e Estancia 30\$000 rs.; para a de Gerú 10\$000; para a do Lugar 30\$000; rs.; para de Itabalana 30\$000 rs.; para de Sta. Amaro das Brotas 30\$000; pa. a de Propiá e Villa Nova 15\$000: rs; a cada huma expedindo-se ordem ao Administrador da Fazenda Publica, para que, avisando as referidas Camaras, estas mandem receber as quantias arbitradas; e remetendo-se a da Capital a Vacina em pus, e em caixa, a fim de fazel-a empregar, e depois transmitir as outras, q. darão a mma. applicação. Leo-se o requerimento de José Pinheiro do Sacramento, Professor Publico de Primeiras Letras da Povoação da Estancia tr.º da Villa de Santa Luzia, pedindo gratificação como permite o Art. 10.º da Ley de 15 de 8bro. de 1827, visto ter mais de doze annos servido sem interrupção, distinguindo-se, pr. sua prudencia, disvelo, e grande numero de discipulos; sobre o q. resolveo o Exmo. Conselho de accordo com o Exmo. Vice Presidentia, q. fosse ouvida a Camara respectiva, pa. informar sobre o conteudo da do. requerimento. Da que para constar, se lavrou a prezente Acta, q. eu Antonio Joaquin. da Fonseca. Neves, Secretario Inter.º do Governo, escrevi.

(AA) José Francisco de Menezes Sobral
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Antonio Reiz Montes
Manoel Igaco, da Silva.

Sessão de 26 de Julho de 1831.

CLXIX

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, achando-se reunidos o Exmo. Presidente desta Provincia, e Conselheiros do Governo, abaixo assignados.

Compareção o examinador nomeado José Benjamin da Rosa Roxa, faltando com sausa participada dois Francisco Moreira da Silva Maramaque, e José Domingues de Souza Brandão, em lugar dos quaes forão nomeados unanimemente pelo Exmo Conselho, o Administrador da Fazenda Publica José Miz" Penna, e Domingos José Inquitibá, para o exame dos candidatos, que se oppozerem a Cadeira de Primeiras Letras da Povoação da Estancia, termo da Villa de Santa Luzia, vaga por demissão que pediu, Joaquim Mauricio Cardozo, q. a exercia,

a qual se acha hoje á concurso, como tudo consta da Acta de 21 de Maio ultimo: e prestando o juramento do estylo, com o Exmo. Presidente assignação. Brito...

(AA) José Martins Penna
José Benjamin da R. R.
Domingos J. Juquibá

Leu-se o requerimento de José Joaquim de Mello, pedindo ser provido na dita Cadeira independente de exames, visto ter já feito para a cadeira do Ensino Mutuo d'essa Capital, foi-lhe deferido não t'er lugar, podendo comparecer ao concurso, na forma da lei. Leu-se outro requerimento de Heliodoro Bransford Cardôzo, pedindo ser admitido ao presente exame, e como estivesse competentemente habilitado, foi atendido. Na mesma occasião oppoz o mesmo Heliodoro a referida Cadeira, que já exercia interinamente pr. nomeação da respectiva Camara, com approvação do Exmo. Conselho; e sendo pelos ditos Examinadores legalmente examinado, e approvado plenamente, como consta do competente certificado, e não concorressem mais oppositores, o mesmo Exmo. Conselho de unanime accordo com o Exmo. Presidente, o provêo vitaliciamente, na forma do artigo 18 da Ley Novissima de 14 de Junho do corrente anno, em h'ua das Cadeiras de Primeiras Letras da Fovoação da Estancia da Va. de Santa Luzia, vaga pela razão acima declarada, com o mesmo ordenado annual, e Interino de 250\$000 rs. q. percebía o seo antecessor, passando-se-lhe o competente Titulo. Da que para constar, se lavrou a presente Acta, que eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secretario interino do Governo, escrevi.

(AA) Joaquim Marcellino de Brito
José Francisco de Menezes Sobral
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Manoel Ignco. da Silva.
Anto. Roiz Monies

Sessão do dia 27 de Junho de 1831.

C L X X

Lida, e approvada a Acta da antecedente, foi aberta a Sessão, presentes o Exmo. Presidente, e Conselheiros abaixo assignados.

Leu-se o requerimento de Antonio Joaquim da Fonseca Neves, pedindo, que sendo nomeado Official-maiór da Secra. d'este Governo pelo Exmo. Vice-Presidente no dia três de Junho antecedente pelos motivos inseridos em a nomea-

ção que ajuntou, fosse esta ratificada; visto que pela Lei Novíssima de 14 do mesmo mês agora divulgada nesta Prova, compete ao Exmo. Presidente em Conselho prover taes Empregos, sobre o q. foi unanimem. resolvido, que se passasse nomeação na forma da citada Lei.

Leo-se tambem o requerimento de Domingos José Juquitibá, pedindo ser pago dos dois exames que interrogou os Candidatos as Cadeiras Poas. Ihe foi unanimem. deferido, que o Administrador da Fazenda Publica informasse sobre a pertença do supe.

Aprezentou o Exmo. Presidente huma representação assignada pr. grande numero de habitantes da Provam. da Capella, e seus suburbios, pedindo providencias sobre huma grande força de homens que andão publicame. roubando, matando, promovendo o desassossego, publico, e até insultando as Authoridades.

Appareção pessoalm. o Conego Douceiro José Marcellino de Carvalho, Vigario Geral d'esta Prova., expondo que se havia representado o Vigario da Va. de Propria Antonio José da Sa. Capella, que sendo enterrada huma criança na Matriz, a desenterração á Igreja d'Armas, por se não sepultar em logar que pedirão, que ainda se achava occupado, e a lerão enterrar ao campo; e q. pr. sine. attentado requeria providencias. Resolvêo o Exmo. Conselho de accordo com o Exmo. Presidente, quanto ao primeiro objecto, que se officiasse a Camara respectiva para dar as providencias necessarias, alim de que, havendo Juiz de Paz, este cumpra o q. está determinado em seu Regimento; remettendose pr. copia os Decretos Novissimos relativamente as Guardas Municipaes; Quanto ao segundo, que se dessem aqilas. providencias, q. em taes cazos estão marcados pr. Lei. De que para constar se lavrou esta Acta, que eu Antonio Joaquim da Fonseca Neves, Secretario interino do Governo, escrevi.

(AA) Joaquim Marcellino de Brito
José Francisco de Menezes Sobral
Joaquim Martins Fontes
Ignacio Dias de Oliva.
Manoel da Cunha de Mesquita
Manoel Ignacio da Silva.
Antonio Roiz Montes

ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO

1 9 4 1

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Janeiro de 1941.

Aos seis dias do mês de Janeiro do ano de 1941, às vinte horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria, desembargador Humald Cardoso, dr. Alvaro Andrade, Epifânio da Fonseca Dória e Joaquim Lima de Carvalho, comigo Anilóquio Vale, segundo secretário, foi aberta a sessão ordinária da Diretoria do mesmo Instituto, sob a presidência do desembargador Humald Cardoso.

Foi lida e aprovada sem apresentação de emendas a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte:

Telegramas — de Artur Bulhões, agradecendo a remessa do n.º 15 da revista e da firma Ugo Bernardini, de S. Paulo, comunicando aceitar a contra-proposta do Instituto para o fornecimento do conjunto de estantes de aço, para a biblioteca do Instituto.

Ofícios, cartas e cartões — do dr. Osman Hora Fontes, agradecendo a sua eleição de sócio efetivo e devolvendo o questionário destinado ao fichário de sócios: do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, do Museu de Entre Rios (Argentina), do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, da Diretoria de Investigações, Arquivo e Propaganda do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, e da Biblioteca Municipal de Curitiba (Paraná), todos acusando o recebimento do n.º 15 da Revista do Instituto; do Conselho de Imigração e Colonização da República, comunicando a remessa dos primeiros números da Revista de sua publicação; do Prefeito de Altos (Piauí), pedindo livros para a biblioteca do município sob sua administração; da Inspeção Geral da Guarda Civil e de Veículos, do Chefe de Polícia do Estado, do Comando e oficiais da Força Policial, e da firma T. Janer & Cia., de S. Paulo, enviando cumprimentos de boas festas e entrada de ano novo; da casa editora Irmãos Ponçetti, do Rio, comunicando estarem esgotadas as duas primeiras edições do seu apreciado Anuário Brasileiro de Literatura; do bibliotecário da biblioteca do Mosteiro de S. Bento, do Rio de Janeiro, do Museu Imperial de Petrópolis, e da Agência Municipal de Estatística de S. Francisco (Santa Catarina), pedindo remessa da revista do Instituto; do sr. João Carlos de Almeida, comunicando ter assumido as funções de diretor interino do Departamento Estadual de Estatística; do dr. Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (D. I. P.), comuni-

cando ter concedido o registro da Revista do Instituto, de acôrdo com a recomendação do Conselho Nacional de Imprensa; do dr. Edmundo Krug, agradecendo a sua eleição de sócio correspondente e remetendo uma memória de sua autoria para ser publicada na Revista; do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, acusando o recebimento do n.º 14, da Revista do Instituto; da firma Ugo Bernardini, de S. Paulo (3 cartas), sôbre as demarches perante a mesma firma, para a compra de um conjunto de estantes de aço para a biblioteca do Instituto.

Ainda no expediente foram apresentados os periódicos recebidos no correr do mês findo, a saber: "O Atalaia", Santo André (S. Paulo); Bôa Nova, Rio de Janeiro; Boletim da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de Pernambuco; Boletim da Diretoria de Estatística e Estudos Econômicos do Município de Aracajú; Boletim da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas; Boletim do Rotari Clube do Recife; Brasil Ferro Carril, Rio de Janeiro; Informaciones Argentinas, Buenos Aires; Liga Marítima Brasileira, Rio de Janeiro; Revista das Academias de Letras do Rio de Janeiro; Revista Nacional de Cultura, Caracas, e Tradição, do Recife.

Foram apresentados no expediente as livros e folhetos recebidos, a saber: A Academia Piauiense de Letras, pelo dr. João Pinheiro, oferta do autor; A Missão do Professor Secundino, pelo Ministro dr. Gustavo Capanema, oferta do Ministério da Educação; Apuntes Históricas por Cesar B. Perez Calman, oferta do Museu de Entre Rios (Argentina); Catálogo de las colecciones y muebles del Instituto Martiniano Leguizamón, oferta do mesmo Museu; Galvoa dos Sete Mares, livro de viagem, pelo dr. Olavo Dantas, oferta do sócio correspondente dr. Pinó de Carmo, e Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, dados biográficos dos respectivos Ministros, de 1828 a 1939 pelo Coronel Laurentio Lago, oferta do autor.

Esgotado o expediente foi aberta a ordem do dia. O secretário leu o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação dos drs. Luiz da Rocha Cerqueira, Teotonilo Mesquita e Abilio Faria, para o quadro de sócios efetivos. Submetido à discussão e deliberação, foi o mesmo parecer aprovado unanimemente. Foi aceito o pedido de demissão de três sócios efetivos.

O secretário geral, Epifânio Dória, a quem foi cometida a incumbencia de entrar em entendimento com o industrial paulista Ugo Bernardini para a compra de um conjunto de estantes de aço para a biblioteca do Instituto deu conta das demarches, exhibindo a minuciosa correspondencia trocada a respeito, segundo a qual ficou evidente o seu empenho para favorecer o mesmo Instituto. Assentado o preço razoavel de vinte contos de réis pelo conjunto de estantes, conseguiu o referido secretário que a firma vendedora concedesse uma bonificação de 5% em favor do Instituto, o que reduziu o custo das estantes a dezenove contos de réis. A Diretoria deu plena aprovação a compra efetuada.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anilóquio Vale, segundo secretário, levrei, presente aca.

Hunald Cardoso, Presidente

Anilóquio Vale, 2.º secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Fevereiro de 1941.

Aos 6 dias do mês de Fevereiro de 1941, às vinte horas, na sede social, presentes os membros da Diretoria, desembargador Hunald Cardoso, sr. Alvaro Andrade, Epifânio da Fonseca Dória e Joaquim Lins de Carvalho, com o sr. Antilôquio Vale, segundo secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência do desembargador Hunald Cardoso.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão de 6 de Janeiro último.

Constou o expediente do seguinte: **ofícios, cartas, circulares e cartões.** Da Diretoria de cultura do Ministério de Educação Nacional de Venezuela, comunicando não ser possível a remessa de edições atrasadas das revistas de sua publicação, solicitada pelo Instituto; do Secretário do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas, acusando o recebimento do n.º 15 da Revista; do Instituto Histórico de Alagoas, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria; da Casa Lohmer S. A., do Rio de Janeiro, enviando votos de boas festas; da American Geographical Society, de New York, acusando o recebimento do n.º 15 da Revista; da Harvard College Library, de Cambridge, em idêntico sentido; da Diretoria de Estatística e Estudos Econômicos do Município da Capital, oferecendo um exemplar do Registro Comercial e Industrial do Município de Aracajú, e do industrial Ugo Bernardini acusando o recebimento da quantia de dez contos de réis, correspondente à primeira prestação do conjunto de estantes de aço encomendado pelo Instituto.

Periódicos. Anales de Instrucción Primaria, Montividéo; Boletim do Departamento Estadual de Estatística do Piauí; Boletim da Prefeitura Municipal da Estancia; Boletim do Departamento Estadual de Estatística de S. Paulo; Geohp, João Pessoa; Informação de Tóquio; Informaciones Argentinas, Buenos Aires; Mensário de Estatística, Manáus; Liga Marítima Brasileira, Rio; Publicações do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; Brasil Ferro-Carril; Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo e Revista Brasileira de Geografia.

Livros e opúsculo. Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El Rei Nosso Senhor D. João IV, por José da Silva Lisboa, oferta do Arquivo Nacional.

Objetos de Museu. Uma moeda de cobre de dez réis, cunhada em 1730, na Baía, sob o reinado de D. João V de Portugal, oferta do consócio Dr. Otaviano Meio.

Proposta. Foi apresentado por cinco sócios, na forma dos Estatutos, o nome do intelectual das letras médicas, dr. Carlos Alberto de Campos Seabra, residente na Capital Federal, para sócio correspondente. Julgada a proposta objeto de deliberação, foi enviada à comissão respectiva.

Ordem do dia. Não houve matéria a ser discutida. O secretário geral, Epifânio da Fonseca Dória, comunicou à casa que já tinha sido paga ao industrial paulista Ugo Bernardini, a quantia de dez contos de réis, correspondente à primeira prestação da compra do conjunto de estantes de aço, mandado construir pelo Instituto, para a instalação de sua bibliotéca, já bem numerosa em volumes.

Nada mais ocorrendo, foi encerrada a sessão, de que eu, Anilóquio Vale, 2.º secretário, lavrei a presente ata, que será lida e submetida à discussão e votação.

Hunald Cardoso, Presidente
Anilóquio Vale, 2.º secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Março de 1941.

Aos seis dias do mês de Março de mil novecentos e quarenta e um, às 20 horas, na sede social, presentes os membros da Diretoria, Desembargador Hunald Cardoso, dr. Alvaro Andrade, Epifânio Dória, e Joaquim Lins de Carvalho, comigo Anilóquio Vale, segundo secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência do desembargador Hunald Cardoso.

Foi lida e aprovada, sem debates, a ata de sessão ordinária de 6 de Fevereiro findo.

Constou o expediente, além de vários livros, opusculos e revistas, tanto nacionais como do estrangeiro, de uma carta do Industrial Hugo Bernardini, de São Paulo, acusando o recebimento do cheque de dez contos de réis que o Instituto lhe mandara em pagamento da primeira prestação do contrato das estantes de aço, destinadas à biblioteca do sodalício e de um cartão da Diretoria de Estatística e Estudos Econômicos do Município da Capital, oferecendo um exemplar da publicação Registro Comercial e Industrial do Município de Aracajú. O presidente mandou responder e depois arquivar todo o expediente lido.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da comissão de admissão de sócios, opinando pela aceitação do dr. Carlos Alberto de Campos Seabra, proposto para o quadro de sócios correspondentes na sessão de 6 de Fevereiro, parecer que foi unanimemente aprovado, mandando o Presidente que se fizesse a devida comunicação ao novo sócio.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, de que eu, Anilóquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata.

Hunald Cardoso, Presidente
Anilóquio Vale, 2.º secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Abril de 1941.

Aos seis dias do mês de Abril de mil novecentos e quarenta e um, às vinte horas, na sede social, presentes os membros da Diretoria, Desembargador Hunald Cardoso, Dr. Alvaro Andrade, Epifânio da Fonseca Dória e Joaquim Lins

de Carvalho, comiço, Anfilóquio Vale, segundo secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência do Desembargador Hunald Cardoso.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão de seis de Março findo.

Constou o expediente de vários livros, folhetos e revistas do país e do estrangeiros. O presidente mandou arquivar e agradecer o expediente lido.

Na ordem do dia não houve materia para debate e votação. Pediu a palavra o consócio Epitânio Dória e communicou á casa o falecimento do antigo socio efetivo Coronel Francisco José Martins, occorrido na cidade do Boquim no dia 18 de Março deste ano. Em continuação disse que o saudoso consócio nascera na Estancia a 2 de Fevereiro de 1857, tendo falecido com 84 anos de idade, sendo seus pais o Brigadeiro Francisco José Martins e D. Maria Ribeiro de Oliveira, antigos proprietários do engenho Limeira no município da Estancia. Acentuou o orador que o consócio felecido era parente muito proximo do patriota Domingos José Martins, tendo tido uma vida de raro destaque como comerciante na cidade da Estancia, até á primeira década do seculo actual. Em seguida requereu o orador que se consignasse da ata da sessão de hoje um voto de pesar pelo falecimento do coronel Francisco José Martins, o que foi unanimemente, aprovado.

Nada mais occorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata.

(aa) **Hunald Cardoso**, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Maio de 1941.

Aos seis dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e quarenta e um, às vinte horas, na sede social, presentes os membros da Diretoria, Desembargador Hunald Cardoso, Dr. Alvaro Andrade, Epitânio da Fonseca Dória e Joaquim Lins de Carvalho, comiço, Anfilóquio Vale, segundo Secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência do Desembargador Hunald Cardoso.

Foi lida, sem ter havido reclamações contra sua redação a ata da sessão de seis de Abril findo.

Constou o expediente de circulares do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e do Rotary Club de Recife, communicando a eleição e posse de suas diretorias. Cartas da firma Ugo Bernardini de S. Paulo, sobre a encomenda das estantes de aço destinadas á Biblioteca do Instituto. Constou ainda o expediente do seguinte:

Livros e opusculos: Centenário de Petropolis, trabalhos da comissão, 3.º volume; Serviço de Informações, publicações do Departamento Estadual de Estatística; O Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo a Amador Bueno no Tricentário de sua aclamação como Rei de S. Paulo (1641-1941), 10 exemplares; Projeto para uma chacara pelo eng. Edmundo Krug; Cunha, pelo Dr. M. de

Sampaio Ferraz; O vale do Paraíba, aspectos agrícolas, todos oferecidos pelo Dr. Krug; O Visconde de Mauá, no cincoentenário do seu falecimento, cf. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Estrangeiros em Santa Catarina por Louvival Carara; oferta do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina; Vultos da Geografia do Brasil; Tipos e aspectos do Brasil, oferta do Directorio Regional de Geografia de Sergipe.

Periodicos. Anais da Sociedade Brasileira de Filosofia; Boletim do Departamento Estadual de Estatística de S. Paulo; Boletim Estatístico do Piauí; Brasil Ferro Carril — Rio; Brasil-Japão — Rio; Boletim do Rotary Club do Recife; Geqhp, de João Pessoa; Informação de Tokio; Informaciones Argentinas; de Buono Aires; Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo; Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Educación, de Caracas, Venezuela; Revista Nacional de Cultura, da mesma cidade e Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro.

Aberta a ordem do dia não houve materia a discutir e votar.

O Secretário Geral, Eplânio Dória comunicou á casa o recebimento do conjunto de estantes de aço, encomendado á firma Ugo Bernardini de S. Paulo a qual está sendo devidamente montado, já tendo sido efetuado o pagamento da encomenda no valor liquido de dezanove contos de réis, pois a referida firma concedeu um abatimento de 5% sobre o preço contratado de vinte contos de réis, em face da prestesa do pagamento. Nada mais occorrendo foi encerrada a sessão da que eu, Anilóquio Vale, 2.º Secretário, lavrei a presente ata.

(aa) **Hunaldo Cardoso.** Presidente
Anilóquio Vale, 2.º Secretário

Termo de comparecimento lavrado no dia 6 de Junho de 1941.

Aos seis dias do mês de Junho de 1941, ás vinte horas, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o Desembargador Hunald Cardoso, Presidente; Joaquim Lins de Carvalho, Tesoureiro, amigo Anilóquio Vale, segundo Secretário, ausentes, com motivo justificado, os demais membros da Diretoria, pelo Presidente foi declarado que, por falta de numero legal, deixava de realizar-se a sessão ordinaria que deveria ter lugar hoje, o que, para constar, eu, Anilóquio Vale, segundo secretário, lavrei o presente termo.

(aa) **Hunaldo Cardoso,** Presidente
Anilóquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, realizado no dia 6 de Julho de 1941.

Aos seis dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e quarenta e um, ás vinte horas, na sede social, presentes os membros da Diretoria, Desembargador Hunald Cardoso, Dr. Alvaro Andrade, Epifanio da Fonseca Dória, e Joaquim Lins de Carvalho, comigo, Anfilóquio Vale, segundo Secretario, havendo numero legal, foi aberta a sessão, sob a presidência do Desembargador Hunald Cardoso, sendo lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

No expediente foi lida pelo Secretario Geral uma relação de livros, folhetos jornais e revistas recebidos pelo Instituto, no correr dos meses de Maio e Junho findos.

Ainda no expediente foi apresentada e lida, pelo 2º Secretario, uma proposta assinada por cinco socios, na conformidade dos Estatutos vigentes, indicando os nomes do jornalista José Maria Fontes e do engenheiro agrônomo Gil da Rocha Prata, residentes em Aracajú, para o quadro de socios eletivos deste sodalicio, havendo o Sr. Presidente mandado a dita proposta á Comissão de Admissão de Socios, para o devido parecer. Não havendo mais materia para a ordem do dia, usou da palavra o consocio segundo secretario, Anfilóquio Vale, dizendo que já estando marcado o dia em que deve chegar a esta Capital o Sr. Capitão Milton Pereira de Azevedo, nosso digno conterraneo, recentemente nomeado para o alto cargo de Interventor Federal neste Estado, requeria que fozse, pelo Sr. Presidente, designada uma comissão para, em nome do Instituto dar as boas vindas áquella autoridade, bem assim cumprimenta-la, por ocasião do ato de sua posse no Governo do Estado.

Aprovado este requerimento, foram pelo Sr. Presidente, designados para a referida comissão os consocios Drs. José Calazans Brandão da Silva e Luiz Magalhães e o jornalista Anfilóquio Vale.

Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão, do que, para constar, eu Anfilóquio Vale, segundo Secretario, escrevi a presente ata que tambem assino.

(aa) **Hunald Cardoso**, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º Secretario

Ata da sessão de eleição da nova Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 30 de Julho de 1941.

Aos trinta dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e quarenta e um, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, á rua Itabaianinha, nesta cidade de Aracajú, ás 20 horas, presentes os membros da Diretoria Desembargador Hunald Cardoso, Dr. Alvaro Andrade, Epifanio da Fonseca Dória, Anfilóquio Vale e grande número de socios, foi aberta a sessão pelo Presidente Desembargador Hunald Cardoso, que, em ligeiras palavras, disse da finalidade

da presente sessão da Assembléa Geral, que ora, na conformidade do artigo 2.º dos vigentes Estatutos e do edital publicado na imprensa local, a eleição da Directoria e das Comissões Permanentes deste sodalicio, para o biénio 1941-1943.

Verificando-se, pelo livro de assinaturas, a presença de vinte seis sócios, disse o Presidente haver número legal para a sessão da Assembléa Geral, convidando os sócios presentes e escolherem a Mesa que deveria presidir a mesma Assembléa.

Por aclamação foi eleito presidente e consócio Desembargador Hunald Cardoso que, assumindo a cadeira da presidencia, designou os consócios Epifânio da Fonseca Dória e Antilóquio Vale para servirem, respectivamente, de 1.º e 2.º secretários. Assim constituída a Mesa, convidou o Sr. Presidente aos socios presentes para darem os seus votos, por escrutínio secreto, na forma do artigo 30 dos Estatutos.

Procedida a eleição apurou-se, em seguida, o seguinte resultado: Para Presidente: Professor José Augusta da Rocha Lima, vinte e cinco votos; Desembargador Hunald Cardoso um voto; Para 1.º Vice-presidente: Desembargador Hunald Santa-Ilor Cardoso, vinte e cinco votos; Epifânio da Fonseca Dória, um voto; Para segundo Vice-presidente: Dr. Francisco Leite Neto, vinte e seis votos; Para Secretario Geral: Dr. José Calazans Brandão da Silva, vinte e cinco votos; Dr. Luiz Magalhães um voto; Para 1.º Secretário: Epifânio da Fonseca Dória, vinte e cinco votos; Antilóquio Vale, um voto, para 2.º Secretário: Antilóquio Vale, vinte e cinco votos; Bacharel João de Araujo Monteiro, um voto; Para Orador: Dr. Luiz Garcia, vinte e cinco votos; Dr. José Calazans Brandão da Silva, um voto; Para Tesoureiro: José Felizola, vinte e quatro votos; Joaquim Lins de Carvalho, dois votos; Para a **Comissão de Fazenda e Orçamento**: Coronel Francisco de Souza Pôrto, Major Onésimo de Araujo Pinto e Irineu Marques de Oliveira, vinte e cinco votos cada um; Teonilo Leite, dois votos e Elias Carmelo, um voto; **Comissão de História**: Professor Artur Fantes, vinte e seis votos; Drs. Mario de Araujo Cabral e João de Araujo Monteiro, vinte e cinco votos cada um; Dr. Manuel Ferreira da Silva Neto, dois votos; **Comissão de Geografia**: Dr. Manuel Ferreira da Silva Neto, vinte e cinco votos e Drs. Felte Bezerra e José Roemberg Leite, vinte e seis votos cada um; Dr. Carlos Garcia, um voto; **Comissão de Manuscritos e Autógrafos**: Dr. Ernani Mesquita Fraga e Jornalista Zozimo Lima, vinte e seis votos cada um; Jornalista Armando Barreto, vinte e cinco votos; Dr. Arício Fortes um voto; **Comissão de Admissão de Sócios**: Major Nicomedes Ribeiro e Dr. Laura Dantas Hora, vinte e seis votos cada um; Antonio Bragança de Azevedo, vinte e cinco votos; D. Maria da Conceição Melo Costa, um voto; **Comissão de Redação da Revista**: Drs. João Dantas Martins dos Reis e Gonçalo Roemberg Leite vinte e seis votos cada um; Dr. Carlos Garcia vinte e três votos; Adroaldo Campos, três votos, ficando responsável pela publicação da Revista o consócio Epifânio da Fonseca Dória, na conformidade da respectivo registro da mesma Revista, no Departamento de Imprensa e Propaganda, na Capital Federal.

Em face do resultado acima, o Sr. Presidente proclamou eleitos os sócios mais votados de acordo com o que prescreve o paragrafo 2.º do artigo 30 dos

Estatutos, declarando, em seguida, que a posse dos eleitos terá lugar no dia seis de Agosto próximo, conforme determinam os mesmos Estatutos, no seu artigo 28, e congratulou-se com o sodalício pelo resultado da eleição que se acabava de realizar, determinando que se fizessem, aos sócios eleitos as necessárias comunicações. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata que que eu, Anilóquio Vale 2.º Secretário da Mesa lavrei.

(aa) **José Augusto da Rocha Lima**, Presidente
Anilóquio Vale, 2.º secretário

Ata da sessão solene de posse da nova Diretoria, realizada no dia 6 de Agosto de 1941.

Aos seis dias do mês de Agosto de mil novecentos e quarenta e um, na sede social do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, às 20 horas, presentes o representantes do Sr. Interventor Federal e do Prefeito da Capital, representantes da imprensa, grande número de sócios, representações dos corpos docentes e discentes da Escola Normal Rui Barbosa, da Ateneu Sergipense, Escola de Comércio, dos Colégios Tobias Barreto, N. S. Santa Ana e Jackson Figueiredo, muitas senhoras e senhorinhas, autoridades e outras pessoas gradas, verificando-se haver número legal é pelo Secretário Geral do sodalício, Sr. Epiânio da Fonseca Dória, declarada aberta a sessão, sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior. Em ligeiras palavras o Sr. Epiânio da Fonseca Dória disse haver assumido a presidência da Mesa por fôrça da não haverem comparecido os Srs. Presidente, 1.º e 2.º Vice-presidentes da Diretoria cujo mandato se findára tendo justificando a ausência dos mesmos.

Continuando o orador se congratulou com o Instituto pelo resultado da eleição que escolheu a nova diretoria e as comissões permanentes para o biênio que hoje se iniciava, referindo que a nova diretoria estava composta de pessoas que asseguravam o bom conceito e a prosperidade do sodalício, terminando por convidar o presidente eleito, Professor José Augusto da Rocha Lima a vir tomar posse da sua cadeira, o que se verificou em meio de uma vibrante salva de palmas.

Empossado o novo presidente declarou também empossados os demais membros da Diretoria e das Comissões recentemente eleitos para o biênio de 1941-1943, pronunciando em seguida, uma bela e expressiva oração, pertinente à solenidade que lhe era dada presidir, agradecendo a sua eleição e dizendo esperar a cooperação dos demais companheiros da nova Diretoria, no esforço constante que todos deviam empreender a bem da grandeza e eficiência do Instituto, na sua útil finalidade de servir à história e à geografia pátrias.

Ao terminar o seu eloquente discurso foi o professor José Augusto demoradamente aplaudido pela seleta assistência. Franqueada a palavra a quem dela quizesse fazer uso, ergue-se o consócio Dr. Luiz Garcia, novo orador oficial do sodalício, que pronunciou de improviso, um eloquente e expressivo discurso, falando, como disse em nome dos demais companheiros da Diretoria recém em-

passada, sendo ao terminar, muito aplaudido pela numerosa assistência. Achan-do-se presente o nosso consócio jornalista Zozimo Lima, o Sr. Presidente o convida a prestar o compromisso estabelecido pelos Estatutos e a receber em seguida o seu respectivo diploma de sócio efetivo, o que se verificou entre palmas de assistência.

Usa ainda da palavra o consócio, Epifânio da FONSECA DÓRIA primeiro secretario da Directoria recém empossada, que convida os presentes a visitarem a Biblioteca do sodalicio, já acomodada no conjunto de estantes de aço para ella recentemente adquirido pela passada Directoria, bem assim visitarem o incipiente museu do Instituto, que muito tem ultimamente recebido interessantes e históricos objetos, graças ao devotamento do illustrado conterraneo dr. José Calazans Brandão da Silva, actual Secretário Geral do sodalicio.

Por fim, encerrando a sessão, o professor José Augusto da Rocha Lima pronuncia ligeiras palavras de agradecimento a todos os presentes pela honra e brilhantismo que deram á solena sessão que se acabava de realisar, terminando por pedir que todos assim e sempre continuassem fazendo, dando com isso uma affirmativa eloquente de que os sergipanos em geral não se alheiam das instituições scientificas ou culturais da sua terra.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a sessão e mandou lavrar a presente ata, que eu, Anfilóquio Vale, 2.º Secretário, a escrevi e tambem a assino.

(aa) José Augusto da Rocha Lima, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º secretario

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 21 de Agosto de 1941, comemorativa da passagem do 1.º Centenário do nascimento de Francisco Comerio.

Aos vinte e um dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e quarenta e um, ás vinte horas, nesta cidade de Aracaju, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes membros da Directoria do mesmo Instituto, varios associados, os senhores presidentes do Tribunal de Apelação do Estado e do Departamento Administrativo, representantes do Exmo. Sar. Inter-ventor Federal, das corporações militares, do Prefeito da Capital, dos estabelecimentos officiais de ensino, dos collegios particulares e do clero; presentes tambem crescido numero de cavalheiros, senhoras e senhorinhas da elite social desta Capital, assumiu a presidencia da sessão o Secretario Geral, Dr. José Calazans Brandão da Silva, na ausencia, por motivo de saúde, do Presidente e dos vice-presidentes.

Deixou de haver leitura da ata por não se achar na mesa o livro respectivo, em vista de ter o segundo secretario, della incumbido seguido para a cidade da Estancia, fazendo parte da Comissão que foi representar o sodalicio nas festas comemorativas promovidas naquela cidade.

Lido o expediente o presidente declarou que o fim da presente sessão era a celebração condecorada da passagem do primeiro centenário do nascimento do herói sergipano Francisco Camerino, morto no assalto a Curupaiti, na guerra do Paraguai, a 22 de Setembro de 1866. Convidou em seguida o acatado tribuno conterraneo, Dr. Carvalho Neto, orador da solenidade, a ocupar a tribuna e proferir o discurso alusivo á mesma solenidade.

Ao subir á tribuna o Dr. Carvalho Neto foi alvo de uma vibrante salva de palmas da numerosa assistência.

O consagrado tribuno e homem de letras a quem o Instituto recorrera para fazer a oração do dia dissertou profunda e eloquentemente sobre os deveres civicos do cidadão e sobre a vida de Camerino pelo espaço de quasi uma hora e meia, a todos deliciaando com as rutilancias do seu verbo erudito. As suas ultimas palavras foram abafadas por uma prolongada salva de palmas.

Falou em seguida o presidente Dr. José Calazans Brandão da Silva, que traduzia o seu entusiasmo por aquella soberba festa que marcara um acontecimento na vida do Instituto.

Teceu vives encômios ao Dr. Carvalho Neto, a quem agradeceu o inestimável serviço que acabava de prestar ao sodalicio.

Agradeceu tambem o gesto dos mestres sergipanos e seus alunos vindo emprestar maior brilho á festa do Instituto.

Agradeceu de modo especial ao 28 B. C. e á Força Policial a comparencia das respectivas bandas de musica.

Nada mais occorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anfilóquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata, reportando-me ás notas que me foram fornecidas pelo secretário ad-hoc.

(su) **José Augusto da Rocha Lima**, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão de de Assembléa Geral extraordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, para a eleição do Tesoureiro, em 5 de Setembro de 1941.

Aos cinco dias do mês de Setembro de mil novecentos e quarenta e um, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nesta cidade de Aracaju, ás vinte horas, presentes diversos membros da Diretoria e numero legal de socios, foi aberta a sessão, sob a presidencia do Professor José Augusto da Rocha Lima, que mandou proceder á leitura das atas anteriores ainda não lidas, sendo as mesmas aprovadas sem emendas. Constatou o expediente de uma carta do socio José Felizola, renunciando irrevogavelmente o lugar de tesoureiro, sob a alegação de não poder exercer-lo, de vez que viaja constantemente para fóra do Estado, permanecendo sempre muito tempo afastado desta Capital. Em face do Exposto na referida carta foi que se fez a convocação para a sessão de hoje. A Assembléa decidiu acellar a renuncia, dados os termos peremptorios da mesma.

O presidente declarou que a ordem do dia da presente sessão era a eleição do tesoureiro do Instituto, vago pela renúncia do consocio José Feizola e como houvesse numero legal mandou que o segundo secretario procedesse á chamada dos socios presentes pelo livro de presença, afim de depositarem na urna os respectivos votos. Cada socio que era chamado comparecia á mesa, depositava na urna a sua cédula e se retirava depois para reocupar o seu lugar no salão. Cada cédula se achava em seu envelope fechado. Terminada a chamada e votação o presidente abriu a urna e retirou do seu recinto os envelopros contendo as cedulas, verificando serem vinte e cinco, numero igual ao de assinaturas lançadas no livro de presença.

Passou-se em seguida á apuração das cedulas que deu o seguinte resultado: Para tesoureiro: João Nunes de Melo, vinte e quatro votos, Anfilóquio Vale um voto.

Anunciando este resultado o presidente consultou aos presentes se alguém tinha alguma reclamação a formular contra o mesmo. Reinado silencio foi dado como aprovado o referido resultado, sendo proclamado eleito o socio João Nunes de Melo, tesoureiro para o biénio de 1941-1943.

Mandou o presidente que se lavrasse a presente ata, encerrando depois a sessão, e eu Anfilóquio Vale, segundo secretario, a escrevi.

(aa) **Hunaldo Cardoso**, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º Secretario

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 8 de Setembro de 1941.

Presente número legal de membros da Diretoria foi aberta a sessão pelo 1.º vice-presidente, desembargador Hunaid Cardoso, na ausência do Presidente, professor José Augusto da Rocha Lima, que viajou para fóra do Estado, por motivo de saúde. Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior. Constatou o expediente de livros, revistas e jornais recebidos de várias procedências, os quats foram encaminhados á biblioteca, mandando o Presidente agradecer.

Na ordem do dia foi aprovado, unanimemente, o parecer da comissão de admisão de sócios, opinando pela aceitação dos candidatos jornalistas José Maria Fontes e Gil da Rocha Prata para sócios efetivos, mandando o Presidente fazer as devidas comunicações.

Nada mais ocorrendo, foi encerrada a sessão de que eu, Anfilóquio Vale, 2.º secretario lavrei a presente ata.

(aa) **Hunaldo Cardoso**, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º Secretario

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada aos 6 de Outubro de 1941.

Presente número legal de membros da Diretoria, foi aberta a sessão pelo 1.º Vice-Presidente, desembargador Hunald Cardoso, na ausência justificada do Presidente, professor José Augusto.

Foi lida e aprovada sem emendas a ata da sessão anterior.

Constou o expediente de uma proposta assinada por número legal de sócios quites indicando para sócios efetivos o dr. Manuel Ribeiro, delegado auxiliar desta capital e o padre Avejar Brandão, proposta que foi encaminhada à comissão de admissão de sócios.

Constou ainda do expediente, além de vários livros, revistas e jornais, que foram encaminhados à bibliotéca para agradecer, e catalogar e arquivar, de um longo officio do Presidente do Centro Sergipano no Rio de Janeiro, dr. Tito Lívio de Santana, oferecendo, em nome da viuva do notável sergipano General Moreira Guimarães, vários volumes que pertenceram à bibliotéca particular do grande militar e homem de letras que se tornou uma glória nacional; de uma circular da Academia Sergipana de Letras, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria; de um officio do diretor do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, oferecendo à bibliotéca um exemplar do album "Agudagem no Ceará sob a administração Meneses Pimentel" e outro do 2.º volume da série "Aspectos", organizada por aquele Departamento; officios do Conselho Nacional de Geografia e da Academia Carioca de Letras, agradecendo a comunicação de eleição e posse da nova Diretoria do Instituto; officio do engenheiro agrônomo, Urbano de Oliveira Lima Neto, comunicando a sua nomeação e posse no cargo de diretor do Departamento da Agricultura do Estado e officio do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional comunicando ter atendido ao pedido que lhe fizera este Instituto. Mandou o Presidente que se arquivasse o expediente lido, depois de feitos os devidos agradecimentos.

Aberta a ordem do dia, estando presente o consócio João Nuns de Melo, eleito tesoureiro em sessão de 5 de Setembro, o presidente o convidou a assumir as suas funções, o que se realizou imediatamente.

Empossado recebeu do seu antecessor o consócio Joaquim Lima de Carvalho, os livros, balanços e caderneta da Caixa Econômica, esta com um depósito de 3:365\$000. Recebeu ainda a quantia de 938\$600 que se achava em mão do antigo tesoureiro, somando as duas parcelas o total de 4:303\$600, que constitua, na ocasião, o saldo do Instituto.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Antilóquio Vale, 2.º Secretário, lavrei a presente ata.

(aa) **Hunald Cardoso**, Presidente

Antilóquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Novembro de 1941.

Presente número legal de membros da Diretoria, foi aberta a sessão pelo 1.º Vice-Presidente, desembargador Hunald Cardoso, na ausência, justificada, do Presidente professor José Augusto da Rocha Lima. Foi lida e aprovada sem emendas a ata da sessão anterior.

Constou o expediente de uma carta da Comissão Nacional de Belas Artes da Argentina — pedindo permuta de Publicações, cartas do Departamento Estadual de Estatística de Santa Catarina — comunicando a remessa de publicações oficiais do mesmo Departamento e officio do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará — em idéntico sentido.

Constou ainda o expediente de crecida número de jornais, revistas, opusculos, e livros, de várias procedencias, oferecidos a biblioteca do Instituto.

O Presidente mandou responder e agradecer o expediente lido.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da comissão de admissão de sócios opinando pela aprovação da proposta recebida na sessão passada no sentido de serem admitidos sócios efetivos os srs. dr. Manuel Ribeiro e revmo. Padre Avelar Brandão, submetido a votos foi o mesmo parecer unanimemente aprovado, mandando o Presidente que se comunicasse esse resultado aos novos sócios.

Nada mais ocorrendo foi encerrada sessão de que eu, Anflóquio Vale, 2.º secretário, lavrei a presente ata.

(aa) Hunald Cardoso, Presidente
Anflóquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Dezembro de 1941.

Presente número legal de membros da Diretoria, foi aberta a sessão, sob a presidência do 1.º vice-presidente, desembargador Hunald Cardoso, na ausência justificada do presidente professor José Augusto.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou de uma circular do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria; de uma circular dos Drs. Guilherme Cintra e Cabino Bezouro Cintra, oferecendo os seus serviços profissionais na Capital da República, para tratar de interesses do Instituto junto às repartições públicas da mesma Capital, mediante percentagem; de um officio do 2.º secretário do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, em resposta a outro que lhe dirigia este Instituto, referente à permuta de duplicatas; de cartas (duas) do dr. Paulo de Azevedo, proprietário da Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro, datadas de 20 de Outubro e 7 de Novembro deste ano, comunicando ter aceito a proposta deste Instituto para ceder-lhe, com uma bonificação de cinquenta por cento, do preço de fatura, 280 exemplares da História de Sergipe do dr.

Felipe Freire, dando a mesma Livraria 50 exemplares encadernados e 230 em brochura, vindo apenso à última carta o conhecimento de embarque dos volumes, importando, livros e despêças, em 1:238\$700; de uma carta do dr. José Olímpio de Melo, pedindo um exemplar do número especial da Revista do Instituto, consagrada ao 1.º Centenário de Tobias Barreto, a que o presidente mandou atender, em face dos termos do pedido; de um ofício do Banco do Brasil, comunicando ter remetido ao Instituto publicações que o mesmo lhe pedira e solicitando a remessa de duplicata que o Instituto possui.

Na ordem do dia o consócio Epifânio Dória fez a seguinte exposição, de referência à compra de 280 exemplares da História de Sergipe: Havendo absoluta falta desse importante livro no comércio de livrarias, o que verificára em suas viagens às cidades de Maceló e Recife, em 1940, e às de Baía e Rio de Janeiro, em anos repetidos, desde 1935, entrou a procurar, de balde, a mesma obra, tanto nas grandes livrarias como nas casas de livros usados abundantes na rua S. José, do Rio de Janeiro. Depois de numerosas batidas logrou encontrar um exemplar, já sem capa, numa pequena loja de livros velhos, na rua da Constituição, entre as praças da República e Tiradentes. Por esse exemplar, em más condições, lhe fôra pedido o preço de 20\$000. Deixou de comprá-lo porque na ocasião se dirigia à Casa da Moeda, afim de tratar de assuntos que interessavam ao Estado e não deveria levar nada em mão, indo para uma repartição pública. No dia seguinte teve de regressar a esta Capital e daqui escreveu à pessoa amiga, pedindo a compra da brochura. Foi tempo perdido. O livro não foi mais encontrado. Voltando ao Rio em 1941 pediu a ajuda do conterrâneo Antonio Simões dos Reis, entronhado nos assuntos de bibliografia na grande metrópole. Com surpresa ouviu dele que o livro existia à venda na antiga Livraria Francisco Alves, onde o procurára mais de uma vez, sem resultado, o que revelou ao informante. Não se importe, respondeu Antonio Simões, volte e teime com o empregado que ele terminará procurando onde está o livro. Dito e feito.

Foi imediatamente à referida Livraria e lá teve a resposta lacônica das outras feições: "não temos". Retrucou dizendo que ouvira de um conterrâneo que comprara ali um exemplar.

O moço mudou de atitude. Prometeu ir procurar, que passasse depois para receber a resposta. No dia seguinte foi à Livraria e lá estava o livro embrulhado. Perguntou o preço e a resposta foi de que era 8\$000, quasi a terça parte do que lhe pedira o arriarabista por um exemplar em más condições. Quando ia a retirar-se lembrou-se de indagar qual o número de exemplares que a casa possuía. O moço pediu que procurasse mais tarde a resposta, que ia mandar examinar.

Mais tarde foi saber. Havia nada menos de 302 exemplares em depósito! Entretanto no catálogo não figurava o livro.

Obra editada em 1891, ha 50 anos, quando as tiragens de livros raramente iam a 500 exemplares, é de supor que a História de Sergipe não tivesse tido edição maior desse número. Se assim foi nesse período de meio século nem metade da edição logrou sair da cofa da Livraria.

Regressando a esta Capital conversou com o presidente do Instituto, então o desembargador Hernald Cardoso, e com a aquiescência deste propôs a compra nos termos acima ditos, afim de fazer o sodalício a divulgação da obra, vendendo-

se a preço módico, e distribuindo-se um certo número de exemplares entre bibliotecas, homens de letras de projeção e à imprensa.

A casa, depois de demarches, aceitou a proposta, vindo os 280 volumes, na forma já referida. Ficou então taxado o preço de 6\$000 para o livro em brochura e 12\$000 encadernado, em face da carestia do material de encadernação.

Si tivéssemos de reproduzir a obra na Revista, ponderou o confrade Epifânio Dória, como meio de divulgação, ela custaria para mais de quatro centos de réis, dada a carestia atual do papel e dos trabalhos gráficos. Foi em seguida lida uma proposta, da iniciativa do consócio Antilóquio Vale, firmada pelo mesmo e por mais quatro sócios, propondo para sócios efetivos o Coronel José Vieira Sabral e o Cônego Edgard Brito, residentes nesta Capital, e outra, também da iniciativa do mesmo consócio, igualmente firmada por mais quatro propondo para sócios correspondentes os conterrâneos, dr. Rosalvo Fernandes dos Santos, e Almirante dr. Heráclito de Oliveira Sampaio, residentes na Capital Federal.

As duas propostas foram despachadas à Comissão de Admissão de sócios.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Antilóquio Vale, 2.^o Secretário, lavrei a presente ata.

(cc) **Hunald Cardoso**, Presidente
Antilóquio Vale, 2.^o Secretário

1 9 4 2

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de 10 de Janeiro de 1942.

Presente número legal, foi aberta a sessão, sob a presidência do 1.º Vice-Presidente, Desembargador Hunold Cardoso, na ausência justificada do presidente, Professor José Augusto da Rocha Lima.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior. O expediente constou de crescida quantidade de livros, folhetos, jornais e revistas nacionais e do estrangeiro bem como de uma carta da Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro, comunicando ter emitido uma duplicata da importância de um conto duzentos trinta e oito mil e setecentos réis (1:238\$700) do valor e despesas de embalagem, embarques, frete e seguro dos livros da História de Sergipe do Dr. Felisbello Freire, comprados à mesma Livraria; de um ofício do Departamento Estadual de Estatística da Bahia, oferecendo à Biblioteca do Instituto um exemplar do Indicador das Fimas Exportadoras daquela cidade; de um cartão da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, oferecendo à mesma biblioteca do Instituto, os trabalhos: Socialização do Direito, por Gabriel de Rezende e Seminário de Legislação, publicado pela referida Faculdade de Direito; de uma carta do secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comunicando ter atendido o apelo deste Instituto, enviando numeros da Revista daquele sodalício, faltantes em nossa coleção; de um ofício do Sr. Gustavo Brandão Filho, comunicando ter assumido as funções de diretor da Imprensa Oficial do Estado; de um ofício da Divisão do Orçamento do Ministério da Educação e Saúde Pública, recomendando que no ofício ou requerimento pedindo subvenção federal seja mencionada a data em que foi recebida pelo sodalício a subvenção imediatamente anterior; cartões do Dr. Nelson de Souza e Oliveira, Inspetoria Geral e funcionários do Guarda Civil e de Veículos desta Capital, da Chefia de Polícia e Funcionários do Departamento de Segurança Pública do Estado, todos enviando votos de boas festas; de um telegrama da Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro, comunicando que a duplicata correspondente à compra dos volumes da História de Sergipe do Dr. Felisbello Freire fora encaminhada ao Banco Mercantil Sergipense para a necessária cobrança.

Na ordem do dia foram lidos dois pareceres da Comissão de Admissão de Sócios, opinando, unanimemente, pela aceitação dos candidatos Coronel José Vieira Sobral e Cônego Edgard Brito, para sócios efetivos e Dr. Rosaldo Fer-

nandes dos Santos e Almirante Dr. Heráclito de Oliveira Sampaio para sócios correspondentes, pareceres que foram unanimemente aprovados, mandando a Presidente fazer as devidas comunicações. O Tesoureiro apresentou o balanço correspondente ao ano de 1941, acusando um saldo de 1:982\$800.

Foi em seguida lido o parecer da Comissão da Fazenda e Orçamento, opinando pela aprovação do Relatório da Presidente e contas do ano de 1941, o qual foi submetido a discussão e a votos, sendo unanimemente aprovado.

O Tesoureiro comunicou à casa ter recebido em data de ontem, 9 do corrente, a subvenção federal de cinco contos de réis (5:000\$000) correspondente ao ano de 1941.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anfilóquio Vale, 2.º secretário, lavrei a presente ata.

(aa) **Hunald Cardoso**, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 8 de Fevereiro de 1942.

Presentes os membros da Diretoria, drs. José Calazans Brandão da Silva e Luiz Garcia, srs. Epitânio da Fonseca Dória e João Nunes de Melo, comigo Anfilóquio Vale, 2.º secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência do dr. José Calazans Brandão da Silva, na falta justificada do presidente efetivo professor José Augusto e dos 1.º e 2.º vice-presidentes.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou de vários jornais, revistas, livros e opusculos, de várias procedências, que o presidente mandou encaminhar à biblioteca, depois de processado o expediente agradecendo. Seguiu-se depois a ordem do dia. Foi lida uma proposta firmada por cinco sócios quites, por iniciativa do 1.º secretário Epitânio da Fonseca Dória, nela figurando a candidatura dos conterrâneos professor Jucundino de Souza Andrade, autor do recente livro "A Tentação de Jesus" e José Augusto Garcez, autor do opusculo "Prado Valadares", para sócios efetivos.

Julgada objeto de deliberação foi a referida proposta despachada à comissão de admissão de sócios.

O dr. José Calazans, depois de referir-se com elogios, aos serviços prestados ao Instituto pelo jornalista Vicente Calamelli, propôs se lançasse um voto de pesar na ata da sessão de hoje pelo falecimento do mesmo, ocorrido no dia 4, na capital federal, dando-se conhecimento à família, desta deliberação, sendo aprovado. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que, para constar, eu Anfilóquio Vale, 2.º secretário, lavrei a presente ata.

(aa) **José Calazans Brandão da Silva**
Anfilóquio Vale

Termo de comparecimento lavrado em 6 de Março de 1942.

Aos seis dias do mês de Março do ano de 1942, às 20 horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria Epiânio Dória, João Nunes de Melo, comiço Anfilóquio Vale, segundo secretário, e faltando por motivo justificado os demais membros da mesma Diretoria, deixou de haver sessão, por falta de número legal, lavrando eu, Anfilóquio Vale, este termo justificando a falta de sessão.

Termo de comparecimento lavrado em 6 de Abril de 1942.

Aos seis dias do mês de Abril de 1942, às 20 horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria, Epiânio da Fonseca Dória, João Nunes de Melo, comiço Anfilóquio Vale, 2.º Secretário, faltando por motivo justificado os demais membros da mesma Diretoria, deixou de haver sessão por falta de número legal, lavrando eu, Anfilóquio Vale, o presente termo justificando a falta de sessão.

Ata da sessão do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada em 6 de Maio de 1942.

Aos seis dias do mês de maio de 1942, presentes os membros da Diretoria Dr. José Calazans Brandão da Silva, Epiânio da Fonseca Dória, João Nunes de Melo, Dr. Luiz Garcia, comiço Anfilóquio Vale, 2.º secretário, faltando com causa participada os demais membros da mesma Diretoria, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. José Calazans, na qualidade de secretário geral.

Foram lidas e regularmente aprovadas a ata de 10 de Janeiro e os termos de comparecimento dos meses de Março e Abril.

Constituiu o expediente de vários livros, folhetos, revistas e jornais recebidos do país e do estrangeiro e das várias cartas, cartões, circulares e ofícios recebidos de diversas procedências. Mandou o presidente arquivar o expediente apresentado, depois de processado o agradecimento de todo ele.

Aberta a ordem da dia o consocio Epiânio Dória, com o apoio dos consócios João Nunes de Melo e o redator desta ata, apresentou uma proposta no sentido de ser pelo Instituto comemorado solenemente a passagem do cinquentenário da eleição e posse do General José Calazans para o alto posto de nosso primeiro presidente constitucional depois da queda da Monarquia, rendendo-se assim uma homenagem ao venerando militar conterrâneo que foi no governo do Estado e no Exército Nacional um grande e devotado servidor da República, realizando um governo rigorosamente honesto e empreendedor, numa fase erigida de mil dificuldades.

A referida proposta foi unanimemente aprovada.

Em seguida foi lido o parecer da comissão de admissão de sócios opinando pela aceitação dos candidatos José Augusto Garcez e Professor Jucundino de Sousa Andrade. Posto em discussão o reinando silêncio foi posto a votos, sendo unanimemente aprovado.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu Anilóquio Vale, 2.º secretário, lavrei a presente ata.

(ac) **Augusto Maynard Gomes, Presidente**
Anilóquio Vale, 2.º secretário

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 18 de Maio de 1942.

Aos dezolito dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e quarenta e dois, no salão de conferencias do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, às vinte horas, presente o Exm.º Sr. Interventor Federal coronel Augusto Maynard Gomes, altas autoridades federais, estaduais e municipais grande numero de cavalheiros, senhoras e senhorinhas do escol social aracajuano, docentes e discentes das escolas secundarias, representantes das classes militares, da imprensa e do clero, foi, pelo presidente, professor José Augusto da Rocha Lima, convidado o chefe do Estado a ocupar a presidencia da sessão. Assumindo a presidencia o Exm.º Sr. Cel. Augusto Maynard Gomes mandou ler a ata da sessão anterior, a qual foi lida e regularmente aprovada.

Não houve expediente.

Usou da palavra o professor José Augusto, presidente efetivo do Instituto, declarando que o fim daquela sessão era render merecida homenagem ao venerando militar José Calazans, a quem coubera a gloria de inaugurar, ha cincoenta anos passados, a regime constitucional no Estado, depois do advento da República, comemorando-se ao mesmo tempo a passagem do cincoentenario da constitucionalização do Estado, depois da queda do Imperio.

Ao finalizar o seu brilhante improviso, em que pôs em relevo o perfil moral e cívico do General José Calazans, foi o professor José Augusto aplaudido por calorosas palmas da numerosa e selecta assistencia. Em seguida obteve a palavra o 1.º secretário Epilônio da Fonseca Dória, que apresentou uma proposta, firmada por mais de 25 socios, entre eles os membros d comissão de admissão de socios para que fosse aceito socio honorario do Instituto o General José Calazans, pedindo, ao mesmo tempo, dispensa da parecer da referida comissão de vez que na seus membros, tendo subscrito a proposta, tinham dado a sua aprovação tácita à mesma. Aceito esse pedido foi a proposta submetida à deliberação dos socios presentes, a qual foi unanimemente aceita por uma vibrante salva de Palmas. Em face deste resultado foi, immediatamente, entregue ao novo socio honorario o respectivo diploma.

Foi em seguida dada a palavra ao orador oficial do Instituto, jornalista dr. Lutz Garcia, que subiu à tribuna sob palmas da assistencia. O ilustre

orador proferiu longo e brilhante discurso, estudando a vida exemplar do homenageado, sendo, ao terminar, entusiasticamente aplaudido. Usou, em seguida da palavra o desembargador Gervasio Prata, presidente do Tribunal de Apelação do Estado, que proferiu eloquente discurso, estudando, em traços rápidos, a ação governamental do General José Calazans, na organização da Justiça no Estado, depois da queda do regime monárquico. O discurso do íntegro e culto magistrado foi também vivamente aplaudido.

Falou depois o homenageado, profundamente emocionado, que traduziu os seus agradecimentos ao Instituto e aos que a ele para tanto se ahiaram, á homenagem conspícuada que acabava de receber, uma das maiores de sua vida. Ao terminar sua oração de agradecimentos foi o General José Calazans aplaudido por palmas demoradas, sendo muito cumprimentado por todos os presentes.

Franqueada a palavra ninguém mais fez uso dela, sendo encerrada a sessão de que, para constar eu, Anfilóquio Vale, 2.º Secretário, livre a presente ata.

(aa) **José Augusto da Rocha Lima**, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Junho de 1942.

Aos seis dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e quarenta e dois, na sede social deste Instituto, às vinte horas, presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto da Rocha Lima, major João Nunes de Melo, dr. Luiz Garcia e Epifânio da Fonseca Dória, comigo Anfilóquio Vale, 2.º secretário, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro. Foi lida e regularmente aprovada a ata da sessão anterior.

O expediente constou de vários livros, folhetos revistas e jornais recebidos do país e do estrangeiro, e de vários ofícios e circulares que o presidente mandou acusar a recebimento e arquivar.

Na ordem do dia foi apresentada uma proposta firmada por cinco sócios quites no sentido de ser aceite sócio efetivo e conceituado conterrâneo José de Carvalho Andrade, admirável calígrafo a quem o Instituto tem recorrido constantemente para a confecção dos diplomas de sócios.

Considerada objeto de deliberação o presidente despachou dita proposta á comissão de admissão de sócios.

Foi apresentada também uma proposta firmada pelo consócio Epifânio Dória e mais quatro sócios quites, no sentido de ser aceite sócio correspondente o escritor patriótico dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Belo, escritor de nomeada, residente na capital da República. Foi igualmente julgada objeto de deliberação, despachando-a o presidente á comissão de admissão de sócios.

O 1.º secretário Epifânio Dória, comunicou á casa que o retrato a óleo do saudoso presidente do Instituto dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda estava sendo confeccionado pelo artista conterrâneo Florival Santos esperando-se

poder inaugurá-la, solenemente, no dia 28 do corrente, quando se completam sete anos do falecimento do saudoso consócio.

Acrescentou que era pensamento da família do homenageado honrar-lhe a memória rendendo, em nome dela, uma homenagem à mocidade estudantil dos cursos secundário e normal, pela distribuição de alguns livros úteis, pelo modo que a mesma ilustre família determinar. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anilóquio Vale, 2.º secretário, lavrei a presente ata.

(ca) **José Augusto da Rocha Lima**, Presidente
Anilóquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Julho de 1942.

Presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto, dr. José Calazans, João Melo e Epifânio Dória, comigo Anilóquio Vale, 2.º secretário, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou de circulares e ofícios de diversas procedências, que o presidente mandou arquivar, depois de respondidos. Constou ainda o expediente de livros, opúsculos, revistas e jornais do país e do estrangeiro, mandando o presidente encaminhá-los à bibliotéca, depois de agradecida a remessa dos mesmos. Constou mais de um cartão do sócio efetivo, tenente José Correia dos Santos, pedindo sua eliminação do quadro social, como meio de cortar despesas do seu orçamento pessoal, cartão que ficou reservado à ordem do dia da presente sessão.

Aberta a citada ordem do dia, foi dada à discussão o referido pedido de eliminação, que foi unanimemente indeferido.

Foi submetido em seguida à discussão o parecer da comissão de admissão de sócios, favoráveis à aceitação de José de Carvalho Andrade para sócio correspondente, parecer que foi unanimemente aprovado.

Foram apresentadas duas propostas para sócios efetivos, indicando os nomes dos drs. Osvaldo Barreto Dantas e Armando Domingues, os quais foram despachados à comissão competente.

O dr. José Calazans propôs a realização de um congresso de História e Geografia de Sergipe, a realizar-se em Maio do ano próximo, expondo minuciosamente a sua interessante sugestão, que foi aceita, depois de troca de opiniões entre os sócios presentes, todas favoráveis à feliz lembrança. Ficaram mais ou menos assentadas, em cordial entendimento, os detalhes do referido congresso.

Passou-se em seguida a tratar da solenidade a realizar-se no próximo dia 6 de Agosto, quando o Instituto completará 30 anos de vida, e quando deverá ser inaugurado, festivamente, o retrato do seu antigo presidente, dr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, que tanto se esforçara para que o sodalício possuísse casa própria, sonho que se corporificou na mais bela realidade.

O 1.º secretário Epifânio Dória comunicou que a família do saudoso consócio, representada pelos drs. Newton e Edilson Lacerda, desejosa de concorrer para que a homenagem se revista de um cunho especial, resolvêra oferecer ao Instituto oito exemplares do excelente Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, de Hildebrando Lima e Gustavo Barros, em 3.ª edição, para serem distribuídos pelo Instituto aos estudantes do Colégio de Sergipe, do Ginásio Tobias Barreto, da Escola Normal Rui Barbosa e da Escola de Comércio Conselheiro Orlando, que mais se tenham distinguido pela aplicação e boa conduta, este ano, sendo 2 para cada estabelecimento.

O dr. Newton Lacerda, quiz ir um pouco adiante, instituindo um prêmio anual de 100\$000, denominado "Prêmio dr. Nobre de Lacerda", a ser dado ao aluno do Colégio de Sergipe, que tenha revelado maior aplicação nos estudos, devendo ser entregue solenemente pelo Instituto a 28 de Junho de cada ano áquele a quem couber.

Ficou assentado que a secretaria do Instituto oficiasse aos diretores dos estabelecimentos mencionados, comunicando-lhes a nobre deliberação da família Nobre de Lacerda, e pedindo para indicar os nomes dos alunos aos quais devam caber os prêmios pela forma por que foram instituídos, rogando ao mesmo tempo, por intermédio dos mesmos diretores, o comparecimento da mocidade estudantil á sessão de 5 de Agosto, o que constituirá uma demonstração de civismo e de reconhecimento, ao mesmo tempo, pois a instituição dos prêmios, com ser um tributo á memória do consócio falecido, teve também em vista render uma homenagem á classe estudantil.

Nada mais occorrendo foi encerrada a sessão, convocando o presidente os membros da Diretoria para uma outra no dia 13 do corrente, ás mesmas horas, afim de deliberar-se, mais concretamente, sobre o 1.º Congresso de História e Geografia de Sergipe, e a que mais occorrer, lavrando eu, Anfilóquio Vale, 2.º secretário, a presente ata.

(Ass.) **José Augusto da Rocha Lima**, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 5 de Agosto de 1942.

Presentes grande número de sócios, o dr. Leite Neto, secretário geral do Estado, representando o exmo. sr. Interventor Federal no Estado, Coronel Augusto Maynard Gomes; o Tenente Coronel Gilberto de Freitas, comandante do 28 Batalhão de Caçadores, o comandante Gentil Homem de Menezes, Capitão dos Portos deste Estado; uma representação da Força Policial, composta dos Majores João José dos Anjos e Hermeto Feltosa e do Capitão Médico dr. Osvaldo Dantas; o Cônego Olívio Teixeira, representante do exmo. e revm.º sr. Bispo Diocesano, d. José Tomas; o sr. José Peralva, representante do sr. Prefeito da Capital, José Garcez Vieira; professores dos cursos secundário, normal, comer-

dos alunos da Escola de Comércio "Conselheiro Orlando", por ter deixado de comparecer à sessão e não ter indicado quem o representasse, silenciando inteiramente a respeito do mesmo prêmio e da solenidade. Terminada a entrega dos prêmios, que foi feita sob palmas constantes da numerosa assistência, proferiu entusiástico discurso que a todos agradou, o estudante do curso complementar do Colégio de Sergipe, Ronaldo Guimarães Fernandes, que foi muito aplaudido ao terminar. Franqueada a palavra a quem dela quizesse fazer uso ninguém a solicitou. Falou então o presidente da sessão, dr. Leite Neto, que proferiu palavras de estímulo às festas de tal natureza, dizendo que como representante do Chefe do Estado, transmitia o apóio d'esse às iniciativas daquela natureza. Agradeceu aos presentes o seu honroso comparecimento à festa e encerrou em seguida a sessão, mandando lavrar a presente ata que, eu, Antilôquio Vale, segundo secretário, a lavrei, para registro de todo o ocorrido.

(na) José Augusto da Rocha Lima, Presidente
Antilôquio Vale, 2.º Secretário

Ata de sessão da diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 10 de Agosto de 1942.

Presente número legal de membros da diretoria, foi aberta a sessão, sob a presidência do professor José Augusto da Rocha Lima.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão do dia seis.

O expediente constou do seguinte: circular da Associação Aracajuana de Beneficência Hospital de Santa Isabel, comunicando a eleição e posse de seus novos diretores; proposta firmada por cinco sócios, por iniciativa do consócio Epilânio Dória, no sentido de ser eleito sócio correspondente, o coronel Laurentio Lago, eminente militar e homem de letras, de quem o Instituto vem recebendo, em caráter obsequioso, livros e opúsculos de sua autoria, todos de valor indiscutível; proposta que foi despachada à comissão de admissão de sócios; ofícios dos consócios capitão de fragata Luiz Alves de Oliveira Belo e do dr. Rosalvo Fernandes dos Santos, agradecendo sua eleição para sócios correspondentes; carta da empresa "Mandatos Brasil Ltd.", do Rio de Janeiro, sobre assunto de interesse da mesma; circular do sr. João Alves Bezerra, comunicando a sua posse no cargo de chefe da divisão de turismo e divertimentos públicos do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda; carta de Justino A. de Vasconcelos, de Cachoeira, Rio G. do Sul, pedindo as publicações do Instituto; telegrama da firma Ugo Bernardini, de S. Paulo, comunicando a remessa de documentos relativos à compra de um arquivo de aço, efetuada pelo Instituto; cartão do dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho, remetendo recortes de jornal, com artigos de sua autoria; cartão do diretor interino do Departamento Estadual de Estatística e Estudos Econômicos do Município da capital, pedindo informes sobre as atividades e biblioteca do Instituto. O presidente mandou agradecer arquivar o expediente lido.

O 1.º secretário, Epifânio Dória, comunicou que no mês de julho findo o Instituto recebeu 10 obras em 10 volumes, além de 6 folhetos, sendo ofertantes: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Prefeitura Municipal de Belém, Para, o Departamento de Imprensa e Propaganda da República, o Departamento Estadual de Estatística de Sergipe, o coronel Laurentio Lago e o Departamento Nacional do Café.

Apresentou ainda a lista dos jornais e revistas recebidos no correr do mês de julho último.

Comunicou também terem sido adquiridos para a biblioteca duas obras de Tobias Barreto, ambas esgotadas: *Menores e Loucos*, edição de 1926 e *"Dias e Noites"*, da 1.ª edição.

Aberta a ordem do dia foi lida pelo secretário geral dr. José Calazans, o regulamento do 1.º Congresso de História e Geografia de Sergipe a se reunir em Maio de 1943, pelo mesmo organizado, o qual foi aprovado. Tratou-se em seguida de detalhes relativos ao mesmo Congresso, ficando o secretário geral dr. José Calazans, incumbido da redação, impressão e distribuição de circulares.

O 1.º secretário Epifânio Dória, comunicou que os sócios efetivos, drs. Manuel Ferreira da Silva Neto, Renato Dominguss e Everal Pimentel transferiram residência para fóra do Estado, devendo serem transferidos para o quadro de sócios correspondentes nos termos do artigo 13 dos Estatutos, o mesmo devendo acontecer com o dr. Epaminondas Torres, sócio efetivo, aceito em 13 de Setembro de 1912, que ha longos anos se transferiu para a cidade da Baía e nunca se fez sua transferência, ficando deste modo irregular a sua situação. Propõe a seguir que se façam as citadas transferências, o que foi aprovado.

Sugeriu ainda o 1.º secretário que fosse feita a transferência do consócio dr. Enock Santiago da classe dos correspondentes para a dos efetivos nos termos do citado art. 13, o que foi aprovado, mandando o presidente fazer as devidas comunicações.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão, de que eu Anfilóquio Vale, 2.º secretário, lavrei a presente ata.

(aa) **José Augusto da Rocha Lima**, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 25 de Agosto de 1942.

Aos vinte e cinco dias do mês de Agosto de mil novecentos e quarenta e dois, às vinte horas, na sede social presentes diversos sócios, o exmo. sr. Interventor Federal no Estado, coronel Augusto Maynard Gomes; oficialidade do 23 B. C. e da Força Policial, à frente das quais os respectivos comandantes, tenente coronel Gilberto de Freitas e coronel Bernardino Dantas; comandante Gentil Homem de Menezes, capitão dos Portos do Estado; professores e alunos dos estabelecimentos do ensino; representantes do clero, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, ocupou a presidência da sessão, a convite do

presidente efetivo, professor José Augusto da Rocha Lima, o exmo. sr. Interventor Augusto Maynard Gomes, que declarou aberta a sessão, mandando ler a ata anterior, que foi aprovada, sem emendas.

Não houve expediente.

Usou da palavra o professor José Augusto da Rocha Lima, declarando, em brilhante improviso, que o fim da sessão, realizada em comunhão de vistas com a guarnição federal no Estado, era prestar homenagem cívica à memória do grande brasileiro Duque de Caxias, símbolo do civismo das forças armadas e da própria nação.

Exalta o orador o espírito de brasilidade dos sergipanos e a decisão das nossas forças armadas de preservar a nação contra os inimigos externos e internos que lentem contra a sua paz e a sua soberania. Teve palavras de justa condenação aos atos de guerra praticados contra o país, dentro de nossas águas territoriais, sem motivos sem prévia notificação.

Foi concedida a palavra ao orador oficial das forças armadas, major Roberto Declindo Santiago, que proferiu eloquente oração glorificadora da memória do Duque de Caxias, sendo vivamente aplaudido, ao terminar. Falou em seguida o orador designado pelo Instituto, desembargador Edison Ribeiro, que dissertou, com o seu costumado brilho, sobre o grande soldado da Pátria, glória de sua geração e do Brasil. O orador foi muito aplaudido ao terminar o seu discurso.

Foi em seguida tranqueada a palavra a quem dela quizesse fazer uso. Reinando silêncio, foi encerrada a sessão, agradecendo o presidente às pessoas presentes o seu comparecimento.

No saguão do edifício do Instituto tocou durante a sessão a banda da Força Policial do Estado, cedida pelo seu ilustre comandante. Nada mais ocorrendo, mandou o sr. presidente que fosse lavrada esta ata, que eu, Anilóquio Vale, 2.º secretário, a escrevi.

(aa) José Augusto da Rocha Lima, Presidente
Anilóquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico
e Geográfico de Sergipe, realizada a 6 de Setembro de 1942.

Presente número legal de membros da Diretoria, foi aberta a sessão, sob a presidência do professor José Augusto da Rocha Lima. Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão solene de 25 de Agosto findo.

O expediente constou de um telegrama do dr. Luiz Vergara, secretário da presidência da República, agradecendo, em nome do chefe da nação, a solidariedade do Instituto assegurada pelo seu presidente nas medidas de preservação da soberania nacional, ameaçada pelos povos contrapostos ao ideal democrático; do parecer da comissão de admissão de sócios, opinando pela aceitação do coronel Laurento Lago para sócio correspondente, o qual ficou re-

servado para a ordem do dia da sessão de hoje: de ofícios do presidente da Academia Americana de História de Buenos-Aires, convidando o Instituto a se representar no V Congresso Inter-Americano de História que se vai reunir em Buenos Aires a 16 de Outubro próximo, o qual também ficou reservado para a ordem do dia de hoje, e do diretor da Divisão de orçamento do Ministério da Educação e Saúde Pública, restituindo documentos que o Instituto lhe enviara sobre a aplicação dada à subvenção federal concedida em 1941, afim de serem satisfeitas exigências que julgou necessárias; de uma carta do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, oferecendo à biblioteca do Instituto um "Album do Município do Crato".

Apresentou o 1.º secretário a seguinte lista dos jornais, revistas e livros recebidos no correr do mês de Agosto findo.

Jornais: Diários oficiais de Alagoas, Maranhão, Mato Grosso, Minas, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio G. do Norte, Estado do Rio e Sergipe; Correio de Aracajú, Fôlha da Manhã e O Nordeste desta capital.

Revistas: Anais do Arquivo da Marinha, Arquivos do Instituto de Pesquisas Agronômicas de Pernambuco, Boletim do Departamento Estadual de Estatística de S. Paulo, Boletim do Instituto do Açúcar e do Alcool, Brasil Ferro Carril, Brasil de hoje, de ontem e de amanhã, Coop. Dos Jornais, Enciclopedia de Educacion (de Montivideo), Hamann, Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo, Revista del Caribe (de Caracas), Revista da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e Venezuela (de Caracas).

Livros e opusculos: História do Café, pelo dr. Afonso de Taunay, volumes 3 a 5, 9 a 12 e Relatório do Departamento do Café de 30 de Abril de 1942, remetidos pelo referido Departamento; O nune tutelar das massas trabalhadoras. Os suburbios cariocas no regime do Estado Novo por H. Dias da Cruz e Um decênio de política externa por Jorge Maia, remetidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de República; Hino Nacional Argentino, por Blas Parera e Mensaje del Vice-presidente de la Nacion Ramon S. Castillo al Congresso Nacional em Mayo de 1942, remetidos pela Divisão de Publicidade e Propaganda do Ministério das Relações Exteriores da República vizinha; Mensaje que el ciudadano General Isaias Medina, presidente de los Estados Unidos de Venezuela presente al Congresso Nacional en sus sesiones ordinarias de 1942, remetida pela oficina Nacional de Prensa; Iniciação cooperativista pelo dr. Nonato Marques, remetida pelo Departamento de Assistência do Cooperativismo da Baía.

Foi lida uma proposta, firmada por cinco sócios quites, apresentando para sócios efetivos os senhores Lindolfo de Souza Campos, tabelião publico nesta Capital, coronel Alfredo Sebrão Busch, industrial, também residente nesta Capital e coronel Bernardino Daniza, comandante da Força Policial do Estado, proposta que foi despachada à comissão de admissão de sócios para o necessário estudo.

Aberta a ordem do dia foi lida submetida à discussão e parecer da comissão de admissão de sócios opinando pela aceitação do coronel Laurento Lago, o qual foi unanimemente aprovado. Quanto ao ofício da Academia Americana de História ficou resolvido que se oficiasse a um ou mais sócios correspondentes, com residência na Capital portenha, pedindo-lhe para representar o Instituto no

V Congresso Inter-Americano de História que se vai reunir ali a 16 de Outubro deste ano.

Usa em seguida da palavra o presidente que faz eloquente apologia do ideal democrático, tal como viceja neste novo mundo que não sabe dar passo às questões e aos conflitos por questões religiosas. Ocupa-se do grande acontecimento político que foi a independência do Brasil, estando o Instituto inteiramente integrado no desejo geral de que o Brasil, sem recelar ação dos novos conquistadores de terras e assoladores de nações, prossiga vitorioso na sua marcha evolutiva, nos terrenos econômicos, político e cultural.

Exalta a orientação serena, mas profundamente enérgica, do presidente Getúlio Vargas, na hora decisiva que vamos vivendo.

As suas palavras foram entusiasticamente aplaudidas pelos presentes.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anfilóquio Vale, 2.º secretário lavrei a presente ata.

(aa) **José Augusto da Rocha Lima**, Presidente
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário.

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 de Outubro de 1942.

Presentes os membros da Diretoria: Prof. José Augusto da Rocha Lima, Srs. Epifânio Dória e João Nunes de Melo, comigo Anfilóquio Vale, segundo secretário, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro, sendo lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou do parecer da comissão de admissão de sócios, proferido na proposta que lhe foi encaminhada na sessão passada, o qual ficou reservado para a ordem do dia da presente sessão; de uma proposta, firmada por cinco sócios efetivos, indicando para sócios o Dr. Fernando de Figueiredo Porto, engenheiro da Prefeitura da Capital, e Srs. José Leite e Antônio Porfírio de Brito, proposta que foi encaminhada à comissão de admissão de sócios; cartas de Luiz Kraus, Pe. Filadelfo de Oliveira, Frei Fidelis Ott e Dr. Carlos Vieira Sobral, acusando o recebimento do N.º 16, da Revista; telegramas do Dr. Luiz Vergara, secretário da presidência da República e Ugo Bernardini, o primeiro agradecendo, em nome do Chefe da Nação, cumprimentos enviados no dia da Pátria e o segundo comunicando achar-se em Santos o arquivo de aço encomendado pelo Instituto, aguardando vapor que o conduza para esta Capital; carta do Diretor da Brazilian Government Trade Bureau, de New York, acusando o recebimento de um exemplar da História de Sergipe, do Dr. Felisbello Freire; carta de Maméde Barreto de Aguiar, pedindo a remessa dos ns. 15 e 16 da Revista; carta do Dr. Luiz do Prado Ribeiro, relativa às suas providências no encaminhamento dos papéis do Instituto para comprovação da subvenção federal de 1941 e pedido da de 1943; ofício do tenente Atila Ramos, comunicando a sua posse nas funções de Inspetor Geral da Inspetoria Geral da Guarda Civil

e de Veículos; circular do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, comunicando a eleição e posse da nova diretoria; carta do Dr. Mário Meia, extrahando a falta do seu nome na lista de sócios correspondentes, publicada no último número da Revista e pedindo o envio do referido número.

Apresentou o primeiro secretário a lista de livros, opúsculos, revistas e jornais recebidos em Setembro último a saber: **Livros e opúsculos:** Don Duarte II no Brasil; descendência do Barão de Granito; descendência do Barão de Buíque e Índice da Aristocracia Pernambucana, editados pelo Dr. Guilherme Auler; O Município de Crato, oferta do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará; Primeira Conferência, Internacional de Economia e Administração do Amazonas, discurso do Interventor Alvaro Maia, oferta do Departamento Estadual de Estatística do Amazonas; **Revistas e Jornais:** Boletim do Rotary Club do Recife, Coop., Bahia; Revista do Departamento de Assistência às Cooperativas de Pernambuco, Recife; Santo Antônio, Bahia; Diário oficiais de Pernambuco, Piauí, Estado do Rio, Rio Grande do Norte e Sergipe, Fôlha da Manhã, e O Nordeste, de Aracajú.

Mandou o presidente arquivar o expediente lido, depois de respondido.

Na ordem do dia, foi lido e aprovado unanimemente o parecer da comissão de admissão de sócios, sendo aceitos sócios efetivos, o Coronel Bernardino Dantas, o Sr. Alfredo Eabrão Busch, o Dr. Carlos Vieira Sobral e o Sr. Lindolfo de Souza Campos; mandou o Presidente que a secretária providenciasse as devidas comunicações.

O primeiro secretário, Epifânio Dória, comunicou o falecimento do sócio Leopoldo Araújo Souza, ocorrido na cidade da Estância a 1.º do corrente, pedindo a inserção de um voto de pesar, na ata de hoje e a expedição de um telegrama de condolências à família da sócio falecido, o que foi aprovado. Comunicou o presidente que tendo sido nomeado funcionário da Fazenda Nacional, o bibliotecário José Garcez Dória, contratara os serviços de Amintas Andrade Garcez, diplomado pela Escola de Comércio e pelo curso ginasial no Colégio Salesiano, para substituí-lo, por portaria n.º 1, em 10 de Setembro findo tendo assumido o exercício a 11.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Anilôquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata.

(aa) José Augusto da Rocha Lima, Presidente
Anilôquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada no dia 14 de Outubro de 1942, para posse do sócio correspondente Dr. Lauro Bórba.

Às quatorze dias do mês de Outubro de mil novecentos e quarenta e dois, às 20 horas, na sede social, presente grande número de sócios, presente também o Exm.º Sr. Interventor Federal em exercício, Dr. Francisco Leite Neto,

a officialidade da Força Pública do Estado, á frente da qual seu ilustre Comandante, Coronel Bernardino Dantas, o representante do Sr. Prefeito da Capital, grande número de normalistas da Escola Normal "Rui Barbosa", os rotarianos da cidade, inclusive o governador do Distrito Rótario a que pertence Sergipe, Dr. Pedro Canú, grande número de cavalheiros, senhoras e senhorinhas da nossa sociedade, — foi aberta a sessão pelo Exm.^o Sr. Dr. Francisco Leite Neto, 2.^o Vice-Presidente, não tendo comparecido, por motivo de saúde, o presidente professor José Augusto da Rocha Lima.

Não houve leitura da ata por ter faltado, com causa justificada, o 2.^o secretário. Também não houve expediente.

Abrindo a ordem do dia, declarou o presidente, ser esta a pôsse solene do sócio correspondente, Dr. Lauro Bórba, que, se encontrando com assento na Mesa, foi convidado a prestar o compromisso do estilo, o que fez sob uma salva de palmas. Empossado, pediu a palavra o Dr. Lauro Bórba, proferindo longo discurso, no qual discorreu sobre assuntos ligados á história e á economia de Sergipe, tecendo comentários eruditos sobre a questão da Canalização dos rios sergipanos que a tal se prestam.

Ao terminar o seu discurso fez o dr. Lauro Bórba saudado por demorada salva de palmas. Em seguida o presidente concede a palavra ao consócio Epitânio da Fonseca Dória para dirigir ao sócio empossado a saudação do Instituto. Ocupou então a tribuna o aludido consócio, proferindo ligeira allocução em que poz em relêvo os méritos morais e intelectuais do novo sócio, sendo o orador aplaudido por toda a assistência.

Usa em seguida da palavra o consócio Dr. José Calazans Brandão da Silva, que num brilhante improviso, discorreu sobre a questão da Canalização dos rios de Sergipe, no ponto de vista histórico, causando o seu discurso ótima impressão e sendo muito aplaudido ao deixar a tribuna.

Falou em seguida o presidente da Mesa dr. Leite Neto, dissertando, num longo e erudito improviso, sobre os assuntos ventilados nos discursos dos Drs. Lauro Bórba e José Calazans.

Tocou no saquão do edificio a banda da musica da Força Policial, gentilmente cedida pelo seu ilustre Comandante. Nada mais occorendo foi encerrada a sessão do que eu, Afílioquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata, servindo-me das notas que me foram fornecidas pelo 1.^o Secretário.

ca) José Augusto da Rocha Lima, Presidente
Afílioquio Vale, 2.^o Secretário

Ata da sessão ordinaria da Diretoria do Instituto Historico e Geografico de Sergipe, realizada a 6 de Novembro de 1942.

Presentes os membros da Diretoria, Prof. José Augusto, Dr. José Calazans, Epitânio Dória e Major João Melo, comigo, segundo secretário, Afílioquio Vale, foi aberta a sessão, sob a presidência do Prof. José Augusto.

Foram lidas as atas de 6 a 14 de Outubro findo, as quaes foram approvadas sem emendas. O expediente constou de uma carta da viuva do extinto consocio Leopoldo Araujo, agradecendo as condolencias que lhe foram enviadas; de um officio do consocio dr. Carlos Sebral, devolvendo devidamente preenchida, a sua ficha de socio; de telegramas do Coronel Bernardino Dantas, agradecendo a sua eleição para socio; do dr. Lauro Barba, socio correspondente, comunicando a sua vinda a esta capital, aproveitando o ensejo para ser empossado; e do dr. Luiz Vergara, secretario da Presidencia da Republica, agradecendo, em nome do Chefe da Nação, as felicitações do presidente do Instituto pela seu restabelecimento; de um officio do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda do Ceará, agradecendo a remessa do n.º 16 da Revista do Instituto; de uma circular da casa A. Fonseca & Cia. sobre a passagem do 75.º aniversario da fundação da mesma casa; de uma carta da firma Ugo Bernardini, de S. Paulo, comunicando cechar-se em Santos, aguardando vapor, para sua condução, e arquivo de ago comprado pelo Instituto; de parecer da comissão de admissão de socios sobre a proposta dos nomes dos mrs. dr. Fernando de Figueiredo Porto e Antonio Porfirio de Brito para socios efetivos, o qual ficou reservado à ordem do dia da sessão de hoje, e de cartões de Biblioteca Collixo Nabrega, de João Pessoa e do commandante Oliveira Belo, acusando o recebimento do n.º 16 da Revista.

Foi lida no expediente a lista de revistas e jornais recebidos no mês de Outubro, a saber: O Avião, Rio; Boletim do Departamento Estadual de Estatística de S. Paulo; Boletim do Instituto do Açúcar e do Alcool; Brasil Ferro Carril, Rio; Boletim da Secretaria de Agricultura de Pernambuco; Coop., Bahia; Hamann Economia e Finanças, Rio; Liga Marítima Brasileira, Rio; Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo; Revista do Departamento Nacional do Café, Rio; Revista da Faculdade de Direito de S. Paulo; Diário do Estado, de Pernambuco; Diários Officiaes do Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Estado do Rio, Santa Catharina, Sergipe, Folha da Manhã desta capital, e Minas Gerais, do Belo Horizonte.

Foi lida igualmente a lista dos livros e folhetos recebidos, sendo 11 obras em 11 volumes e 3 folhetos ofertados pelo Departamento Estadual de Estatística de Santa Catharina, Museu Paulista, Academia Matogrossense de Letras, Departamento de Imprensa, e Propaganda do Rio de Janeiro, e Casa dos Artistas, tambem do Rio.

Aberta a ordem de dia foi lido o parecer da comissão de admissão de socios, emitido na proposta dos candidatos dr. Fernando Figueiredo Porto e Antonio Porfirio de Brito, o qual foi unanimemente approved.

O consocio Epifanio Doria propõe que se lançasse na ata do dia um voto de pesar pelos falecimentos dos escriptores patrios Xavier Marques e dr. Carlos Ribeiro, occorridos na cidade da Bahia, porposta que foi approva unanimemente. Nada mais occorrendo, foi encerrada a sessão de que, eu, Anfiloquio Vale, lavrei a presente ata.

(ass) José Augusto da Rocha Lima, Presidente
Anfiloquio Vale, 2.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 6 Dezembro de 1942.

Aos seis dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e quarenta e dois, às vinte horas, presentes os membros da Diretoria, professor José Augusto, dr. José Calazans, Eplânio Dória, major João Nunes de Melo, comiço, Anfilocínio Vale, segundo secretário, foi aberta a sessão sob a presidência do professor José Augusto.

Foi lido e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente consistiu de um ofício do Conselho Nacional de Geografia e um cartão do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, acusando o recebimento do número 16 da Revista deste Instituto; de outro ofício do Conselho Nacional de Geografia, oferecendo um exemplar do folheto *Les Méthodes Modernes d'Enseignement de la Géographie* pelo professor Francis Ruellan; de um ofício da Biblioteca Pública do Estado da Paraíba, oferecendo três obras de autores paraibanos; de um cartão do dr. Walter Spelding, diretor do Arquivo e Biblioteca Municipal de Porto Alegre, solicitando a remessa de exemplares do *Ex-Libris* deste Instituto; de um ofício da Divisão de Orçamento do Ministério de Educação sobre processos de prestação de contas; de uma circular do Conselho Nacional de Geografia, comunicando deliberações pelo mesmo tomadas, em face da situação do Brasil, como Estado beligerante e enviando vários exemplares de uma proclamação do mesmo Conselho aos Geógrafos do Brasil; de uma carta da firma Ugo Bernardini, de S. Paulo, pedindo o pagamento da quantia de Cr. \$ 241,50, despendida com o seguro de guerra para o embarque do arquivo de aço pela mesma fornecido; de uma carta do despachante Alfredo H. Climenti, enviando o conhecimento marítimo do embarque do referido arquivo; de duas propostas indicando os nomes do intelectual conterrâneo José Amado de Nascimento para sócio efetivo e do dr. Dicesar Plaisant, intelectual paraibano, para sócio correspondente, as quais foram despachadas á comissão de admissão de sócios.

Conheceu mais o expediente de vários números das seguintes revistas e jornais, recebidos em Novembro último: Boletim Municipal, de Porto Alegre; Boletim do Rotary Club do Recife; Boletim del Archivo General del Gobierno de Guatemala; Brasil Ferro Carril, do Rio de Janeiro; Coop, da Bahia; Hermann Boletim, Rio de Janeiro; Informaciones Argentinas, de Buenos Aires; Revista do Arquivo Municipal de S. Paulo; Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro; Revista do Departamento de Assistência às Cooperativas de Pernambuco; Revista do Departamento Nacional do Café, Rio de Janeiro; Diários Officiais dos Estados de Pernambuco, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Piauí, Estado do Rio, Sergipe, Minas Gerais e Rio Grande do Norte; e Folha da Manhã, desta Capital.

Foram apresentados também os seguintes livros e folhetos recebidos em Novembro findo: Catalogo da biblioteca da Diretoria do Domínio da União, oferta da mesma biblioteca; Paraíba anedótica, por Aderbal Praçipe, História da Província da Paraíba pelo dr. Maximiliano Lopes Machado e Ibiapina, um apostolo do nordeste, pelo dr. Celso Martz, todos remetidos pela Biblioteca Pú-

blica da Paraíba; A revolução de 30 e o município por M. de Carvalho; A força nacionalizadora do Estado Novo, por Mercedes Dantas; O Brasil de ontem e o de hoje por J. M. Ibiapina; O Brasil de hoje, de ontem e de amanhã, n.º 29; Dos Jornais, ns. 15 e 16, todos remetidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda da República; Anderson, pai da pintura paraense, por Carlos Rubens, Linguagem, por Mariana Coelho; No reino dos Pinheirais, por Francisco Leite, Reportagens retrospectivas, por Lúcio Quadros e A Rebelião de S. Paulo, pelo coronel Alcebades Miranda, remetidos pela biblioteca pública de Curitiba; Publicações da Academia Carioca de Letras, do 1.º semestre de 1942, remetidos pela mesma Academia; Distritos de Paz de S. Paulo, remessa do Departamento Estadual de Estatística do mesmo Estado; Anais do 3.º Congresso Nacional de História, volume VII, remessa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; Aula de abertura dos cursos da Escola Politécnica da Baía pelo prof. dr. Alvaro Pereira Rocha; Les méthodes modernes d'Enseignement de la Géographie por Francis Ruslan, remessa do Conselho Nacional de Geografia.

Aberta a ordem do dia não houve matéria a discutir.

O secretário geral, dr. José Calazans, comunicou à casa o falecimento do notável brasileiro dr. José Joaquim Seabra e propôs que se consignasse na ata um voto de profundo pesar pelo passamento do grande estadista pátrio, telegrafando-se à família do morto, proposta que foi unanimemente aprovada. O primeiro secretário Epifânio Dória, participou a conclusão dos serviços da construção de uma grade de madeira, na sala de escada que dá acesso ao pavimento superior e das prateleiras destinadas às coleções de jornais.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Antilóquio Vale, segundo secretário, lavrei a presente ata.

(Ass) José Augusto da Rocha Lima, Presidente
Antilóquio Vale, 2.º secretário

CADASTRO SOCIAL

Em 31-12-1942

SÓCIOS EFETIVOS

Abdias Bezerra, Prof.
Abelardo Maurício Cardoso, Dr.
Abílio Faria, Dr.
Abílio de Vasconcelos Hora, Dr.
Acrísio Cruz, Prof.
Adroaldo Campos, Advogado
Alonso Ferreira dos Santos, Dr.
Aldemar Hora Brito, Dr.
Alencar Mota, Dr.
Alfredo de Paiva e Melo, Dr.
Alfredo Rolemberg Leite, Dr.
Alfredo Sebrão Busch
Alonso Esteves da Silveira, Advogado
Alvaro Andrade, Dr.
Anísio Ezequiel de Barros, Coronel
Antônio Bragança de Azevedo
Antônio Freitas, Cônego
Antônio Garcia Rosa, Dr.
Antônio Manuel de Carvalho Neto, Dr.
Antônio Militão de Bragança, Dr.
Antônio Porfírio de Brito
Antônio Xavier de Assis Junior, Dr.
Aricio de Guimarães Fortes, Dr.
Arlindo Ribeiro da Silveira, Dr.
Armando Barreto
Arnaldo Rolemberg Garcez
Artur Fortes, Prof.
Artur Passos, Padre
Avelar Brandão, Cônego
Benedito Oliveira, Prof.
Benício da Silveira Fontes, Major

Bernardino Dantas, Coronel
Cantidiano Vieira, Coronel
Carlos Camélio Costa, Mene.
Carlos Garcia, Dr.
Carlos Roemberg Rodrigues da Cruz, Dr.
Carlos Valdemar Acioli Roemberg, Dr.
Carlos Vieira Sobral, Dr.
Clotilde Vieira Passos, Dr.
Declindo Nascimento
Domingos Fonseca de Almeida, Cônego
Edarg Barroso
Edarg Brito, Cônego
Edarg Coelho, Dr.
Edarg Lacerda Ferreira
Edison de Oliveira Ribeiro, Desemb.
Elias Carmelo, Major
Elmano Alves Ribeiro
Ezech Santiago, Dr.
Epifanio da Fonseca Dória
Ernani Mesquita Prata, Dr.
Etelvino de Menezes Tavares, Dr.
Eurípedes Esteves Lima, Coronel
Exupero Monteiro
Felte Bezerra, Dr.
Filadelfo Jônatas de Oliveira, Padre
Flávio da Rosa Melo, Dr.
Francisco Leite Neto, Dr.
Francisco Porfírio de Brito, Coronel
Francisco de Souza Porto, Coronel
Genaro Plech, Prof.
Gentil Tavares da Mota, Dr.
Cervásio de Carvalho Prata, Desemb.
Gil da Rocha Prata, Dr.
Godofredo Diniz Gonçalves
Gonzalo Roemberg Leite, Dr.
Gonzalo Roemberg do Prado, Coronel
Gulhermino Chaves da Rezende, Coronel
Heráclito de Araújo Barros, Capitão
Heráclito Diniz Gonçalves, Dr.
Heráclito Porfírio de Brito, Dr.
Hermes Rodrigues Feltosa, Major
Inocência Astério de Menezes Lima, Dr.
Irineu Marques de Oliveira, Major
Ita Reis Ataíde, Dr.
Jacinto Dias Ribeiro, Coronel
Jadisl Benevides, Coronel

Jessé de Andrade Fontes, Dr.
João de Araújo Monteiro, Dr.
João Batista Perez Garcia Moreno, Dr.
João Bosco de Andrade Lima, Dr.
João Carneiro de Melo, Prof.
João Costa Santos
João Dantas Martins dos Reis, Dr.
João Firpo Filho, Dr.
João Francisco de Campos, Major
João José dos Anjos, Major
João Marques Guimarães, Dr.
João Nunes de Melo, Major
Joaquim Lins de Carvalho
Joaquim Maurício Cardoso, Dr.
Joaquim Sabino Ribeiro, Dr.
Joaquim Vieira Sobral, Prof.
Joel Marteira de Aguiar, Dr.
Joaquim Brandão, Dr.
José de Alencar Cardoso, Prof.
José Augusto Garcez
José Augusto da Rocha Lima, Prof.
José Barreto Fontes, Prof.
José Calazans Brandão da Silva, Dr.
José Carlos Costa Faria
José Carvalho Andrade
José Corrêa dos Santos, Tenente
José Cruz
José Dantas Fontes, Dr.
José Euclides de Souza, Major
José Felizota
José Francisco de Oliveira
José Geminiano de Freitas, Cônego
José Maria Fontes
José Mesquita da Silveira
José Rotemberg Leite, Dr.
José Sebrão de Carvalho, Coronel
José Sebrão de Carvalho Sobrinho, Prof.
José Tenaz de Ávila Nabuco, Dr.
José Vieira Sobral, Coronel
Josias Ferreira Nunes, Advogado
Josias Vieira Dantas, Coronel
Judite de Oliveira Ribeiro, Prof.
Juliano Calazans Simões, Dr.
Julio Pluto Filho, Major
Ladisláu Millet, Dr.
Lauro de Brito Porto, Dr.

Lauro Dantas Hora, Dr.
Leandro Maynard Maciel, Dr.
Leonardo Gomes de Carvalho Leite, Dr.
Leonor Teles de Menezes, Prof.
Levinda Cruz, Dr.
Lindolfo de Souza Campos
Luiz Figueiredo
Luiz Garcia, Dr.
Luiz Kratt
Luiz Loureiro Tavares, Desemb.
Luiz Magalhães, Dr.
Luiz Pereira de Melo, Dr.
Luiz da Rocha Cerqueira, Dr.
Maçcos do Espírito Santo, Coronel
Manuel Barbosa de Souza, Dr.
Manuel de Carvalho Borroso, Dr.
Manuel Dias Lima, Dr.
Manuel Franco Freire, Prof.
Manuel José dos Santos Melo, Prof.
Manuel Nicanor do Nascimento
Manuel Ribeiro, Dr.
Manuel Sobral
Marcos Ferreira, Dr.
Marta Amélia Fontes, Prof.
Marta da Conceição Melo Costa, Prof.
Marta da Glória Chaves, Prof.
Mário de Araujo Cabral, Dr.
Maximino Chaves José Ribeiro, Coronel
Napoleão Argêlio de Oliveira Dória, Prof.
Nelson Tavares da Mota, Dr.
Nelson de Freitas Garcez, Coronel
Nicanor de Oliveira Leal, Dr.
Nicanor Ribeiro Nunes, Major
Norma Monte Alegre Reis, Prof.
Odilon Siquiera, Capitão
Olavo Ferreira Leite, Dr.
Onésimo de Araujo Pinto, Major
Oscar Batista do Nascimento, Dr.
Oséas Maynard Lemos
Osman Hora Fontes, Dr.
Oswaldo Barreto Dantas, Dr.
Otaviano Vieira de Melo, Dr.
Oto Watson Leite, Dr.
Paulo Costa, Dr.
Paulo Melo, Dr.
Pedro Diniz Gonçalves, Coronel

Renato Cantidiano Vieira
Renato Domingues da Silva, Dr.
Ricardo Lopes de Azevedo
Rivaldo Jardim de Brito, Coronel
Serapião de Aguiar Machado, Cônego
Simeão Vieira Sobral, Dr.
Teodorico do Prado Montes
Teonilo Leite
Teotonilo Mesquita, Dr.
Vicente Barreira de Alencar, Dr.
Vicente Hora de Mesquita
Zacarias Lourenço de Carvalho, Desemb.
Zozima Lima

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Amintas José Jorge, Almirante — Baía
Augusto Maynard Gomes, Coronel. — Aracajú
Eronides Ferreira de Carvalho, Dr. — Rio de Janeiro
Getúlio Dornelas Vargas, Dr. — Rio de Janeiro
João Rodrigues da Costa Dória, Dr. — Baía
Jordão Oliveira, Dr. — Rio de Janeiro
Maurício Graco Cardoso, Dr. — Rio de Janeiro
Washington Luiz Pereira de Souza, Dr. — America do Norte

SÓCIOS HONORÁRIOS

Afonso de Escaignolle Taunay, Dr. — São Paulo
Alberto Del Salas — Buenos Aires
Alfredo Braquiriz Moreno — Quito, Equador
Altino Arantes Marques, Dr. — S. Paulo
Antilóquio da Silva Vale, Advogado — Aracajú
Antônio Augusto Borges de Medeiros, Dr. — Irapuá, Cachoeira, Rio Grande
do Sul
Antônio Carlos Simões da Silva, Dr. — Rio de Janeiro
Artur da Silva Bernardes, Dr. — Rio de Janeiro
Augusto Alvaro da Silva, D. — Baía
Bernardino José de Souza, Dr. — Rio de Janeiro
Bruno Lobo, Dr. — Rio de Janeiro
Carivaldo Bomfim Lima — Rio de Janeiro
Carlos Alberto Rola, Dr. — Aracajú
Carlos Benedito Otani, Dr. — Minas
Cláudio Ganns, Dr. — Rio de Janeiro
Clovis Bevilacqua, Dr. — Rio de Janeiro
Edmundo Gutierrez — Santiago, Chile
Avangelino José de Faro, Desemb. — Aracajú

Florentino Teles de Menezes, Prof. — Aracajú
Francisco de Aquino Correia, D. — Culabá, Mato Grosso
Gilberto Amado, Dr. — Rio de Janeiro
F. de S. Meira Sá — Rio de Janeiro
Gilberto Freyre, Prof. — Recife, Pernambuco
Goran Bjorkman
Gustavo Capanema, Dr. — Rio de Janeiro
Henrique Deschamps — Paris
Hunald Santa-Flór Cardoso, Desemb.
João da Costa Pinto Dantas, Dr. — Bahia
João Pedro Cardoso, Dr. — São Paulo
Joaquim Inácio de Almeida Amazonas, Dr. — Recife, Pernambuco
José Calzans, General, — Aracajú
José Carlos de Macêdo Soares, Embaixador — Rio de Janeiro
José de Magalhães Carneiro, Dr. — Aracajú
José Maria Barreto, Dr.
José Maria Goulart de Andrade, Dr.
José Tomaz Gomes da Silva, D. — Aracajú
Jostú Serôa da Mota — Rio de Janeiro
Libério de Souza Monteiro, Desemb. — Laranjeiras
Lourival Fentes, Dr. — Rio de Janeiro
Luiz Gastão de Escagnolle Dória, Dr. — Rio de Janeiro
Luiz José da Costa Filho, Dr. — Rio de Janeiro
Manuel Liberato Bitencourt, General — Rio de Janeiro
Manuel Raimundo de Melo, D. — Aracajú
Maria da Conceição Freire de Menezes, D. — Rio de Janeiro
Nelson Coelho de Sena, Dr. — Rio de Janeiro
Niceu Correia Dantas, Dr. — Aracajú
Paulo Parreiras Horta, Dr. — Rio de Janeiro
Pedro Freire de Carvalho, Coronel — Anápolis
Ricardo Coto, — São José da Costa Rica
Robustano Patron Costa — Buenos Aires
Rodolfo Jacob
Santiago Dias, Cordoba — Argentina
Sílvia Guimarães Cravo, Dr. — Rio de Janeiro
Venceslau Braz Pereira Gomes, Dr. — Itajubá — Minas
Virgínia de Sant Ana, Dr. — Aracajú

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Acre

Mário Lobão, Dr. — Cruzeiro do Sul

Alagoas

Alvaro Correia Páis — Maceió

Anfilólio de Melo (Jayme de Alta Vila) — Maceió

Hermilo de Freitas Meiro, — Dr. — Penedo
José Menezes, Coronel — Penedo
Túlio Páez Leme, Major

Baía

Alberto de Assis, Dr. — Capital
Altamirando Requião, Dr. — Capital
Arquimedes Pereira Guimarães, Dr. — Capital
Epaminondas Torres, Dr. — Capital
Ernesto Simões Filho, Dr. — Capital
Evandro Ribeiro, Dr. — Capital
João de Matos Freire de Carvalho, Padre, Dr. — Paripiranga
Nelson de Souza e Oliveira, Dr. — Capital
Oséas Santos, Prof. — Capital
Raul Schmidt, Dr. — Capital
Rogério Gardilho de Faria, Dr. — Capital

Ceará

Euzébio Néti Alves de Souza, Dr. — Fortaleza

Distrito Federal

Abelardo Gonçalves Torres, Dr. — Rio de Janeiro
Alonso Costa, jornalista — Rio de Janeiro
Alcino Santos Silva, Dr. — Rio de Janeiro
Aldo de Sá Brito Souza, Comandante — Rio de Janeiro
Amaral Fontes, Dr. — Rio de Janeiro
Anibal Freire da Fonseca, Ministro — Rio de Janeiro
Antônio Boto de Menezes, Dr. — Rio de Janeiro
Antônio Esteves de Freitas — Rio de Janeiro
Artur de Souza Marinho, Dr. — Rio de Janeiro
Augusto Tavares de Lira, Dr. — Rio de Janeiro
Braz Hermenegilda de Amaral, Dr. — Rio de Janeiro
Carlos Alberto Campos Seabra, Dr. — Rio de Janeiro
Carlos Coêlho Muniz — Rio de Janeiro
Cícero Sampaio — Rio de Janeiro
Elias Fernandes Leite, Dr. — Rio de Janeiro
Ernesto Gomes Caldas Barrêto, Dr. — Rio de Janeiro
Evaristo da Fonseca, Dr. — Rio de Janeiro
Flora Edmundão Freire, Dr. — Rio de Janeiro
Francisco Barrêto do Rosário — Rio de Janeiro
Gastão Ruch, Dr. — Rio de Janeiro
Glênio Amado, Dr. — Rio de Janeiro
Henrique Boileux, Almirante — Rio de Janeiro

João da Cruz Abreu, Dr. — Rio de Janeiro
Jonatas Arcanjo da Silveira Serrano, Dr. — Rio de Janeiro
Jorge de Lima, Dr. — Rio de Janeiro
José de Arimatéa Pinto do Carmo, Dr. — Rio de Janeiro
José Barrêto Filho, Dr. — Rio de Janeiro
José Benfácio de Andrada e Silva, Embaixador — Rio
Laurêto Louça, Coronel — Rio de Janeiro
Laura Sodré, General — Rio de Janeiro
Leví Fernandes Carneiro, Dr. — Rio de Janeiro
Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, Comandante — Rio de Janeiro
Luiz do Prado Ribeiro, Dr. — Rio de Janeiro
Osmundo Lima — Rio de Janeiro
Otávio Mangabeira, Dr. — Rio de Janeiro
Osvaldo Melo Braga de Oliveira, Dr. — Rio de Janeiro
Pedro Alves dos Santos, Dr. — Rio de Janeiro
Pedro Calmon Montz de Bienen court, Dr. — Rio de Janeiro
Rafael Xavier, Dr. — Rio de Janeiro
Rosalva Fernandes Santos, Dr. — Rio de Janeiro
Sebastião Batista Barato, Dr. — Rio de Janeiro
Tancredo de Barros Paiva — Rio de Janeiro
Teodoro Arcanjo do Nascimento, Dr. — Rio de Janeiro

Minas Gerais

Anibal Pinto de Matos, Prof. — Belo Horizonte
Antônio dos Santos Cabral, D. — Belo Horizonte

Paraíba

Isidro Gomes da Silva, Dr. — João Pessoa
João Coriolano de Medeiros, Prof. — João Pessoa

Paraná

Leocádio Cysneiros Correia, Dr. — Curitiba

Pernambuco

Artur da Silva Rêgo, Desembargador — Recife
Laura Borba, Dr. — Recife
Manuel Ferreira da Silva Neto, Dr. — Recife
Mário Carneiro do Rêgo Mélo, Jornalista — Recife

Piauí

João Pinheiro, Dr. — Teresina

Rio Grande do Norte

Nestor dos Santos Lima, Dr. — Natal

Rio Grande do Sul

Jorge Bahls — Porto Alegre

Santa Catarina

Fernando Machado

São Paulo

Antônio Campos de Oliveira, Dr. — São Paulo
Antônio Carlos de Sales Junior, Dr. — São Paulo
Clovie Botelho Vieira de Almeida, Dr. — São Paulo
Crebulo Amazonas Duarte, Dr. — Santos
Ciro Onésimo Maria Mondim, Dr. — São Paulo
Edmundo Krug, Dr. — Sorocaba
Fausto Ferraz — Campinas
Felix Soares de Melo, Prof. — São Paulo
Fidelino Figueiredo, Dr. — São Paulo
José Catalino dos Rios, Dr.
Lauro de Melo Andrade, Dr.
Luiz Zacarias de Lima, Dr. — São Paulo
Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro, Dr. — São Paulo

Exterior

Alfredo Válio
Daniel Peña
Gumersindo Eusto — Buenos Ayres

ERRATA DO ARTIGO REVOLTA FAUSTO CARDOSO

(CORRETO)

Página 13 — linha 25 — trazião — 30 comunicarem

" 14 — linha 19 — ligeiras

" 16 — linha 19 — Babosa — 24 portamento

" 26 — linha 26 — enxergado

" 28 — linha 31 — deixariam

" 29 — linha 33 — aparta-se

" 30 — linha 27 — azeitando

" 31 — linha 31 — convidado

" 33 — linha 26 — minudencias

" 41 — linha 30 — pedido

" 51 — linha 27 — ocupado

" 53 — linha 29 — houve um

" 55 — linha 31 — vitorizando-lhe

" 61 — linha 21 — penitets

" 62 — linha 10 — um disparo

" 63 — linha 41 — convinha

PAGINA DE SAUDADE

No correr dos anos de 1941 e 1942 perdeu o Instituto, levados pela ceifa da morte, os seguintes socios, cujos nomes registamos nesta pagina especial como um tributo de nossa piedosa homenagem:

— PROFESSOR MANUEL JOSÉ DOS SANTOS MELO. Socio efetivo. Faleceu nesta Capital a 9 de Janeiro de 1941. Nasceu no engenho S. José do Arco, municipio de Japaratinga, a 5 de Dezembro de 1870, sendo filho de José Tamaz da Paixão e D. Matilde Cabral de Melo. Tentou seguir a carreira eclesiastica, que abandonou depois de feitos os três primeiros anos no curso teologico.

Fez em S. Paulo o curso de humanidade, visando realizar ali o de direito, o que tambem não conseguiu. Consagrou-se então ao magistério. Era lente do antigo Ateneu Sergipense, já no gozo de aposentadoria, e membro titular da Academia Sergipana de Letras, desde sua fundação.

— CORONEL FRANCISCO JOSÉ MARTINS Socio efetivo. Faleceu na cidade do Boquim, onde, por ultimo se encontrava, a 18 de Março de 1941, Nasceu a 2 de Fevereiro de 1857, sendo filho do brigadeiro Francisco José Martins e D. Maria Ribeiro de Oliveira, proprietários do antigo engenho Limeira, daquele municipio. Era sobrinho, salvo engano, do patriota capichaba Domingos José Martins. Seguiu a carreira do comercio, com o maior exito, chegando a exercer enorme influencia em todo o sul do Estado. Num tempo em que Sergipe não possuía estabelecimentos de credito ou casas bancarias, sua casa se tornou uma especie de banco onde as classes agricolas e o comercio do sul sergipano iam encontrar ajudas coratosas para as suas atividades economicas e ao mesmo tempo o cofre seguro para a guarda de suas reservas. Inteligente, arguto, fidalgo no trato, leal nas suas atitudes, sincero nos seus propositos e generoso nas suas ações, ninguem havia de supôr que um máu destino viesse priva-lo, no fim da vida, daquêlê raro prestigio e grande conforto de que antes desfrutara.

Conhecemos pessoalmente o coronel Francisco José Martins na sua fase de triunfos, de abastança e de dominadora projecção na vida comercial do sul do Estado, podendo assim fazer este registro sem parcelas de generosidade. Sua extraordinaria operosidade e o seu espirito de nobre coadjuvação fizeram largos beneficios que ficam perdidos para a memoria publica porque a memoria individual tem horizontes extremamente limitados. Faleceu pouco depois de ter completado os seus 84 anos de idade.

— DR. HENRIQUE LAGE. Socio benemerito. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 2 de Julho de 1941. Filho do industrial Antonio Martins Lage, grande animador da construção naval em nosso país, e D. Cecília Brancônôr Lage, se-

hora que pela sua graça e singular formosura se impunha á admiração geral nos salões da elite social do Rio de Janeiro, pôde-se dizer que foi um vulto que muito se aproximou do visconde de Mauá. O seu dinamismo construtor, a sua imensa força de vontade, a sua coragem no enfrentar grandes dificuldades para a realização dos seus úteis empreendimentos, a serenidade com que recebia os revezes na sua marcha para a frente em prol das grandes empresas que dirigia, tudo causava admiração a quantos apreciavam o seu perfil no meio agitado em que agia.

O governo da Republica honrou-lhe com uma das mais altas distinções conferidas a civis: a Condecoração do Merito Naval. Foi-lhe tambem conferido, como honra especial, o título de cadete n.º 1 da Escola Militar.

Ao falecerem os seus irmãos Antonio e Jorge, vítimas da gripe hespanhola, em 1918, o Dr. Henrique Lage assumiu a direção da Companhia Nacional de Navegação Costeira e industrias anexas, entre elas os estaleiros da ilha do Viana, que eles dirigiam, revelando-se o grande espirito que todos ficaram a admirar. E não foi só: mais tarde coube-lhe dirigir outras grandes empresas, entre elas a do carvão de Imbituba e a da fabrica de aviões.

Foi deputado á constituinte federal de 1934, sendo a sua palavra ouvida com grande acatamento, todas as vezes que ia á tribuna para tratar de assuntos de alto interesse nacional, revelando-se sempre á altura do mandato que lhe fôra conferido pelo voto dos seus concidadãos.

Era casado com D. Gabriela Benazzoni Lage, um dos nossos mais altos talentos para a arte do palco.

— DR. DEODATO DA SILVA MAIA. Socio honorario. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 12 de Setembro de 1941. Nasceu na cidade de Marum a 29 de Novembro de 1876, sendo filho do antigo comerciante Deodato da Silva Maia e D. Umbilina de Oliveira Borges Maia. Depois de ter iniciado o curso de engenharia civil deixou-o e fez o de direito, na Faculdade do Rio de Janeiro, recebendo o gráu de bacharel em 1901. Formado entregou-se á profissáo de advogado. Militou na politica. Foi chefe de policia do Estado no segundo governo do General Oliveira Vianna, sendo de sua iniciativa a fundação da guarda civil. Foi deputado federal em mais uma de legislatura e era procurador aposentado do Ministério do Trabalho.

— VICENTE CALAMELLI. Socio correspondente. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro a 4 de Fevereiro de 1942. Nasceu em Faenza, importante cidade da Provincia de Ravenna, na península Italiana, a 5 de Outubro de 1863, sendo filho de Vitor Calamelli e D. Rosa Alpi Calamelli, ambos naturais da mesma cidade Italiana. Contando apenas 9 anos de idade, em Fevereiro de 1897, deixou a terra natal, acompanhando seus pais, que emigraram para o Brasil. A 16 de Outubro de 1898 faleceu seu pai, ficando orfão, em país estranho e seu sufficientes meios de vida, de par com outro irmão, tambem menor. Em 1899, antes de completar os seus 11 anos de idade, entregou-se á vida de tipografia para tirar dela a sua subsistencia e de sua mãe, exercendo esta profissáo até 1909, quando assumiu a gerencia da revista BRASIL FERRO CARRIL, fundada nesse ano, na Capital da Republica, pelo grande jornalista Felix Celso, mantendo-se nesse posto, com pleno exito, por mais de um quartel de século, deixando-o por motivos

de saúde e para melhor atender aos imperativos de um estabelecimento comercial que vinha mantendo, por último. Em Fevereiro de 1924 casou-se com D. Isabel Fiorenço, distinta senhora mineira, descendente da família Fiorenço, de origem italiana, e irmã abastada e conceituada industrial e comerciante da parça do Rio de Janeiro, Sra. Eugênia, Antonio e José Fiorenço, este já falecido. Espírito expansivo e intelligencia esclarecida, cheio de dinamismo, criou em torno de si um largo círculo de boas amizades, especialmente nos meios jornalísticos e culturais da "cidade maravilhosa".

Era socio de varias instituições literarias, desportivas e beneficentes, tomando parte nas funções direttivas das mesmas. Prestou á Biblioteca Publica deste Estado, de que era correspondente na cidade do Rio de Janeiro, relevantes serviços, durante mais de um quartel de seculo, doando-lhe varios milhares de volumes. Em testemunho de reconhecimento foi collocado o seu retrato num dos salões da mesma Biblioteca, o qual recebeu o batismo do seu nome.

Era neto pela linha materna de Domingos Alpi, importante industrial de Faenza, com casas filiaes em Bologne, Forli, Ravenna e Castel Bolognesse, o qual, tendo acompanhado a questão papina, por occasião da unificação da Italia, em 1870, perdeu sua fortuna.

— DR. EPITACIO DA SILVA PESSOA. Socio Benemerito. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 12 de Fevereiro de 1942. Nasceu na então vila de Umbuzeiro, Paraíba do Norte, a 23 de Maio de 1865, sendo filho do tenente coronel José da Silva Pessoa e D. Henriqueta Barbosa e Lucena Pessoa. Formou-se em direito na Faculdade do Recife, de que veio a ser lente.

Jurisconsulto, grande orador e politico, foi um dos maiores vultos do Brasil nos ultimos tempos. Deputado e senador federal, foi ministro do Supremo Tribunal Federal e representou o Brasil na Liga das Nações, tendo sido tambem ministro da Justiça. O seu nome de grande projecção na historia do país, dispensa maior noticia nesta pequena resenha, de tão grandemente conhecido que ele é.

— LEOPOLDO DE ARAUJO SOUZA. Socio eletivo. Faleceu na cidade da Estancia, onde residia a 1.º de Outubro de 1942. Não temos notas minuciosas sobre esse falecido consocio. Recoremos á sua distinta familia, pedindo-as mas não logramos o prazer de recaba-las. Sabemos que era ele natural da Lagarta e que prestou relevantes serviços á cidade da Estancia, de onde foi prefeito mais de uma vez. Era um espirito empreendedor e corajoso no levar avante os empreendimentos que projectava. Era industrial e gozava de largo conceito na sociedade estanciana.

Era casado com D. Guiomar Silveira e Souza e deixou os seguintes filhos: Raimundo Silveira e Souza, tabelião e escrivão do 2.º officio, D. Walkyria Souza Rocha, esposa do Sr. Darwin Rocha e Senhora Vanda Silveira.

— VICENTE OLINO DO NASCIMENTO. Socio correspondente. Faleceu no seu engenho PALHA, municipio de Santa Luzia, a 1.º de Dezembro de 1942, sendo sepultado na cidade da Estancia. Nasceu no municipio do Arauá, sendo filho de José Olinio do Nascimento e D. Felismina Lima do Nascimento, proprietarios do antigo engenho VERMELHO, municipio de Arauá.

NUMERAÇÃO DA REVISTA DO INSTITUTO

A fim de facilitar o trabalho dos colecionadores, de vez que não houve uma certa ordem na numeração de nossa Revista, damos aqui a relação total dos fascículos já publicados, na sua ordem de aparecimento.

- 1 — corresponde á 1.^a parte do vol. I
- 2 — corresponde ás 2.^a, 3.^a e 4.^a partes do vol. I
- 3 — corresponde á 1.^a parte do vol. II
- 4 — corresponde á 2.^a parte do vol. II
- 5 — corresponde ás 3.^a e 4.^a partes do vol. II
- 6 — corresponde ao vol. III (1915).
- 7 — corresponde ao volume especial consagrado á memoria do Dr. Inacio Joaquim Barbosa, em 1917.
- 8 — corresponde ao IV volume, editado em 1919
- 9 — corresponde ao V volume, tirado especialmente para comemorar o 1.^o centenario da emancipação administrativa de Sergipe, em 1920
- 10 — corresponde aos fasciculos I e II, do vol. VI, editado em 1925
- 11 — corresponde aos fasciculos III e IV do vol. VI, editado em 1926
- 12 — corresponde ao vol. VII (1926-1927), editado em 1927
- 13 — corresponde ao vol. VIII (1928), editado em 1929
- 14 — corresponde ao vol. IX (1929), editado em 1929. Foi o de menor tiragem, reduzida a 200 exemplares.
- 15 — corresponde ao vol. X, consagrado ao 1.^o centenario do nascimento do Dr. Tobias Barreto de Menezes, editado em 1939. Sua tiragem foi de 400 exemplares.
- 16 — corresponde ao vol. XI (1930-1940), editado em 1942. Sua tiragem foi de 400 exemplares.
- 17 — corresponde ao vol. XII (1941-1942), cuja tiragem foi de 400 exemplares.

NOTA

As quinze primeiras edições se acham esgotadas, com excepção apenas dos ns. 12 e 13. O Instituto receberá com especial agrado a devolução dos numeros esgotados, feita pelas pessoas que possuam duplicatas, especialmente as dos ns. 1 a 6 e 14. Estes, se perfeitos, o sodalicio comprará na razão de 10 cruzeiros cada.

INDICE ONOMASTICO

	Pag.
BEZERRA, Dr. Felte	
Fronteiras	97
BORBA, Dr. Lauro —	
Resumo do discurso que proferiu no ato de sua posse como socio correspondente	83
CALASANS, Dr. José —	
O sentido nacionalista do 7 de Abril	5
CARDOSO, Desembargador Hunald —	
As bodas de ouro da instalação definitiva do egregio Tribunal de Apelação de Sergipe	103
DANTAS, Dr. José Cupertino Dantas —	
A Revolta Fausto Cardoso (Traz uma errata no fim do volume)	11
DORIA, Epifanio —	
Pagina de saudade	194
LAGO, Coronel Laurento	
Brigadeiro Pedro Vieira de Melo	112
LIMA, Carivaldo —	
Confraternização dos ex-alunos do Colégio Militar: discurso	119
NASCIMENTO, José Amado —	
Um historiador á moderna	89
PRATA, Desembargador Gervasio —	
Ivo do Prado: discurso	115
REIS, Dr. João Dantas M. dos —	
Juizes de direito privativos e especiais; juizes municipa- es e de paz. O ministério público nos seus des- dobramentos	69
SEBRÃO SOBRINHO, Prof.	
De rábula a capitão-mór	131

INDICE ORDINAL

	Pag.
O sentido nacionalista do 7 de Abril pelo Dr. José Calasans ..	5
Revolta Fausto Cardoso pelo Dr. José Cupertino Dantas, (vem um errata no fim do volume)	11
Juizes de direito, privativos e especiais; juizes municipaes e de paz. O ministério público em seus desdobramentos, pelo Dr. João Dantas Martins dos Reis	69
Resumo do discurso de posse do Dr. Lauro Sarba, como sócio correspondente	83
Um historiador á moderna por José Amado do Nascimento ..	89
Fronteiras pelo Dr. Felto Bezerra	97
As horas de ouro da instalação definitiva do egregio Tribunal de Apelação de Sergipe pelo Desembargador Humbald Cardoso	103
Erigadouro Pedro Vieira de Melo pelo cel. Laurento Lago ..	112
Ivo do Prado: discurso pelo desembargador Gervasio Prata	115
Confraternização dos ex-alunos do Colégio Militar por Carivaldo Lima	119
Testamento do coronel José Rodrigues Dantas de 5 de Junho de 1835	122
Testamento do Capitão-mór de Geremoabo, Francisco Felix de Carvalho, de 22 de Janeiro de 1825	125
Do rébulo á capitão-mór, pelo Prof. Sebrão Sobrinho,	131
Atas das sessões do Conselho de Governo da Provincia	137
Atas das sessões do Instituto de 1941 e 1942	150
Cadastro social	184
Errata do artigo "Revolta Fausto Cardoso"	193
Página de Saudade por Epifanio Dorla	194
Numeração da Revista	197
Indice onomástico	198